

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DARCY CARVALHO

A VIDA E AS OBRAS DO VISCONDE DE CAIRU, 1756-1835

O Economista José da Silva Lisboa e o Fisiocratismo Português

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de
Economia e Administração da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em Economia

ORIENTADOR:

Prof.a Dr.a Diva Benevides Pinho

SÃO PAULO - 1977

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DARCY CARVALHO

A VIDA E AS OBRAS ECONÔMICAS DO VISCONDE DE CAIRU

1756-1835

"O Economista José da Silva Lisboa e o
Fisiocratismo Português"

Dissertação apresentada à Faculdade
de Economia e Administração da Uni-
versidade de São Paulo, para obten-
ção do título de MESTRE EM ECONOMIA

Orientador: Prof^a Dr^a

DIVA BENEVIDES PINHO

SÃO PAULO

1977

AGRADECIMENTOS

Reunir para estudo as obras esparsas e raras de um autor antigo é trabalho duro, lento, frustrante e dispendioso. No meu caso a tarefa foi facilitada pela solicitude que encontrei nos staffs das diversas bibliotecas onde passei muitas tardes.

Fico portanto extremamente grato aos excelentes bibliotecários e funcionários de todas estas Instituições : Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração, Biblioteca do Instituto de Pesquisas Econômicas, Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros, Biblioteca do Instituto de Estudos Portugueses, Biblioteca da Faculdade de Direito, do Largo de São Francisco, Biblioteca de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, todas da Universidade de São Paulo, e Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Agradeço ao pessoal da Seção de Livros Raros da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, e ao da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde graças à extrema gentileza de D. Carmem de Andrade Botelho pude consultar obras de Cairu, numa época em que a Seção de Livros Raros se achava fechada, para levantamento do acervo.

Agradeço ao pessoal da Seção de Microfilmes da Biblioteca Municipal Mário de Andrade e ao do Serviço de Reprografia da Universidade de São Paulo por seu excelente trabalho. Agradeço, também, ao pessoal do Arquivo do jornal "O Estado de São Paulo".

Fico gratíssimo à Profª Drª Alaide Taveiros e ao meu amigo de longos anos, Prof. Antonio E. Muniz Barreto : de ambos recebi material, idéias, sugestões e ensinamentos que me foram de grande valia para o início desta dissertação.

À Professora Drª Diva Benevides Pinho que me suge-

riu o tema e orientou a pesquisa a minha eterna gratidão. Foram os seus conselhos, seu contínuo apoio e principalmente a sua gentileza, amizade e infinita paciência que me possibilitaram concluí-la. À Dr^a Diva Pinho não me cabe só agradecer mas, muito mais, apresentar minhas desculpas pelos dissabores que lhe causei, pela minha incapacidade de obedecer cronogramas e prazos e portanto de corresponder, por este mínimo de consideração, à sua solicitude e interesse.

A todos os demais amigos e colegas da Faculdade de Economia e Administração e do Instituto de Pesquisas Econômicas que, diariamente, ao longo desta longa jornada, me incentivaram demonstrando interesse pelo andamento e bom sucesso desta dissertação, o meu muito obrigado.

Ao meu colega Padre Matheus Nogueira Garcez da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, agradeço a gentileza de localizar, corrigir e traduzir alguns textos latinos utilizados como epígrafes pelo Visconde de Cairu.

Quero igualmente registrar o meu agradecimento a D. Hermínia Muzanek, que jovialmente se dispôs ao duro trabalho de ler, criticar e editar o manuscrito desta dissertação, cujo aspecto gráfico muito se beneficiou de suas críticas, da sua arte e da sua experiência.

PREFÁCIO

Este trabalho tem em mira dois objetivos principais: o primeiro é esclarecer a vida e a formação intelectual de José da Silva Lisboa (1756-1835), Visconde de Cairu, economista cujas obras apareceram de 1781 a 1835; o segundo é explicar a gênese destes numerosos escritos e o seu valor para a História do Pensamento Econômico do Brasil e de Portugal.

Já existem muitos artigos e livros sobre o Visconde de Cairu. Neste aspecto ele tem tido melhor sorte que muitos outros economistas portugueses de fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, contemporâneos seus, que igualmente enriqueceram o nosso pensamento econômico, nessa fase tão grave da história dos dois países.

Muitos excelentes autores que escreveram sobre ele em passado distante, só puderam ver uma ou outra de suas numerosas publicações, não lhes restando senão o recurso das árduas conjecturas.

Quem examinar a vasta literatura que existe sobre o Visconde de Cairu e que se estende de 1839 (Bento da Silva Lisboa) a 1977 (Antonio E. Muniz Barreto e Wilson Martins) constatará que Cairu tem despertado apreciações que muito divergem de um escritor a outro e que a sua obra econômica, apesar das últimas contribuições, continuará pouco elucidada em seu conjunto.

A independência do Brasil, o problema do trabalho escravo, a abdicação de D. Pedro I, a queda da monarquia foram eventos políticos que no passado dificultaram uma análise serena do homem e da sua obra.

F.A. Varnhagen que o ressuscitou em 1854, demonstra conhecer muito pouco os seus escritos econômicos, já raros nessa época. Depois dele J. M. Pereira da Silva (1864), Candido Mendes de Almeida (1874), Alfredo do Valle Cabral (1881), José Frederico Laranjo (1883), Capistrano de Abreu (1908), Rodolfo Garcia (1922), Moses B. Amzalak (1943), Hélio

Vianna (1945), E. Vilhena de Moraes (1958) reavivaram sua memória.

De 1935, quando se celebrou o centenário de seu falecimento, data o excepcional prestígio de que ainda hoje desfruta no Brasil, segundo o Prof. Sérgio Buarque de Holanda.

Nesse ano, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Augusto Alexandre Machado acrescentou uma nova dimensão ao estudo do Visconde de Cairu, iniciando a discussão a respeito da sua conformidade com o esquema teórico e ideológico dos economistas clássicos ingleses, ponto pacífico desde o conciso veredicto do mestre José Frederico Laranjo em 1883: "Não é preciso dar o resumo das idéias deste escritor, são as de Adão Smith".

Novas hipóteses, que ainda hoje se encontram sub-judice, foram depois avançadas por outros estudiosos do pensamento econômico brasileiro tais como Alceu de Amoroso Lima (1936), Zenith Mendes da Silveira (1950), Paul Hugon (1956) e Luís Nogueira de Paula (1956).

Neste trabalho não nos propomos dirimir essas questões mas simplesmente registrá-las e reunir elementos para um veredicto futuro.

As obras do Visconde de Cairu, podem ser melhor apreciadas quando referidas à sua realidade, isto é, ao momento e contexto históricos em que foram concebidas, pois, o autor ao escrevê-las não se propunha altas elocubrações teóricas, mas simplesmente objetivos concretos, didáticos ou políticos, imediatos e conjunturais. Exercitava-se na arte de "capacitar" ou persuadir.

Contudo o papel e a contribuição de José da Silva Lisboa para o progresso do nosso pensamento econômico e dos estudos de Economia Política no Brasil não empalidecem de modo algum se o compararmos com outros economistas lusobrasileiros, contemporâneos seus, como os dois irmãos, João Rodrigues de Brito e José Joaquim Rodrigues de Brito, José Ferreira Borges, José Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho, José Acúrcio das Neves, Francisco Solano Constâncio, Manuel

de Almeida, Silvestre Pinheiro Ferreira, Balthazar da Silva Lisboa e aos muitos outros que como este último colaboraram nas Memórias Econômicas (1789-1815) ou nas Memórias de Agricultura Premiadas (1788-1791) da Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779.

CONTEÚDO

	Págs.
Agradecimentos	i
Prefácio	iii
Conteúdo	vi
A vida e as obras econômicas do Visconde de Cairu (1756-1835). O economista José da Silva Lisboa e o Fisiocratismo Português	
INTRODUÇÃO	1
1. Introdução geral e metodologia	1
a) José da Silva Lisboa, economista	1
b) Metodologia	5
2. Plano da Dissertação	6
Primeira Parte: A FORMAÇÃO	9
Segunda Parte: PRIMEIRAS ATIVIDADES	59
Terceira Parte: O FISIOCRATISMO	112
Quarta Parte: A ATIVIDADE LITERÁRIA DO VISCONDE DE CAIRU	180
BIBLIOGRAFIA	219

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

1. Introdução Geral e Metodologia

"Nada mais difícil do que falar destes homens extraordinários, destes gênios raros que, pela sublimidade de suas obras, alçaram-se ao mais alto grau que o espírito humano pode atingir, e que julgados, apreciados depois de muito tempo pelos arbitros da arte, e pelo público, esgotaram, por assim dizer todos os termos da admiração, bem como todas as análises da crítica: o peso do seu talento esmaga os que se encarregam de os celebrar; a superioridade de suas produções descorçoa os que empreendem aprofundá-las e evidenciar-lhes o mérito; e, ademais, quer desejemos simplesmente exprimir o entusiasmo que nos inspiram, quer nos proponhamos a detalhar as belezas que encerram, já não saberemos encontrar nenhuma expressão que não tenha sido empregada, ou alguma observação que ainda não tenha sido feita (J.J.Dussault, no prefácio do Discours sur l'Histoire Universelle de Bossuet, 1875, pág. I).

a) José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, do Conselho de sua Majestade Imperial, Membro da Câmara dos Senadores, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, Comendador da Ordem de Cristo, Membro da Americana Sociedade Filosófica de Filadelfia, etc. etc. Desembargador aposentado no Supremo Tribunal de Justiça, Jornalista, Historiador e Economista, é um desses homens extraordinários, um desses gênios raros a que alude J. J. Dussault.

Setenta e nove anos viveu o Visconde de Cairu e cuidou em os não viver em silêncio. Cidadão de duas sofridas pátrias, caráter probo, justo e patriota, participou intensamente da vida pública.

Não dissimulava a sua parcialidade política nem a sua fé católica inabalável e ultramontana. Escritor e orador facundo, sustentou na velhice destemerosa campanha jornalística e panfletária, pela conciliação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pelo bem-comum, pela honra nacional, pela ordem, pela religião e pelo trono.

Monarquista nos ossos, anglófilo até o exibicionismo, sectário dos economistas clássicos e propugnador de

suas idéias em assuntos de política econômica, foi uma figura excepcional e conspícua sob muitos aspectos.

Não fraternizou com as outras forças revolucionárias do seu tempo, mas, na sua dessintonia e singular ecletismo, transformou e transtornou a seu modo, arrefecendo infundados entusiasmos e difundindo as novas doutrinas econômicas, que foram igualmente fatais à velha ordem política e à unidade do velho império lusitano: a primeira, que muito amava, queria depurada e o último, sempre grande, uno e poderoso.

Este português ultramarino, este brasileiro, ou ainda, este luso-brasileiro, José da Silva Lisboa, é seguramente um personagem controverso. Ademais, sua longa e fecunda existência transcorreu em períodos históricos muito graves, complexos e difíceis de apreender.

Não admira, portanto, que tivesse tido, em vida, tantos amigos dedicados e tantos inimigos rancorosos e que de sua memória igualmente se ocupem, hoje, apologistas devotos e ferinos detratores.

Com efeito, o Visconde de Cairu tem recebido apreciações as mais opostas, de portugueses como de brasileiros, das mais variadas confissões políticas, especialistas notáveis de numerosas áreas, que procuraram enfocá-lo de pontos de vista os mais díspares, no decorrer deste quase um século e meio, a contar de sua morte.

De José da Silva Lisboa ocuparam-se grandes bibliógrafos como Inocêncio Francisco da Silva, Pedro Venceslau da Silva Brito Aranha, ambos portugueses, e o brasileiro Augusto Victorino Alves Sacramento Blake.

Numerosos historiadores, de meados do século passado até os nossos dias, têm carreado contribuições estimáveis para o melhor entendimento do autor e da sua obra vastíssima e heterogênea.

Dentre aqueles cujos trabalhos mais de perto nos inspiraram, queremos aqui citar os seguintes historiadores: Alcides Bezerra, Alfredo do Valle Cabral, Afonso Arinos de

Melo Franco, E. Vilhena de Moraes, Francisco Adolfo Varnhagen, Hélio Vianna, José Honório Rodrigues, João Manoel Pereira da Silva, João Fernando Almeida Prado, Manoel Pinto de Aguiar, Nelson Werneck Sodré, Octávio Tarquínio de Sousa, Oliveira Lima, Pedro Calmon, Ricardo Levene, Rodolfo Garcia, Santiago Dantas, Sérgio Buarque de Holanda, Tobias Monteiro, Wanderley Pinho, Antonio Paim e Antonio E. Muniz Barreto.

Os três grandes historiadores da literatura brasileira e críticos literários, José Veríssimo, Ronald de Carvalho e Sílvio Romero deixaram informações que muito iluminam a biografia de José da Silva Lisboa e as características da sua obra.

Contrariando o que começava a ser norma entre os literatos modernos, Wilson Martins, em sua obra recente, "História da Inteligência Brasileira" (São Paulo, 1977), dedica um grande espaço a José da Silva Lisboa, estudando-o de muitos ângulos, no contexto cultural da sua época.

Devemos também destacar três extensas monografias dedicadas ao Visconde de Cairu, que muito nos auxiliaram no início de nossos estudos. São da autoria de Alberto Carlos D'Araujo Guimarães (1942), José Soares Dutra (1943) e Elísio de Oliveira Belchior (1959).

Destes três autores, Elísio de Oliveira Belchior foi o que mais intensamente se utilizou de uma preciosa fonte de documentos e esclarecimentos sobre as atividades de José da Silva Lisboa, de 1780 em diante até o fim do século.

Trata-se do precioso "Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil, existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar", organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida (1º conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa e diretor da Seção IX, Arquivo de Marinha e Ultramar), publicado em 1918, nos Anais da Biblioteca Nacional.

Embora no "Inventário" o seu autor se tenha limitado a descrever sucintamente o conteúdo de cada documento, acompanhando esta descrição de pequenos extratos, ainda as-

sim é uma fonte preciosíssima que, felizmente, podemos utilizar para esclarecer a biografia de José da Silva Lisboa.

O Visconde de Cairu viveu setenta e nove anos. Destes apenas treze, os da sua velhice, como cidadão brasileiro. Tentar compreender o seu pensamento e as motivações de suas obras fazendo abstração do contexto político e cultural lusitano, como tantos têm feito, para melhor exhibi-lo como um grande patriota, genuinamente brasileiro, é um tour-de-force desnecessário e intelectualmente esterilizante.

Por esta razão vamos estudá-lo de um ponto de vista luso-brasileiro, em confronto com os demais economistas que contemporaneamente atuaram sobre a vida pública e a cultura do Brasil e de Portugal.

Nas páginas finais de sua grande obra História Econômica do Brasil (São Paulo, 1937), Roberto Simonsen exortamos a estudar a História de Portugal,

"porque aí estão as raízes mais profundas da nossa formação"

e a honrá-la

"com o justo conceito de que pelo seu estudo é que devemos iniciar o da nossa História".

Neste espírito escreveremos nosso trabalho.

Mas ainda não é fácil a um brasileiro livrar-se de escrúpulos, idéias feitas e preconceitos e aproximar-se das fontes da História portuguesa, para conhecer uma outra versão dos fatos e muito se surpreende, quando o faz, ao constatar que existem grandes cisões entre os intelectuais portugueses, na interpretação da sua e nossa História, mormente no período que nos interessa.

Consultamos duas coleções de legislação portuguesa e brasileira, a de Antonio Delgado da Silva e a de João Paulo de Figueiroa Nabuco Araujo.

Nestas grandes obras podemos surpreender as marcas das doutrinas econômicas, que orientaram a política dos dois países por séculos.

Quanto à História de Portugal, recorreremos aos his-

toriadores Simão José da Luz Soriano, Joel Serrão (Dicionário da História de Portugal), Jorge Borges de Macedo, Antonio Sérgio, Antonio G. Matoso, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, João Ameal, João Lúcio de Azevedo, Antonio de Moraes Silva, Hipólito da Costa, José Bonifácio de Andrade e Silva, e Jacome Ratton.

b) Metodologia

Antes de passar à dissertação devemos pois fazer um esclarecimento metodológico.

Mark Blaug na Introdução da sua obra Economic Theory in Retrospect, declara

"O conflito entre os que encaram as doutrinas económicas do passado como sendo apenas 'as opiniões erradas dos mortos' e aqueles que a consideram como um repositório de insights prescientes, ultrapassa a economia. Constitui uma divisão fundamental de atitude para com a história intelectual como tal. Com algumas noções de filosofia alemã é possível representar este conflito em termos de dois polos opostos: o relativismo e o absolutismo.

O relativista interpreta qualquer teoria particular avançada no passado como sendo uma expressão mais ou menos fiel e o reflexo das condições contemporâneas, sendo justificada cada particular teoria em princípio no seu próprio contexto; o absolutista só tem olhos para o desenvolvimento estritamente intelectual da disciplina considerada como uma firme progressão do erro para a verdade. Os relativistas não podem classificar as teorias de períodos diferentes em termos de melhor ou pior; os absolutistas não podem deixar de fazê-lo. É claro que poucos comentadores em qualquer época se mantiveram numa ou noutra dessas posições, na sua forma extrema, entretanto, quase todo historiador do pensamento económico pode ser colocado próximo de um ou doutro polo disto que na realidade é um continuum(...).

Na apreciação da validade de uma teoria económica, os relativistas são propensos a ignorar considerações de coerência interna e escopo explicativo e fixam sua atenção somente na congruência com o ambiente histórico e político. Em suas versões moderadas a interpretação relativista pode resultar nu-

ma fusão realmente valiosa da história do pensamento econômico com a história da filosofia política e moral tendo como background a história econômica e política (...). Mas geralmente falando, é absurdo pensar que a história econômica e a história social sozinhas possam fornecer a chave das variações intelectuais numa disciplina como a economia. Muitos relatos afirmam apenas que os economistas sempre escrevem sub specie temporis e que um conhecimento do contexto histórico prevalecente 'ilumina' as teorias do passado (...)" (pág. 1 e 2).

Em outra parte desta introdução denominada "Progresso da Teoria Econômica?", M. Blaug deixa entrever que em geral o historiador do pensamento econômico evolui marchando da posição "relativista" para a "absolutista".

Isto bastaria para caracterizar este nosso trabalho metodologicamente. Ao seu título "A vida e as obras econômicas do Visconde de Cairu", poderia acrescentar o subtítulo: "Exercícios preliminares para uma futura análise relativista moderada do seu pensamento econômico".

Para a determinação da forma final desta dissertação inspiramo-nos no estudo de Lionel Robbins, Robert Torrens and the Evolution of Classical Economics, e na dissertação de M. Blaug Ricardian Economics, a Historical Study.

2. Plano da Dissertação

Título: A vida e as obras econômicas do Visconde de Cairu: O economista José da Silva Lisboa e o Fisiocratismo Português.

Procuraremos nesta dissertação elucidar a vida (família, formação e atividades profissionais) do famoso economista luso-brasileiro José da Silva Lisboa, do seu nascimento (1756) até a publicação da sua primeira obra econômica (1804).

Este período do ponto de vista da História do Pensamento Econômico encerra a Escola Fisiocrática e assiste ao nascimento da Economia Política como ciência. A dissertação encerra-se justamente no ponto em que a nova ciência principia a receber geral aceitação, ainda que por breve tempo, em toda a Europa.

Nas duas primeiras partes, além dos eventos relativos à vida de José da Silva Lisboa, cuja atividade literária e obras econômicas preenchem as três primeiras décadas do século XIX, procuramos esboçar o contexto histórico luso-brasileiro da Restauração do Reino de Portugal (1640) ao final do século XVIII, a fim de conhecer e situar os principais economistas ou grupos de economistas, que floresceram no país e no exterior, da Época Mercantilista (D. João V e anteriormente) à Época Fisiocrática (ou Mercantilista-Agrária), em meados deste século.

Na terceira parte, capítulos 12, 13 e 14, procuramos enfocar o pensamento econômico fisiocrático português, tal como se manifestou na política econômica executada pelo Ministro da Marinha e Ultramar de D. Maria I, Martinho de Melo e Castro, a quem consideramos um fisiocrata ou um pré-fisiocrata (ou seja um mercantilista-agrário do mesmo tipo que o Duque de Sully).

No capítulo 12, no primeiro parágrafo, examinamos a carreira de Martinho de Melo e Castro, e os eventos, e as personalidades que poderiam tê-lo impressionado.

No segundo parágrafo deste capítulo, estudamos as suas "Instruções" e o célebre Alvará de 1785, que muito podem revelar da concepção e dos ideais da política econômica colonial, que procurou aplicar ao Brasil.

No capítulo 13, tratamos da administração do Marquês de Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal, completando com o seu "Relatório" o estudo do Fisiocratismo governamental.

No capítulo 14, apresentamos a grande obra da Academia de Ciências de Lisboa, as suas Memórias Econômicas, que constituem o grande marco literário do Fisiocratismo Português, fortemente influenciado por Domingos Vandelli, mestre e amigo de José da Silva Lisboa.

Na quarta parte, capítulos 15 a 19, estudaremos a "Atividade Literária do Visconde de Cairu", precedendo-a do estudo das circunstâncias profissionais do autor no início desta atividade (cap. 15) e de um breve exame dos principais

eventos no campo da História do Pensamento Econômico no último quartel do século XVIII (Cap. 16), quando a Economia Política principia a fazer grandes adeptos.

No capítulo 17 estudamos o início da atividade literária de José da Silva Lisboa, quer como historiador (Carta para o Dr. Domingos Vandelli, 1781), quer como jurista (Princípios de Direito Mercantil, 1798) ou economista (Princípios de Economia Política, 1804).

No capítulo 18 examinamos os principais aspectos, que esta atividade literária assumiu, até o seu encerramento em 1835.

Estabelecemos uma divisão temática, mais ampla, para esta vasta produção e a segmentamos em períodos cronológicos, para tornar mais cômodo o seu estudo. Concluimos este capítulo com a "nossa" lista de obras econômicas do Visconde de Cairu.

O capítulo 19 encerra a dissertação e contém as nos sas conclusões.

A bibliografia contém os livros que de uma forma ou de outra foram úteis no decorrer da pesquisa e que, portanto, a ela se associaram. Todas as fontes referidas sumariamente no texto acham-se aqui descritas com maiores detalhes.

Omitimos da bibliografia uma lista enorme de pequenos artigos sobre o pensamento econômico brasileiro contidos na revista "Digesto Econômico" e que constituíram a leitura inicial para este trabalho.

As longas e bem elaboradas bibliografias anexas às obras dos "Brasilianistas" britânicos e americanos foram guias seguros para a descoberta de estudos preciosos em língua portuguesa, principalmente antigas memórias, coleções de tratados, repertórios de legislação e artigos em revistas. Das as mais utilizadas foram a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Revista de História, e o Correio Brazilien-se ou Armazem Literário.

PRIMEIRA PARTE

Primeira Parte: A FORMAÇÃO

Capítulo 1. Preliminares

- a) As grandes fases da vida de José da Silva Lisboa 9
- b) A nacionalidade da Economia Política 10

Capítulo 2. A família de José da Silva Lisboa 30

Capítulo 3. Infância e juventude de José da Silva Lisboa 37

Capítulo 4. Um amigo: O dicionarista Antonio de Moraes Silva 39

Capítulo 5. José da Silva Lisboa em Coimbra

- a) José da Silva Lisboa inicia o curso universitário 47
- b) O governo de D. José I 48
- c) A formação do pensamento econômico do Marquês de Pombal 51

A FORMAÇÃO

Capítulo 1. Preliminares

- a) As grandes fases da vida de José da Silva Lisboa: Fase baiana (1756-1808) e Fase carioca (1808-1835)

A longa existência do Visconde de Cairu pode ser dividida em duas grandes fases, as quais por conveniência denominaremos fase baiana e fase carioca, por terem transcorrido na cidade da Bahia, de 1756 a 1808, e desta última data até 1835, no Rio de Janeiro, onde faleceu, Senador do Império, aos setenta e nove anos de idade, durante a regência do Padre Diogo Antonio Feijó, um dos seus ilustres inimigos políticos.

Nas primeiras partes, vamos rememorar as principais efemérides da vida do discutido Economista, desde o seu modesto nascimento até a sua jubilação da Cadeira-Régia de Filosofia Racional e Moral da Cidade da Bahia, em 1797, e conseqüente nomeação para o cargo de Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da mesma localidade, por despacho do então Ministro da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Estudaremos a sua formação registrando os principais eventos e personagens que exerceram influência marcante sobre os rumos da sua existência e lançaremos as vistas sobre a conjuntura política e o ambiente histórico-cultural em que o seu pensamento econômico medrou e se desenvolveu.

A sua infância e juventude coincidem com as do capitalismo industrial e com as da própria Economia Política Clássica, da qual foi um dos arautos mais conspícuos entre nós.

Esta primeira grande época da sua vida atinge o seu término com a chegada da família real à Bahia, em janeiro de 1808 e portanto se encerra com a aclamação oficial do seu talento e a consagração do seu nome de conhecedor da Economia Política, patenteados nos decretos de 28

de janeiro e 23 de fevereiro de 1808.

A fase carioca, que se segue, inicia-se quando embarca com o Príncipe-Regente D. João, e por sua ordem, para o Rio de Janeiro.

Nesta cidade, tão sua quanto a da Bahia, dedicado inteiramente ao serviço da pátria e ao soberano, escreverá todas as suas obras, excetuando-se as duas primeiras, já publicadas; será nobilitado pelo Imperador; e falecerá, celebrado e acatado como um dos mestres mais insignes do Direito Comercial e da novel Economia Política, em nossos dois países.

Este período de 1807 a 1835, tão pleno de acontecimentos políticos, diplomáticos e econômicos quer na Europa, quer neste continente, conheceria José da Silva Lisboa no auge da sua atuação profissional, não tendo sido pequenos a sua atividade e o seu esforço conciliatório com que tentou aplacar a grave crise e as divergências que acabariam por dilacerar ambas as pátrias, portuguesa e brasileira, nesses anos rudes de crise.

O segundo objetivo deste trabalho é estudar as obras econômicas de José da Silva Lisboa, portanto na primeira parte damos ênfase a pessoas e a eventos, ainda que remotos, na medida em que forem considerados importantes e de utilidade para o esclarecimento daquela atividade literária e das causas que a suscitaram.

- b) A nacionalidade da Economia Política. A vida de José da Silva Lisboa e os grandes marcos da História do Pensamento Econômico.

José da Silva Lisboa, economista, que foi primeiro Barão e único Visconde de Cairu e Senador do Império, nasceu em Salvador, Bahia, em 16 de julho de 1756, ao tempo em que governava esta capitania D. Marcos de Noronha, sexto Conde dos Arcos e sétimo Vice-Rei do Brasil.

A infância e a juventude de Silva Lisboa coincidem portanto com os pródromos da Economia Política.

Dois eventos memoráveis assinalam a época em que nasceu:

- um em Portugal, de ordem natural e graves conseqüências, o súbito e desastroso terremoto, que na manhã de 1º de novembro de 1755, no dia de Todos os Santos, sábado à hora da missa, soterrou Lisboa nos escombros ardentes das suas igrejas, conventos e palácios, deixando fendas na velha ordem social portuguesa; o outro,

- internacional, de ordem militar e diplomática, de conseqüências igualmente notáveis para o curso posterior da História de quase toda Europa foi a Guerra dos Sete Anos, declarada em 1756, entre Luís XV (1710-1774) da França e o rei George II (1683-1760), eleitor de Hanover, monarca da Grã-Bretanha e Irlanda.

Com a abertura das hostilidades, no verão de 1755, as duas grandes potências rivais se entrechocam na Europa, África, América e Índia, num largo duelo pelo império colonial, marítimo e comercial.

O conflito cobre de sucessos os últimos anos do reinado de George II, durante os quais os negócios britânicos estiveram nas mãos de William Pitt (1708-1778), lord Chatam, secretário de estado.

Pitt desde a sua inauguração no parlamento em 1735, como deputado do partido whig, opondo-se a Sir Robert Walpole (1676-1745) e preparando-lhe a queda, propunha por uma reforma dos hábitos políticos e por uma reorientação da política externa da Grã-Bretanha; no ano de 1756, é chamado por George II.

Assumindo a secretaria de estado, William Pitt teve de superar primeiro poderosa oposição de modo que, somente a partir de 1757, pôde concentrar os seus talentos em reconstruir a supremacia britânica, doravante baseada na expansão dos territórios coloniais e no domínio efetivo dos

mares, evitando quanto possível as querelas e complicações do Continente.

Pitt será de fato o mentor e o maior responsável pela política externa da Grã-Bretanha, e um dos fundadores do seu vasto império, até a elevação ao trono, em 1760, do jovem soberano George III (1738-1820), neto de seu antecessor.

Depois da saída de Pitt, prosseguiu a guerra por mais três anos, sendo encerrada por iniciativa dos ingleses. As amplas vitórias da Grã-Bretanha foram consagradas pelo Tratado de Paris de 10 de fevereiro de 1763.

O término da guerra que para a França significou a perda de vastos territórios na América e no Oriente, encontrou a nação francesa às voltas com mais uma profunda crise econômico-financeira, mas apesar disto vivendo um dos períodos mais pujantes e fecundos na história da sua cultura, aquele em que se conceberam os grandes lineamentos do pensamento econômico e social modernos.

Abrira-se ali o século XVIII com a publicação, em 1707, da obra Projet d'une dixme royale da autoria de Sébastien le Prestre (1633-1707), seigneur de Vauban, e maréchal de France, na qual o autor examina, critica e propõe reformas no sistema fiscal vigente nos últimos anos do reinado de Luís XIV (1638-1715), bisavô de Luís XV.

No mesmo ano saem em dois volumes as obras econômicas de Pierre le Pesant (1646-1714), sire de Boisguilbert com o título "Le détail de la France sous le règne présent augmenté en cette nouvelle édition de plusieurs mémoires et traités sur la même matière". Na edição anterior a obra saíra com título e subtítulos "Le détail de la France ruinée sous le règne de Louis XIV. Moyens très faciles de faire recevoir au Roy 80 millions par-dessus la capitation, praticable par deux heures de travail des messieurs les ministres".

O autor sugeria reformas adequadas a resolver

a grave crise econômica e financeira em que se debatia o país e capazes, segundo ele, de fornecer "em um mês todo o dinheiro que o rei necessitava, enriquecendo todo mundo".

As obras de Vauban e as de Boisguilbert foram suprimidas e os autores presos.

Boisguilbert é um economista original que exerceu grande influência sobre os fisiocratas.

Em 1723 aparece a obra monumental dos irmãos Jacques Savary des Bruslons, inspetor geral das manufaturas na Alfândega de Paris e Philemon-Louis Savary, cônego da igreja real de S. Mar des Fossezes. Trata-se do Dictionnaire universel du commerce: contendo tudo o que concerne ao comércio que se faz nas quatro partes do mundo, por terra, por mar, por cabotagem, e por viagens de longo curso, tanto em grosso quanto a retalho. Cremos que esta obra exerceu um grande fascínio sobre os contemporâneos.

Em 1748, Charles-Louis de Secondat, barão de la Brède e de Montesquieu, publica o De l'Esprit des Lois, em que pela primeira vez são discutidas de maneira científica, sem preconceções filosóficas, questões tais como o tamanho e as causas do aumento ou decrescimento das populações; as causas e os remédios para o pauperismo; obras assistenciais; comércio; renda e tributação, etc.

Dos trinta e um capítulos de sua obra, o barão de Montesquieu dedicou cinco (13, 20-23) aos problemas de economia política, e segundo o fisiocrata Du Pont de Nemours

"foram os lampejos do seu gênio... que mostraram à nossa nação, ainda tão frívola, que o estudo dos interesses dos homens reunidos em sociedade, podia ser preferível às pesquisas de uma metafísica abstrata".

Em 1751, é publicado o primeiro dos dezessete tomos da Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de Gens de Lettres. Mis en ordre et publié par M. Diderot...".

A Encyclopédie de Diderot, suma filosófica e científica do século XVIII, foi concebida em 1746, quando o livreiro Le Breton adquire os direitos de um dicionário enciclopédico inglês, a Cyclopedia (1728) de Chambers e encarrega o escritor Denis Diderot (1713-1784) de traduzí-la.

Algun tempo depois desistem da tradução e decidem produzir uma obra original, contratando a colaboração do físico, matemático e filósofo Jean-le-Rond d'Alembert (1717-1783).

O tomo primeiro sai em 1751, com o famoso "Discours preliminaire des éditeurs" de autoria de D'Alembert.

A obra visava contrapor a razão ao dogma e à revelação, procurando explicar todos os fenômenos por suas causas naturais: a ciência é o único conhecimento válido e a única ciência válida é aquela que partindo de um fenômeno natural, considerado como um efeito, encontra a causa.

No segundo tomo a obra já tinha garantida contra si a oposição dos jesuítas e no sétimo foi suspensa por perniciosa aos interesses da Igreja e do Estado.

Os dez últimos volumes saíram mesmo assim, clandestinamente, graças a Le Breton, e foram publicados simultaneamente em 1765.

Entre os anos de 1776 e 1780, o editor Panckoucke deu mais sete volumes de suplementos, sendo dois de índices.

Em 1755, o quinto tomo da Encyclopédie traz o Discours sur l'économie politique de Jean Jacques. Rousseau (1712-1778).

Cento e cinquenta anos antes, em 1615, Antoine de Monchrétien (1576-1621), normando, poeta, apreciador de duelos, viajante, industrial, aventureiro e sedicioso, publica o seu Traité d'Oeconomie Politique, dedicando-o ao jovem monarca Luís XIII e a regente Maria de Medicis. O Traité é um relatório sobre o estado da economia nacional e os meios de melhorá-lo e se compõe de quatro livros: 1º Das

manufaturas, 2º Do comércio, 3º Da navegação, 4º Dos cuidados do príncipe.

O interesse da obra está em ser a primeira a ostentar em seu título a expressão economia política, inventada pelo poeta-economista, cuja segunda relação com a História do Pensamento Econômico é a infelicidade de ter sido abatido por Claude Turgot, sire de Tourailles, um ascendente do político e economista fisiocrata Anne-Robert-Jacques Turgot (1727-1781), baron d'Aulne, autor das Réflexions sur la formation et la distribution des richesses (1766).

Quando Jean-Jacques Rousseau escreveu o seu Discours sur l'économie politique em meados do século XVIII, a Economia Política ainda não se separara da Política e da Jurisprudência e não existia com o sentido que hoje lhe damos, não constituindo ainda uma ciência especial.

O ano de 1755 assinalado pelo Terremoto de Lisboa, pelo falecimento de Montesquieu e pelo início da Guerra dos Sete Anos entre a França e a Grã-Bretanha, é também aquele em que pela primeira vez se imprime o Essai sur la nature du commerce en général, escrito em 1725, por Richard Cantillon (1680-1734), considerado como o berço da Economia Política, por William Stanley Jevons (1835-1882).

Admitindo que o Essai de Cantillon foi o primeiro tratado sistemático de Economia Política, W. Stanley Jevons publicou em 1881 uma pesquisa que realizara com o fito de determinar a qual dos dois países, França ou Inglaterra, pertencia o seu autor, para assim estabelecer definitivamente a nacionalidade da Economia Política. Seu raciocínio e conclusões foram os seguintes:

"Ora, se o Essai de Cantillon pode ser considerado como o verdadeiro berço da Economia Política, qual é a nacionalidade desta recém-nascida ciência? 'La Chimie' diz M. Wurtz 'est une science française'. O imortal 'Traité Élémentaire de Chimie' de Lavoisier foi o seu berço. Que conclusões podemos tirar quanto à nacionalidade da Ciência Econômica? Se as minhas cuidadosas e laboriosas pesquisas me trouxeram o resultado correto, eu poderia formula-lo as-

sim: O primeiro tratado sistemático de Economia foi provavelmente escrito por um banqueiro de nome espanhol, nascido de uma família irlandesa do condado de Kerry, educado sabe Deus onde, com negócios em Paris e que obviamente foi assassinado em Albermarle Street (em Londres). O tratado foi escrito ou em inglês ou em francês, não sabemos qual das línguas; foi primeiramente publicado em Paris, como se fosse uma tradução francesa, assegurando-se que tinha sido publicado por Fletcher Gyles, em frente a Gray's Inn em Holborn; apareceu na Inglaterra numa desgraçada tradução atribuída a um falecido comerciante da City de Londres, provavelmente seu irmão. Excetuando-se que foi citado erradamente por Adam Smith, na Inglaterra até hoje permanece desconhecido ou completamente mal interpretado, enquanto que na França já foi explicitamente reconhecido como a fonte das principais idéias da grande Escola Fisiocrática. Esta escola francesa como se sabe forneceu uma parte importante dos fundamentos da Wealth of Nations, e talvez ainda venha a ser reconhecida, no que concerne a muitas de suas doutrinas, como a verdadeira escola científica de Economia. O leitor pode agora rapidamente decidir por si mesmo — Qual é a nacionalidade da Economia Política? (Cf. Jevons, "Richard Cantillon", 1881).

Com efeito, a obra L'Ami des Hommes publicada em 1756 pelo Marquês de Mirabeau, resultou de uma tentativa deste de comentar o Essai de Cantillon parágrafo por parágrafo, como nos afirma Louis Salleron na edição do Essai feita pelo I.N.E.D. de Paris, em 1952.

Deste esforço nasceu o L'Ami des Hommes que atraiu a atenção do doutor François Quesnay e incorporou Mirabeau na Seita dos Economistas.

Portanto podemos afirmar que a vida do nosso José da Silva Lisboa decorre da publicação do L'Ami des Hommes por Mirabeau até pouco antes do aparecimento do Sistema Nacional de Economia Política de Friedrich List (1841).

O nascimento de Cairu praticamente coincide com a publicação das principais obras de François Quesnay, "Fermiers" (1756), "Grains" (1757), e o "Tableau Economique" (1758).

O falecimento de Cairu em 1835, também pode ser balizado na História do Pensamento Econômico por duas obras publicadas treze anos depois, o Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels e o Principles of Political Economy de John Stuart Mill, ou ainda, na História da Ciência Política, pela obra Democratie en Amerique de Charles Alexis Henri Clérel de Tocqueville (1805-1859).

c) Portugal na Época Mercantilista: O contexto histórico português da Restauração do Reino (1640) a D. José I (1750)

Durante os setenta e nove anos da vida de José da Silva Lisboa, Portugal conheceu três orientações de Política Econômica: a mercantilista, que subsistiu até o século XIX, a fisiocrática fomentada pelo Ministro da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, no governo de D. Maria I, sob a influência dos ensinamentos da Academia Real das Ciências de Lisboa; e, finalmente, a liberal, introduzida atropeladamente por D. João VI, sob a inspiração, entre outros, do próprio José da Silva Lisboa, a partir da data crucial de 1808.

O nascimento de Cairu ocorre quando governava a Capitania da Bahia, D. Marcos Noronha, sexto conde dos Arcos e sétimo vice-rei do Brasil.

Nesse tempo reinava em Portugal D. José I, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além mar, em África Senhor da Guiné, e da conquista, na-negação, comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc.

Os longos títulos de D. José, que aparecem incansavelmente repetidos em sua legislação, servem para dar a medida da decadência do vasto império português, na época em que José da Silva Lisboa vem ao mundo.

Do império esfacelado durante o domínio castelhano por ingleses, franceses e holandeses, só contam efetivamente a costa da África e o Brasil que vai merecer toda a atenção de el-rei.

D. José (1714-1777), filho e sucessor de D. João V (1689 - 1750), sobe ao trono de Portugal cento e dez anos

depois do movimento de 1640, que pôs fim ao domínio dos Felipes de Espanha, 1580-1640, e restaurou a monarquia em Portugal, na pessoa do duque de Bragança e rei, D. João IV (1604-1656).

Dos cento e dez anos que precedem a elevação de D. José I ao trono, quarenta e quatro correspondem ao reinado de seu pai D. João V e trinta e nove ao de seu avô D. Pedro II (1648-1706), vigésimo terceiro rei de Portugal e terceiro da nova dinastia de Bragança.

D. Pedro II, avô de D. José, assumiu o governo por um golpe de estado em 1667 contra seu irmão e o grupo de fidalgos liderados por D. Luis de Vasconcelos e Sousa (1636-1720), 3º conde de Castelo Melhor, escrivão da puridade do jovem rei D. Afonso VI (1643-1683), imediato sucessor de seu pai D. João IV.

Declarado herdeiro do trono pelas Cortes em 1668, D. Pedro II governou como príncipe regente até 1683. Seu governo alcança o ano de 1706. Seu reinado é extremamente importante para a compreensão das vicissitudes dos monarcas seguintes. Vejamos, portanto, alguns dos eventos do reinado de D. Pedro II, pai de D. João V:

1º) Término da Guerra da Restauração (1640-1668), assinando-se a paz com a Espanha em 13 de fevereiro de 1668, concordando Felipe IV (1605-1665), Habsburg, em reconhecer a independência portuguesa. O evento deu azo a uma tal explosão de alegria do povo, tanto em Portugal como na Espanha, que causou espanto aos contemporâneos. D. Luís de Meneses (1632-1690), 3º conde de Ericeira, na sua História de Portugal Restaurado (1679 e 1698), considerou-a uma "inexplicável alegria dos povos"...

2º) D. Pedro II manda fundar em 1679 a Colônia de Sacramento, na margem esquerda do rio da Prata, em frente a Buenos Aires.

3º) Os paulistas, Fernão Dias Pais Leme (1608 - 1681) e seu genro Manuel Borba Gato (? - 1718), realizam as bandeiras de 1673-1681 e 1674-1700, respectivamente, e em

consequência são descobertas importantes jazidas de ouro aluvional na região do rio das Velhas, em Minas Gerais, onde depois se fundou a povoação de Vila Rica.

Os efeitos da descoberta das minas só se farão sentir com intensidade nos reinados seguintes de D. João V, de 1706 a 1750; D. José I, de 1750 a 1777; D. Maria I, de 1777 a 1792; e D. João VI, de 1792 a 1826.

A produção do ouro atingirá o nível máximo entre 1735 e 1766, para então decrescer em decorrência do esgotamento dos aluviões.

4º) Uma crise econômica assolã o Reino, motivada pela concorrência do açúcar das Antilhas (1670). O diplomata, historiador e poeta Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680), na França, em pleno reinado de Luís XIV (1638-1715) e na administração do controlleur général Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), meditando e discutindo essa conjuntura econômica portuguesa, escreveu duas memórias, que lhe asseguram um lugar de prol na História do pensamento econômico luso-brasileiro: — O Discurso sobre a introdução das artes em Portugal e a Observação sobre a transplantação dos frutos da Índia ao Brasil, escritos ambos em Paris no início de 1675.

5º) Dom Luís de Meneses, 3º conde de Ericeira promove o estabelecimento de algumas fábricas de panos em Portugal.

Deixemos falar o economista Alexandre de Gusmão (1695-1753).

"D. Luis de Meneses, terceiro conde de Ericeira, correspondendo-se com Luís de Vasconcelos e Sousa, terceiro conde de Castelo-Melhor, pelos anos de 1680, que então se achava em Inglaterra, tratou com ele os meios de promover o estabelecimento de algumas fábricas de panos dentro do nosso Reino; e para este fim convieram que viessem os mestres e ofícios fabricantes de panos, e mais tecidos de lá, de Inglaterra, a título de criados da Rainha da Grã-Bretanha, a senhora Dona Catarina, que então se recolhia para o Reino.

Vieram os mestres e oficiais no dito ano de 1680: estabeleceu o conde alguns teares de tecer panos nas vilas de Covilhã, Redondo e Portalegre, os quais protegeu e fez aumentar de modo que no espaço de dez anos se achavam as fábricas em grande aumento com muitos teares estabelecidos, fabricando muitos excelentes panos, de modo que igualavam em bondade os de Inglaterra.

Procuravam os ingleses e faziam todas as diligências possíveis para arruinar as fábricas que ainda se achavam naqueles princípios nascentes; mas Ericeira, que as protegia, as ampara, de modo que não as podiam destruir, nem ainda ofender apesar dos esforços que faziam para esse fim.

Tanto trabalhou Ericeira para-aumentar as fábricas, que conseguiu do rei uma pragmática no ano de 1684, em que proibiu expressamente os panos estrangeiros, negando-lhes despacho nas alfândegas; cuja lei suntuária foi ditada pelo mesmo conde: mas por desgraça faleceu este grande patriota no ano de 1690" (Cf. J. Cortesão - Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, parte II, tomo I, pag. 186).

A direção destas fábricas estava em grande parte nas mãos de cristãos-novos. Ericeira defenestrou-se em meio a uma crise de melancolia.

J. Borges de Macedo (1963) observa que a ação de D. Luis de Meneses não se deve por em termos, de "criação" de uma indústria, mas sim em termos de "organização" de uma parte dela dentro de um regime de manufatura, de maneira a facilitar a sua concorrência com a indústria estrangeira.

6º) O último ato diplomático do reinado de D. Pedro II foi a assinatura do Tratado de Methuen de 1703, que marca um ponto alto no desenvolvimento do mercantilismo europeu. Foi celebrado como a obra prima da política comercial da Grã-Bretanha.

"Os mercadores ingleses, explica Adam Smith, não andavam muito bem humorados para com a coroa de Portugal. Alguns privilégios de que desfrutavam, não por qualquer tratado, mas por simples benevolência daquele monarca, certamente atendendo a suas solicitações, e em troca de favores muito maiores, como a defesa e a proteção da coroa da Grã-Bretanha, tinham sido ou infringidos ou revogados".

O Tratado de Methuen veio assim devolver-lhes o bom humor restabelecendo a velha ordem, que Ericeira tentara eliminar com sua pragmática.

O economista D. Luís da Cunha (1662-1749) que se opusera ao tratado, escrevendo entre 1747 e 1749, portanto no final do reinado seguinte, assevera ao futuro rei D. José I que se este quisesse dar uma volta aos seus domínios acharia certas boas povoações quase desertas, como por exemplo na Beira Alta os grandes lugares da Covilhã, Fundão, Guarda e Lamego; em Trás-os-montes a cidade de Bragança, e encontraria destruídas as suas manufaturas.

Uma causa disto segundo D. Luís da Cunha vinha a ser que a Inquisição "prendendo uns por crime de judaísmo e fazendo fugir outros para fora do Reino com os seus cabedais, por temerem que lhos confiscassem, se fossem presos, foi preciso que tais manufaturas caíssem, porque os chamados cristãos-novos as sustentavam e os seus obreiros, que nelas trabalhavam, e eram em grande número, foi necessário que se espalhassem e fossem viver em outras partes e tomassem outros ofícios para ganharem o seu pão, porque ninguém se quis deixar morrer de fome".

"Uma segunda parte da causa, que não é irreparável, como em seu lugar direi", escreve D. Luís da Cunha,

"foi a permissão que S. Magestade deu aos ingleses para meterem em Portugal os seus lanifícios, principalmente os panos, havendo doze anos que o dito senhor os tinha proibido, de que resultava que as nossas manufaturas se iam aperfeiçoando de tal maneira que eu mesmo vim a França e passei a Inglaterra vestido de pano fabricado na Covilhã ou em o Fundão. Para esta desgraça concorreram três coisas, a primeira querer o senhor rei D. Pedro comprar a rainha de Inglaterra, com a qual acabava de fazer um tratado de perpétua aliança defensiva e lhe pedia que levantasse a pragmática; a segunda ser D. João Methuen, seu embaixador, irmão de um grande mercador de panos e assim trabalhou em causa própria, sem embargo de que sempre lhe fui contrário; e a terceira, que pôs a foice à raiz, foi que o dito embaixador fez conceber a certos senhores, cujas fazendas pela maior parte consistem em vinhos, que estes teriam melhor consumo em Lis-

boa pela grande quantidade que deles sairia para fora, se por equivalente desta permissão, Inglaterra se obrigasse a que os vinhos de Portugal pagassem de direitos a terça parte menos que os de França; e isto bastou para que o tratado se concluísse e para que as nossas fábricas, como acima digo, totalmente se perdessem.

Não há dúvida que a extração dos nossos vinhos cresceu incomparavelmente(...).

Contudo esta grande exportação de vinhos não é utilíssima como se imagina, porque os particulares converteram em vinhas as terras de pão, tirando assim delas maior lucro, mas em desconto a generalidade padece maior falta de trigo, de centeio e cevada, de sorte que se o vinho sai de Portugal, é necessário que de fora lhe venha maior quantidade de pão".

O economista D. Rodrigo de Sousa Coutinho no seu "Discurso sobre a verdadeira influência nas minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa", publicado em 1789, no Tomo I, das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, assim resume a história econômica de Portugal desde a passagem do Cabo da Boa Esperança até o reinado de D. Maria I.

"Antes da passagem do Cabo da Boa Esperança, a nossa indústria, e o nosso comércio estavam ainda no berço: aquela feliz resolução mudou a face da Europa: transferiu o mercado das especiarias e manufaturas orientais de Veneza para Lisboa; e nos felizes anos que possuímos sem concorrência este comércio d' economia, a nossa povoação e a nossa riqueza tiveram um rápido aumento. Infelizmente todos conhecem a breve duração que teve. Os últimos anos do reinado do Senhor D. João III foram o princípio da nossa decadência, que o seu sucessor precipitou animado do entusiasmo, recebido na educação que fez inúteis os talentos de que a natureza o dotou, fazendo-o susceptível de grandes virtudes.

Seguiram-se os sessenta anos, em que prevalecendo a força ao direito, não vimos representar mais que tristes cenas: o nosso rico comércio, as nossas colônias por uma mal entendida política se abandonaram aos inimigos do Estado, unindo estas calamidades as ou-

tras que sofreram ao mesmo tempo todos os vasallos espanhois. Na grande e feliz época de 1640, o grande rei que então subiu ao trono, apesar da terrível guerra que sustentava procurou todos os meios possível de restabelecer a antiga glória da nação; e ainda hoje nas suas saudáveis determinações que a História conservou, brilha um espirito sólido e inteligente nos seus verdadeiros interesses. A felicidade do breve reinado do seu sucessor (D. Afonso VI) nos faz saudosa a sua memória, e digna de lastima a sua catástrofe.

O reinado do senhor rei D. Pedro, época em que se descobriram as grandes minas do Brasil foi também a do Tratado de Methuen, o qual destruindo todas as manufaturas do reino, e fazendo cair todo o nosso comércio nas mãos de uma nação aliada e poderosa, fixou contra nós a balança do comércio em tal maneira, que o imenso produto das minas foi limitado para o soldar.

As minas retardaram por algum tempo sentir-se os efeitos daquelle desigual tratado e foram contudo culpadas, quando principiou a conhecer-se a ruina da indústria nacional. No reinado do senhor D. João V produziram aquella aparente riqueza, que não sendo fundada na industria, e diminuindo continuamente por uma balança muito ruinosa, veio enfim a desvanecer-se.

A pouca justiça com que se criminalaram as minas foi bem conhecida no reinado do senhor rei D. José I, de saudosa memória, que procurou remediar todos os abusos, que se tinham introduzido a sombra do Tratado de Methuen tanto em dano da nação, e que eram o verdadeiro motivo da nossa decadência.

Vimos em nosso tempo a aurora do mais ditoso dia, é a justa posteridade lerá com admiração as ações dum soberano, que fez florescer dentre as cinzas a mais florescente cidade, criando o crédito publico, e desterrando o prejuizo, que nos sujeitava a uma nação perita nos seus interesses, que com o aparente e especioso veu de proteção, nos tinha quase reduzido a ser colonos duma estranha metrópole. Vemos a feliz continuação deste dia no reinado de nossa augusta soberana, e as mais lisonjeiras esperanças nos fazem ver na sua régia successão perpetuado o bem-publico, e elevado o esplendor da nação tanto além da glória dos nossos maiores, quanto as luzes do século decimo oitavo excedem, as do decimo quinto, e decimo sexto".

A grande figura que ilumina todo o período que se estende da Restauração ao início do reinado de D. João V é a de Antonio Vieira, jesuita, clássico da língua portuguesa, estadista e economista, que viveu de 1608 a 1697.

Suas idéias econômicas afloram a cada passo em suas cartas, sermões e outros papéis. Cairu talvez tenha sido o primeiro a reconhecer nele o grande economista. Vieira inspirou-se em Hugo Grotius (1584-1645), holandês cujas obras constituem libelos contra o monopólio português do comércio do Oriente e uma tentativa de justificar moral e juridicamente a guerra sem quartel que a Holanda lhe movia.

O final do reinado de D. João V, filho e sucessor de D. Pedro II é o ponto em que se constitui a família Silva Lisboa.

Para exaltar a obra pombalina no governo de D. José I, muitos autores se esmeraram em denegrir o reinado de D. João V, que teve a condicioná-lo o Tratado de Methuen de 1703 e o ciclo do ouro no Brasil.

Não parece contudo inexato afirmar que o seu reinado, pelo menos no tempo em que o rei esteve ativo, constituiu um ponto alto na história da administração portuguesa.

Escreve Vilhena Barbosa, num estudo de 1868, denominado "Luxo e magnificência da corte de Dom João V", publicado no Archivo Pitoresco, vol. XI, págs. 6 e segs:

"As imensas riquezas que nessa época nos vieram do Brasil, não foram consumidas improdutivamente. Não foram transformadas somente, como em geral se apregoa, nas obras de Mafra, nas bulas de ereção da Patriarcal, em donativos e infinito numero de igrejas, e em cercar o trono real de esplendores cada vez mais deslumbrantes. Serviram também para grandes empresas de abertura de canais em que figuram, entre outros, a chamada vala de Azambuja, que ia até Rio Maior, e o Tejo Novo, a mais grandiosa obra hidráulica que tem sido empreendida em Portugal. Serviram para a construção de inúmeras pontes e das principais estradas do Reino, reconstruídas ou reparadas nos dois reinados seguintes, e que afinal por nosso desleixo, vieram a cair em completa ruína. Serviram para a criação de importantes estabelecimentos fabris e para a introdução de indús-

trias novas; para a restauração da marinha de guerra, para a fundação e manutenção de academias e de várias escolas. Serviram enfim para estas e para muitas coisas úteis, umas que ao diante se anularam ou perderam, por efeito da decadência e desordem que se introduziram em todos os ramos da administração do Estado nos últimos nove anos do reinado de Dom João V, em que este soberano esteve paralítico, outras, em razão das reformas com que se estreou o governo d'el-rei D. José I, vieram, no decurso do tempo, a ser atribuídas à patriótica iniciativa do marquês de Pombal" (Citado por Teixeira Soares, 1961).

Um estudo recente de Jorge Borges de Macedo publicado na Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, III série, nº 4, 1960, com o título "O pensamento econômico do Cardeal da Mota. Contribuição para seu estudo", vem corroborar as asserções de Vilhena Barbosa.

O estudo de J. B. Macedo traz anexo um precioso documento denominado:

"Parecer do Cardeal da Mota sobre a instalação em Lisboa de uma manufatura de sedas", datado de Lisboa Oriental, 9 de fevereiro de 1734. No preâmbulo do documento o economista, Cardeal João da Mota e Silva, dos ministros de D. João V, um dos mais importantes, revela-se familiarizado com as práticas mercantilistas francesas e inglesas.

"A utilidade que resulta às monarquias do estabelecimento de fábricas, é tão evidente, e notória que não necessita de persuadir-se. Basta so refletir que este é um dos principais cuidados em que sempre se empregaram as maiores potências e que todos aqueles estados que conseguiram a fortuna de pôr em prática semelhantes estabelecimentos abundam em riquezas com que igualmente se utilizam os príncipes e os vassallos: e pelo contrário os que carecem de fábricas, além de uma sujeição pouco decorosa em que se constituem pela dependência das outras nações, vivem pobres e reduzidas a uma extrema decadência. A razão desta diferença é bem palpável porque os primeiros não só conservam em si os cabedais próprios mas atraem os alheios, pelas manufaturas que vendem e os segundos para as comprarem e se proverem do que necessitam são constrangidos a privar-se dos seus tesouros.

É este o motivo porque os reis de França, principalmente desde o tempo de Henrique IV, se applicaram tanto a estabelecer e aumentar as suas grandes fábricas que hoje vemos, enriquecendo-as de privilégios, animando os fabricantes com largos donativos e pensões vitalícias e promulgando repetidas leis para regular o seu bom governo, e as suas vantagens. O mesmo praticaram os ingleses e o exemplo destas duas nações tem causado uma tal emulação nas mais da Europa, que nenhuma deixa de ter suas fábricas com que procuram ou arruinar as dos vizinhos ou ao menos fazer-se independentes delas.

Só entre nós parece ser mais do que mero descuido e negligência máxima assentada o não haver no Reino fábricas; porque sobre não termos de estabelecê-las, até algumas que tivemos deixamos destruir impunemente pelas nações estrangeiras. Os nossos mesmos gêneros lhes estamos entregando nas mãos para depois de beneficiados nas suas fábricas no-lhes tornarem a introduzir para o nosso uso; de que resulta perdemos não só o lucro que havíamos tirado da venda, mas as imensas riquezas que Deus nos deu, o Brasil. Não há menos de 30 anos que as suas minas se estão desentranhando em ouro e os que o avaliam em menos dão a cada ano mil até mil e duzentas arrobas: se procurarmos averiguar que é feito destes incomparáveis tesouros acharemos que a reserva de uma mínima parte que ficou no Reino, tudo o mais passou para os estrangeiros, porque deles nos vem tudo o de que necessitamos.

Esta única reflexão bastaria para convencer quanto serão úteis ao Reino as fábricas de estofas e mais manufaturas de seda de toda a qualidade que pretendem estabelecer Monsr. Si bert e Godem. Porém ainda há outras razões que persuadem ser não só conveniente mas preciso este estabelecimento".

O surto industrial do governo de D. João V, entre 1720 e 1740, ao qual se relaciona o mencionado documento decorreu das dificuldades econômicas gerais, que o governo procura enfrentar desse modo. Com efeito nesse período agravava-se a situação brasileira com o aumento do contrabando do ouro e os perigos de guerra com a Espanha. Ao mesmo tempo surgem novas dificuldades no domínio português do Oriente (1736-1740). A estas dificuldades econômicas acrescentam-se difi

culdades sociais: insubordinação de nobres (1728); indisciplina nos conventos (1731-1740); conflitos de trabalho (greve de pedreiros em Mafra, 1731; campanha a favor da sesta, em Lisboa, 1740); intensificação da luta antijudaica (1730-1735) (Cf. D. João V, Dicionário de História de Portugal, v.2).

Todas estas dificuldades materiais sociais e políticas se agravaram consideravelmente desde que o rei adoeceu, em 1740, antes de poder continuar as medidas que entre 1730 e 1740, havia tomado no sentido de melhorar o equipamento administrativo e as condições diretivas de absolutismo: reforma das Secretarias de Estado (1737); reforma de capitação (1735); repressão da insubordinação monacal (1736-1739).

Nos últimos anos do reinado de D. João V, as deficiências do Estado vieram à superfície, sobretudo depois da morte do Cardeal da Mota (1747), que era a personalidade em que o rei depositava toda a confiança. Culturalmente, o reinado de D. João V reveste-se de aspectos de extremo interesse, quer no plano das belas-artes, quer no da história da cultura portuguesa. Esta, incapaz de se formular em termos de abstração e de pensamento teórico, aplica-se em estudos práticos, por vezes com base científica, como a cartografia; ou em estudos técnicos, como a engenharia; ou em estudos humanísticos de aplicação direta, como o direito.

No capítulo das instituições de cultura merece referência especial a Real Academia Portuguesa da História, fundada em 1722, devendo igualmente mencionar-se a introdução da ópera italiana, em 1731.

Não podemos deixar este ponto sem mencionar o nome de um outro ministro de D. João V, o economista Alexandre de Gusmão, cujas obras foram recentemente publicadas pelo Instituto Rio-Branco do Ministério das Relações Exteriores, sob os cuidados do eminente Prof. Jaime Cortesão. Do ponto de vista econômico estas obras ainda não foram estudadas. Dele podemos citar os seguintes escritos nas Obras Várias (Parte II, Tomo I) da edição Jaime Cortesão: "Projeto da capitação e maneiio, proposto a D. João V por Alexandre de

Gusmão, 1733"; "Apontamentos Políticos, Históricos e Cronológicos, copiados das Memórias Secretas de Gusmão. Sobre as fábricas do Reino"; "Apontamentos discursivos sobre o dever impedir-se a extração da nossa moeda para fora e reinos estrangeiros, por causa da ruína que daí se segue: a cujo papel vulgarmente chamam O Cálculo de Gusmão, exposto ao fidelíssimo rei o senhor D. João V, pelo dito autor Alexandre de Gusmão (princípios de 1749). A Gusmão também se deve o texto da Pragmática de 1749, a última.

Assim como os Tratados de Methuen foram os atos diplomáticos mais importantes no crepúsculo do reinado de D. Pedro II, o Tratado de Madrid (1750), obra de Alexandre de Gusmão marca o ponto alto da diplomacia de D. João V, seu sucessor. Jaime Cortesão assim se refere a Alexandre de Gusmão:

"Reformador e estadista, devem-se-lhe não só os seus excelentes ensaios económicos, sociais e religiosos, mas algumas leis ou sistemas de leis de tendência democrática, como o sistema de capitação para as minas do Brasil e a pragmática de 1749, que procurava acabar com os excessos do luxo e da ostentação e as diferenciações de classe em Portugal e Brasil.

Mas a sua obra capital, que o ergue às alturas dum dos grandes fundadores da nacionalidade brasileira, é o Tratado de Limites. À distância de dois séculos, ele propôs solução ou resolveu os maiores problemas da formação territorial, viabilidade e segurança do Estado do Brasil. Mau grado a execução do Tratado de Madrid se haver malogrado, Alexandre de Gusmão legou para sempre aos brasileiros a consciência e os fundamentos jurídicos do espaço próprio e dos seus limites legítimos e inalienáveis. (...)

Precursor da geo-política americana; definidor de novos princípios jurídicos; mestre incedível da ciência e da arte diplomática, Alexandre de Gusmão tem direito a figurar na história, como um construtor genial da nação brasileira, pela clarividência e firmeza duma política de unidade geográfica e defesa da soberania, que antecipam, preparam e igualam a do Barão do Rio Branco". (Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, Parte I, Tomo II (1735 - 1753), pag. 446-447.

Capítulo 2. A família de José da Silva Lisboa	30
Capítulo 3. Infância e juventude de José da Silva Lisboa	37
Capítulo 4. Um amigo: O dicionarista Antonio de Mo- raes Silva	39
Capítulo 5. José da Silva Lisboa em Coimbra	
a) José da Silva Lisboa inicia o curso universitário	47
b) O governo de D. José I	48
c) A formação do pensamento econômico do Marquês de Pombal	51

Capítulo 2.

A família de José da Silva Lisboa. Seu irmão Balthazar da Silva Lisboa e a Academia de Direito de São Paulo

Dos avós de José da Silva Lisboa nada se sabe e sobre seus pais também são muito escassas as referências que podemos encontrar nas obras dos principais biógrafos.

Sua mãe Helena Nunes de Jesus era brasileira, natural da Bahia, o pai era português, arquiteto (ou mestre-pedreiro simplesmente, como averiguou Pedro Calmon).

Segundo o mesmo historiador, somente depois de alguns anos no Brasil é que Henrique da Silva, pai do futuro Visconde de Cairu, decidiu acrescentar o nome de sua cidade natal ao seu próprio, passando a chamar-se Henrique da Silva Lisboa (Cf. B.S. Lisboa, Annaes do Rio de Janeiro, 1967, vol. VIII, pag. 16).

É provável que este, nascido na primeira metade do século XVIII, se tenha transferido para o Brasil, com outros familiares, depois de 1740.

Em 1741 adoece el-rei D. João V e a partir de então agrava-se para Portugal a sua crise econômica e administrativa, visto que o monarca não mais pôde ocupar-se do governo da forma como fazia anteriormente, vindo a falecer em 31 de julho de 1750.

Chevalier Desotieux, na sua "Administração de Sebastião José de Carvalho e Melo (1786)", analisando esta fase crítica da história portuguesa assevera:

"No meio de trabalhos, fadigas, cuidados, amores, festins e prazeres, cai enfermo o Sr. Dom João V e a sua enfermidade degenerou em langor.

Cessam então todos os divertimentos, as portas dos teatros se fecham, e as assembleias se acabam: o trono fica solitário, porque os vãos se retiram.

Cessam também o esplendor, a grandeza e o luxo: as artes desfalecem, enfraquece a mão-de-obra e as manufaturas degeneram".

Em consequência desse desfalecimento geral da atividade econômica em Portugal, foi que Henrique da Silva Lisboa se transferiu para o Brasil, aportando na Bahia, num ano qualquer entre 1740 e 1755, poderíamos conjecturar.

Não foi fácil a vida do jovem português nos primeiros anos na Bahia.

Cipriano José Barata de Almeida, famoso panfleto e inimigo político do Visconde de Cairu, num de seus panfletos o "Sentinela da Liberdade", nº 27, de 17 de dezembro de 1831, aludindo às dificuldades econômicas de Silva Lisboa, na juventude, nos faz uma revelação de grande interesse sobre seu pai:

"eu conheci como as palmas das minhas mãos, entre os fidalgos modernos, um visconde que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos rotos, botões caídos e chapéu casquete, e as vezes de vestes de ganga rotas e chinelos, o qual, depois, vários lances da fortuna e traições à Pátria fizeram chibantão; e o pai deste, até vinte anos nunca teve sapatos; a sua camisa e calça eram de aniagem e rota; e em lugar do chapéu servia um pedaço de bambo-quere atado na cabeça, o qual lhe fazia vezes de lenço; e era ajudante e remador de uma canoa de pescar tainhas; e um irmão deste e tio daquele, todo esfarrapado, tomava esmolas na portaria de São Francisco e trazia atrás de si os moleques, que o apupavam, etc. etc." (Cf. Hélio Viana, 1945, pag. 442).

Diante de tal testemunho é lícito admitir que realmente não foram fáceis os primeiros anos no Brasil para o jovem Henrique da Silva Lisboa, cuja sorte no entanto deveria melhorar consideravelmente em futuro não muito remoto.

Passando de "ajudante e remador de uma canoa de pescar tainhas" para o ramo das construções, alcançaria significativo sucesso econômico e social.

Para isto sem dúvida concorreu o terremoto de 1º de novembro de 1755, que arrasou Lisboa, num sábado fatídico, de manhã.

A reconstrução da cidade pelo Marquês de Pombal,

exigindo a volta de numerosos profissionais a Portugal, criaria novas oportunidades na Colônia a jovens empreendedores.

A nova atividade naturalmente colocou Henrique da Silva Lisboa em contato com a governança, o clero, a nobreza e o corpo de comércio da cidade da Bahia, então a colônia mais importante do Império Português. Estas são as classes em que seus filhos se relacionarão.

Casando-se com Helena Nunes de Jesus, criou família numerosa, que educou com esmero. Sóbrio, esforçado, despótico, extremamente religioso, enviou, com recursos próprios, quatro de seus filhos às Faculdades de Cânones e Leis em Coimbra.

Talvez o sobressalto das guerras com a Espanha no sul do Brasil e as inevitáveis convocações militares, o levassem a dar aos filhos aquele destino.

Dos quatro, três, inclusive o futuro Visconde de Cairu, se destinavam ao estado eclesiástico, por decisão paterna.

Os filhos de Henrique da Silva Lisboa e Helena Nunes de Jesus, cujos nomes a História registra são os seguintes, além do Visconde de Cairu: Daniel da Silva Lisboa, doutor em Cânones, cônego da Sé da Bahia, e Balthazar da Silva Lisboa, doutor em Direito Civil e Canônico e Paulino da Silva Lisboa, funcionário na Alfândega da Bahia, cujo filho João da Silva Lisboa celebrizou-se na guerra da Cisplatina e morreu Capitão-de-mar-e-guerra.

O Visconde de Cairu teve ainda outro irmão, cujo nome se desconhece, e que teria morrido de enjôo na viagem de regresso depois de se formar na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, segundo o historiador Alfredo do Valle Cabral (Cf. A. V. Cabral, 1881).

Em Portugal estes rapazes contaram sempre com a amizade e a proteção de D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, brasileiro, fluminense, Bispo de Coimbra, Reitor e Reformador da Universidade, homem notável e da inteira confiança do Marquês de Pombal.

Nascido em 5 de abril de 1735, de pais ricos e

abastados, no engenho de Marapicu, Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga, Rio de Janeiro, Dom Lemos governou a Universidade de Coimbra de 1770 até pouco antes de sua morte, ocorrida em 22 de abril de 1822, tendo sido confirmado no cargo de Reitor e Reformador por D. Maria I, em 1777, e por D. João em 1799 e nos anos futuros.

Dos irmãos de José da Silva Lisboa merece desta que especial o Dr. Balthazar da Silva Lisboa, também economista e que foi o primeiro lente de Direito Eclesiástico na Academia de Direito de São Paulo, fundada, juntamente com a de Olinda, pela Carta de Lei imperial de 11 de agosto de 1827.

Chegou a São Paulo em março de 1828, contando já 67 anos de idade e lecionou sua disciplina apenas no ano de 1829.

Retornando ao Rio, pretextando doença, iniciou em 1835 a publicação da sua obra-prima Anaes do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, o Dr. Balthazar ficou muito mal acomodado numa cela do Mosteiro de São Bento, por não ter encontrado uma casa para alugar. A cidade era pequena demais para acomodar os estudantes e professores que afluíam à nova Academia.

O amargurado, indeciso e perenemente demissionário Tenente-General Rendon, primeiro diretor da Academia do Largo de São Francisco, informava a propósito deste problema o Ministro do Império, em 28 de fevereiro de 1829:

"E porque a falta de casas aumenta, já se acham seis estudantes em celas do dito convento (São Francisco) dos quais um foi a pedido do Presidente da Província, e todos pela razão de não acharem casas para alugar, o que era natural acontecesse em cidade pequena, não sendo possível edificarem-se com tanta brevidade e falta de oficiais"(Cf. S.Vampre-Memorias para a história da Acad.de São Paulo, 1977).

A criação do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais na cidade de São Paulo foi um dos maiores acontecimentos da sua história e o princípio do seu processo de expansão nos primeiros anos do Império.

É agradável constatar que, José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, esteja assim, ainda que indiretamente, ligado aos primeiros e difíceis anos da famosa Academia, hoje Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Nessa época Cairu era Diretor dos Estudos.

Balthazar da Silva Lisboa foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. É reconhecido como economista, por ter deixado algumas obras nesse campo.

Entre elas destacam-se o "Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil, para uso da mocidade portuguesa destinada ao comércio, etc.. Lisboa, 1786, 1806-1808; e a "Memória topográfica e econômica da Comarca de Ilhéus, inserta no tomo IX das "Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa". Como economista interessou-se pelo aperfeiçoamento da agricultura e pela preservação e utilização racional dos recursos vegetais, tendo sido Juiz Conservador das Matas.

A propósito da criação dos Cursos Jurídicos vamos fazer duas observações para encerrar este capítulo, uma sobre o papel dos estudantes brasileiros de Coimbra que aventuraram a idéia, outra sobre o fato de que a criação desses cursos também marca o início do estudo da Economia Política em nível universitário no Brasil.

Quando das comemorações, com a presença do Marquês de Pombal, que se realizaram em Coimbra de 22 de setembro de 1772 a 22 de outubro seguinte para marcar a reforma da Universidade, os estudantes brasileiros não mediram esforços para que as solenidades se revestissem do maior esplendor. Escreve Teófilo Braga em sua monumental História da Universidade de Coimbra (volume 3, pág. 427):

"Escusado é descrever o deslumbramento das luminárias por toda a cidade; mas as memórias contemporâneas insistem na iluminação que fizeram os estudantes brasileiros com efeitos de perspectiva, representando a Ciência caindo, e de entre nuvens saindo uma mão que a sustenta pelo braço; e além de tão lisonjeira alegoria, fize-

ram tocar uma orquestra mandada vir do Porto, a qual deu diferentes concertos. Compreende-se o entusiasmo dos estudantes brasileiros, porque o reitor Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, da casa e morgado de Marapicu, nascera na freguezia de Santo Antonio de Jacutinga, do Rio de Janeiro".

Em 14 de junho de 1823, não tendo ainda o Império do Brasil obtido o seu reconhecimento por Portugal, o deputado paulista, de Santos, José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois Visconde de São Leopoldo, participa à Assembléia Constituinte que a situação dos académicos brasileiros em Coimbra era extremamente delicada e de sorte a exigir providências urgentes. Declara o eminente deputado:

"Uma porção escolhida da grande família brasileira, a mocidade, a quem um nobre estímulo levou à Universidade de Coimbra, geme ali debaixo dos mais duros tratamentos e opressão, não se decidindo, apesar de tudo, a interromper, e a abandonar sua carreira, já incertos de como será semelhante conduta avaliada por seus pais, já desanimados por não haver ainda no Brasil institutos, onde prossigam e rematem seus encetados estudos.

Nessa amarga conjuntura, voltados sempre para a pátria, por quem suspiram, lembraram-se de constituir-me com a carta que aqui apresento. Correspondendo, pois, quanto em mim cabe, a tão lisonjeira confiança, e usando, ao mesmo passo, das faculdades, que me permite o Capítulo 6º do nosso Regimento Interno, ofereço a seguinte Indicação:

"Proponho que no Império do Brasil se crie, quanto antes, uma Universidade, pelo menos, para assento da qual parece ser preferida a cidade de São Paulo, pelas vantagens naturais, e razões de conveniência geral.

Que na Faculdade de Direito Cível, que será sem dúvida uma das que comporão a nova Universidade, em vez de multiplicadas cadeiras de Direito Romano, se substituam duas, uma de Direito Público Constitucional, outra de Economia Política - Paço da Assembléia, 12 de junho de 1823. O deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro".

Esta modesta Indicação foi o gérmen das discussões que levam à criação dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo e Olinda, nos quais se introduziu a

Cadeira de Economia Política, como propusera o futuro Visconde de São Leopoldo.

A data de 11 de agosto de 1827 pode assim ser considerada também como a da implantação do estudo da Economia em nível universitário no Brasil.

O esforço de alguns intelectuais para que o ensino da Economia Política se introduzisse entre nós já era antigo por esse tempo e está associado ao notável economista, discípulo de J. B. Say, Desembargador João Rodrigues de Brito, autor das conhecidas Cartas Económico-Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia, escritas em 1807 e reeditadas por I. A. Benevides em 1821, como subsídio aos deputados das Cortes de Lisboa.

Foi João Rodrigues de Brito, deputado português às Cortes, que na Sessão de 10 de fevereiro de 1821 apresentou um projeto de decreto cujos principais artigos eram:

"1º - Criar-se-ão três cadeiras de Economia Política nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto. 3º - Dar-se-ão as lições pelo Catecismo e Tratado de João Batista Say, enquanto não aparecer outro melhor. 7º - Passados dois anos da publicação deste decreto, ninguém será admitido à matrícula na Universidade sem previo exame, em que mostre ter adquirido os referidos conhecimentos, ou seja nas aulas públicas ou nas suas casas particulares" (Cf. Amzalak, 1928).

É interessante notar que do Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, um grande intelectual e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fora um dos deputados paulistas às Cortes de Lisboa. As discussões que por lá se seguiram a respeito do ensino da Economia Política não podem ter deixado de o impressionar.

Uma outra observação é que nas Cartas Económico-Políticas o seu editor I. A. F. Benevides atribui às instâncias do desembargador João Rodrigues de Brito a criação, pelo decreto de 23 de fevereiro de 1808, da primeira Cadeira de Economia Política do Brasil cuja propriedade foi dada a José da Silva Lisboa por D. João VI (Cf. pág. 61 das Cartas, nota a).

Em Portugal os estudos de Economia Política só foram introduzidos em 1836, por decreto de 5 de dezembro, que criou uma cadeira na Universidade de Coimbra.

João Rodrigues de Brito era irmão de Joaquim José Rodrigues de Brito, economista fisiocrata, contraditor de Adam Smith, autor das volumosas Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações principalmente Portugal, 3 vols. Lisboa, 1803 a 1805. Foram todos amigos do Visconde de Cairu.

Capítulo 3. Infância e juventude de J. S. Lisboa. Estudos pré-universitários. O mestre Pedro José da Fonseca

Da infância de Cairu sabe-se muito pouco. Foi uma criança inteligente e aplicada aos estudos, estudou música, aprendendo a tocar piano. Este detalhe é importante para assinalar o progresso econômico e social da família Silva Lisboa já por esse tempo. Nasceu José da Silva Lisboa na Cidade da Bahia em 16 de julho de 1756.

Neste ano o futuro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo deixa a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e passa a ser o secretário dos Negócios do Reino.

O Visconde de Cairu nasceu, portanto, no sexto ano do reinado de D. José I, praticamente no início da ascensão política do Marquês de Pombal, ascensão esta que toma impulso depois que este assume a chefia do governo.

Podemos afirmar que José da Silva Lisboa recebeu uma educação secundária completa e refinada pelos padrões da época, uma formação literária, religiosa e musical, ao gosto D. João V.

O andamento normal do ensino, no seu tempo, compreendia as chamadas primeiras letras, isto é, ler, escrever e contar; depois a gramática latina. Em seguida vinham os estudos menores a saber: filosofia racional e moral (lógica, metafísica e ética); retórica e arte poética (eloquência); e língua grega. Terminados estes preparatórios o estudante estava apto para o exame de habilitação a Universi-

dade, onde realizaria os seus estudos maiores.

Com a reforma universitária implantada, em 1772, pelo Marquês de Pombal os estudos maiores podiam ser realizados em seis faculdades a saber: Faculdade de Teologia, Faculdade de Cânones, Faculdade de Leis, Faculdade de Medicina, Faculdade de Matemática e Faculdade de Filosofia, dividindo-se esta em dois ramos: no primeiro ano Filosofia Racional e Moral (Lógica, Metafísica e Ética) e nos três anos seguintes, a Filosofia Natural (História Natural dos três reinos, Física Experimental e Química Filosófica e Médica).

Era comum os estudantes cursarem duas Faculdades simultaneamente, ou cadeiras isoladas.

José da Silva Lisboa progrediu nos estudos rapidamente. Estudou as primeiras letras em casa com um professor particular, como era de costume na época. Aos oito anos, já sabendo ler, escrever e contar, inicia a gramática latina. Em seguida estuda filosofia racional e moral com os frades carmelitas da sua cidade natal.

Esgotadas as possibilidades de avançar mais nos estudos na cidade da Bahia, seu pai o envia a Lisboa a fim de completá-los e habilitar-se à Universidade.

Em Lisboa o jovem brasileiro, contando uns dezessete anos de idade, vai ser discípulo de um laborioso mestre e distinto filólogo: Pedro José da Fonseca, professor-regio de retórica e arte poética.

O Professor Pedro José da Fonseca era o maior mestre de eloquência de Lisboa nessa época. Sua aula de retórica e poética sempre contou com elevado número de discípulos e estes, segundo o próprio mestre nos declara, sempre se avantajariam nos concursos para nomeação de professores de retórica em todo o reino.

É patente a influência deste mestre sobre o futuro Visconde de Cairu. Em 1779, Fonseca será um dos sócios fundadores da Academia Real das Ciências e no ano seguinte será diretor da comissão acadêmica encarregada de elaborar o Dicionário da Língua Portuguesa.

Por falta do necessário apoio a grande obra não

vingaria. Em 1793 apareceu o primeiro e único volume do projetado Dicionário, contendo somente as palavras começadas pela letra A. Como era inevitável interrompeu-se a obra na palavra "azurrar" para divertimento dos filólogos até hoje.

Capítulo 4. Um amigo: O dicionarista Antonio de Moraes Silva, tradutor de Adam Smith

A glória de levar a bom termo a ingente tarefa de recopilar o primeiro Dicionário da Língua Portuguesa (1789), estava reservada ao jovem fluminense Antonio de Moraes Silva, amigo e contemporâneo de José da Silva Lisboa na Universidade de Coimbra e tradutor de Adam Smith.

A tradução das "Investigações sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações" levada a cabo por Antonio de Moraes Silva perdeu-se, talvez nas correrias da Revolução Pernambucana de 1817, destruída com outros papéis pelo próprio Moraes Silva.

O manuscrito teve, contudo, pelo menos um grande leitor, o nosso José da Silva Lisboa.

O grande historiador Rodolfo Garcia ao chamar a atenção para esse fato em uma curta nota à História Geral do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen (Tomo V, 6ª edição, nota nº 31, pág. 17) declara:

"Silva Lisboa norteou-se para os estudos econômicos a partir de 1796, quando Antonio de Moraes Silva, o autor do Dicionário, lhe mostrou na Bahia uma sua tradução da obra de Adam Smith".

É uma afirmação ousada que o estudo mais pausado da vida do professor José da Silva Lisboa parece confirmar.

Para esclarecer um pouco mais este ponto façamos uma curta diversão, deixando Silva Lisboa e acompanhando o seu aventureiro colega Antonio de Moraes Silva, que bem merece um lugar na História do Pensamento Econômico Luso-Brasileiro.

Antonio de Moraes Silva tinha o mesmo nome que seu pai e nasceu no Rio de Janeiro em 1º de agosto de 1755.

Sua mãe chamava-sse Rosa Maria de Carvalho.

Filho único de pais abastados, teve esmerada educação, que ficou a cargo de um sacerdote, seu tio materno.

Aos 19 anos está em Portugal, matriculando-se em Coimbra, no dia 28 de novembro de 1774. Formou-se em Direito, em 16 de junho de 1779, ao mesmo tempo que José da Silva Lisboa, seu colega e amigo por toda a vida.

Enquanto Silva Lisboa formado regressa ao Brasil, Moraes Silva conhecerá um destino totalmente diverso e inesperado.

Logo após concluir o seu curso na Faculdade de Leis, foi acusado por um estudante ao Tribunal da Inquisição, juntamente com vários outros formandos e alunos da Universidade, entre os quais os seus colegas e amigos brasileiros Joaquim Cavalcanti, Francisco de Melo e Antonio Pereira de Sousa Caldas, este segundo-anista ainda no Curso de Direito Civil.

O motivo da acusação foi a ceia de formatura, iniciada um pouco antes da meia noite de um dia de jejum. Condenado por este e outros delitos contra a fé, Moraes Silva conseguiu evadir-se, o que não lhe foi difícil, para Londres, onde encontrou generosa proteção e a mui escolhida livraria de Luis Pinto de Sousa Coutinho, então, embaixador de Portugal na Grã-Bretanha, que o nomeou secretário particular da embaixada. Corria o segundo semestre de 1779.

Rodeado de livros, livre da Inquisição e bem protegido, Moraes Silva lançou-se com entusiasmo ao estudo das línguas e das literaturas alemã, inglesa e francesa, ao mesmo tempo em que aprontava uma tradução, que publicou em 1788, em três volumes, com o título: História de Portugal, composta em inglês por uma sociedade de literatos, trasladada em vulgar com adições da versão francesa e notas do tradutor português Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, Lisboa, 1788, 3 vols. com um mapa de Portugal.

Esta obra teve uma terceira edição em Londres, em 1809, com aditamentos feitos por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823), famoso editor do Cor-

reio Braziliense ou Armazem Literário, jornal publicado em Londres de 1808 a 1823.

No Correio Braziliense foram publicadas análises das primeiras obras de José da Silva Lisboa aparecidas na Imprensa Régia, a partir de 1808. Hipólito da Costa também publicou no seu jornal a obra de Jean-Charles-Leonard Simonde de Sismondi (1773-1842), De la richesse commerciale ou principes d' économie politique, appliqués a la législation du commerce, Genève, 1803, 2 tomes.

A tradução, feita pelo próprio Hipólito da Costa, saiu intitulada "Economia Política de Simonde", e encontra-se nos volumes XVI (1816) a XXV (1820) do Correio Braziliense ou Armazem Literário.

Na sua edição da História de Portugal de Antonio de Moraes Silva, Hipólito da Costa acrescenta um capítulo final que contém a história do reinado de D. Maria I (1777 - 1800).

Este capítulo parece ter sido utilizado por José Bonifácio de Andrada e Silva, para a composição do seu Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira, lido em sessão pública da Academia das Ciências de Lisboa, da qual era secretário, aos 20 de março de 1817 (Cf. Obras, vol. II), para assinalar o primeiro aniversário da morte da soberana.

Entre as diversas obras que Antonio de Moraes Silva leu e traduziu em Londres, na biblioteca de Luís Pinto de Sousa Coutinho devemos destacar o Inquiry into the Nature and causes of the wealth of Nations de Adam Smith.

Numa carta datada do seu Engenho Novo da Muribeca, Pernambuco, em 25 de setembro de 1813, e dirigida a José da Silva Lisboa, Moraes Silva declara:

"Eu li Smith em Londres, em 1779; mas mui por alto: outras aplicações e obrigações me desviaram de o revolver de assento, e ponderadamente, fiquei-lhe todavia com a afeição que me obrigou a levar a Bahia a má tradução que ali lhe mostrei (...)"

E mais adiante acrescenta:

"Aqui no meu mato apareceu um Smith em inglês, um Say, sem bom discípulo e comentador, o Ca-

nard, e outros da mesma seita, que é desgraça não haja feito mais fortuna entre gente que trata de legislação (...)"

Esta tradução da Riqueza das Nações em português, que seria a primeira da Europa, ficou inédita, por não ser viável em Portugal, nessa época, quer política, quer comercialmente.

O autor parece conservar o manuscrito ainda em 1813. Talvez tenha desaparecido com outros papéis de Moraes Silva, destruídos por sua ordem, em 1817, no decorrer da Revolução Pernambucana, à qual não aderiu.

A alusão de Moraes Silva a essa sua "má tradução" talvez se explique por saber do aparecimento em 1811 do Compêndio da Obra da Riqueza das Nações de Adam Smith, traduzida do original inglês por Bento da Silva Lisboa, Oficial da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, publicado pela Impressão Régia em três tomos.

O Compêndio contém extratos dos quatro primeiros livros da Riqueza das Nações e total omissão do Livro V, que se denomina "Of the Revenue of the Sovereign or Commonwealth" ou seja "Das rendas do soberano ou da República". É portanto da autoria de Bento da Silva Lisboa, filho mais velho e primeiro biógrafo de José da Silva Lisboa, a primeira tradução, em português, efetivamente publicada, da Riqueza das Nações.

Moraes Silva contava 24 anos ao traduzir Adam Smith. Bento da Silva Lisboa tinha apenas 18 anos.

Cronologicamente, a tradução de Bento da Silva Lisboa seria a terceira, se levarmos em conta as vagas alegações de que poeta e historiador mineiro, Cláudio Manuel da Costa (1709-1789) teria traduzido e comentado o "Tratado da origem da riqueza das nações" (sic).

Os traslados dos sequestros feitos ao Dr. Cláudio Manuel da Costa, na época da Inconfidência nada elucidam a respeito. O cônego Januário da Cunha Barbosa autoridade geralmente citada como garantia dessa afirmação declara em seu Paraso Brasileiro apenas o seguinte:

"Claudio Manuel da Costa foi talvez o primeiro brasileiro que em Minas leu e citou doutrinas de Adam Smith bebidas na sua obra sobre a Riqueza das Nações, e esta circunstância não é de pequena monta em época de tanta obscuridade e perigosa pela novidade dos conhecimentos, que não se queriam propagados no Brasil".

Voltemos, pois, a Londres, em 1779, à livraria mui escolhida e copiosa de Luis Pinto de Sousa Coutinho.

Aí concebeu e iniciou Antonio de Moraes Silva a obra magna da sua vida, o Dicionário da Língua Portuguesa.

Deixemos falar o próprio dicionarista:

"Nela achei boa cópia dos nossos livros clássicos, de cuja leitura vim a conhecer me era necessário estudar a língua materna, que eu, como muita gente, presumia saber arrazoadamente. Entendi também que conversando muito os tais autores é que poderia fazer alguns progressos, e fui continuo em os revolver por mais de seis anos. Acompanhei este estudo com os auxílios de Bluteau, que achei muitas vezes em falta de vocabulos e frases e mui frequentemente sobejo em dissertações despropositadas e estranhas ao assunto, que fazem avolumar tanto a sua obra.

Este último reparo me animou a escolher para meu uso tudo o que ele traz propriamente português, deixando somente os termos da mitologia, os da História antiga e da Geografia, à imitação dos melhores dicionaristas das línguas vivas. E ainda eu quisera omitir muitos vocabulos de cargos, ofícios, navios, e outras coisas da Ásia, e Etiópia, que vem nas Histórias daquelas partes, explicadas aí mesmo pelos autores e de que ninguém usou depois: mas receei, que me acusassem dessa omissão, e lá os conservei.

Do que recolhi das minhas leituras, fui suprimindo as faltas e diminuições, que nele achava, e quem tiver lido o Bluteau, e conferir com o seu este meu trabalho, achará que não foi pouco o que ajuntei, e mais pudera acrescentar, se as minhas circunstâncias me não levassem forçado a outras aplicações mais frutuosas".

Antonio de Moraes Silva por fim resume as vantagens desse primeiro best-seller da língua portuguesa:

"Todavia não venderei ao público por grande o serviço que lhe fiz; basta que conheça que lhe poupei a despesa de dez volumes raros, e

lhe dou o bom que neles há, muito melhorado e por uma décima parte, ou pouco mais do seu custo, com a comodidade de não andar revolvendo tantos tomos; e isto é alguma coisa, enquanto não aparece outra melhor".

Nove anos permaneceu Moraes Silva fora de Portugal, na Inglaterra, Itália e França, preparando traduções e recopilando o Dicionário.

Em 1783, deixa Londres e vai a Roma a instâncias do seu colega e amigo o padre Dr. Antonio Pereira de Sousa Caldas, que gosava de particular estima do Papa Pio VII e de outros elevados personagens da Corte Pontifícia.

Aproveitando-se dessas circunstâncias favoráveis obtém um breve pontifício de indulto por qualquer irregularidade espiritual que houvesse incorrido, o que lhe permitiria regressar a Portugal sem ser mais molestado em sua liberdade.

Da Itália segue para a França, em companhia e a convite do núncio apostólico junto a corte de Luís XVI. Encontra-se nessa cidade com D. Vicente de Sousa Coutinho (tio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho), ilustre diplomata, embaixador de Portugal, que lhe confia o cargo de secretário da embaixada.

Em 1788 volta a Lisboa, para reunir-se com o seu protetor Luís Pinto que retornara a Portugal com toda a família. Em 15 de dezembro de 1788 Luís Pinto de Sousa Coutinho é nomeado Ministro da Guerra e dos Estrangeiros.

Neste mesmo ano, além da História de Portugal, em três volumes, Moraes Silva começa a publicar as Recreações do homem sensível ou coleção de exemplos verdadeiros e patéticos, nos quais se dá um curso de moral prática, conforme as máximas da sã filosofia. Traduzidos de Mr. Arnaud. Lisboa, 1788-1792, 5 volumes. Como se vê não lhe faltava fôlego para longas traduções.

No ano seguinte aparece o Dicionário da Língua Portuguesa, em 2 volumes, primeiro no gênero em Portugal, sua obra-mestra.

Em 1813, em seu Engenho de Pernambuco, quando ul-

timava a segunda edição do Dicionário aproveitando a ida ao Rio de Janeiro de um amigo de ambos, João de Deus Pires Ferreira, Moraes Silva responde uma carta de José da Silva Lisboa e aproveita para solicitar a interferência deste junto à Impressão Régia, da qual o futuro Visconde era um dos diretores, a fim de obter a devolução do manuscrito do Epítome de Gramática Portuguesa, que Moraes Silva resolvera prefixar ao Dicionário, como de fato fez.

Muito pouco se sabia acerca da biografia de Moraes Silva até 1907, quando o acadêmico F.A.Pereira da Costa, da Academia Pernambucana de Letras, baseando-se em dados e apontamentos biográficos que um neto do dicionarista, o Dr. Joaquim Elviro de Moraes Carvalho, falecido em 1881, havia coligido de copiosos documentos, que existiam esparsos em poder de várias pessoas da família, organizou uma "Notícia Biográfica do Dr. Antonio de Moraes Silva, Autor do primeiro Dicionário da Língua Portuguesa". A "Notícia" teve uma segunda edição em 1910.

F. A. Pereira da Silva revelou então diversos documentos, entre os quais a carta dirigida a José da Silva Lisboa, escrita por Antonio de Moraes Silva, já quase cego, no seu Engenho Novo de Muribeca, em Pernambuco, no dia 25 de setembro de 1813.

Um trecho do primeiro parágrafo desta carta certifica-nos ter sido Antonio de Moraes Silva quem em época muito oportuna revelou pela primeira vez ao futuro Visconde de Cairu, o conteúdo da "Inquirição sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações".

"Quem diria(...)", escreve Moraes e Silva, "que ainda agora neste momento acabasse de ler a sua terceira parte das Observações sobre o comércio franco do Brasil. E mais, foi mandado do Rio de Janeiro o exemplar, que li, em janeiro de 1809, pelo mui benemérito Tomas Antonio de Vila Nova. Portugal, a um amigo seu, com recomendações para que me mostrasse. — Eu li Smith em Londres, em 1779, mas mui por alto, outras aplicações e obrigações me desviaram de o revolver de assento e ponderadamente, fiquei-lhe todavia com a afeição que me obrigou a levar a Bahia a má tradução, que ali lhe mostrei, e que assim mesmo excitou a eletricidade, luminosa não menos que energética, que a sua probidade e zelo das cousas

do nosso augusto soberano, e do bem público, fez resplandecer em escritos bem pensados, e bem falados, que é pena não sejam bem vistos, talvez por mal entendidos de muitos (...), se bem cuido, que a negra da inveja entenebrece as cousas mais luminosas (...).

Aqui no meu mato appareceu um Smith em inglês, um Say, seu discípulo e comentador, o Canard, e outros da mesma seita, que é desgraça não haja feito mais fortuna entre gente, que trata de legislação, cuidando que o seu objeto se limita só ao que é justo, e a policia de enforçar, ignorando que ma figura faz quem nesta ordem de cousas apparece hóspede na ciencia do útil ao Estado, ou cerra os olhos e ouvidos a quem lha dá mui palmar, muito demonstrada, e tão comesinha que a engulirão sem gáspeas meninos que já podem comer pão com códea (...).

Há poucos dias, que o João de Deus (...) me mostrou outro papel seu, sobre a extensão ou prorrogação do monopólio da companhia dos vinhos do Porto, no qual admirei a mesma justeza de idéias, bem enunciadas, e demonstradas com excelente ordem, como de quem tem digerido o assunto em todas as suas mínimas e mais delgadas ramificações(...).

Aqui ouvimos, com mágoa, minha mulher (que se recomenda e dá os pêsames) e eu a falta da Sra. D. Ana; muito me alegrei de saber que seus filhos estão muito aproveitados, e lhe dão muito contentamento, que é um dos benefícios raros da natureza(...).

O Padre (Antonio Pereira de Sousa) Caldas me escreveu, que o defunto Conde de Linhares (D. Rodrigo de Sousa Coutinho), havia mandado entregar a você e ao Dr. Mariano (José Pereira da Fonseca, Marquês de Maricá) um manuscrito meu de gramática, para se dedicar ao príncipe da Beira (D. Pedro), e se imprimir na Tipografia Régia. Cuido que esta officina estará occupada com obras de mais importancia (...), rogo-lhe que, se pode nisto influir alguma coisa, me faça o favor de mandar por via do amigo João de Deus (Pires Ferreira) o tal papel, que eu principalmente destinava para deixar a alguns amigos (...).".

Este papel é o Epítome da Gramática Portuguesa, que Moraes Silva, nesse mesmo ano de 1813 fez imprimir no tomo primeiro da segunda impressão do seu Dicionário. No fim do opúsculo vem a informação: "Acabou-se este Epítome da Gramática Portuguesa no Engenho Novo da Muribeca em Pernambuco aos 15 de julho de 1802.

Capítulo 5. José da Silva Lisboa em Coimbra

a) J. Silva Lisboa inicia o curso universitário

Concluindo o seu curso de retórica e arte poética em Lisboa, com o Professor Pedro José da Fonseca o jovem estudante dirige-se a Coimbra a fim de matricular-se na Universidade.

Na famosa lista de "Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)", publicada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1942, consta a seguinte informação, sob o nº 46:

"José da Silva Lisboa, filho de Henrique da Silva Lisboa. Nascido na Bahia, 1756. Direito 10-X-1774. Matemática, 1775 (obrigado). Formou-se em Cânones em 8-VI-1779. Tirou carta de formatura em 10 do mesmo mes e ano".

O fato de ter-se matriculado em Direito, isto é, na Faculdade de Leis, e constar que se formou noutra Faculdade, na de Cânones, explica-se pela circunstância de que o curso era o mesmo para as duas Faculdades durante os dois primeiros anos, podendo os alunos optar por uma ou outra, a partir do terceiro ano.

Havia então marcada preferência dos estudantes pelo Curso de Cânones. Isto e a disposição inicial de seguir a carreira eclesiástica teriam induzido Silva Lisboa a mudar de opção. Devido à quase indiferença dos universitários pelos cursos reformados de Matemática e Filosofia, o governo decidira matricular neles, compulsoriamente, os alunos de outras Faculdades. Assim se explica a matrícula de Silva Lisboa em Matemática na categoria "Obrigado". A frequência às aulas por parte desses alunos obrigados era baixíssima.

Em Coimbra, José da Silva Lisboa deve ter ficado alojado em casa de parentes ou de conhecidos de seu pai e talvez por esta circunstância se mantivesse a salvo de alguns dos problemas que costumavam enredar a colônia de estudantes brasileiros em Portugal. Mais importante do que isto talvez seja o fato de contar com uma mesada extremamente

parca. Também a solicitude e proteção do bispo-reitor mais a disposição de seguir a profissão religiosa, disposição esta só abandonada no último ano de curso, podem servir para explicar o não se envolver em escaramuças e complicações com a polícia, inquisidores ou castas donzelas.

Nesses anos de Portugal leu muito e aprendeu diversos idiomas. Estudar idiomas nessa época parece ter sido, aliás, um passa-tempo muito comum entre estudantes lusitanos. Adquiriu então uma predileção acentuada pelos ingleses. E anglófilo será ele pelo resto da vida. Estuda também afincadamente Hebraico e Grego, por motivos religiosos.

Em 1775 chega a Coimbra inesperadamente seu irmão, cinco anos mais jovem, Balthazar da Silva Lisboa, contando de idade apenas quinze anos, o qual embarcara no Brasil às pressas para escapar a uma convocação militar, decretada ante a iminência de guerra com a Espanha, no sul do país. Sua partida imediata fez-se com a aquiescência do próprio Governador e Capitão-General da Bahia Manoel da Cunha e Menezes, a quem Henrique da Silva Lisboa fora suplicar a dispensa do filho.

Balthazar da Silva Lisboa nasceu na Bahia em 6 de janeiro de 1761. Em Coimbra, sob a direção de seu irmão, aperfeiçoou sua gramática latina e fez os demais preparatórios, matriculando-se na Faculdade de Filosofia em 12 de outubro de 1776, na categoria "Obrigado". Em 7 de outubro de 1777, matriculou-se em Direito. Formar-se-á em Leis em 14 de junho de 1782, recebendo prêmios e aplausos pelo seu brilhantismo acadêmico.

b) O governo de D. José I

No início do ano em que Balthazar da Silva Lisboa se matricula em Coimbra, falece D. José I, filho e sucessor de D. João V.

D. José Pedro João Luís, nascera aos 9 de junho de 1715 e faleceu com sessenta e dois anos incompletos. A figura de D. José desaparece ao lado da do seu grande ministro e válido Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de

Pombal (1699-1782).

Vejamos a avaliação do reinado e do ministro de D. José pelo exímio historiador português Simão José da Luz Soriano, em sua História da Guerra civil:

"O seu reinado foi seguramente um dos mais notáveis que Portugal tem tido, e o nome deste soberano eternizado pelas grandes e transcendentais medidas, que a sua aprovação submetera o seu primeiro ministro e particular válido, Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Marquês de Pombal, será sempre memorável nos anais deste país.

Por morte de el-rei D. João V, Portugal achava-se ainda mergulhado na mais deplorável barbaridade, sendo esta entretida pelo fanatismo e espírito devoto(...).

Este estado de barbaridade era altamente oprobioso para uma nação que entrava no grêmio das policiadas nações da Europa no meio do século XVIII.

Acabá-lo e chamar os portugueses a um melhor porvir parece ter sido o fim a que se propusera o citado Marquês de Pombal. Para este intento lhe forneceu causa a conspiração do Duque de Aveiro e dos outros seus associados, em que também foi comprometida a casa de Tavora.

Por meio do bárbaro e terrível castigo, infligido aos conspiradores, pôde ele marquês abater a seus pés a mais alta e orgulhosa nobreza do reino, para o nivelamento das diferentes classes sociais, que parece ter sido uma das bases fundamentais da sua política.

A fim de destruir o fanatismo que o clero regular, e sobretudo os jesuítas, e o santo ofício buscavam conservar no país, sujeitou este tribunal ao poder temporal e expulsou aqueles do reino, conseguindo afinal da Santa Sé a sua total extinção em todo o orbe católico.

Ao passo que assim abatia as classes da nobreza e do clero, buscando trazer aquela ao nível da classe média, esmerou-se por outro lado em elevar os humildes e desprezados.

Foi seguramente com estas vistas que proibiu a escravatura e declarou habeis para os empregos públicos os filhos daqueles que haviam sido penitenciados pela Inquisição e não contente ainda com isso, os mesmos penitenciados tiveram por si igual benevolência, uma vez que expiada a culpa por que tivessem sido castigados, dessem provas de arrependimento e se tivessem mostrado bons cidadãos.

Posto que estas medidas se devessem em grande parte atribuir a necessidade em que Portu-

gal se achava de entrar na estrada do progresso e da moderna civilização, é todavia inegável que muito se deve a dedicação patriótica de Sebastião de Carvalho, fortalecida pela alta capacidade e ousado gênio deste grande ministro, que as concebeu e executou (pág. 211).

Para aquele tempo e em relação aos costumes, idéias e estado de embrutecimento em que o país ainda por então se achava, não pode duvidar-se que semelhantes medidas eram altamente revolucionárias e portanto que o seu autor deve com efeito olhar-se como homem altamente revolucionário ou reformador resoluto a acabar com o estado de barbaridade e ignorância da nação.

Assim o prova o alto empenho com que este grande ministro buscou por outro lado lançar as mais sólidas bases para a difusão da instrução pública em todas as classes de cidadãos, desde a instrução superior, como quem por este mesmo meio pretendia infundir em todas elas outras opiniões, tendências e costumes mais apropriados à ilustração e idéias do século em que vivia, e que pessoalmente vira nas outras nações da Europa.

Como poderosos auxiliares da civilização e do progresso igualmente promoveu com empenho não menor, o comércio e a indústria, e por conseguinte o trabalho, por meio do qual as classes proletárias se moralizam, a nobreza de sentimentos se lhes infunde, o coração de cada um dos seus membros se fortifica, a coragem se lhes anima, e finalmente os braços se lhes robustecem para o combate e defesa da pátria, porque enfim é um fato que a fadiga das ocupações quotidianas habilita os homens a suportarem mais facilmente os trabalhos da guerra.

Ganha-se em encarar as dificuldades de frente e em medir os meios de ação pela grandeza dos obstáculos. O marquês de Pombal seguiu constantemente esta máxima durante a sua longa administração, mas seguiu com excesso e demasia, caindo no escolho do despotismo e tirania (pág. 212).

Diz-se e parece que com razão, que o marquês de Pombal tinha um coração oposto à sua cabeça, a qual era tanto mais grandiosa em suas concepções, quanto aquele era mais pequenino e mesquinho, com relação aos sentimentos nobres e generosos.

É porém um problema, que hoje se não pode bem resolver, tal como o saber se ele podia ou não conseguir os seus fins, sem o emprego dos violentos meios a que recorreu; talvez os pudesse dispensar, pelo menos na larga escala em que os empregou.

Concedamos, portanto, que fosse um erro; enganouse, mas as suas vistas eram nobres, altamente patrióticas e das maiores consequências para a sua pátria e posto que em tese os fins não justifiquem

os meios, vivendo-se hoje num tempo em que é tão freqüente a prática da proposição contrária, parece de justiça relevar-se dos seus erros e até mesmo crimes um ministro que abateu a nobreza para conseguir a subordinação à lei e o nivelamento das classes sociais; expulsou os jesuítas, subordinou ao seu poder a Inquisição e humilhou a corte de Roma para destruir o fanatismo acabando também para este fim com os exorcismos, os terços, as vias sacras e as mais rezas em tudo medidas de um alto e rasgado progresso.

Esta alma grande aproximava-se todavia à fatal época da sua decadência, anunciada pelas enfermidades de el-rei D. José, que desde 1775, se foi achando cada vez mais incomodado pelo engravecimento dos seus padecimentos apopléticos que findaram com a morte, sucedida aos vinte e três minutos depois da meia noite de 23 de fevereiro de 1777, e portanto na madrugada do dia seguinte, que era uma segunda-feira, 24 do dito mes.

Já durante aquele período ia sucessivamente decaindo, a proporção que a moléstia de el-rei ia engravecendo, a preponderância do marquês de Pombal, decadência que se tornou mais completa desde que a rainha D. Mariana Vitória fora constituída regente do Reino por decreto de 29 de dezembro de 1776" (Cf. Soriano, S. J. L., 1802 - 1891, História da Guerra Civil, págs. 180-358).

c) A formação do pensamento econômico do Marquês de Pombal

A literatura sobre o Marquês de Pombal é vastíssima, mas referências explícitas à formação do seu pensamento econômico são raras.

Do ponto de vista da História do Pensamento Econômico devemos considerá-lo como um grande economista da escola mercantilista portuguesa em que se incluem outros nomes ilustres tais como: Duarte Gomes Solis (1562- ?), Luís Mendes de Vasconcelos (século XVI, século XVII) autor dos Diálogos do Sítio de Lisboa (1608); Manuel Severim de Faria (1582?-1655), com a obra Dos Remédios para a Falta de Gente (1655); Duarte Ribeiro de Macedo (1618- ?) com o seu Discurso sobre a introdução das artes em Portugal (1675) e Memória sobre a Transplantação dos Frutos da Índia ao Brasil, escrita no mesmo ano, em Paris; Antonio Vieira (1608-1697) cujo pensamento econômico pode ser estudado em

seus pareceres, cartas e sermões, escritos de 1626 até a sua morte; D. Luís de Menezes (1632 - 1690), 3º Conde de Ericeira, vedor da Fazenda no governo de D. João IV, e autor da História de Portugal Restaurado (1679 e 1698); D. Luís da Cunha (1662 - 1749) autor do Testamento Político ou Máximas discretas sobre a forma necessária da agricultura, comércio, milícia, marinha, tribunais, fábricas, etc., representadas e dirigidas ao sereníssimo sr. D. José, príncipe da Beira, augusto filho do sr. D. João V, por D. Luís da Cunha (1747 / 1749); Alexandre de Gusmão (1695 - 1753), autor do Tratado de Madrid (1750), da Pragmática de 1749, e do Cálculo sobre a perda do dinheiro do Reino (1784) e ainda o nosso José Joaquim de Azeredo Coutinho (1742 - 1821), autor posterior a Pombal é que escreveu inúmeras obras, recentemente coligidas e anotadas pelo Prof. Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo, 1966).

Entre as obras de Azeredo Coutinho destacam-se o Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias (1794), e Memória sobre o preço do açúcar (1791), o Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil (1804) e a discutida Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa da África (1798), que o Visconde de Cairu, abolicionista moderado, abominava.

José Joaquim de Azeredo Coutinho foi contemporâneo de José da Silva Lisboa em Coimbra.

O pensamento econômico do Marquês de Pombal encontrou assim uma vasta literatura nacional em que se alimentar, acresce ter sido contemporâneo de alguns desses nomes mais expressivos como D. Luís da Cunha, que o estimava, Alexandre de Gusmão, seu grande rival, bem como do Cardeal da Mota, D. João da Mota e Silva, seu protetor e um dos nossos "economistas esquecidos", principal figura no reinado de D. João V, redescoberto por J. Borges de Macedo, como já dissemos.

Sebastião José de Carvalho e Melo, representa em Portugal a reação contra a preponderância inglesa na economia nacional consolidada através de um século por sucessivos tratados de aliança, amizade e comércio de D. João IV a D. João V.

O consenso geral, diz A. K. Manchester, aponta o Tratado de Methuen de 1703 como sendo a principal aliança entre a Inglaterra e Portugal, e nos anos posteriores foi costume atribuir a este Tratado o início da predominância da Inglaterra sobre o seu aliado e a causa dos grandes lucros que tirou das suas relações com os portugueses. As sementes foram lançadas, entretanto, pelos tratados complementares de 1642, 1654 e 1661, que deram pingües resultados ao longo de meio século. E continua o autor:

"A importância dos negócios com Portugal, foi realçada pelo Tratado de Methuen, que atraiu a atenção por ter criado novos e velados interesses, que vociferaram pelo resto do século, as mínimas sugestões de uma aproximação deste com a França. Portugal passou a fazer parte da política interna inglesa e associou-se aos poderosos elementos da City, que perderiam seus lucrativos negócios, se a Inglaterra o deixasse pela França. Os tratados anteriores, de 1642, 1654 e 1661, não impediam a Inglaterra de unir-se a França, podendo negociar e manter as cláusulas neles especificadas, mas o Tratado de Methuen era dirigido decididamente contra esta nação e continuaria a sê-lo enquanto vigorasse. Realçou-se a importância de Portugal pela dignidade de seu oponente" (Cf. Alan K. Manchester, 1972, pag. 18).

Alguns trechos colhidos por Teixeira Soares numa nota de protesto do próprio Sebastião José de Carvalho e Melo a Lord Chatham, permitem aquilatar a profundidade dos ressentimentos e a firmeza das atitudes do governo de D. José I para com os ingleses:

"Eu sei que o vosso Gabinete se arrogou o império sobre o governo de Portugal mas sei também que é tempo de lhe dar fim. Se os meus predecessores tiveram a fraqueza de vos conceder até agora tudo quanto desejastes, pela minha parte somente vos concederei o que vos devo. É isto em conclusão o que tenho a dizer-vos (...)

(...) Mas se fomos nós que vos levantamos ao cumulo da grandeza, esta contudo em nossas mãos o precipitar-vos em o nada, de que generosamente vos tiramos (...)

(...) Há cinquenta anos a esta parte tendes tirado de Portugal mil e quinhentos milhões, somma enorme, e tal, que a história não aponta igual com que uma nação tenha enriquecido outra (...)

(...) Basta uma lei para derribar vosso poder, ao menos debilitar o vosso império. Não é mais do que proibir sob pena capital que saia o ouro português dos nossos portos, e o ouro não sairá (...)" (Df. Teixeira Soares, O Marques de Pombal, 1961).

Pombal conhecia bem a literatura e as práticas mercantilistas inglesas.

Informa-nos Kenneth R. Maxwell que na sua livraria em Londres, durante o tempo em que ali esteve como embaixador de Portugal (de 1738 a 1745), o marquês possuía um verdadeiro tesouro de obras mercantilistas.

Visto que K. R. Maxwell não nos dá os títulos das obras dos autores que menciona, poderíamos conjecturá-los como segue, na hipótese de que o Marquês de Pombal as possuísse todas o que é improvável visto que só as lia em traduções:

Thomas Mun (A Discourse of Trade, from England unto the East-Indies (1621); England's Treasure by Foreign Trade, or the Balance of our Foreign Trade is the Rule of our Treasure (1664)),

William Petty (1623-1687): (A Treatise on Taxes and Contributions (1662); Verbum Sapienti (1664); Political Anatomy of Ireland (escrito em 1671, publicado em 1691); Quantulumcumque concerning money (escrito em 1682 e publicado em 1695)),

Charles D'Avenant (1656-1714): (Discourses on the Public Revenues, and on the Trade of England, 1698; An Essay upon the Probable Methods of Making a People Gainers in the Balance of Trade, by the Author of the Essay on ways and Means London, 1699)).

Charles King (The British Merchant; or Commerce Preserved, 3 vols., 1721).

Joshua Gee (The Trade and Navigation of Great Britain Considered, 1738).

Sir Josiah Child (A New Discourse of Trade, 1697).

Além destes autores sua biblioteca em Londres continha "relatórios especiais sobre colônias, comércio, minas, manufaturas de lã, tratados especializados sobre açúcar, tabaco, pescarias, atos parlamentares sobre tonelagem, embarque e navegação, fraudes das alfândegas, taxas, ordenações da marinha britânica e sobretudo uma pesada concentração de trabalhos sobre as companhias inglesas de comércio, sua coleção era um verdadeiro tesouro de clássicos mercantilistas " (Cf. K. Maxwell, Conflicts and Conspiracies, 1973, pág.4).

É lícito, contudo, afirmar que não só no mercantilismo inglês se inspiraria o famoso ministro de D. José. Evidentemente conheceria também alguns economistas espanhóis como Luís Ortiz, Memorial al Rey para que no salga dinero del Reino (1558); Sancho Moncada, Restauración Política de España (1619); Damián de Olivares, Memorial sobre las Fabricas de Toledo (1620); Miguel Caxa de Leruela, Restauración de la antigua abundancia de España o prestantísimo, único y fácil reparo de su carestia presente (1632); Jerónimo Uztáriz (1670-1732), Teoria y Practica de Comercio y de Marina (1757) ou Bernardo de Ulloa, Restablecimiento de las fábricas y comercio español: errores que se padecen en las causales de su decadencia, cuáles son los legítimos obstáculos que le destruyen, y los medios eficaces de que florezca. Esta última obra foi traduzida para o francês com o título: Rétablissement des manufactures et du commerce d'Espagnol (Amsterdam, 1753).

Os últimos tempos do Marquês de Pombal, sua queda, processo e falecimento vem resumidos com maestria e dignidade por Henrique Schaefer no volume V de sua História de Portugal. Lembrando que D. José I faleceu nos primeiros minutos do dia 24 de fevereiro de 1777, acompanhemos Schaefer que nos descreve, como a rainha D. Maria I concedeu ao velho Marquês de Pombal a demissão de todos os empregos que ocupara:

"A 1 de março, dirigiu ele a esta um novo requerimento de demissão de todos os cargos que havia ocupado até ali e pediu licença de retirar-se para Pombal, a fim de ali terminar o tempo de vida

que ainda lhe restava. Nessa carta refere-se ele ao triste destino do duque de Sully e as perseguições a que estava exposto. 'Eu não me abalanço, Senhora', acrescenta ele, 'a comparar os meus serviços com os do duque de Sully, mas seguramente é sabido em toda a corte de Vossa Majestade, como em toda a cidade de Lisboa, que cai em desgraça como ele e dirijo-me pelas mesmas razões, a real graça de Vossa Majestade'" (1).

Pelas duas horas da tarde do dia 4 de março de 1777, o ministro Martinho de Melo e Castro, na presença de Aires de Sá e Melo, lê e entrega na própria mão do Marquês o decreto da sua demissão juntamente com uma infeliz ressalva. Se o primeiro o libertava de carregar sobre si todo o peso da administração, como fizera por 27 anos, a segunda redigida por Martinho de Melo e Castro criava o pretexto para o seu vilipêndio e para as retaliações que não lhe regatearam nobreza, clero e ... povo. Eis o decreto:

"Tendo em consideração a grande e distinta estima, que el-rei meu pai, que santa glória haja, fez sempre da pessoa do Marquês de Pombal; e representando-me o mesmo marques, que a sua avança

-
- (1) Duque de Sully (Maximilien de Béthune-Rosny, 1560-1641), huguenote, ministro de Henrique IV. Publicou as Mémoires des sages et royales Oeconomies d'État, domestiques, politiques et militaires de Henri le Grand et des servitudes utiles, obéissances convenables et administrations loyales de Maximilien de Béthune (duc de Sully), publicado em 1634. Mercantilista agrário. As doutrinas de Sully foram retomadas ardorosamente pelos economistas fisiocratas, seus admiradores. François Quesnay, apocripamente, atribui a Sully as máximas que acompanham a segunda e terceira edição do seu Tableau Economique, dando-lhes o título de Extrait des Oeconomies Royales de M. de Sully.

Depois do assassinato de Henrique IV (1533 - 1610), o Duque de Sully, homem de sua confiança caiu em desgraça e foi afastado do governo.

da idade, e moléstias que padecia, lhe não permitiam de continuar por mais tempo no meu real serviço; pedindo-me licença para se demitir de todos os lugares e empregos de que se acha encarregado, e para poder retirar-se à sua quinta de Pombal: e atendendo ao referido, sou servida aceitar-lhe a dita demissão, e conceder-lhe a licença que pede: e hei outrossim por bem que durante a sua vida fique conservando os mesmos ordenados que tinha como secretário de estado dos negócios do reino; e além deles lhe faço mercê por graça especial da comenda de São Tiago de Lanhoso, do arcebispo de Braga, que vagou por falecimento de Francisco de Melo e Castro. Nossa Senhora d'Ajuda, 4 de março de 1777. Com a rubrica da rainha nossa senhora" (Cf. Innocência, Tomo II, pag. 211-212).

SEGUNDA PARTE

Segunda Parte: PRIMEIRAS ATIVIDADES

Capítulo 6: O reinado de D. Maria I	59
a) Elogio Histórico e Acadêmico do Governo de D. Maria I	59
b) O organograma da administração lu- so-brasileira: o novo ministério	66
c) A política econômica do governo de D. Maria I: 1777-1792	68
d) A política econômica colonial de D. Maria I. Martinho de Melo e Castro	77
e) A Academia Real das Ciências de Lis- boa	81
1. Os fundadores	81
2. O Fisiocratismo: Domingos Vandell- li	83
Capítulo 7: Os últimos anos de José da Silva Lisboa na Universidade de Coimbra	97
Capítulo 8: Correspondência com o economista fisio- crático e naturalista Prof. Domingos Vandelli	100
Capítulo 9: O cobre da Cachoeira. Uma carta do Prof. Domingos Vandelli	102
Capítulo 10: José da Silva Lisboa nomeado substi- tuto da Cadeira de Língua Grega e proprietário da Cadeira de Filosofia Racional e Moral	105
Capítulo 11: Casamento de José da Silva Lisboa...	108

Capítulo 6 - O reinado de D. Maria I

- a) Elogio Histórico e Acadêmico do Governo de D. Maria I,
por José Bonifácio de Andrada e Silva (Patriarca da
Independência do Brasil)

Introdução: D. Maria I (1734-1816), filha primogênita de D. José I e de D. Mariana Vitória de Áustria, nasceu em Lisboa, a 17 de dezembro de 1734, e morreu no Rio de Janeiro, a 20 de março de 1816.

Princesa da Beira até a morte de seu avô D. João V e depois princesa do Brasil, subiu ao trono em 24 de fevereiro de 1777, mas só em maio foi aclamada. Por sofrer de doença mental, foi afastada dos negócios públicos em 1799, tendo o príncipe D. João tomado o título de regente, embora já governasse desde 1792, altura em que a rainha mostrou os primeiros sintomas da doença. Casou em 1760 com seu tio, o príncipe D. Pedro (depois rei D. Pedro III), de quem enviuvou em 1786. Seus dois primeiros filhos foram os príncipes D. José (1761-1788) e D. João (1767-1826). Na corte de D. João V, seu avô, recebeu D. Maria esmerada educação; desde cedo dedicou-se aos estudos de música e à pintura.

O primogênito D. José (1761-1788), príncipe da Beira e do Brasil, educado para o governo pelo Marquês de Pombal, faleceu subitamente em 1788. Pombal procurou que lhe fosse dada a sucessão direta de seu avô, o rei D. José I, projeto que teria sido viável pela adoção da Lei Sálica, que impede às mulheres o acesso ao trono (Cf. Dicionário de História de Portugal, volume 2, págs. 927, 626 e 630).

Nenhum outro soberano português tem merecido tantas invectivas da parte dos brasileiros do que a infortunada D. Maria I. E isto devido a dois fatos: o Alvará sobre as manufaturas do Brasil de 5 de janeiro de 1785 e o desfecho da Inconfidência Mineira de 1789, no vice-reinado de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, 4º vice-rei, 1778-1790, governando a Capitania de Minas Gerais, o acadêmico Luís Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, que tomara posse em 11 de julho de 1788.

Em 1839, Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775

-1844), deu à luz um escrito inédito de seu falecido irmão José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) em que o Patriarca da Independência do Brasil, faz o elogio fúnebre e descreve o reinado de D. Maria I, a quem deveu

"ir recolher algumas luzes em terras estranhas e climas apartados".

No prefácio Martim Francisco justifica porque então o publicava:

"Entre os escritos inéditos, de que fui legatário por morte de meu sempre lembrado irmão José Bonifácio de Andrada e Silva, escolhi, para ser primeiro impresso, o Elogio da Senhora D. Maria I, recitado por ele em sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, aos 20 de março de 1817, que ora ofereço ao público. O público apreciando a verdade dos fatos, as belezas de uma linguagem pura e castiça, mas sem afetação, os conhecimentos variados, e o rigor dos seus princípios, tanto em moral como em política, e destarte avaliando o quilate de mérito que cabe a esta produção, assignará ao seu autor o lugar, que deva ocupar entre os Condorcets, e Vic-d'Azirs, e decidirá então se eu acertei na escolha. Devo ainda uma última revelação, e ven a ser, que o motivo principal, e que mais pesou na balança das minhas considerações, foi o desejo de, renovando as saudades de uma Rainha, tão recomendável por suas virtudes públicas e particulares, renovar também a dor e as saudades do seu Elogiador no meu coração, no de seus parentes, e de todos aqueles, que cultivaram a sua amizade, e a ela foram sempre fiéis. M. F. Ribeiro de Andrada".

Ressalvando nesta ocasião que José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, não se inclui entre os que cultivaram a amizade ou mereceram as simpatias dos três grandes paulistas, José Bonifácio, Martim Francisco e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845), vamos transcrever trechos da primeira parte desse precioso documento, publicado novamente no Volume II das Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão (1963), para comemorar o bicentenário do seu nascimento transcorrido a 13 de junho de 1763, como parte das homenagens da Cidade de Santos ao maior de seus filhos.

Na segunda parte do documento, o notável cientista, vice-secretário da Academia Real das Ciências, revela

traços do pensamento econômico português, mercantilista-agrário, tal como se manifestou, sob o influxo desta associação, na política econômica adotada pelo governo de D. Maria I, de 1777 a 1792; política esta conduzida por Martinho de Melo e Castro até 1795, ano em que morre e que podemos tomar como a data em que se iniciam as reformas da Regência do Príncipe D. João:

"Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira, recitado por José Bonifácio de Andrada e Silva, em sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, ao 20 de março de 1817.

"Este ajuntamento extraordinário, esta Assembléia de Acadêmicos, seu silêncio, seu semblante triste e magoado mostram bem, Srs., o porque hoje nos juntamos, nesta sala. Sim, aqui nos juntamos, para ouvirdes neste primeiro dia aniversário de morte e saudade, o Elogio da muito Alta e mui Poderosa Rainha de Portugal a Sra. D. Maria I, de imortal memória (...).

É dever dos sábios, Srs., honrar a virtude; rasgar a nuvem do tempo que tudo cusa envolver em amortecido esquecimento; e encomendar à imortalidade o nome daqueles, que enobrecem nossa espécie. Em seus elogios expõem as Academias a veneração dos séculos os que a merecem; e pagam aos mortos a dívida dos presentes, não raramente ingratos para com os vivos (...).

Desejara eu Srs. para nossa satisfação, e honra da Academia, que tivesse ela escolhido entre tantos sócios que possuí, cheios de saber e talentos, qualquer outro orador que melhor pudesse desempenhar um tão sublime assunto (...).

Eu porém não venho aqui fazer um poema, nem um me ro panegírico; venho recitar um Elogio Histórico e Acadêmico. Arriscaria cometer um crime de lesa-majestade contra o trono, e contra a pátria, quem ousasse louvar Maria I com ficções, e hiperboles; pois se é glorioso procurar imortalizar as virtudes; também é pecar contra Deus, e contra os homens elogiar os mortos de perfeições fantásticas: o verdadeiro louvor tão apartado está na calúnia, quanto da mentira. Quem faz do herói que louva uma divindade sobre a terra, sem a mais pequena sombra de fraqueza humana; não o exalta; tira o crédito as suas virtudes; e se não destrói toda sua fama, muito por certo a diminui.

Mas ainda que o elogiador Acadêmico deva ter mais severidade, e outros fins que não tem o Panegirista; deve contudo sem alterar a essência dos fatos,

dar-lhes realce, e nobreza; bem como aos pintores de miniatura é lícito dar colorido mais brilhante às feições, sem destruir a semelhança do retrato: deve dar ao esqueleto histórico alma e sangue com as belezas do estilo, e força da Filosofia; e sobretudo deve pintar o caráter moral e individual do seu herói; pois do caráter é que brotam as virtudes, e nobres qualidades que brilham na carreira da vida.

Para determinar porém este caráter nas grandes personagens, cumpre ao filósofo estudar por miúdo todas as ações, em tempo e circunstâncias diversíssimas: cumpre indagar os motivos porque obraram sempre de um modo, se não identico em tudo, ao menos análogo e semelhante: cumpre descobrir a estrada por onde caminharam as almas grandes no exercício das virtudes, que felicitaram a humanidade.

Se estudarmos assim a vida e as ações da nossa Augusta Soberana, achareis, Srs., que o seu nobre caráter consistiu na irmanada reunião de três insignes virtudes: bondade de coração, prudência de entendimento, constância de ânimo. Destes mananciais correram em bica todas as outras nobres qualidades, da sua alma, e todas as grandes ações, que fizeram de Maria I, como Matrona, um exemplar do seu sexo, como Rainha, um modelo de Príncipes. Eu espero que o que vou dela referir e o que tenho que louvar nela, não serão desses lugares comuns, que quadram a todas as Rainhas; mas que só a ela pertençam, e só dela se possam dizer e afirmar. Serei nisto antes Filósofo, que Panegirista: e forcejarei que o meu estilo seja menos florido que grave, mais apanhado que solto, e porém desempeçado; para que não saia, malgrado meu, seu Elogio, como essas cópias deslavadas de painéis originaes, como essas estampas frias e sem vida dos quadros imortais de um Rubens, e de um Rafael (...).

No fausto dia 17 de dezembro de 1734, quando ainda governava seu Magnânimo Avô, nasceu aquela que devia ser Rainha e Mãe dos Portugueses. Não preciso entrar aqui na sua Real ascendencia, seria desacordo exaltar uma Princesa pela nobreza da linhagem, seria adulação de escravo louvar as almas grandes pelo sangue donde nascem; mas como os Ilustres ascendentes impõem aos netos a obrigação sagrada de imitar suas virtudes, só direi que Maria I, teve a honra de sustentar com suas ações, desde o verdor da primeira mocidade, o imenso peso daquela glória, que herdara de tantos, e tão abalizados Reis, que brilharam antes dela.

Mas folgareis de ouvir, Srs., qual a fez a natureza, e como a aperfeiçoaram a educação e os exemplos das virtudes, que são hereditarias na sua Augusta casa. Deu-lhe a Natureza um rosto belo, um porte esbelto, e majestoso, uma fronte larga e

aberta, que indicava a serenidade da sua alma, e os talentos da sua mente; um semblante cheio de dignidade, mas plácido e suave; uns olhos perspicazes, mas meigos e cheios de bondade; um riso modesto, mas ao mesmo tempo gracioso. E era tal a harmonia do seu todo, que parece que quando assim o formou a natureza, pedira emprestado à Arte o seu compasso. Neste belo domicílio morava uma alma ainda mais bela, a quem a divindade dotara com esmero e profusão, concedendo-lhe um engenho sutil, uma compreensão aguda, uma memória pronta em receber, tenaz em conservar. Não debalde diz Platão, que nunca jamais se encontra, em belo corpo, alma disforme; porque, segundo ele, isto envergonharia a Geometria da Providência (...).

Se até aqui temos admirado, Srs., a Maria como Real Donzela, devemos admirá-la como esposa, e como Mãe. As leis fundamentais da Monarquia vedam que a sucessora do trono receba em seu tálamo Príncipe estrangeiro, por isso casou ela em 1760 com seu Tio o Sereníssimo Sr. Infante D. Pedro, Grão Prior do Crato, depois Rei nosso. Príncipe de piedade exemplar, e de coração humaníssimo, que unia a um gentil rosto, uma alma boa e caritativa. Com o amor e virtudes soube logo a nova Esposa ganhar de modo o coração do Esposo, que nela sempre achou este, fora do Trono, ou sobre ele, uma amiga verdadeira, uma companheira terna, e obsequiosa. Foi tão estreita a concórdia de sentimentos, e vontades entre ambos, que pareciam ter uma só alma, e um só coração: só emulavam em qual deles havia mais bondade e mais beneficiência. Cada um amava igualmente os Portugueses, cada um folgava igualmente de os felicitar.

O céu favoreceu esta união; e foram numerosos os castos frutos do seu tálamo. Se três deles faleceram logo na primeira infância, foram os outros três crescendo em anos e virtudes. Com que zelo, com que carinhoso esmero não se empenhava a santa Mãe na sua educação? Nos Palácios Reais da Lusitania, Srs., reinou sempre a antiga disciplina de Lacedemônia; onde as matronas sabiam ensinar aos próprios filhos a virtude, como em outras partes se ensinavam as letras, e ciências. Destes cuidados maternos, dos exemplos que lhe dava, colhemos hoje em dia os Portugueses mil bênçãos e venturas.

Vai já chegando o tempo, em que Maria deverá subir ao trono Português. Na falta de sucessão varonil chamam para ele as leis constitucionais de Lamego a filha Primogênita do Rei. Notai, Srs., que já em tempos, que chamamos bárbaros, souberam os Portugueses respeitar os foros da justiça, e dar a maior prova de amor e veneração ao sexo amável. Nunca entre nós teve cabimento o egoísmo político dessa chamada Lei Salica.

Mas que horrível borrasca se levanta agora contra os Direitos de Maria, e contra a nossa futura felicidade! Esta Lei justa, e fundamental da Monarquia queriam destruir de um rasgo de pena alguns desses homens enérgicos, mas atrozes, que pisam as mais santas Leis, quando se lhe antolham contrárias aos seus fins; desses homens astuciosos, e amestrados nas Artes do Maquiavelismo, que sabem aproveitar as ocasiões, e talvez criá-las para do minar a opinião com projetos grandes, e vastíssimos, que porém não podem, nem sabem realizar; que afetando com uma loquaz hipocrisia nostras da mais pura lealdade aos Soberanos, abusam da sua bondade e confiança para sacrificarem os Estados aos ídolos do seu coração, a ambição, e a avareza; desses homens solapados, que se apregoam os amigos do povo e das nações, quando a aquele carregam de cadeias e misérias; e a estas quebram — lhes a mola da nobreza de caráter, roubando-lhes a liberdade legal de que gosavam, e o direito sagrado de ir aos pés do trono representar seus males e pedir ventura. E estes são, Srs., os Molochs da lei nova, por quem escritores preocupados, ou malignos têm andado a mendigar nossas adorações, e cuja liturgia não consignado, em centenaes de páginas, que certo rasgará um dia a história imparcial. Mas admirai Srs., os arcanos da Providência, e a constância de Maria. Desta vez não venceram os maus anjos ao bom. Maria vai prostrar-se banhada em lágrimas, aos pés de seu Augusto Rei, expõe-lhe com a submissão de filha e de vassala, mas com a energia da razão e da virtude, seus sagrados direitos; e vai assim poupar-lhe uma injustiça, que malgrado seu poderia cometer. O coração de Pai se enternece, ergue nos braços a cara filha, consola, e segura os seus direitos. Caem por terra de um golpe todos esses sofismas da política, com que a astúcia e o egoismo tinham pretendido deslumbrar-lhe a mente, e extorquir-lhe a vontade. Venceu a razão e a constância: e Maria é nossa Soberana.

Em fevereiro de 1777 toma posse do Reino a Augusta Matrona e em maio é aclamada Rainha e Senhora de Portugal (...).

Nenhum Monarca Português foi aclamado com mais vivas de alegria, nem com maiores esperanças. Naquele fausto dia viam-se os semblantes, uns afogueados de amor, e confiança; outros derretidos em lágrimas de gozo; todos enlevados na vista da sua boa e amável Soberana. Um longo ministério enérgico e grandioso, mas duro e inflexível, calamidades pavorosas, e sem conta tinham abismado as almas todas em terror e medo. Sobre o desgraçado Portugal tinham caído em pouco tempo, como grânizo, tantos males físicos e morais, que pareciam vomitados pelo inferno. Terremotos, inundações, incêndios, prisões contínuas, masmorras atulhadas, castigos e crimes atrocíssimos, traziam aterrados

todos os espíritos. Não me compete a mim, Srs. rasgar o véu que cobre tantos e tamanhas desditas; nem sabe o meu entendimento descobrir suas causas; somente sei que sucederam quando a razão menos os podia suspeitar ou recluir. Mas graças ao Céu; já assoma no horizonte a nova estrela da alva, precur sora de dias claros e serenos.

Tínhamos os Portugueses necessidade de gosar mais brandura e mansidão; e isto achamos logo, que a Piedosa Maria se assentou no trono. Obedecendo com prazer do coração as últimas vontades de seu Augusto Pai, ela despeja horribéis cárceres de milhares de infelizes; chama à pátria os desgraçados. Não sei se eram culpados; sei somente que estavam a sofrer sem livramento, e sem sentença. Quem não admira a magnanimidade da nova Soberana? (...)

Fazer ditosos os súditos, é a primeira obrigação dos Reis, saber fazê-los, eis aqui o segredo de reinar; segredo fácil de alcançar as almas bem formadas. (...).

Devo ainda, Srs., antes de entranhar-me nas ações do seu Governo, político e civil louvar outras virtudes da sua bela alma; entre as quais foi sem dúvida a da misericórdia (...). Sem esta nobre virtude embora pretendam os Reis da terra a glória mundana do heroísmo; embora sejam tidos por grandes e preclaros; nunca serão amados de seus povos, nunca farão as delícias da nossa espécie. Quem tem de governar a muitos, é glória o ser amado por todos; mas quem há que seja amado sem clemência, e sem bondade?

Durante todo o reinado da nossa Augusta Rainha pouquíssimos foram os justificados; louvor este que não só pertence à vigilância do seu governo, mas principalmente a ternura maternal do seu coração. Quando ela pela sua justiça era forçada a castigar, com que dó da sua alma o não fazia! Mas quando estendia a mão compassiva aos desgraçados, que alegria não tinha então sua alma? Muito custa por certo a justiça aos corações generosos! (...)

Mas é já tempo de lançar a vista sobre as outras ações da ótima rainha no governo civil e político de seus Reinos.

No conselho, onde sempre despachava, folgava a ótima rainha de ouvir nua a verdade; e honrou muito a um de seus Ministros, só porque votava mais livre, e nunca espreitava sua opinião. Em todos os negócios de estado mostrava sempre a nossa Sábia Soberana o seu singular entendimento; dom do Céu, mas que só se engrandece e aperfeiçoa com a continuada reflexão. Porém difícil é buscar acertos na só escola de experiência, e no socego da razão! Quantas vezes engenhos perspicazes, mas ativos e insofribidos, são arrastados por máximas e princípios arbitrários, que em vez de sonhados bens, só trazem males reais aos povos e aos Estados! Quanto não cus

ta combater abusos inveterados, sopear os embates dos partidos, desprezar os ardis e calúnias da inveja e da vingança, que não raras vezes ofuscam a razão, e enganam os corações ainda os mais pios e prudentes! Mas quando o engenho é acompanhado da virtude, sabe romper todos os laços, e vencer todas as dificuldades; sabe umas vezes apressar-se, outras demorar-se (...)"

Este ministro a quem a rainha honrava muito em seu conselho, "só porque votava mais livre, e nunca espreitava sua opinião" foi Martinho de Melo e Castro, cuja vida se estende de 11 de novembro de 1716 a 24 de março de 1795. Melo e Castro entrou para a pasta da Marinha e Ultramar no governo de D. José I, depois que este ministério vagou em 15 de novembro de 1769, por morte de seu titular Francisco Xavier Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal.

Antes de prosseguirmos na leitura deste discurso de José Bonifácio, e para melhor compreendê-lo, façamos uma pausa para estudar a administração portuguesa tal qual se apresentava no início do último quartel do século XVIII, época em que José da Silva Lisboa realizava os seus estudos universitários em Coimbra, onde se matriculara, como estamos cientes, em meados de 1774.

b) O organograma da administração luso-brasileira: O novo ministério

O organograma da administração luso-brasileira até o final do reinado de D. João VI é bastante simples.

No alto, o soberano, servido por seus secretários de estado: um primeiro ministro, que recebia a denominação de Ministro e Secretário de Estado Assistente ao Despacho e outros três Secretários de Estado, a quem estava afetas três repartições ou ministérios: 1. Ministério dos Negócios do Reino, que se ocupava dos negócios da Fazenda (Real Erário), Justiça e Obras Públicas; 2. Ministério da Guerra e dos Estrangeiros, que se encarregava da segurança nacional e das relações exteriores e, finalmente, 3. Ministério da Marinha e Ultramar, a quem competia, como o nome indica, a marinha e a administração colonial. Depois de Pombal o Real Erário

passou a constituir uma repartição separada da do Reino.

Abaixo dessa cúpula vinha a imensa burocracia, entendendo o seu desinteresse, morosidade e ineficiência pelos quatro continentes (Cf. H. A. Avellar, História Administrativa e Econômica do Brasil, 1970, pág. 364 e segs.).

Ao falecer D. José, em 24 de fevereiro de 1777, ocupavam aquelas pastas os seguintes ministros: Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal (Reino); Aires de Sá e Melo (Guerra e Estrangeiros); Martinho de Melo e Castro (Marinha e Ultramar) e D. João Cosme, Cardeal da Cunha (Ministro Assistente ao Despacho), a quem competia informar os negócios de todas as secretarias.

Com a aceitação do pedido de demissão do Marquês de Pombal em 14 de março de 1777 ficaram vagas a Secretaria do Reino e a Presidência do Real Erário que o marquês acumulava.

Além de Pombal o único ministro dispensado foi D. João Cosme, Cardeal da Cunha, que era o Ministro Assistente ao Despacho.

Torna-se necessário recompor a administração. Em lugar de D. João Cosme, entra o Marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha, que também recebeu a Presidência do Real Erário, que desta forma separou-se do Ministério dos Negócios do Reino.

Para esta pasta, que fora de Pombal, e agora um tanto esvaziada, foi nomeado o Visconde de Vila-Nova de Cerveira, depois Marquês de Ponte de Lima, D. Thomas Xavier de Lima Brito Nogueira Teles da Silva e Vasconcelos.

A alta nobreza retorna assim a tomar assento no governo. Aires de Sá e Melo continua na direção da política externa, ocupando a pasta da Guerra e dos Estrangeiros até 1786, quando será interinamente substituído por Martinho de Melo e Castro, em virtude de seu falecimento em 10 de maio desse ano. Em 1788 passa a ocupar este ministério o embaixador em Londres, Luís Pinto de Sousa Coutinho, protetor de Antonio de Moraes Silva, nosso conhecido.

Luís Pinto de Sousa Coutinho, na pasta da Guerra e

Estrangeiros, de 1788 até 1801, e Martinho de Melo e Castro no Ministério de Marinha e Ultramar, que ocupou de 1770 até o seu falecimento em 1795, são dois dos três vultos mais salientes do governo de D. Maria I. O terceiro é José de Seabra e Silva.

A pasta de Guerra e Estrangeiros será entregue em 1804 a Antonio de Araujo Azevedo (que nas cartas de Lord Strangford será o A.A.A.), adepto da aliança com a França, e chefe do numeroso "partido francês". Martinho de Melo e Castro ao falecer em 1795, será substituído interinamente por Luís Pinto, que no ano seguinte chamará para o Ministério o jovem embaixador em Turim, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, anglófilo, chefe do restrito, mas influente "partido inglês". Do embate destes dois partidos ao sabor de circunstâncias externas, resultará as notórias tergiversações da política exterior portuguesa, que nesse interim flutuará à deriva no mar revolto das rivalidades anglo-francesas, irreconciliáveis.

Por decreto de 14 de março de 1777, D. Maria I nomeou o seu primeiro ministério composto, como ficou dito, pelos seguintes personagens: Marquês de Angeja, o Visconde de Vila Nova da Cerveira (mais tarde primeiro Marquês de Ponte de Lima), Aires de Sá e Melo e Martinho de Melo e Castro.

c) A política econômica do governo de D. Maria I: 1777-1792

Elogio Histórico e Acadêmico (conclusão)

1. Política Exterior

"Do seu trono como de alta atalaia vigiava a Soberana (D. Maria I) os gabinetes da Europa; penetrava seus desígnios, e combinava seus interesses com os interesses do seu Reino. Nunca seguiu esta política astuta e cavilosa, tão vulgar em nossos dias, mas sim aquela, que é sempre fiel companheira da virtude; que não aconselha senão o que convém a justiça, nem segue o que reprovava a moral. Só a esta nobre arte cumpre emendar o passado, dirigir o presente, antecipar e preparar o futuro: só ela sabe com honra e segurança

rasgar o véu às cavilações e ciladas; evitar os danos, precaver os males (...).

Como unia a grande Rainha em laço estreito a saga cidade política com a proibidade da religião, gosou sempre sua nobre alma do júbilo de ver, durante todo o seu governo, o Reino em paz e abundância; em quanto grande parte da Europa era um vasto teatro de sangue e miséria.

Apenas sobe ao trono, qual anjo de paz, procura logo suspender a guerra já ateada no Brasil, que ameaçava em breve tempo abrasar também a Lusitânia. Apenas parte sua Augusta Mãe para Madrid, conclui logo um tratado preliminar de paz e de limites, fundado no de 1750. Pouco depois se fazem novos pactos de neutralidade, e garantia entre as Coroas de Espanha e Portugal, com que mais se apertam os laços do parentesco e boa vizinhança, que nunca deveram ter rompido a política.

Julgou a nossa Augusta Rainha que um pequeno presídio remotíssimo, encravado no coração de terras ermas e abertas, não devia custar uma só gota mais de sangue a seus vassallos; e ainda este pequeno sacrifício de um capricho, que nos tinha levado já milhões, foi assas compensado com as vastas terras, que recebemos em troca; e que dando grande fundo ao Brasil, estendem nossa raia, e seguram as ricas minas das capitâneas do sertão; e a comunicação destas com as de beira mar, pela navegação interior dos grandes rios, que vão enriquecer com imensos cabedais os dois mares fluviais do Amazonas e da Prata. A Colônia do Sacramento, Srs., não era colônia nossa, era dos estranhos; que por meio de contínuos contrabandos beneficiavam seu comércio; ficando-nos somente guerras e despesas. Pelo novo tratado se fixam de uma vez os limites do Brasil, que não tinham sido ainda bem determinados, nem pelo provisional de 1661, nem pelo de Utrecht, nem por outra alguma transação antecedente.

Consumir vidas e fazendas em conquistas de pouca monta, é debilitar-se para as importantes. De que servem terras inúteis e apartadas, quando faltam braços para cultivar as que temos a porta; quando faltam braços para cultivar as que temos a porta; quando o preço do que se ganha, ou se conserva por capricho, não vale o sangue que se perde? De que nos servirão Srs., essas conquistas d'África, que nos custaram tantas vidas e cabedais, se depois as havíamos de largar, ou porque não se podiam sustentar, ou porque eram, por infrutuosas, de nenhum préstimo e valor? (...).

Pax optima rerum

Quas hominis novisse datum est: pax una triumphis Innumeris potior. Já dizia no seu tempo Silio Itálico.

Para segurar melhor a paz, conclui a Soberana um

novo tratado com França, pelo qual se estreitaram cada vez mais os laços, entre os diversos ramos da Augusta família dos Bourbons. Conservando assim a nossa soberana a tranquilidade de seu Reino, também soube firmar a sua neutralidade, quando a guerra entre a Inglaterra e suas colônias, em que tomara parte a política de França e de Espanha, ameaçava devastar a Europa e o Mundo inteiro. Tão grande era o ressentimento de ambas aquelas cortes contra esse povo ativo e industrioso, a quem ensorbecia a liberdade, e que por suas riquezas e forças navais dominavam sobre os mares! Era porém dificultoso conservar harmonia com nossos antigos aliados, e com os Gabinetes de Paris e de Madrid ao mesmo tempo: mas tal foi a prudência e dignidade do governo de Maria que o pôde conseguir: Para melhor conservá-la, acedeu ela a essa neutralidade armada, que creara o grande espírito de Catarina. Por este novo tratado com a Rússia estendeu muito Portugal o seu commercio, principalmente o dos vinhos, que as armadas aumentadas consumiam; e também o dos gêneros coloniais que não podiam então fornecer a Grã-Bretanha, Espanha e França aos mercados do Norte. A este importantíssimo tratado deveu Portugal a maior riqueza, que nunca teve, depois dos brilhantes dias de Manoel; e cujos restos ainda hoje conservamos, apesar dos horrores que sofremos dos satélites da usurpação e tirania!.

2. Legislação e Política econômica

"Firmando assim a segurança do Império, não se esquece Maria de aperfeiçoar e fomentar ao mesmo tempo as artes da paz; entre as quais tem o primeiro lugar os cuidados da Legislação.

A ciência do Governo, como sabeis, Srs., consiste em indagar o que pôde ser um estado para corresponder aos seus mais altos fins. Vigor e lei são os fatores de tamanhos bens, ciência e civilização, quem os promove e acompanha (...).

Não pararam aqui os cuidados de Maria: ela conhece que um Estado sem agricultura, sem fábricas e indústria, sem commercio e navegação, enfim sem educação científica, sem moral e sem religião pública, é um Estado pobre, fraco e desprezível. É justo pois que vejamos o que ela fez, e intentou fazer, para bem dos portuguezes nestes ramos.

Agricultura - A prosperidade da sociedade humana é proporcional à cultura do seu solo; sem esta não há subsistência, nem civilização; pois da cópia da agricultura, e das artes mecânicas que esta sustenta, nasce a mercância, e de todas reunidas a riqueza das nações. Nem só é necessária e profícua a agricultura, é também útil a moral e a robustez do povo; influi no coração e

nos prazeres da vida. Quem se não encanta com a vista de campos cultivados e verdes, de searas abundosas e douradas? De que virtudes não é mãe e ama a agricultura? Fortaleza e indústria, constância e paciência, são necessárias para se empreenderem e desempenharem os trabalhos de la voura. Dão-se também as mãos a agricultura e a religião: o lavrador continuamente eleva sua alma ao Criador, a quem roga a cooperação do Céu. O espírito que sabe contemplar os mistérios da vegetação, admira arrebatado as obras da Divindade; e não pode deixar de a louvar de contínuo, e agradecer-lhe os benefícios que recebe.

Mas não só a agricultura nutre as virtudes, mas excita os talentos, o emprego do lavrador pelos seus fins e extensão requer muita previdência, e grandes conhecimentos. Ele deve conhecer a organização e propriedades das plantas e animais; examinar o torrão, as estações e o clima; saber o seu préstimo, melhoramento e aplicação (...). Daqui vem que cada novo progresso, que se faz nesta nobre arte, é não só um novo título de glória, mas também novo benefício para a humanidade; porque concorre para haver maior número de homens, isto é, de irmãos, e de consócios; aos quais incita com riqueza e abundância a desenvolver a razão e as virtudes na cultura das ciências e das artes.

Daqui vem que nos tempos heróicos e singelos da nossa espécie era a agricultura a ocupação dos chefes e dos legisladores das nações: mas depois com a dissolução dos costumes, e com as novas idéias de uma honra fantástica, apareceram almas duras e crueis, que julgaram ser mais honroso destruir que conservar; ser melhor conquistar por força bruta que com industria virtuosa. Então a arte mais nobre e útil que inventaram os homens, veio a cair pouco a pouco na mofa, e no desprezo, donde agora forcejam por arrancá-la a Filosofia, e os bons reis. Mas a optima Maria soube imitá-los: ela dá novas providencias (...).

Legisla igualmente sobre a redução dos foros e censos do Algarve; pois se em todo o Reino pade de a lavoura muito com estes encargos, sofria muito mais que os outros aquele estreito e limitado país. É uma verdade incontestável, que ninguém pode cultivar um campo, sem que a sua produção pague as despesas, os amanhos, e dê também um sobejo líquido, que sustente com fartura ao lavrador.

Se porém os encargos e impostos são tais que abrangem todos estes lucros; então esmorece o camponês, e a terra fica estéril e desamparada; mormente se refletirmos que ao pobre lavrador de Portugal só ficou livre e isento algum peda-

ço de terra por estéril e escondida: pois toda a que havia boa, de longos anos anda em mãos estranhas e ávaras, que as tem carregado de censos e foros pesadíssimos.

Para aumentar cada vez mais a cultura das vinhas, e dar saída a seus produtos, que poderiam sofrer com o novo Tratado entre França e Inglaterra, obtem outra vez, a plena execução das antigas convenções, firmando também assim, cada vez mais, a aliança com a Grã-Bretanha; aliança que em seu tempo veio a ser profícua a ambas as nações.

Pesca: Outro objeto importantíssimo do seu maternal governo foram as pescarias dos nossos mares e costas; manancial seguro de ocupação e riqueza. Para fomentá-las, isenta de tributos a todo o pescado seco e salgado de Portugal e ilhas; e prorroga sucessivamente a companhia das reais pescarias do Algarve; porque entende que assim as protege eficazmente.

Manufaturas: Mas não era possível que Maria se esquecesse também de fomentar a indústria e as fábricas de seu reino. Só o homem selvagem limita seus cuidados e ocupações à caça e à pesca, ou em colher frutas bravias, que lhe apresenta a natureza: mas como a divindade tivesse sabiamente gravado em seu peito o desejo de melhor vida; pois o dotara de razão e inteligência, este mesmo selvagem procura pouco a pouco conseguí-la, aumentando sua atividade e seus trabalhos.

Deste modo se vai civilizando e corresponde aos grandes fins da Providência. Se pois o homem solto e derramado pelos bosques e campos, também procura aumentar a sua indústria para se distinguir das brutas alimárias, quanto mais o devem fazer as grandes sociedades e nações civilizadas? Com efeito, Srs., sem indústria, sem fábricas e manufaturas nenhum Estado é rico e independente. A agricultura e pesca só por si não bastam para toda a sua prosperidade, e maior povoação.

Guiada por estes preceitos luminosos a ótima Maria toma a peito fomentar as artes, desempençando a indústria, para que cada uma possa buscar pela sua agência e trabalho o seu melhoramento. Para animar as fábricas de privilégio Real declara isentos de direitos todos os gêneros de fora, que lhes são ainda precisos por incúria nossa: concede novos privilégios à fábrica de vidros da Maranhão, e lhe vai sucessivamente prorrogando o tempo; e o mesmo faz a muitas outras. Proíbe a entrada de várias fazendas estrangeiras, e das sedas da Índia, que podem e devem fabricar os seus vassallos. Ocupa as mulheres pobres da Capi-

tal mandando distribuir por elas linho e algodão para o fiarem, remediando deste modo a sua pobreza e desterrando a ociosidade.

Para diminuir as grandes despesas que custavam ao seu Real Erário as Fábricas Reais de panos, que seu Augusto Pai tinha criado; e incitar ao mesmo tempo a industria dos particulares, facilitando-lhes os meios de adquirir novas riquezas, mandava entregar a uma companhia de negociantes abondos, dando-lhes regulamento, e impondo-lhes as condições mais convenientes à sua conservação e maior prosperidade. Faz a grandiosa cordoaria, tão cômoda pelo sítio, quanto necessaria e de sumo interesse a uma nação commerciante e navegadora. Com os mesmos fins estabelece no pinhal real de Leiria a fábrica de pez e alcatrão, que tão proveitosa tem sido à nossa Marinha. Para prover de combustível barato e abundante aos Arsenais Reais, e ao consumo do seu Reino, há tantos anos falto de matas e arvoredos, promove a lavra da mina de carvão de pedra de Buarcos, que se tinha começado a abrir em tempo de seu Augusto Pai. Em seu reinado se aumenta e aperfeiçoa de maneira o fabrico da pólvora, que dela só se provém o Reino e as Colônias; e com seus lucros avultou muito e enriqueceu a renda publica.

Enfim para melhor dirigirem e governarem todas as manufaturas Reais e particulares, amplia a antiga Junta do Comércio, elevando-a ao mesmo tempo ao grau de Tribunal Régio; criação importantíssima, mas à qual ainda falta, segundo me parece, um bom regimento que corte colisões e aplaine seus cuidados: debaixo desta Junta põe a nova Direção das Fábricas de seda e de galões que deve vigiar sobre o seu aumento e perfeição.

Comércio: Conhecendo ao mesmo tempo que não podem prosperar a agricultura e a industria, se não tem por companheiro inseparavel o commercio, Maria Augusta muito o protege e favorece.

O commercio, Srs., é tão antigo como o mundo. Há dois mil anos pelo menos antes da nossa era cristã, já ele começava a florescer. A quem são desconhecidas as frotas do sábio Salomão, que iam commerciaes nas ricas terras de Ofir; o tráfico dos Egipcios, e fenícios, dos Cartagineses e Romanos? (...). Com effeito Srs., para animar o commercio de seus reinos, modera os direitos, que pagavam varias mercadorias nas alfândegas e portos secos, dá gratificações aos exportadores de gêneros nacionaes, e a importação de alguns artigos estrangeiros que nos eram necessários, contanto que sejam navegados em nossos baixéis. Isenta de toda a imposição os gêneros de Goa, e manda que os outros da Ásia só paguem meios direitos quando fossem para o consumo do Rei-

no, e muito menos quando entrassem por baldeação.

Colônias: Para fomentar a agricultura e comércio do Brasil e Ilhas, proíbe a entrada de arroz estrangeiro em Portugal, concede liberdades, e comunicação mutua entre a Madeira, Açores e a nova Lusitania, que até então por política acanhada estava ainda vedada; e dá muitas outras providências, que não posso referir por não alongar demasiado este discurso.

Porém deverei trazer-vos à memória, que ela soube extinguir o monopólio das companhias do Pará, Maranhão e Pernambuco, que eram não só inúteis e danosas ao comércio geral de seus vassálos, mas igualmente à futura prosperidade do Brasil. Foi Maria I, além disto, para com os seus domínios ultramarinhos tão boa mãe, como sábia soberana; pois não só com repetidas providências muito adiantou sua prosperidade, mas também vigiou que essas Províncias arredadas se governassem com justiça e sabedoria, escolhendo para governadores homens honrados e prudentes, e mandando devassar de alguns que pareciam haver prevaricado.

O comércio da Índia aumentou muito em seu reinado, e o do Brasil e África se elevaram a um ponto, a que nunca tinham chegado até então. Portugal veio a ser outra vez terra de grossos tratos e cabedais, e a escala geral das nações industriosas. A balança do comércio que em 1777 era a favor da Inglaterra, e contra nós, em quase 5 milhões de cruzadas, não só se pôs ao par, mas veio a ser, durante o seu Reinado, muito em favor nosso.

Segurança. Marinha: Mas como sem navegação e marinha não haja comércio lucrativo; e o que mais é, nem haja segurança no Império; mormente quando este está repartido em pedaços por quatro mundos, como o nosso, mereceram estes ramos a Maria I todos os cuidados e desvelos. Para ter prontos e contentes os oficiais de sua marinha, aumenta-lhes os soldos, e regula seus acessos; cria as novas praças de Aspirantes; e anima a mocidade a que empregue seus talentos nos estudos e prática do mar. Quantos hábeis pilotos e oficiais que hoje impávidos levam nossas naus aos confins do universo, não devem o que são, e o que sabem, aos seus maternais desvelos? (...).

Mas não foi só este ramo que lhe mereceu a atenção; também procurou ser útil à navegação interna de seus Reinos: ela manda abrir uma nova barra em Aveiro, a fazer o novo encanamento do Mondego, e as obras necessárias para desimpedir a barra do Porto e facilitar sua navegação; obras

que continuando com o mesmo zelo e sabedoria na Regência de seu Augusto Filho, já tem trazido, e háo certo de trazer cada vez mais novos bens a Portugal.

Segurança. Exército: Mas não basta, Srs. ter uma marinha florescente. Para a felicidade e segurança do Estado, e para honra da coroa, cumpre que haja um exército de terra respeitavel. As nações de território e povoação limitada andam sempre em risco de ser oprimidas por vizinhos poderosos, se a política e a justiça não sabem reunir as forças físicas e morais de seu povo.

Verdade é que quando uma nação é valente e generosa, como a nossa; quando os soldados vencem pela disciplina e valor o numero; quando, graças ao Céu, o terreno é defensavel e apanhado, que não pode contra ele haver ataque repentino que se não acuda prontamente com o remedio, então não são precisas tropas numerosas; as quais iriam esgotar o Erário, diminuir a povoação, e roubar braços necessários as artes e a agricultura sem a menor utilidade (...).

Educação e Ciências: Como sábia e previdente, conhece Maria I que para felicitar seu Reino não basta somente fomentar a agricultura, as artes, e comércio, e ter um bom Exército e Marinha, mas que cumpre mui principalmente dar ao povo educação científica e moral. Com efeito, Srs., para ajuizar de qualquer nação basta atender ao estado das ciências e dos costumes (...).

O homem sem boa instrução tem dois motivos para obrar mal, as paixões sem freio, e a ignorância das suas obrigações (...). Apesar da reforma da universidade que tanto honra a memória do Sr. Rei D. José I, inda as ciências e as letras não tinham ganhado pés como deviam entre nós; (...) Não posso negar que no anterior reinado se tinham lançado as primeiras linhas para se estabelecerem as ciências exatas e físicas na Universidade; mas não tinham estas deitado ainda raízes profundas no solo português. Davam-se os nossos doutos e applicados quase exclusivamente a uma pouca de Filologia Latina, e quando muito a Retorica e Poética; mas não sabiam ainda avaliar perfeitamente a soberania das ciências naturais e matematicas.

Não penseis, Srs., que eu sigo os desvairios de alguns espíritos do nosso século, que só acham dignas do seu estudo e applicação estas ciências; e desprezam as belezas das boas artes, e as tarefas da erudição: não, Srs., eu conheço que por mais sublimes que sejam aquelas verdades, para serem uteis e generalizadas precisam de apparecer com ornatos e atavios, que só lhes podem dar as

Belas Letras (...).

A Maria I estava reservado elevar as ciências ao último esplendor (...). Ela não afrouxa em sustentar a grande obra da reforma dos estudos da Universidade; estabelece prêmios anuais em todas as Faculdades; cria uma cadeira nova de Botânica e Agricultura; e para animar e favorecer as Ciências Físicas e Matemáticas, ordena que nos dois Colégios Reais haja sempre um lugar para cada uma das três Faculdades Naturais. Cria em Lisboa, como já acima referi, duas Academias navais, uma de Marinha, e outra de Fortificações e Artilharia, e em Roma outra para se aperfeiçoarem os Pintores e Abridores, que saíssem das escolas da sua Casa Pia.

Com seu favor e proteção faz renascer das cinzas da Academia Real da História Portuguesa, que durara breves anos, uma Academia de Ciências que abranja todo o campo do saber humano.

Bolsas de Estudo: Não para aqui o seu zelo: desejando animar cada vez mais os estudos e a prática da Zoologia, Botânica, Mineralogia e Metalurgia, que ainda andavam degradadas de seus Reinos pela ignorância e descuido dos tempos, escolhe alguns moços de boas esperanças, entre os quais por benignidade fui eu também contado, para irem uns viajar e examinar seus vastos Domínios d'África, e América, e outros estudar e conhecer as Artes e Ciências da Europa culta; para que depois de voltados ao Reino, fizessem nele alicerce de uma obra tão nova ainda entre nós, quanto necessária.

Muitas outras cousas fez Maria, a bem das Ciências, que seria longo referir, mas bastam estas que rapidamente tenho tocado, para conhecerdes quanto lhe devem seus vassallos; e quanto cumpre que as ciências, que ela protegera, lhe paguem esta dívida sagrada, alçando o seu nome acima das Catarinas e Filipas (...).

Epílogo: Nesta vida mortal, Srs., comumente quando brota uma aflição, acompanham-na mil outras. Em 1786 morre seu Augusto Esposo, desunido o doce laço que estreitara o amor e a virtude. Em 1788 morre na flor da idade o Príncipe D. José, com pranto geral dos portugueses, que nele viam um novo D. Teodósio. Neste mesmo infausto ano acaba também a bela e boa Infanta D. Mariana, a quem seguiu no túmulo em pouco tempo seu Preclaro Esposo (...).

Mas ainda, Srs., novos males lhe estavam preparados: começa então a revolver-se a hidra fatal da Revolução Francesa, que já ameaçava engulir a Europa. Oh minha cara Pátria, que perigos te ameaçavam! (...) Ah, Srs., se a alma fortalecida pela

religião não sucumbe logo, fraqueja porém a humanidade. Pouco e pouco com os males repetidos, que sofria, foi perdendo sua alma a elasticidade mental; e a energia da razão foi afrouxando mais e mais diariamente. E quem sabe se a astúcia interessada não amedrontava também com fantasmas pavorosos a sua delicada consciência? (...). Se em 1792 ainda vivia a Soberana para os nossos corações, já não vivia para o Estado.

Quando a salvação do Reino e a conservação da Monarquia, obrigaram nosso Augusto Rei a deixar a Europa para ir bem-aventurar países transatlânticos; ainda estava viva nossa Boa Mãe para acompanhá-lo além dos mares; mas agora uma terra longínqua, ainda que nossa, possui suas cinzas (...).

Maria Augusta, se tanto vos devi pela escolha que de mim fizestes para ir recolher algumas luzes em terras estranhas e climas apartados, que tenho eu com que pudesse agradecer-vos, senão manifestar hoje à face do Universo, por meio desta Oração de salinhavada, o amor e lealdade que sempre consagrei a Vossa Real Pessoa e ao Trono que tanto honrastes com vossas virtudes?

Assim pudessem minhas forças ter correspondido a meus ardentes votos! (...)"

d) A Política Econômico Colonial de D. Maria I: Martinho de Melo e Castro.

Martinho de Melo e Castro foi Ministro da Marinha e Ultramar até sua morte, sucedida a 24 de março de 1795, contando de idade setenta e nove anos, por ter nascido aos 11 de novembro de 1716 (Cf. Simão da Luz Soriano, História da Guerra Civil, pág. 237).

Foi do Conselho de Estado, Grã-Cruz Alferes da Ordem de São Tiago, Comendador da de Cristo, Secretário de Estado da sereníssima Casa de Bragança e Sócio da Academia de Ciências de Lisboa.

Descendia pela parte de seu pai (Francisco de Melo e Castro) da família dos Castros de Melgaço, ilustre tronco das casas dos condes de Resende e das Galveias (Cf. Simão da Luz Soriano, História da Guerra Civil, pág. 236).

Em 16 de maio de 1739 nomeou el-rei D. João V a Martinho de Melo e Castro para cônego da santa igreja patriarcal de Lisboa, que então se acabava de fundar. Apesar de originariamente ter pertencido à classe eclesiástica, era ele de todos os ministros nomeados e conservados, o de maior capacidade e de mais conhecimentos dos negócios públicos (Soriano, obra citada, pág. 237).

Um contemporâneo de Martinho de Melo e Castro, o industrial Jacome Ratton (1736-1821) deixou-nos inúmeras observações pessoais sobre este e outros ministros de D. José e de D. Maria, com alguns dos quais tratou pessoalmente.

Ratton era francês de nascimento tendo ido a Portugal com seus pais para aí fixar residência, aos onze anos de idade, isto é, em 1747. Deixemos porém que dele nos informe Innocência Francisco da Silva:

"Educado na teoria e prática mercantis (Jacome Ratton) conservou-se em sociedade com a sua família até que casando no ano de 1758 começou a negociar por conta própria. Fundou uma fábrica de chapéus finos em Elvas e outra em Lisboa, que por longos anos permaneceram em estado mui florescente; e foi ele também que associado a Timotheo Lecussan Verdier, de quem tratarei no lugar competente, criaram ambos a fábrica de fiação de algodão em Tomar, afora outras empresas industriais e fabris, que intentou, e das quais umas foram avante, e outras malograram. Tendo-se naturalizado português em 1762, foi em 1788 nomeado Deputado da Real Junta do Commercio, e depois condecorado com o hábito de Cristo, e com o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Quando o exército francês, que invadiu Portugal em 1807, foi expulso no ano seguinte pelas armas anglo-lusitanas, Jacome Ratton ficou, como muitos outros indivíduos, mal olhado, e tido, com razão ou sem ela, na opinião de jacobi—no; e em consequência das informações que a Regencia enviou a seu respeito para a corte do Rio de Janeiro foi mandado demitir do lugar de Deputado da Junta do Commercio por decreto de ... de junho de 1810. Em setembro do mesmo ano foi preso, e remetido para a Torre de São Julião da Barra, donde o passaram com outros para bordo da fragata Amazona, que devia transportá-los para a Ilha Terceira. Obteve porém a concessão de ser transferido para uma fragata inglesa, na qual seguiu viagem para Londres, e aí permaneceu durante alguns anos, até que depois de restabelecida a paz geral regressou a Lisboa, onde veio a falecer por fins do ano de 1821, ou no princípio do imediato, o que ainda não pude bem averiguar (Cf. Dic. Bibl. Port., tomo III, pág. 253)".

Para atestar a correção do seu procedimento durante a ocupação francesa, Jacome Ratton escreveu uma obra notável a que intitulou: Recordações de Jacome Ratton, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Ex-Negociante da Praça de Lisboa, e Deputado do Tribunal Supremo da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, sobre Ocorrências do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sessenta e três anos e meio, aliás de maio de 1747 a setembro de 1810. Que residiu em Lisboa: Acompanhas de algumas subseqüentes reflexões suas, para informações de seus próprios filhos. Com documentos no fim. Londres, Impresso por H. Bryer, Bridge-Street, Blackfriars.

Nas páginas 324 a 328, J. Ratton nos dá o seguinte testemunho sobre o ministro Martinho de Melo e Castro:

"Martinho de Melo e Castro, que de Monsenhor da Patriarcal foi mandado pelo Senhor Rei D. José enviado a Corte de Londres foi pelo mesmo Soberrano nomeado Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Ultramar, por falecimento de Francisco Xavier de Mendonça. Serviu pois Martinho de Melo o seu lugar com grande atividade, zelo e independência, e neste lugar continuou enquanto vivo foi. A este Ministro se deve, durante o Reinado da Rainha Nossa Senhora, que Deus guarde, o belo estabelecimento da Cordoaria no sítio da Junqueira, e o Dique da Ribeira das Naus construídas estas duas obras, segundo ouvi, com o produto do rendimento da Real Fábrica da pólvora, e da venda das madeiras do pinhal del-Rei, cujas administrações eram anexas aquela secretaria. Foi Martinho de Melo e Castro o que solicitou na Corte de Londres a ida do contingente de tropas britânicas estipulado nos tratados entre as duas nações, a título de auxiliares na guerra não provocada, em 1762, que a Espanha, no princípio do reinado de Carlos III, unida com a França declarou a Portugal. Por esta ocasião foi chamado a Portugal o Conde Reinante de Schaumbourg Lippe para comandar todas as tropas com a patente de Marechal General.

Achava-se neste tempo Portugal desprovido de tropas, e quase toda a qualidade de armamentos, e munições de guerra; e sendo necessario haver tudo de repente, veio de Inglaterra quanto faltava, no que se despenderam somas imensas, que depois se pagaram. Também assoldadou em Londres muitos officiais, e tropas Suizas, das quais se formaram em Portugal três Regimentos.

Este mesmo Ministro foi depois mandado Plenipotenciário de Portugal para tratar da paz que se ajustou em Paris no fim do ano de 1763. Naquelle tempo ouvi sempre, que o Senhor Rei D. José fazia de Martinho de Melo um grande conceito, e que o quizeria deixar ficar em Lisboa na sua volta de Paris; mas, o Marquês de Pombal representou, que a sua residência junto ao Gabinete Britânico era ainda mais necessária, e com este pretexto o afastou da Corte, até que foi chamado para Ministro de Estado. Também ouvi que durante o Ministério do Marquês de Angeja houveram desavenças entre ambos, cujos motivos ignoro: mas sei que Martinho de Melo acabou a sua gloriosa carreira sem ajuntar riqueza alguma.

Por ocasião do estabelecimento da fábrica de fiação em Tomar, me foi necessário procurar este Ministério para ele ordenar ao Administrador do Pinnhal del-Rei a entrega dos paus, de que lhe apresentei o rol, e que o Marquês de Ponte de Lima me tinha mandado dar gratuitamente, atendendo aos prejuizos, que eu tinha sofrido no princípio desta empresa, ao que ele Martinho de Melo assentiu, dando-me uma simples ordem, sem declaração sobre o gratuito, para se me entregarem os ditos paus, como com efeito se me entregaram. Porém depois da feliz Restauração do Reino, tendo passado quatorze anos, se me pediu a importância deste objeto, que fui obrigado a pagar por falta de explicação na ordem, e serem finados os dois ministros.

Este Ministro, posto que inteiro, era contudo vagaroso no expediente da sua Secretaria, e muito a-ferrado ás suas opiniões, por maneira que era difficultoso atender a razão, quando esta se lhe queria mostrar, partindo algumas vezes contra os pretendentes de um modo pouco decoroso. A predileção que este Ministro tinha pelos ingleses lhe fez cometer alguns erros políticos, como o de aconselhar a Rainha Nossa Senhora, que Deus guarde, de aceder ás instâncias de um comandante britânico, o qual arribando ao porto de Lisboa com um grande numero de transportes debaixo do seu comboio, para o Mediterraneo, pretextou ser o seu destino contra o inimigo comum, e que não devia pagar estipêndio algum estabelecido para os faróis. Sobre o que baixou um aviso a Real Junta do Comércio, para que se não exigisse aquelle direito, o que ficou servindo de regra daquelle tempo por diante, com gravíssimo prejuizo daquelle reparação, a qual somente se pode conservar recebendo este dinheiro sem exceção alguma, como determina a lei do seu estabelecimento; visto que na conservação dos faróis interessam os navios de todas as nações, que navegam por aquellas paragens. E tanto é assim que em 1809 o Almirante Berkeley estacionado Comandante Geral da Marinha das duas nações no porto de Lisboa, fez um officio aos Senhores Governadores do Reino queixando-se da negligência

dos faroleiros, que não conservavam os faróis bem alumina-
dos; por efeito do qual officio baixou a Real Junta do Comercio, incumbida daquela administração, um Aviso do Governo, para que esta providenciasse quanto antes a dita negligência. Este Tribunal, de que eu tinha a infelicidade de ser membro, assim como o meu companheiro de proscricao o Dr. Domingos Vandelli, nos encarregou daquela comissao; a qual immediatamente cumprimos, principiando pelo Farol de São Julião da Barra, substituindo aos lampiões antigos outros de corrente de ar, cuja luz segundo a nossa propria experiência, é muito mais forte e não dá fumo que ofusque os vidros dos lampeões. Outros projetos tinhamos nós a respeito do melhoramento da iluminação dos faróis; mas a nossa deportação impediu a execução dos ditos projetos, e até se nos não permitiu ver o efeito, que produzia a nova iluminação no Farol de São Julião, quando ali fomos conduzidos para sermos deportados.

É bem para admirar, que tendo residido Martinho de Melo tantos anos na Corte de Londres se esquecesse de que a Grã-Bretanha por nenhum caso particular altera o que se acha estabelecido por lei, e muito menos isenções a favor de estranhos, das quais não gosem os naturais".

Acima dissemos que nenhum outro soberano português mais do que D. Maria I, tem merecido as invectivas dos brasileiros, e que isto era devido ao Alvará sobre as manufaturas do Brasil, de 5 de janeiro de 1785 e o desfecho da Inconfidência Mineira de 1789.

Ambos os eventos estão ligados historicamente a Martinho de Melo e Castro.

Adiante veremos que ambos se relacionam e que de sua análise podemos extrair amostras do pensamento econômico de Martinho de Melo e Castro, um modelo de mercantilista agrário. Protegeu a Academia Real das Ciências de Lisboa e fez aplicar ao Brasil a política econômica fisiocrática propugnada por essa instituição.

e) A Academia Real das Ciências de Lisboa

1. Os fundadores

A Academia Real das Ciências foi fundada graças às diligências do segundo duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, nascido em

Lisboa em 6 de março de 1719, filho do infante D. Miguel (filho legitimado do rei D. Pedro II). No embate entre a alta nobreza e Sebastião José de Carvalho e Melo, D. João Carlos caiu no desagrado del-rei D. José I, o qual quando veio a falecer o primeiro duque de Lafões, impediu D. João Carlos, seu irmão, de entrar na posse da Casa e ducado de Lafões, recusando-se a renovar nele o título.

Diante disto D. João Carlos de Bragança, com a permissão del-rei deixa o país e inicia um longo peregrinar por todos os grandes centros científicos da Europa, alargando extraordinariamente os seus horizontes intelectuais.

Tornou-se assim, um verdadeiro enciclopedista, na acepção que o termo tinha no século XVIII. Por seus reconhecidos méritos foi eleito sócio da Sociedade Real de Londres.

Com a morte de D. José, ocorrida em 1777, a "viradeira" e a conseqüente queda do Marquês de Pombal, D. João Carlos regressa ao Reino, sendo cumulado de mercês e honras por D. Maria I.

Foram-lhe concedidos o título de duque Lafões e as comendas de sua casa com os rendimentos atrasados durante os anos de exílio.

Pouco tempo depois do seu regresso, contando com a estreita colaboração do naturalista Abade José Correia da Serra e inspiração do naturalista Domingos Vandelli e de Luís Antonio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, o Duque de Lafões graças à sua influência na corte de D. Maria I, conseguiu dela autorização para a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, cujos estatutos foram aprovados em 24 de dezembro de 1779 (Cf. Dicionário de História de Portugal, tomo I: pág. 14-17).

Domingos Vandelli e o Visconde de Barbacena, inspiradores da criação da Academia das Ciências, concebiam-na como a articulação necessária entre a Universidade pombalina e as exigências da investigação e do desenvolvimento (fomento) econômico, cabendo-lhe como funções o adiantamento da instrução nacional, a perfeição das ciências e das artes e o aumento da indústria popular.

Dando início a seu programa de incentivo a reformas nos domínios econômicos, cultural e da saúde pública a Academia lança uma série de publicações dentre as quais cinco volumes das "Memórias Econômicas", e dois de "Memórias de Agricultura Premiadas".

Estes cinco volumes de Memórias Econômicas, publicados entre 1789 e 1815, constituem monumentos do pensamento econômico fisiocrático em Portugal e evidenciam a aceção prática que a Economia Política tinha entre nós.

2. O Fisiocratismo: Domingos Vandelli

Dentre os colaboradores das Memórias Econômicas da Academia encontramos os nomes de Domingos Vandelli, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Luís Pinto de Sousa (Visconde de Balsemão), Manuel Arruda da Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá (o Intendente Câmara), D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Tomás Antonio de Vila Nova Portugal e muitos outros (Cf. Do Estudo e da Evolução das Doutrinas Econômicas em Portugal, Moses B. Amzalak, 1928, pág. 118).

Domingos Vandelli, italiano nascido em Pádua, pelos anos de 1730, era filho de Jeronimo Vandelli, doutor em Medicina.

Veio para Portugal a convite do Marquês de Pombal, com o destino de reger uma cadeira de Filosofia em Coimbra; parece que já estava em Lisboa desde 1765 (Amzalak, 1928, pág. 118).

Teve em Portugal grandes honras e distinções. Foi Comendador da Ordem de Cristo, Deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Diretor do Real Jardim Botânico da Ajuda, sócio-fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa e das de Upsala, Lusacia, Pádua, Florença, etc.

Se podemos dar crédito às queixas do seu colega e consócio Félix Avelar Brotero, essas grandes honras e distinções não foram tanto devidas à sua ciência, quanto ao

modo com que sabia insinuar-se, e captar a benevolência de certos personagens colocados em lugares eminentes, ou que dirigiram os negócios da monarquia por aqueles tempos. Durante o período da invasão e ocupação do Reino pelas tropas francesas em 1807 e 1808 foi suspeito e acusado de adesão ao partido dos invasores, sendo deportado juntamente com Jacome Ratton e tantos outros. Contava nessa época 80 anos, e foi-lhe permitido recolher-se à Inglaterra em vez de seguir para a Ilha Terceira, com seus companheiros de infortúnio.

Regressou mais tarde a Lisboa aí falecendo a 27 de junho de 1816 (Cf. Innocêncio-Dic.Bibl.Port., vol.II, pág.200).

Vandelli correspondeu-se intensamente com seus ex-alunos de Coimbra por meio dos quais procurava obter materiais e informações para suas pesquisas.

Dentre as inúmeras memórias que deixou sobre assuntos econômicos podemos destacar as seguintes: "Sobre a Agricultura deste Reino e das suas conquistas"; "Sobre algumas produções naturais deste Reino, das quais se poderia tirar utilidade", "Sobre a preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as Fábricas", e "Sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam".

Na primeira de suas memórias escreve Vandelli:

"Escrever de Agricultura neste século é costume introduzido em quase todas as Nações polidas; imensos livros temos de economia, e cada dia novos aparecem; e contudo a Agricultura em alguns países está pouco mais adiantada, que nos séculos passados, em que não havia este fervor por tal estudo.

Não foi a imensidade de livros quem fez adiantar a Agricultura em Inglaterra; mas sim uma sábia política, e na França as sociedades (1) divididas em diferentes juntas: assim na Dinamarca, Suécia, e nos Suíços não foram tanto as excelentes memórias das Academias, como principalmente os prêmios, e as sábias leis, que promoveram a cultivação nestes países.

Querendo promover no Reino e suas conquistas a Agricultura, inúteis são todos os livros, todos os projetos, não havendo uma particular legislação bem executada, que tire os fortes impedimentos, e anime com prêmios, e honras os lavradores.

(1) A nova Sociedade que eu propus, da qual vem a

ser sócio qualquer lavrador ou inteligente de Agricultura, que responder às perguntas que se publicaram, poderá com o tempo produzir algum efeito.

Eu nesta Memória indicarei geralmente.

1. O estado da Agricultura no Reino e suas conquistas.
2. As causas físicas e morais da sua decadência.
3. Os meios para fazer florescer a Agricultura. Ficcando para outra memoria.
4. Algumas reflexões sobre as leis agrárias deste Reino, requerimentos dos povos em Corte, cuja coleção disposta com ordem, sistemática tenho já pronta" (Cf. Memórias Economicas da Academia, tomo I, pag. 164-165).

Na segunda memória "Sobre algumas produções naturais deste Reino, das quais se poderia tirar utilidade", escreve Domingos Vandelli:

"Se em Portugal não fossem tão difficultosos, e quase insuperáveis os obstáculos, que impedem o aumento da Agricultura; e se a industria tivesse chegado ao estado de se aproveitarem todas as uteis produções da natureza; infelizes seriam os estrangeiros, que não possuem conquistas, como em uma carta exclama o célebre Linneo: Bone Deus! Si lusitani noscent sua bona naturae, quam infelices essent ple rique alii, qui non possident terras exoticas!

Contudo isto, não deixam os portugueses de conhecer os seus interesses, e de cuidarem, principalmente em algumas províncias, quanto lhes é possível, no adiantamento da Agricultura, e de se aproveitarem de muitas produções do Reino, e das conquistas; porém é verdade, que considerada a abundância das que possuem, são muito poucas aquelas de que tiram, utilidade.

Na presente memória indicarei somente as de Portugal, que até agora conheço, e compreenderei em outra as das conquistas.

Entre as produções naturais, as que tem o primeiro lugar são as que se obtém por meio da Agricultura.

Em que estado esta se ache presentemente é bem conhecido, sendo mais das três partes do Reino incultas (posto que antes do século décimo quinto, quero dizer, antes dos estabelecimentos na Ásia e África, e do descobrimento do Brasil, este Reino tivesse não somente o necessário sustento próprio, mas ainda ministrasse aos vizinhos). A causa disto não é por ser muita parte dos terrenos areentos e pedregosos, porque estes mesmos admitem alguma espécie de cultura (como eu já demonstrei na Memória sobre a utili-

dade dos Jardins Botânicos), mas sim a falta de gente ocupada na Agricultura deles; a pouca quantidade de gado pela falta de prados artificiais; as excessivas pensões, foros, e imposições sobre as terras; as dificuldades dos carretos, e de comunicação, por defeito dos caminhos, e falta de navegação interior; e a distribuição dos terrenos embaraçados muitas vezes, e abandonados por muito tempo por causa de muitos, e morosos litígios: embaraços, que não tem deixado de conhecer os nossos legisladores, e de acautelar com alguma sabia lei, cuja execução seria sempre vantajosa. Sem Agricultura, que é a primeira base da sociedade, de pouco servem as manufaturas, e as naturais produções; que agora passo a enumerar" (Cf. Memórias Econômicas da Academia, tomo I, pág. 176-177).

No preâmbulo da memória "Sobre algumas produções naturais das conquistas as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam" Vandelli escreve:

"Entre as produções naturais, as minas de ouro são aquelas de que se faz maior estimação, e de que universalmente se cuida mais que na Agricultura.

Todos os mais sábios políticos bem conhecem o engano que há nesta matéria: o exemplo das nações o demonstra claramente. Os que tem as minas dos metais mais preciosos, e que fazem o seu maior cabedal nestas, são menos ricos do que aqueles, que cuidam na Agricultura, nas Artes, e no comércio. Faça-se o paralelo das riquezas de Espanha, e de Portugal, com as de Holanda, França, e Inglaterra e se verá quanto excedem estas potências aquelas.

Este mesmo paralelo já fez o célebre Manoel Severim de Faria (Notícias de Portugal, acrescentadas pelo Padre D. José Barbosa, 1740, Disc., l.2.4).

Entre todas as minas, as de ouro são as mais incertas, desiguais, e pobres no seu produto. Os veios delgados que aparecem (...).

Mas eu não me devo demorar neste exame, que requer mais tempo, nem este precisamente é o meu fim. Direi somente que as minas de ouro não devem ser o principal cuidado, e trabalho no Brasil, e que sobre elas seria muito útil um sábio regulamento; mas que a riqueza maior que se deve tirar das conquistas é das outras suas naturais produções obtidas pela Agricultura, ou assim como as subministra a Natureza.

Pelo que respeita à Agricultura, além das Ilhas, somente o Brasil poderia subministrar o trigo, milho e os grãos, e legumes que em cada ano estamos obrigados a comprar aos estrangeiros; cuja cultura já se principiou no Rio Grande.

O arroz planta própria também do Brasil, pelo zelo patriótico do Excelentíssimo Senhor Martinho de Me

lo e Castro, Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínio Ultramarinos, e Sócio Honorário desta Real Academia, vem já em abundância do Brasil, quando antes todo se comprava da Caroli--na, a qual no ano de 1740 ganhou com ele 80.000 libras esterlinas, das quais a maior parte pagou Portugal.

Com a eficácia e zelo do mesmo Ministro já do Brasil, e de algumas outras conquistas temos excelente anil, não só para as nossas fábricas, mas também para o comércio com as mais nações.

Para promover a Agricultura no Brasil, e nas outras conquistas, e no Reino, não são suficientes as mais sábias leis, quando não forem auxiliadas com alguns prêmios. Exemplo disto seja a Inglaterra a qual no ano de 1620 se queixava, que a França introduzia muita quantidade de grãos; e que depois de 1705, até o de 1755 tem vendido à mesma França 200 milhões de libras francesas em grãos. E isto foi o efeito de um ato do Parlamento de 1689, pelo qual prometeu um prêmio a qualquer que exportasse grãos, e legumes em navios ingleses.

Se todos os governadores do Brasil imitassem o Excelentíssimo Senhor Luís Pinto de Sousa, Senhor da Casa de Balsemão, governador que foi de Mato Grosso, e o Senhor Gonçalo Lourenço Botelho, engenheiro-mor, que foi governador do Piauí, e o Excelentíssimo Senhor Barão de Maçamedes, que foi Governador de Goiás, e outros zelosos governadores em amansar e civilizar os índios, e costumá-los à Agricultura, e a algumas artes; em poucos anos se cultivaria uma grande parte do Brasil, e não se necessitaria de tantos negros, os quais com o tempo devem encarecer de modo que pouca conveniência se terá em transportá-los ao Brasil.

Mas vindo as produções naturais das conquistas, que a natureza por si mesma produz, muitas das quais, ou são pouco conhecidas, ou não se faz delas o devido uso; eu indicarei as que tenho até agora podido observar (...) (Cf. Memórias Ec. Academia, tomo I, pág. 187-190).

A Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as fábricas é extremamente reveladora das fontes em que se inspira o esforçado e insinuante economista cujos ensinamentos influenciaram bastante a política econômica de Martinho de Melo e Castro com referência ao Brasil.

A própria disposição da matéria indica que Domingos Vandelli rendeu-se totalmente às doutrinas do Dr. François Quesnay, fundador da Fisiocracia (Cf. Maximes générales, physiocrates, Daire, pág. 81-104).

"Sobre a preferência que em Portugal se deve dar à
Agricultura sobre as Fábricas por Domingos Vandelli

I

Sendo certo, que todos os ramos da Economia Civil, para que esta seja útil ao Reino, devem ser regulados por princípios deduzidos de uma boa Aritmética Política; assim não se devem seguir sistemas, sem antes examiná-los, e confronta-los com as atuais circunstâncias da Nação.

II

No último Reinado seguiu-se o sistema de Colbert, subministrando-se somas consideráveis aos fabricantes: não deixando porém no mesmo tempo perder de vista a Agricultura.

III

Mas no estado, no qual se achava o Reino, necessitado de uma total reforma; não podia um sábio Rei, e um hábil Ministro, senão dar gerais movimentos a todos os ramos da publica Administração, ficando aos vindouros o aperfeiçoar, e aproveitar esses grandes impulsos, que háo um dia fazer a felicidade da nação.

IV

Sem um exame do atual estado da Nação não se pode dar passo seguro, nem seguir sistema algum vantajoso: assim além das notícias, que se vão adquirindo acerca da Agricultura (1), e das Fábricas, deve-se ter sempre em vista o estado atual da povoação, indústria, das produções, do comércio, e das rendas, e despesas publicas.

V

Em outra memória tratarei do presente estado do nosso comércio; nesta examinarei se devemos presentemente dar preferência às fábricas, ou à Agricultura.

VI

Querer fazer independentes entre si a Agricultura, e a Indústria é um paradoxo, porém querer entre nós antepor a indústria à Agricultura, é outro ainda mais pernicioso.

VII

Colbert pensava, que a Indústria tinha segura, se florescente a Agricultura.

VIII

Muitos cuidam que a multiplicidade das fábricas aumentará a agricultura, e a povoação; porque diminuindo-se a extração do dinheiro, este servirá para o aumento da agricultura, fazendo subir o valor das

(1) Respostas dos lavradores às perguntas, que se publicaram no ano de 1787.

suas produções.

IX

Que donde existem fábricas se acrescentou a Agricultura, e a povoação.

X

Que as fábricas ocupam muita gente ociosa.

XI

Que a Holanda pode servir de exemplo; porque da industria, e do comércio principalmente, e não da agricultura lhe vem a sua riqueza.

XII

Mas a experiência no tempo de Sully mostrou o contrário, do que pensou e intentou Colbert (1) ; porque sem se cuidar na Agricultura, não podiam florescer as fábricas, senão precariamente.

XIII

É certo, que as fábricas promovem a Agricultura em razão do maior consumo, Cf. VIII; mas isso é quando há com que fazer subsistir os fabricantes (1), havendo suficientes cultivadores; porque ao contrario diminuindo-os para ocupá-los nas fábricas, então se arruinam promiscuamente as fábricas e a Agricultura.

XIV

Calcula-se a povoação de Portugal (2) em dois milhões (...)

XV

Continuamente vai diminuindo o número dos cultivadores.

1. Recolhendo-se indistintamente para as cidades, e principalmente para a corte (...).
2. Expatriam-se muitos cada ano por várias causas, entre as quais é a falta de subsistência: facilitando-se estar emigrações com terras gratuitas para cultivar, e auxílios, que acham fora deste Reino.
3. O Algarve dá muitos marinheiros aos estrangeiros.
4. As fábricas atraem a si um exorbitante número de cultivadores; computando-se somente nas fábricas de seda 27 mil pessoas, e assim a proporção em

(1) Mr. Boesnier de l'Orme: De l'Esprit du Gouvernement économique, 1757. Chap. 3, pág. 40: "Point d'Arts, point des Manufactures, sans des subsistances pour nourrir les Artistes, et les Ouvriers. Avant d'avoir des dorures, il faut du pain pour nourrir les Doreurs".

mais de 200 outras fábricas diferentes; além do demasiado número de artífices e gente ociosa.

XVI

Em Inglaterra, donde para a cultura dos pães, ou para a Agricultura não faltam pessoas, Cf. XIII, antes pelo contrário sobejam; lá são convenientes e necessárias as fábricas não somente das produções nacionais; mas também estrangeiras; não é assim porém em Portugal, donde há considerável falta de gente para a Agricultura, Cf. XIV; e aonde podem convir apenas as poucas fábricas que são da primeira necessidade.

XVII(...)

XVIII

Para ocupar a gente ociosa, Cf. X, deve preferir-se a Agricultura (...).

XIX(...), XX(...), XXI (...)

XXII

Deve-se antepor a Agricultura às fábricas (...)

XXIII

São princípios incontestáveis, e seguidos pelos melhores economos políticos:

1. Que a fortuna do Estado, e da humanidade excetuando os selvagens, que vivem de caça, e pesca, está nas mãos dos cultivadores.
2. Que as produções da terra são a única e verdadeira riqueza, e a cultura dela o único princípio da sobriedade.
3. Que o consumo, é o único agente, que dá valor à produção, que a anima, e a estende, e multiplica.
4. Que em proporção do valor dos frutos a terra será melhor trabalhada, e em consequência as colheitas mais abundantes.

XXIV

Este último axioma é verdadeiro em um país, aonde pode subir o preço dos gêneros sem que os possa ter mais baratos de fora, com a permutação dos das suas colônias; mas não é assim em Portugal, aonde por causa dos gêneros das suas colônias, concorrem de várias partes comestíveis, os quais pela abundância fa-

zem abaixar o preço aos do Reino; e deste modo nunca chega o valor das produções nacionais da Agricultura, a ser suficiente para fazer trabalhar melhor a terra, e por consequência fazer as ditas produções mais abundantes, Cf. VIII.

XXV

Que utilidade recebe a nação de tantas Fábricas? Suponhamos, que o produto delas seja um milhão de cruzados, que antes se gastava em semelhantes manufaturas estrangeiras: mas para mostrar, que nisso a nação lucra, deve-se também demonstrar, que com isso não se aumenta a proporção a entrada do trigo, do milho, e centeio, como certamente acontece.

XXVI

As fábricas não tendo outro consumo senão no Reino, e nas suas colônias, fazem ficar no Reino os benefícios, ou o valor da mão-de-obra, que fora preciso pagar aos estrangeiros, se estas fábricas não existissem no Reino. Porém esta quantidade, Cf. XXV, que o Reino poupa com a sua indústria, não se equivale aquela que se aumenta na introdução do pão, Cf. XIV, em razão da mão-de-obra, que se diminui a Agricultura, applicando-se à Indústria, Cf. XIII.

XXVII

Queremos ser Fabricantes, imitemos os ingleses, e sigamos as suas normas. Eles no ano de 1689 excitando com prêmios a extração dos comestíveis, promoveram a Agricultura, depois aumentaram o seu comércio, e multiplicaram as fábricas; e para que estas não prejudicassem à Agricultura, inventaram e puseram em uso máquinas para facilitar a mão-de-obra em todas aquelas fábricas, que deviam servir para o comércio exterior; e assim estabeleceram nestes anos passados 143 máquinas para fiar o algodão, com as quais em 5 anos ou pouco mais fiavam 200 milhões de arateis de algodão; porém a Portugal, presentemente podem servir aquelas, que poupam homens, e não estas que tiram o trabalho as mulheres (1).

XXVIII

As fábricas, que merecem a maior atenção são aquelas que fazem uso das produções nacionais; mas estas também devem ser proporcionadas ao número superfluo da gente, que tiver a Agricultura.

XXIX

As que não prejudicam à cultura da terra são aquelas que estão espalhadas; e nas quais o salário dos fabricantes é um lucro seguro, por serem estas executadas pelos cultivadores, e suas mulheres no tempo inútil à cultura; como são as ordinárias de lãs, e de pano de linho (2), que são as mais estimáveis, e que por si

(1) Que todas não se ocupam na fiação do linho.

(2) As de algodão que principiavam a espalhar-se em algumas Províncias.

mesmas se estabeleceram em quase todos os países aonde existem; e que se aperfeiçoam, e se aumentam à proporção dos progressos da Agricultura.

XXX

As fábricas não podem subsistir, nem prosperar, senão em proporção do estado florente da Agricultura. Todas as fábricas precisam abundância, e barateza das primeiras matérias, e particularmente de mão-de-obra, que depende absolutamente da abundância das produções da Agricultura, Cf. XX.

XXXI (...) — XL (...)

XLI

O sistema das fábricas deve ser relativo à situação do país, a sua actual Agricultura, às suas produções naturais, Cf. IV, e aos diferentes ramos do commercio, que se podem fazer com as ditas produções nacionais, e com a industria.

XLII

Do exposto se conclui que a Agricultura deve preferir-se as fábricas, as quais não devemos multiplicar, sem antes ter o sustento sufficiente e barato para as que já existem, porque do contrario se arruinarão juntamente a Agricultura, e as fábricas" (Cf. Memórias Económicas da Academia, tomo I, pag. 244-253).

A importância destas memórias económicas de Domingos Vandelli não tem sido apreciadas devidamente pelos historiadores do pensamento económico luso-brasileiro.

Tendo acesso à cúpula da administração portuguesa Vandelli procurará ver applicados aquellos "princípios incontestáveis, seguidos pelos melhores ecônomos políticos", que ele resume no parágrafo XXIII da última memória e propugnará pela formação de sociedades de lavradores e de inteligentes de Agricultura como meio de difundir conhecimentos e compartilhar experiências e descobertas. Nisto terá um discípulo em José da Silva Lisboa.

Domingos Vandelli foi um grande pesquisador apreciando muito os longos relatórios que lhe enviavam os seus correspondentes particulares. Talvez a impossibilidade de por esse meio obter todas as informações que necessitava, o tivessem levado a obter o patrocínio official para este tipo de levantamento: as "perguntas aos lavradores" publicadas, provavelmente pela Academia, e às quais ele se refere na nota (1) da "Memó—

ria sobre a Agricultura deste Reino", e depois na nota (1) da Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as Fábricas".

Um ofício do Governador, João de Saldanha da Gama Melo e Torres, 6º Conde da Ponte, datado da Bahia, 12 de maio de 1807, o qual reproduzimos abaixo, constituirá sem dúvida um exemplar notável de "perguntas aos lavradores" a que Vandelli atribuía a máxima importância na averiguação das "atuais circunstâncias da Nação".

"Ofício do Governador Conde da Ponte (1807)

Devendo informar a S.A.R. como me ordena o mesmo Senhor sobre vários, e assaz importantes objetos relativos aos interesses presentes, e futuros desta capitania, e com especialidade as vantagens desta Capital, e sendo expresso nas mesmas Reais Ordens ouvir a Câmara desta Cidade, Vossas mercês me informarem com o seu parecer sobre cada um dos artigos nesta declarados.

1º Se reconhecem nesta Cidade alguma causa opressiva contra a lavoura; qual seja esta causa, e o meio de-la se evitar.

2º Se a mesma lavoura tem recebido progressivo aumento, de que tanto depende a prosperidade do Comércio desta Capital, e qual o motivo favorável, ou desfavorável a este respeito.

3º Se o comércio sofre algum vexame, qual ele seja, e se será conveniente ao mesmo Comércio particular desta praça, desoprimí-lo dele sem risco de outro maior dano.

4º Se os diferentes exames sobre a boa qualidade dos gêneros de exportação desta Colônia, e mais cautelas, que se praticam a respeito dos mesmos gêneros, se podem considerar úteis ou nocivos ao progresso do comércio.

5º Se o lavrador desobrigado destes exames, e o negociante na liberdade de convencionar-se nos preços dos gêneros com o mesmo lavrador, promoverão melhor seus recíprocos interesses.

As respostas a cada um destes artigos se devem restringir à hipótese do estado atual dos Rendimentos Reais, sem que se exija a organização de um sistema novo, e imaginário, mas sim o meio mais apropriado as circunstâncias, e capaz de produzir os resultados mais vantajosos à lavoura e ao comércio desta Capital.

Deus guarde a Vossas mercês.

Bahia 12 de maio de 1807.

Conde da Ponte "

Observando o "ceteris paribus" restritivo, que o zelo e atividade do Conde da Ponte fizeram incluir no final dos cinco quesitos por elevada prudência, porque estava ciente de que já havia economistas naquela praça — voltemos a Domingos Vandelli para conjecturar sobre o pedigree das suas idéias sobre política econômica.

Sua afirmação:

"Sendo certo, que todos os ramos da Economia Civil, para que esta seja útil ao Reino, devem ser regulados por princípios deduzidos de uma boa Aritmética política; assim não se devem seguir sistemas sem antes examiná-los, e confrontá-los com as atuais circunstâncias da nação".

evoca-nos a obra Political Arithmetick (1676) de William Petty (1623-1687), "o fundador da moderna Economia Política, e um dos economistas mais proeminentes e originais" (Marx). Mas a influência de Quesnay é mais clara.

Vandelli cita duas obras que, considerando a psicologia do tempo, devem ter sido do conhecimento e agrado da cúpula administrativa portuguesa, de Pombal a Martinho de Melo e Castro:

— primeira é de M. Boulainvilliers - Les Interêts de la France mal-entendus, 3 volumes, 1755, que aparentemente critica a política econômica Colbertiana de industrialização e se alinha entre os adeptos do mercantilismo - agrário do Duque de Sully, precursor dos fisiocratas, obra que Pombal deve ter muito apreciado.

— a segunda é de Boesnier de l'Orme De l'Esprit du Gouvernement économique, ano de 1775.

Esta última da qual Domingos Vandelli nos deixa entrever o conteúdo pela citação do "cap. 3, pág. 40", —

"Points d'arts, point de manufactures, sans des subsistances pour nourrir les artistes, et les ouvriers. Avant d'avoir des dorures, il faut du pain pour nourrir les doreurs".

— parece ter sido a sua bíblia e a de Martinho de Melo e Castro.

Cronologicamente ela se situa entre as obras monumen-

tais de Sir James Denham Steuart (1712-1780) - An Inquiry into the Principles of Political Oeconomy: Being an Essay on the Science of Domestic Policy in Free Nations. In which are particularly considered, Population, Agriculture, Trade, Industry, Money, Coin, Interest, Circulation, Banks, Exchange, Public Credit, and Taxes. In three volumes (1762), — e a de Adam Smith (1776), que o eclipsou.

As doutrinas deste predecessor e rival de Adam Smith representam segundo K. Marx, um discípulo, "a expressão racional do mercantilismo" (Cf. S.R.Sen, The Economics of Sir James Steuart, 1957, pág. 186-187).

Para S. R. Sen, seu biógrafo, Steuart elaborou a economia do controle social.

Mas voltemos a José da Silva Lisboa, que leu Steuart, e que por volta de 1775 apenas iniciara o seu curso de cânones na Universidade de Coimbra.

A publicação em 1776 da obra Investigações sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações, pelo escocês Adam Smith nada significaria para ele então. Mesmo para Antonio de Moraes Silva, seu colega que a traduziria, no ano de 1779, em Londres, na biblioteca "mui copiosa e seleta" do ex-governador de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, Adam Smith seria apenas uma curiosidade.

Mas quando em 12 de maio de 1807, o governador Conde da Ponte enviou à Câmara os seus cinco quesitos — suscitando as discussões, que levaram às quatro famosas Cartas Econômi-co-Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia, da autoria dos economistas Desembargador João Rodrigues de Brito, Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, José Diogo Gomes Ferrão Castello Branco e do proprietário do engenho da Ponta de Maio, que se assinou modestamente, M.F. da C., — Adam Smith já tinha conquistado as mentes e continuaria a fazer adeptos entre nós, através de seus discípulos franceses, entre os quais Jean-Baptiste Say (1767-1832): o mestre incontestável de Economia Política de portugueses e brasileiros na primeira metade do século XIX.

As Cartas, reeditadas por ocasião das Cortes de Lisboa (1821) por I.A.F. Benevides para ilustração dos seus deputados, terminam com a cópia do "Decreto de 23 de fevereiro de 1808, para se criar uma Cadeira de Economia Política no Rio de Janeiro", cujo texto é o abaixo transcrito:

"Sendo absolutamente necessário o estudo da Ciência Económica na presente conjuntura, em que o Brasil oferece a melhor ocasião de se porem em prática muitos dos seus princípios, para que os meus vassallos, sendo melhor instruídos neles, me possam servir com mais vantagem; e por me constar que José da Silva Lisboa, Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura, e Comércio da Cidade da Bahia, tem dado todas as provas de ser muito hábil para o ensino daquela ciência, sem a qual se caminha às cegas, e com passos muito lentos, e as vezes contrários, nas matérias do governo, lhe faço Mercê da propriedade e regencia de uma Cadeira, e Aula Pública, que por este mesmo decreto sou servido criar no Rio de Janeiro, com o ordenado de 400\$000 réis para a ir exercitar, conservando os ordenados dos dois lugares, que até então tem ocupado na Bahia. As Juntas da Fazenda de uma e outra Capitania o tenham assim entendido, e façam executar. Bahia 23 de janeiro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente W.S. (Cf. Cartas Econ. Políticas, 1821, pag. 105).

Capítulo 7. Os últimos anos de J.S. Lisboa na Universidade de Coimbra. Regressa à Bahia com desígnios de se dedicar à agricultura.

José da Silva Lisboa se desincumbe do seu curso universitário com grande entusiasmo.

Em 1778, o jovem brasileiro que se dedicara afincadamente ao estudo do Grego e do Hebraico, a fim de poder ler os textos bíblicos nos originais, vence um concurso público para provimento do lugar de substituto interino das cadeiras daquelas línguas no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, sendo nomeado por carta acadêmica com data desse mesmo ano.

Este concurso ser-lhe-ia providencial em face da grave decisão que tomara de não seguir a carreira religiosa contrariando determinações de seu pai que esperava que ele, terminado o Curso de Cânones, abraçasse a profissão eclesiástica.

Ante esta decisão unilateral do filho, a reação de H. S. Lisboa foi tão imediata quanto excessiva — cortou-lhe a mesada.

De acordo com Alfredo do Valle Cabral, que recolheu esta informação em 1881 com familiares de Cairu, a partir do penúltimo ano do curso, ele se sustentou às suas próprias custas "pois já era professor das línguas grega e hebraica no Colégio das Artes, fazendo as mais heróicas economias, porque era parco o rendimento da sua cadeira".

Numa de suas obras a Constituição Moral e Deveres do Cidadão, de 1825, Cairu enumerando os deveres dos pais para com os filhos escreveria:

"O conselho é finalmente um dos deveres do pai, se este tem capacidade de o dar, e de bom moço, aos filhos, quando pretendem obrar com imprudência.

Este arbítrio é quase sempre de mais feliz efeito nos filhos que chegaram ao uso da razão, do que o absolutismo do pátrio poder, concedido, em maior ou menor extensão, pelos legisladores. É inútil, e injusto empregar este poder em forçar vocações, e fazer ou impedir casamentos contra o gênio, e inclinação dos filhos; sobre tais objetos, é imprudente o duro exercício de autoridade, ainda que paliada pelo motivo de amor paterno".

Em 8 de junho de 1779 formou-se em direito canônico, tendo cursado as cadeiras de matemática e filosofia, tirando carta de formatura em 10 do mesmo mês.

Assevera-nos Bento da Silva Lisboa que seu pai recém-formado retornou a Lisboa procurando entrar no serviço da magistratura, o que não conseguiu "sendo-lhe necessário tornar para a 'sua pátria'" (Cf. Paim, pág. 112).

Segundo o próprio Visconde de Cairu nos revela na sua obra Causa do Brasil no Juízo dos Governos e Estadistas da Europa (Rio, 1822), parte IV, Honra Brasileira, pág. 19, isto se deveu a uma discriminação pura e simples. Escreve Cairu:

"O concentrado e implacável ódio europeu-colono estourou enfim com infernal elasticidade contra os filhos do Brasil, que antes não podiam entrar na carreira da Magistratura, sem impetrarem especial graça por um decreto enfaticamente intitulado de 'Pátria Comum'. Pais desnaturados olham com horror ao fruto das próprias entranhas; até se pode dizer com um poeta mineiro: 'O demo que o formou lhe teve medo'. O coração me salta e rebenta no peito, e não posso a sangue frio escrever com serenidade neste assunto. Poucas reflexões submeto ao público ilustrado" (grifo meu).

Quando Cairu se formou em 1779, dois anos depois de subir ao trono a rainha D. Maria I, os assuntos do Brasil continuavam nas mãos do Ministro da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com quem J. S. Lisboa teve a indefectível entrevista, obtida através do Reitor de Coimbra, o bispo D. Lemos, e do Professor Domingos Vandelli, possivelmente.

Desta entrevista, embora não saísse despachado Ouvidor ou Juiz de Fora para alguma freguesia em Portugal, obteve uma carta em que Melo e Castro o recomendava ao recém nomeado governador da Bahia, D. Afonso Miguel de Portugal e Castro, já em viagem para assumir seu posto.

É possível que por essa altura o Ministro também tenha decidido provê-lo na Cadeira de Filosofia Racional e Moral da Bahia, criada pelo Marquês de Pombal, mas ainda vaga.

A carta encontrada por Rodolfo Garcia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é do seguinte teor:

"Para o Marquês de Valença. Ilmo. e Exmo. Sr. — O portador desta carta é o Bacharel José da Silva Lisboa, que tendo acabado os seus estudos em Coimbra se recolhe a essa capitania, donde é natural. Os seus desígnios de se aplicar à agricultura o farão sem dúvida recomendável, para que V.Ex. o proteja em tudo quanto for vantajoso para um objeto de tanta utilidade; e espero que ele pela sua util aplicação, e pelo seu comportamento se mostre digno de todo o favor, com que V. Ex. o tratar. — Deus guarde a V. Ex. — Sítio de N. S. da Ajuda, em 1º de outubro de 1779 — Martinho de Melo e Castro".

Esta carta é sem dúvida um dos documentos mais remotos de onde podemos partir na tentativa de acompanhar a gênese e a evolução das idéias econômicas de J.S.Lisboa.

Verificamos que ele, ainda em Portugal, cinco meses após sua formatura em Coimbra, já desiludido de entrar para a magistratura, confia a Martinho de Melo e Castro "os seus desígnios de se aplicar à agricultura".

Justamente o que este opinioso ministro folgaria ouvir de um jovem brasileiro que concluíra cursos do esforçado naturalista Domingos Vandelli, nesta época empenhado em obter através de seus ex-alunos uma circunstanciada notícia da história natural dos vastos países que constituíam os domínios portugueses. Assim programado para a Agricultura despede-se do ministro o jovem bacharel em cânones, José da Silva Lisboa.

Em princípios do ano seguinte encontra-se este de volta a sua cidade natal da Bahia.

O governador, D. Afonso Miguel de Portugal e Castro, 11º Conde de Vinioso e 4º Marquês de Valença, chegou a Bahia, na nau Gigante, a 11 de novembro de 1779, e tomou posse no dia seguinte, segundo informa a Gazeta de Lisboa de 14 de abril de 1780.

No início do ano de 1780, D. Afonso já atende o bacharel José da Silva Lisboa que lhe deixa uma excelente impressão de tal forma que em 1º de março de 1780 resolve nomeá-lo para o lugar de Ouvidor da Capitania de Ilhéus, visto que "reunia todas as qualidades necessárias para ser um bom magistrado".

Com essa nomeação deferia as repetidas queixas dos povos dessa Capitania contra a má administração da Justiça dos juizes ordinários que interinamente exerciam os lugares de ouvidores.

Capítulo 8. Correspondência com o economista fisiocrático e naturalista Prof. Domingos Vandelli

Logo que chegou à Bahia, Cairu apressou-se em dar cumprimeto a uma importante tarefa de que fora incumbido pelo Prof. Domingos Vandelli, coletar várias espécies de ervas e remetê-las devidamente classificadas para Lisboa.

Em 4 de maio de 1781, escreve-lhe o mestre reclamando o caixote de plantas, que ainda não recebera, e pedindo-lhe também uma descrição circunstanciada da Capitania da Bahia.

Este pedido dá origem a um dos documentos mais preciosos da bio-bibliografia de Cairu.

Eduardo de Castro e Almeida encontrou-o na Biblioteca Nacional de Lisboa e o transcreveu integralmente no "Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil do Arquivo de Marinha e Ultramar", onde constitui o documento nº 10.907.

É a famosa carta ao Dr. Domingos Vandelli, diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, escrita na Bahia, em 18 de outubro de 1781.

A introdução deste extenso documento é rica em revelações de natureza pessoal por isso vamos transcrevê-la:

"Com muito gosto e estimação recebi a última carta de V.S. da data de 4 de maio do corrente ano. Em muito a aprecio não só pela costumada honra com que me trata, mas muito principalmente pela satisfação que tenho em saber notícias de sua boa saúde, pela qual eu sempre faço todos os bons votos. Tive porém ao mesmo tempo um grande desprazer com o aviso de não ter recebido o caixote das ervas, que com tanto desvelo eu tinha coligido. Consolo-me na esperança de que sempre lhe irá a mão, porque quem o levou era pessoa de confiança de meu pai: talvez que com o incômodo dos seus negócios na Corte se tenha descuidado da entrega, por que pelo ordinário cada um mais cuida de si do que em

encomendas detrimetoras. Eu cá deixei outro caixote igual ao que mandei, com as plantas numeradas da maneira do primeiro, esperando receber as instruções que eu pedia a V.S. Se com efeito tardar a entrega, com ordem de V.S. remeterei novo caixote de modo mais seguro.

A respeito da descrição da Bahia, que V.S. me ordena que eu faça (eu digo ingenuamente), me vejo um pouco embaraçado em obedecer-lhe, temendo que não corresponda nem aos desejos de V.S., nem à idéia que honrosamente tem formado da minha mediocridade. Eu conheço muito a profundidade de V.S. para me persuadir que não se contentará com toques superficiais das coisas: e sei que o que me manda supõe luzes superiores às minhas forças atuais. Eu tenho já mais de uma vez representado a V.S. a situação oprimida a que me reduziu nestas terras a dureza da minha sorte. Obrigada a ganhar a minha subsistência da mendiga advocacia, vida pouco analoga a constituição do meu gênio, era preciso que desamparasse inteiramente os estudos filosóficos para me ir perder nos profundos abismos das minúcias e formularios das intrigas forenses, o que demandava muitas aplicações e pratica de negócios deste gênero que faziam incompatíveis meditações sobre coisas de outro porte. Além de que para eu poder com alguma individuação satisfazer a V.S. eram precisos alguns conhecimentos, de que só me podiam informar pessoas, que nesta terra estão encarregadas da administração pública, principalmente sobre alguns objetos, relativos a população e comércio, etc. Mas V.S. já prevê, que esse meio era impraticável e dava a suspeitar da minha parte diligências odiosas ou demasiadamente curiosas e eu era pessoa muito pequena para ser atendido.

Porém o desejo que tenho de achar meio de gratificar a V.S. me anima a expor-lhe com brevidade o que me ordenou, na certeza que V.S. será bem indulgente a respeito das inexatidões, que necessariamente se introduzirão na descrição seguinte, que será, não como devia ser, mas qual se pode esperar da tenuidade dos meus estudos, dos inconvenientes e falta dos meios referidos e também da casualidade deste escrito, que como certo é mais uma notícia histórica e feita em grosso a um homem que quer ter idéias de um país novo, do que uma dissertação acadêmica, em que se requer outra precisão e sublimidade de idéias, outra delicadeza de ordem e de frase, que V.S. certamente não exige presentemente de mim.

A cidade da Bahia é assim chamada por estar erigida a entrada da Baía de Todos os Santos, como é bem sabido. Concorre para a majestade do seu porto a imensa vastidão de águas que engolfam nele; uma barra espaçosíssima, capaz de receber ao mesmo tempo e sem perigo as frotas as mais numerosas; um ancoradouro profundo, seguro e abrigado, defendido por uma fortaleza respeitável, no meio das águas edificada,

constitui sem disputa, esta cidade um dos mais belos portos do Universo e lhe dá uma natural vantagem para o fazer um dos mais ricos empórios da América".

Para J. S. Lisboa não deixará de ter conseqüências esta necessidade de dedicar-se com inteira aplicação à prática da advocacia, esforçando-se por penetrar os "profundos abismos das minúcias e formulários das intrigas forenses".

Este esforço sem dúvida concorrerá para levá-lo à concepção de sua obra-mestra, publicada em Lisboa em 1798, os Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha.

Percebemos, no entanto, que não ficou satisfeito com esse primeiro emprego, fonte de excessivo trabalho e escassa remuneração.

A Carta a Vandelli, documento preparado com grande cuidado, é extensíssimo e tem sido divulgado com freqüência. Ultimamente foi reproduzido por E. Vilhena de Moraes em sua importante obra Perfil de Cairu (1958). José da Silva Lisboa foi um dos ex-alunos com quem D. Vandelli manteve assídua correspondência científica.

Capítulo 9. O cobre da Cachoeira. Uma carta do Prof. Domingos Vandelli

Em ofício de 11 de agosto de 1782, o Juiz de Fora Marcelino da Silva comunicou ao governador Marques de Valença o aparecimento de uma grande porção de cobre nuns terrenos pertencentes ao termo da Vila de Cachoeira (Cf. Inventário, doc. 11.024):

"A não falharem os indícios", escreve Marcelino da Silva Pereira, "grande abundância promete este lugar, que é chamado Mamocabo, na freguezia de São Tiago, termo desta Vila e dela distante duas léguas e meia, mais ou menos, em terras cheias de matos, que agora principiam a cortar-se, não tendo sido cultivadas: entre um, também novo, roçado do Padre João Gonçalves, da parte sul, e do norte nas cabeceiras de um sítio

de Manuel Lopes Falcão, em terras do capitão Antonio Gonçalves de Aguiar e Sousa, na baixa das quais, em um riacho, que do alto corre a meter-se no Rio Pará assú, que a esta vila banha, foi achada a porção de cobre, que remeto ..."

Em 4 de junho de 1782, o governador jubiloso remete as amostras para Lisboa para serem devidamente analisadas pelo Dr. Vandelli. A descoberta causa grande sensação. Na "Memória sobre o cobre virgem ou nativo da capitania da Bahia, descoberto no ano de 1782", Vandelli afirma "... é muito provável que nos montes superiores à dita Cachoeira, donde se achou esta massa, se encontrem muitas outras sepultadas na argila e riquíssimas minas de cobre piriticoso, de cuja composição se formou o vitríolo, que deu origem a esta cementação; além de riquíssimas minas de ferro, que pelas superfícies das mesmas, transportadas pelo rio, claramente vem indicada.

Mas até agora não se descobriu em parte alguma massa tão grande e assim circunstanciada de ser produzida pela cementação, como é esta da Bahia, a qual serviria para enriquecer o mais rico museu da Europa..." (Cf. Inventário doc. 11463).

O governo decide testar as hipóteses do professor e em consequência torna-se necessário encarregar algum bacharel desta averiguação. Como o Juiz de Fora da Cachoeira Marcelino da Silva Pereira já estava para deixar o posto, Vandelli apresurou-se em sugerir a nomeação para o seu lugar de um outro bacharel, seu ex-aluno, Antonio Ramos Silva Nogueira, que se distinguira nos estudos de História Natural e Química e que já tendo dado "muitas indubitáveis provas do seu talento", poderia levar a bom termo a exploração.

A carta do Prof. Vandelli na íntegra é transcrita abaixo. Esclarece-nos dois pontos, a forma normal de se obter um emprego e a razão porque J. S. Lisboa teve de tornar à sua pátria:

"Carta do notável naturalista e diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, Domingos Vandelli (para Martinho de Mello e Castro), pela qual apresenta e recomenda Antonio Ramos da Silva Nogueira para proceder às pesquisas das minas de cobre e ferro, que se supunha existirem nas serras da Cachoeira:

"Lisboa, 28 de agosto de 1782.

Tenho a honra de apresentar a V.Ex. Antonio Ramos da Silva Nogueira, da Bahia, bacharel formado em leis e que foi meu discípulo em História Natural e Química, nos quais estudos se distinguiu e deu muitas indubitáveis provas do seu talento.

Leu já no Desembargo do Paço e dele fizeram bom conceito pelos assentos, que lhe deram como V.Ex. facilmente pode verificar.

Estando o juiz de fora da Cachoeira com 2 meses de tempo para acabar esse lugar e desejando V.Ex. saber com individuação se além deste cobre virgem descoberto se poderá achar maior porção e averiguar quanto é possível a sua origem e se nos montes superiores existem minas de cobre piriticoso e de ferro, como é muito provável, além das mais produções da natureza, que promete este país, poderá V.Ex. obter o referido, empregando o dito bacharel no lugar de juiz de fora da Cachoeira. A promoção deste bacharel servirá de estímulo aos melhores juristas, com maior fervor, a aplicar-se aos estudos filosóficos, com os quais, sendo empregados nos lugares das conquistas, serão de grande utilidade e em poucos anos poderão dar uma circunstanciada notícia da história natural destes vastos países e poderão mais facilmente executar os uteis projetos de V. Ex.". Doc. 11460.

Eduardo de Castro e Almeida nos informa da existência de outros papéis ao Dr. Domingos Vandelli:

Um deles é uma carta com data de Lisboa, 4 de setembro de 1782, dirigida a Martinho de Melo e Castro, na qual se refere aos resultados das análises químicas que fizera sobre o cobre remetido da Bahia e procedente da Cachoeira e à criação de um curso de história natural econômica, aplicada à agricultura, às artes, à medicina e ao comércio, que ele Domingos Vandelli pretendia reger todos os anos no Real Jardim Botânico e pede a proteção de Martinho de Melo e Castro para o bom êxito da sua iniciativa. Doc. 11461.

Anexo o economista envia o requerimento à rainha em que pede autorização para reger esse curso que ele denomina de Curso de História Natural Econômica.

Capítulo 10. José da Silva Lisboa nomeado substituto da Cadeira de Língua Grega e proprietário da Cadeira de Filosofia Racional e Moral da Cidade da Bahia. En carregado de explorar as Serras da Cachoeira. Primeiros contatos com a Agricultura. As primeiras idéias sobre o papel da "inteligência" na atividade econômica (1784). "In laudem Augustissimae Reginae Nostrae Mariae I" (1786).

Em 26 de março de 1783, Cairu é provido no lugar de substituto da Cadeira de Língua Grega da cidade da Bahia. A provisão de D. Maria I que lhe faz esta mercê refere-se a ele denominando-o J. S. Lisboa, Professor de Filosofia Racional para a mesma cidade.

Os documentos originais disponíveis para a elaboração deste esboço biográfico não permitem determinar a data precisa em que foi nomeado para a Cadeira de Filosofia Racional da Bahia. Se seguirmos B. S. Lisboa, ao deixar Portugal, Cairu já estaria provido nessa cadeira e daí deduziríamos que teria ocorrido em 1779.

Neste caso J. S. Lisboa teria obtido do ministro este lugar de letras mais a carta de recomendação dirigida ao governador para garantia dos seus futuros projetos de agricultura. A nomeação para Ouvidor teria sido então um mero expediente do marquês de Valença para resolver rapidamente a crise de Ilhéus entregando-a em boas mãos.

O historiador Hélio Vianna dá 1782 como a data do seu provimento, que neste caso teria ocorrido depois de concluir o seu termo de Ouvidor na Capitania de Ilhéus como seria próprio. O Inventário menciona mas não reproduz, infelizmente, uma carta particular de J. S. Lisboa para Martinho de Melo e Castro com data de 16 de março de 1786 (doc. 12.107 e 12.108), em que ele agradece sua nomeação para professor da Cadeira de Filosofia Racional e Moral e lhe envia uma cópia, encadernada em cetim cor-de-rosa, da oração redigida em Latim que recitaria no dia do aniversário da Rainha: "In laudem Augustissimae Reginae nostrae Mariae I, pro solemni natalis diei celebratio ne oratio, publice habita XIV kalendas Januarii anni MDCCCLXXVI. Soteropoli Brasiliensi in Regali studiorum Collegio."

Em 1828, Cairu, ocupando o cargo de Diretor de Estudos, encarregará seu irmão Balthazar da Silva Lisboa de proferir uma oração semelhante na Academia de Direito de São Paulo, por ocasião do natalício do Imperador D. Pedro I, a qual depois mandará imprimir na Tipografia Imperial e Nacional com o título "Oração recitada na Aula do Curso Jurídico no Convento de São Francisco da Imperial Cidade de São Paulo por Ocasião do Aniversário do Nascimento de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I, pelo Dr. Balthazar da Silva Lisboa". Foi lida em São Paulo em 12 de outubro de 1828, e dela ainda existe cópia na Biblioteca da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

É já na qualidade de Professor de Filosofia Racional que J. S. Lisboa recebe a importante missão de explorar as serras da Cachoeira em busca das "riquíssimas minas de cobre" e das "riquíssimas minas de ferro" que Vandelli supunha existir.

A administração portuguesa vivia então e viverá por muitos anos nessa esperança de que alguma súbita descoberta de minérios no Brasil venha resolver a grave e longa crise econômica determinada pelo esgotamento progressivo do ouro.

Em 15 de junho de 1783, J. S. Lisboa dá contas ao Ministro dos seus primeiros e inconcludentes esforços, muito prejudicados pela estação chuvosa em que os realizara (Inventário doc. 11.247).

"Desejei subir e penetrar uma alta montanha primigênia, em cuja raiz se achou a massa de cobre, porém tinha um declive tão precipitado e inacessível, que só em tempo de verão poderia dar passagem em algum lugar, que se procurasse mais cômodo.

Na referida baixa não se acha vestígio algum da mina, mas o novo pedaço de cobre misturado com maior porção de ferro e da qual o Dr. Galvão tirou cobre admirável, nos tem quase decididamente anunciado a existência da mesma mina ou que ela se possa descobrir na referida montanha ou que esteja escondida na praia debaixo da terra, fazendo-se excavações mais profundas".

Enquanto Cairu ainda está às voltas com estas escaladas e excavações, finda o prazo de governo do marquês de Valença que parte da Bahia em 30 de julho de 1783, sem esperar seu sucessor. Somente em 4 de janeiro do ano seguinte é que chega-

rá o novo governador D. Rodrigo José de Menezes e Castro, depois de penosa e acidentada viagem, vindo do Rio de Janeiro.

Em 19 de janeiro de 1784, José da Silva Lisboa envia o resultado final de suas averiguações que infelizmente não validaram a hipótese da existência de mina. O cobre seria provavelmente de origem meteorítica.

Sua longa permanência nesta região que então se abria com a expansão da agricultura, permitirá ao jovem mestre observar a técnica do cultivo do fumo e constatar pessoalmente a diferença prodigiosa de produtividade agrícola que poderia ser obtida simplesmente pela adoção de "um modo mais inteligente de preparar a terra". Na carta de 11 de fevereiro de 1784 em que patenteia a Melo e Castro o seu reconhecimento pela proteção que lhe tem sido dispensada não deixa de discorrer longamente sobre estas singulares descobertas, assunto de sumo agrado do eminente ministro de D. Maria I.

"Por ocasião da viagem que neste verão fiz a Cachoeira a respeito da mina de cobre (de que em outra carta dei conta a V. Ex.) tive meios de me instruir sobre o modo da cultura do tabaco e seu preparo e me pareceu que este artigo importante era susceptível de muito maior perfeição a respeito do estado atual, que sem dúvida é muito defeituoso sobre o modo de amanho das terras e negligência e pouca limpeza, que há nos laboratórios de enrolamento e imprensa do tabaco. Até observei que de 3 espécies de tabaco que aqui achei, não se cultivava aquela de que se faz uso na Virgínia, Havana, etc. e perguntando-se aos colonos a razão desta prática e porque não tentam a cultura do chamado tabaco de língua (que eles reconhecem ter maior folha e mais grossas), respondem que não está em uso. Achei um fenômeno singular. Um lavrador com 12 escravos prepara a sua terra, sem dúvida por modo mais inteligente; planta 40.000 pés de tabaco e colhe 700 arrobas; nenhum outro lavrador, ainda com maior número de escravos pode fazer com os ditos 40.000 pés senão pouco mais de 300 arrobas. Esta diferença prodigiosa não tem origem senão na melhoria da cultura.

Eu tenho representado ao Exmo. Governador que seria vantajoso o estabelecimento de uma sociedade literária, em que fossem membros todos os proprietários de terras desta país, os mais inteligentes, e além disto todas as pessoas curiosas e amantes do bem público; cujo objeto fosse a melhoria de toda a cultura das terras, principalmente para que o tabaco, açúcar e o anil (que já aqui se começa a cultivar), pudesse

receber toda a perfeição possível; depois a ampliação do commercio, boa ordem da economia interior do país, descobrimento de todas as plantas, seus usos para o commercio e artes, sua virtude já conhecida para a medicina. O Exmo. Governador aprovou as minhas intenções...". (Inventário doc. 14.475).

Eis numa casca de noz algumas das idéias econômicas que J. S. Lisboa reterá por toda a vida, adquiridas empiricamente no contato direto com a realidade econômica da Bahia no último quartel do século XVIII. Suas idéias estão perfeitamente sintonizadas com o vasto esforço intelectual e administrativo que o governo português então desenvolve em face da urgente necessidade de assentar os fundamentos econômicos do Brasil na agricultura depois do esgotamento, que finalmente reconheciam definitivo, das minas.

Muito notável nesta carta é a sua exclamação "achei um fenômeno singular" que constitui a origem das suas elocubrações sobre o papel da inteligência na atividade econômica. Não abandonará também esta idéia de estabelecer sociedades literárias e a retomará em 1821-1822, no seu Jornal Sabatina Familiar dos Amigos do Bem-comum (Cf. Hélio Vianna, 1945).

Capítulo 11. Casamento de J.S.Lisboa com D.Ana Francisca. Governadores D.Rodrigo José de Menezes e D. Fernando José de Portugal e Castro: dois amigos do futuro Visconde de Cairu.

Pouco depois de ser nomeado para as Cadeiras de Grego e Filosofia Racional na tarde do dia 19 de abril de 1784, pelas quatro horas, casou-se o Dr. José da Silva Lisboa, filho legítimo de Henrique da Silva Lisboa e de D. Helena Nunes de Jesus, com D. Ana Francisca Benedita, filha legítima do Dr. Antonio Alvares de Figueiredo, advogado, e de sua mulher D. Isabel Antonia Luisa.

O casamento se realizou no oratório da residência dos pais da noiva, estando presentes por testemunhas o novo Governador e Capitão General da Capitania D. Rodrigo José de Menezes, casado, e o Reverendo Dr. José da Costa Barbosa, além de outras pessoas conhecidas (Cf. E. Vilhena de Moraes - Perfil de Cairu, Cap. IV, pág. 28).

Deste matrimônio feliz nasceram 14 filhos. Depois do falecimento de D. Ana Francisca Benedita de Figueiredo, em 31 de agosto de 1811, José da Silva Lisboa não tornaria a casar-se.

O Governador D. Rodrigo José de Menezes e Castro, futuro Conde de Cavaleiros, chegara à Bahia em 4 de janeiro de 1784 e tornaria a Lisboa em 7 de outubro de 1788, depois de realizar uma notável administração. Sua substituição, como era de estilo, ao cabo dos três anos de governo causou enorme consternação aos baianos, que não hesitaram em escrever a D. Maria I, solicitando sua permanência e a extensão dos mandatos dos governadores. No segundo ponto parecê que foram atendidos (Inventário, doc. 12685 e 12.685).

Com o novo governador também não deixaria de estar em ótimas relações de amizade o insinuante e persuasivo José da Silva Lisboa, professor-régio de Filosofia Racional e Moral.

D. Fernando José de Portugal e Castro, depois conde e marquês de Aguiar, nomeado em agosto de 1787, chegou à Bahia e tomou posse em 18 de abril de 1788, permanecendo 13 anos no governo da capitania, até ser despachado vice-rei no Rio de Janeiro, por decreto de 21 de março de 1801, em substituição a D. José de Castro, conde de Rezende.

Mas, somente em 14 de outubro de 1801, é que D. Fernando, 6º vice-rei, tomaria posse do novo cargo, para desempenhá-lo até 21 de agosto de 1806. Em 22 de janeiro de 1808, D. Fernando José de Portugal e Castro, estava já de volta à Bahia, vindo do Reino, com D. João a bordo da nau Príncipe Real, acompanhando a Corte em sua retirada para o Brasil.

Da progênie de José da Silva Lisboa, três filhas, Eufrosina (1787), Isabel (1795) e Joana (1805) bem como dois filhos, Nicolau (1801) e Bento (1793), sobreviviam em 1835. Em 1881, dos filhos, D. Joana era a única a sobreviver e residia no Rio de Janeiro, com outros descendentes, inclusive um neto homônimo, com quem tratou Alfredo do Valle Cabral, na época em que escreveu sobre o Visconde de Cairu.

Em nosso século, o historiador E. Vilhena de Moraes ,

pesquisador devotado à sua memória, não conseguiu localizar mais nenhum descendente de José da Silva Lisboa. Parece que a família definitivamente se extinguiu.

O professor Silva Lisboa regeu a Cadeira de Filosofia Racional e Moral na cidade da Bahia de 26 de março de 1783 até a sua jubilação em 18 de março de 1797. É possível que no mesmo período tenha dado assessoria jurídica ao corpo de comércio da praça de Salvador juntamente com seu sogro, advogado nos auditórios da Relação da Bahia.

É verossímil também que neste tempo escrevesse alguma pequena obra didática destinada a estudantes das Aulas de Comércio, que mandaria imprimir anonimamente em Lisboa, nas muitas vezes que ali esteve a cuidar de negócios particulares.

No Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil, existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida, há referências a uma sesmaria concedida por D. Fernando José de Portugal a um José da Silva Lisboa, "da vila de São Salvador dos Campos, Estado da Bahia", que talvez seja a mesma pessoa de que nos ocupamos.

O alvará da sesmaria de uma légua de terra, às margens do rio Itapemirim, é datado da Bahia, 17 de agosto de 1795. (Cf. Inventário, doc. 20.153 e 20.154).

TERCEIRA PARTE

Terceira Parte: O FISIOCRATISMO

Capítulo 12.	Martinho de Melo e Castro: um mercantilista agrário	112
a)	A carreira diplomática de Martinho de Melo e Castro. O economista Benjamin Franklin	112
b)	O pensamento econômico fisiocrático nas Instruções do Ministro da Marinha e Ultramar	125
1.	Instrução para o Sr. Luís de Vasconcelos e Sousa (1779)	128
2.	Instrução para o Visconde de Barbacena (1788)	130
3.	Alvará de 5 de janeiro de 1785 ...	134
4.	Instrução para D. Antonio de Noronha (1775)	136
5.	Instrução para o Marquês de Valença (1779)	138
6.	O modelo econômico de Martinho de Melo e Castro	140
Capítulo 13.	Um fisiocrata no Brasil	147
a)	A importância dos papéis do Marquês de Lavradio	147
b)	Relatório do Marquês de Lavradio, 3º Vice-Rei do Rio de Janeiro.....	148
Capítulo 14.	As memórias econômicas da Academia de Ciências de Lisboa	162
a)	Publicação do Tomo I	162
1.	Dedicatória do Duque de Lafões ...	162
2.	Discurso preliminar do Abade José Correia da Serra	164
b)	Sumários dos Tomos I, II e III das Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa	167
1.	Sumário do Tomo I (1789)	167
2.	Sumário do Tomo II (1790)	169
3.	Sumário do Tomo III (1791)	170
c)	O Bispo de Elvas e Inquisidor Geral D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, economista.....	171

1. Introdução	171
2. A "Memória sobre o preço do açú car"	172
3. O "Ensaio econômico sobre o comér cio de Portugal e suas Colônias".	174
4. A "Analyse sur la justice"	175
5. O "Discurso sobre o estado atual das minas"	175
d) Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa (continuação)..	176
1. Sumário do Tomo IV-(1812)	176
2. Sumário do Tomo V (1815)	177

Capítulo 12. Martinho de Melo e Castro: um mercantilista
agrário

a) A carreira diplomática de Martinho de Melo e Castro

Bento da Silva Lisboa, segundo barão de Cairu, na memória que escreveu, intitulada "Biografia de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu", lida em 24 de agosto de 1839, e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico (terceiro trimestre de 1839, pág. 238 a 246), resume em poucas palavras o extenso período da vida de seu pai, entre 8 de junho de 1779 e 4 de setembro de 1797.

Escreve Bento da Silva Lisboa:

"Em 1779 tomou (o Visconde de Cairu) os graus de bacharel formado em direito canônico e filosofia

Voltando a Lisboa, procurou entrar no serviço da magistratura; mas sendo-lhe necessário tornar a sua pátria, obteve, em resolução de consulta da Real Mesa Censória, ser provido na Cadeira de Filosofia Racional e Moral da mencionada cidade da Bahia, onde criou também a Cadeira de Língua Grega, que exerceu por cinco anos, com o título de substituto até chegar o proprietário. Nesse tempo casou-se com D. Ana Benedita de Figueiredo, senhora virtuosa, e dotada de grande penetração, de quem teve 14 filhos dos quais ainda vivem cinco".

Depois de ter ensinado, por vinte anos, com geral aplauso, as matérias próprias de sua cadeira, dirigiu-se novamente a Lisboa em 1797, obtendo ser jubilado, e fazendo-lhe então o Príncipe Regente, depois D. João VI, a mercê de Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da Cidade da Bahia, lugar que criou e onde prestou os mais valiosos serviços à agricultura e ao comércio da província (Cf. E. Vilhena de Moraes - Cairu. Excertos da Obra inédita 'O Espírito de Cairu'". Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1958, pag. 1-5; esp. pag. 2).

Já vimos o papel que teve na volta de José da Silva Lisboa, o eminente Martinho de Melo e Castro, ministro da Marinha e Ultramar, o qual — segundo nos declara Jácome Ratton — "era mui aferrado às suas opiniões por maneira que era dificultoso atender à razão quando esta se lhe queria mostrar, partindo algumas vezes contra os pretendentes de um modo pouco decoroso".

Martinho de Melo e Castro já contava de idade 63 anos quando no ano de 1779, nos dias 10 de setembro, e 1º de outubro, assinou respectivamente a Instrução para o marquês de Valença, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia e a carta, dirigida ao mesmo, de recomendação de José da Silva Lisboa, na qual sobre este pretendente escreveu o grande ministro de D. Maria I:

"Os seus desígnios de se aplicar à agricultura o farão sem dúvida recomendável, para que V.Exa. o proteja em tudo quanto fôr vantajoso para um objeto de tanta utilidade (...);"

Depois dessa data Martinho de Melo ainda permaneceria 16 anos à frente da pasta da Marinha e Ultramar.

Martinho de Melo e Castro; José de Seabra e Silva; Luís Pinto de Sousa Coutinho; D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho; D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e outras criações de el-rei D. José I, mantiveram vivo no governo de D. Maria, o espírito reformador da administração pombalina, tanto em assuntos econômicos como em assuntos culturais, adaptando-se é claro à nova constelação política.

Laureado com o grau de bacharel em cânones, pela extinta Universidade de Évora, Martinho de Melo e Castro, em 1751, contando trinta e cinco anos de idade, foi nomeado por D. José I, embaixador junto dos Estados Gerais das Províncias Unidas. Desta missão o marquês de Pombal o trasladou para Londres em 1754.

Na corte de George II (1683-1760), o futuro ministro permaneceu com pequenas interrupções até 1770.

Em 1763, vai a Paris para participar das conversações que puseram fim à Guerra dos Sete Anos, tendo em nome de Portugal assinado o Tratado de Paris de 10 de fevereiro de 1763.

Esta "Paz de Paris" de 1763 marca o fim da França como potência norte-americana. Do grande império adquirido por Champlain, La Salle, e centenas de exploradores, guerreiros, e missionários, a França reteve somente as duas pequenas ilhas de St. Pierre e Miquelon na costa da Terra Nova. Nas Índias

Ocidentais além de algumas ilhas menores conservou Saint-Domingue, Martinique e Guadeloupe. A Espanha cedeu à Grã-Bretanha a Flórida oriental e ocidental, que se tornaram a décima-sexta e a décima-sétima das colônias continentais inglesas. A França para compensar a Espanha pela perda das Flóridas e de Minorca cedeu-lhe a vasta província de Louisiana com todos os seus direitos aos territórios situados a oeste do Mississippi. Assim, o rio Mississippi tornou-se a fronteira entre os impérios inglês e espanhol.

A Grã-Bretanha adquiria desta forma a supremacia nos mares, no subcontinente Indiano e na América do Norte" (Cf. Samuel Eliot Morison - The Oxford History of the American People, 1965, pág. 169).

Ao falecer o irmão do Marquês de Pombal, D. Francisco Xavier de Mendonça, Martinho de Melo e Castro retorna à pátria e entra para a pasta da Marinha e Ultramar, à frente da qual se conservou até sua morte em 1795.

O alto conceito, que seus relevantes serviços lhe haviam grangeado, da parte de el-rei, bem como junto ao Marquês de Pombal; e os longos anos passados fora de Portugal, o encorajaram a cometer, no início do seu ministério, algumas indiscrições perigosas, como criticar abertamente a administração do Marquês perante el-rei. Ato temerosíssimo nessa monarquia bicéfala onde se não podia bem determinar de que cabeça partiam os comandos.

O ilustre historiador José Maria Latino Coelho (1825-1891) no tomo I da sua valiosa História Política e Militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814 (3 volumes, 1874-1891), escreve:

"Apenas entrado na gerência dos negócios, não poupava as censuras e as sátiras ao sistema de governo, que então era seguido em Portugal. Trazendo recentes as memórias do que vira nas cortes, onde estivera acreditado, e confrontando a situação do reino com o esplendor da Grã-Bretanha, da França e da Holanda, era na crítica tão severo, como são os que após longos anos de ausência e ignorância dos negócios da sua pátria regressam à terra do seu berço, havendo assistido em mais cultas e bem regidas sociedades".

Latino Coelho corrobora esta sua afirmação respigando

do alguns trechos no vasto Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até os nossos dias, do 2º Visconde de Santarém (1791-1855) (publicado por ordem do governo português, pelo autor de 1842 a 1853; continuado por Rebelo e Silva e outros de 1858 a 1876; em 18 volumes):

"Teve (Melo e Castro) nos primeiros tempos do seu ministério a tentação de disputar a autoridade ao marquês e de brigar com ele.

Tendo acompanhado el-rei a Salvaterra, aproveitou-se desta oportunidade para censurar nos termos mais positivos a conduta do marquês; mas este ministro fez-lhe imediatamente experimentar quanto lhe era superior, de modo que ele se não atrevia depois a mudar de um navio para outro um marinheiro sem o consentimento do imperioso marquês. O ministro da França em Lisboa, referindo ao seu governo estes sucessos dizia: 'Le Redoutable marquis lui fit sentir toute sa supériorité, et le secrétaire a bientôt baissé pavillon'"(Quadro elementar, VIII, Introd. LXV).

Retraindo-se em tempo, alertado inclusive por observações irônicas do próprio D. José I, Martinho de Melo e Castro sobreviveu; e não esqueceria de prestar suas homenagens, mesmo durante o consulado pombalino, ao Marquês de Angeja e ao Marquês de Ponte de Lima (Visconde Vila Nova da Cerveira), os dois grandes líderes da nobreza, e indigitados sucessores de Pombal. Dele também se disse:

"E homem mui assomado e ambicioso, e tinha tido a esperança de representar um grande papel no ministério.(...) era idolatrado dos ingleses, aborrecido da nobreza, que ele tinha indisposto pela sua altivez, e do povo, que se queixava do rigor com que ele fazia executar as ordens mais terríveis".

Ofício do Marquês de Clermont d'Amboise, embaixador de França, 17 de dezembro de 1772 (Quadro elementar, VIII, 44). O mesmo diplomata escreve:

"Este ministro não se fazia amar nem do marquês nem da rainha; era grande partidista dos ingleses, e levava por esta nação o seu entusiasmo a ponto de ser nele verdadeira mania ... Apesar disso tinha muita inteligência e muitos talen—

tos, mas ninguém o podia sofrer pelo orgulho e pelo desprezo com que tratava todos e tudo depois que regressara de Inglaterra".

Ofício do Marquês de Clermont, 17 de setembro de 1774 (Quadro elementar, VIII, 78).

"M. de Mello foi anteriormente muito elogiado e estimado pelo Marquês de Pombal, até o ponto de ser recomendado frequentemente por ele a sua majestade fidelíssima, o que indiziua sua majestade fidelíssima a mandar buscá-lo na Inglaterra, quando faleceu o irmão do Marquês, e sem consultar o Marquês; e provavelmente o rei foi persuadido a tomar esta medida pela rainha".

Despacho de Walpole ao governo inglês, 21 de julho de 1772, em Smith's Memoirs II, pág. 147 (Cf. Latino Coelho, pág. 200).

Tendo vivido em Inglaterra de 1754 a 1770, Martinho de Melo e Castro, assistiu a ascensão de George II (1738 - 1820) ao trono da Grã-Bretanha e Irlanda, por falecimento do seu avô George II (1683-1760), que tanto se comovera com o fatídico terremoto de Lisboa de 1755.

Assistiu, portanto, à queda do grande William Pitt, Lord Chatham no ano seguinte de 1761; e em Londres sem dúvida conheceu também Benjamin Franklin (1706-1790), que aí chegou em 1757, como agente do governo colonial de Pennsylvania.

Franklin foi uma das maiores figuras do seu tempo. Dez anos mais velho do que Martinho de Melo e Castro, antecipou-o na morte apenas cinco anos. Foi um dos fundadores da American Philosophical Society at Philadelphia (1743) à qual José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, honrava-se de pertencer.

Na sua obra Founders of American Economic Thought and Policy, 1958, livro dedicado aos fundadores do pensamento econômico norte-americano, da época da independência, Virgle Glenn Wilhite, resume desta forma o período que Franklin passou fora de sua pátria na Inglaterra e na França:

"Partiu (Franklin) para a Inglaterra em 1757, como agente do governo colonial de Pennsylvania. Nesta missão permaneceu no exterior até 1762, conhecendo durante este período a Lord Kames, David Hu-

me, Adam Smith e muitos outros britânicos famosos. Depois de breve estada na América, retorna a Inglaterra, como representante oficial da Pennsylvânia e de outras diversas colônias, permanecendo ali até o irromper da Guerra Revolucionária, em 1775. De retorno à América, foi imediatamente eleito membro do Segundo Congresso Continental de Pennsylvânia e nesta capacidade participou da redação da Declaração da Independência (4 de julho de 1776). Neste ano Franklin torna-se agente do governo americano na França; aí residindo até 1785, com breves interrupções, para ir à Inglaterra negociar os tratados de paz, para conclusão da Guerra Revolucionária. Em França, Franklin participou ativamente da vida social e intelectual do país" (Cf. V.G. Wilhite, 1958, pág. 289).

Como economista Franklin é um fisiocrata que chegou independentemente às doutrinas da escola, devendo ser de um certo modo considerado um precursor e inspirador dos economistas franceses.

Na opinião de Franklin, escreve Carl Van Doren, seu biógrafo, os mais importantes amigos que teve em Paris, durante uma viagem que fez àquele país em 1767, depois da anulação do Stamp Act foram os economistas. Escreve Doren:

"Durante a primeira semana de outubro, pouco antes de partir para Londres encontrou-se com François Quesnay, médico do rei, chefe da escola que, no ano seguinte, começou a chamar-se dos fisiocratas. Conheceu também o Marquês de Mirabeau, pai do orador revolucionário.

Até então, Franklin sabia muito pouco a respeito dos fisiocratas ou estes a respeito dele. A economia, como ciência estava no mesmo pé em que a eletricidade, vinte anos antes. Mas os economistas franceses admiravam Franklin como filósofo e, além disso tinham lido a notícia do seu interrogatório perante a Câmara dos Comuns. Viram nele uma espécie de documento vivo da América.

Franklin descobriu que os franceses haviam reduzido a uma espécie de sistema os fenômenos econômicos, em cujo domínio ele havia feito observações independentes, ao acaso. Opiniões que haviam passado separadamente pelo seu espírito, eram agora coordenadas" (Cf. C. V. Doren - Benjamin Franklin, trad. de J. de Matos Ibiapina, 1943, pág. 263-264).

Benjamin Franklin escreveu copiosamente sobre todos

os assuntos, poderíamos dizer sem medo de muito exagerar. Wilhite informa que na Biblioteca da Americana Sociedade Filosófica de Filadélfia (como o Visconde de Cairu gostava de chamá-la), existem setenta e seis volumes de manuscritos de Franklin, contendo 13.000 documentos individuais. Há outros na Livraria do Congresso, na da Universidade de Pennsylvania, e na Huntington Library de San Marino, Califórnia. Tem havido edições de suas obras com datas de 1818 (por Temple Franklin), 1887-1888 (por John Bigelow) e uma última em 1905-1907, Writings of Benjamin Franklin, edited by Albert Henry Smyth, dez volumes.

Não nos tendo sido possível ver nada disto, contentamo-nos com os "Extracts from the Works of Dr. Franklin, Population, Commerce, etc., publicado pelo prestimoso John Ramsey Mc Culloch no volume I da sua obra A Select collection of scarce and valuable economical tracts, 1859 (A. M. Kelley); utilizamos também Wilhite e Van Doren.

As obras econômicas de Franklin sempre escritas com simplicidade, elegância e picante ironia, sem dúvida influenciaram Martinho de Melo e Castro e outros contemporâneos mais jovens como o nosso José da Silva Lisboa.

Vejamos como exemplo alguns pensamentos de Franklin:

1. Liberdade de Comércio

"Nota sobre o comércio e as manufaturas.

Suponhamos que um país X, com três manufaturas, panos, seda e ferro, comercie com três outros países A, B e C.

O país X para aumentar as vendas e os preços para os seus fabricantes proíbe que se importe panos estrangeiros provenientes de A.

Em retorno, A deixa de importar sedas de X.

Então os produtores de seda reclamam da queda do seu comércio.

E X para contentá-los proíbe que se importem sedas de B.

B, em retorno, suspende as importações de ferro de X.

Então os produtores de ferro reclamam a queda do seu comércio.

E X proíbe as importações de ferro de C.

C, em retorno, proíbe a importação de panos de X. Que obtiveram com todas estas proibições?

Resposta: - Os quatro países ao final verificam que o seu estoque comum de prazeres e conveniências da vida diminuiu.

Londres, 7 de julho de 1767. B. F." (Cf. Mc Cullogh, pág. 207).

2. Agricultura e Manufaturas

"Afinal de contas, a Inglaterra dá um valor exagerado às manufaturas, pois a verdadeira fonte da riqueza é a agricultura.

A agricultura cria riqueza, a indústria apenas muda a forma e qualquer que seja o valor que ela em preste às matérias primas, consome, ao mesmo tempo um valor igual em provisão, etc.

Assim sendo a riqueza não é aumentada pela manufatura.

A única vantagem é que as provisões em forma de objetos manufaturados, são mais fáceis de transportar para os mercados estrangeiros" (Writings, V, 102" (Cf. Doren, pág. 264).

3. Riqueza

"Só há três maneiras de uma nação adquirir riqueza. A primeira é pela guerra, como fizeram os romanos, saqueando seus vizinhos conquistados. Isso é roubo.

A segunda é pelo comércio, que, geralmente, se exerce pela trapça.

A terceira é pela agricultura, a única maneira honesta, pela qual o homem vê aumentado o valor da semente lançada na terra, em uma espécie de milagre permanente, trabalhado pela mão de Deus em seu favor, como recompensa pela sua vida inocente e virtuosa indústria (Franklin - Writings, Smyth, vol. 5, pág. 201-202)" (Cf. Doren, pág. 264; e Wilhite, pág. 295-296).

A guerra da Independência americana terminou pelo Tratado de Paris de 3 de fevereiro de 1783.

Nesta época Franklin escreveu ao embaixador inglês na França propondo um "pacto de família" entre a Inglaterra, a França e a América.

A América, disse então Franklin,

"ficaria tão feliz quanto uma jovem sabina se pu

desse encontrar os meios de unir em perpétua paz seu pai e seu esposo".

Benjamin Franklin, economista, regressou a Filadélfia em 1785 e faleceu anos depois, em 17 de abril de 1790, com a idade de 84 anos.

Depois do regresso de Franklin, assumiu o seu posto em Paris, Thomas Jefferson (1743-1826), cujo nome se associaria aos pródromos da maior crise política do reinado de D. Maria I, crise em que Martinho de Melo e Castro se envolveu como um dos principais protagonistas.

Antes, portanto, de passar ao estudo de suas doutrinas económicas, recordemos os traços gerais da Inconfidência Mineira, que, em parte, resultou do modelo económico estreito em que assentava a política colonial do governo de D. Maria I.

Lúcio José dos Santos em seu livro notável "A Inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira, 1927", resume em linguagem desapassionada e em poucas linhas o triste evento:

"Em 1789, no reinado de D. Maria I em Portugal, sendo Vice-Rei do Brasil D. Luís de Vasconcelos e Sousa, sendo Governador e Capitão-general da Capitania de Minas Gerais, D. Luís Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, foi descoberta nesta capitania uma conspiração tendo como objectivo a libertação da Colônia e a proclamação de uma república, ao modo do que se havia feito na América do Norte.

Dessa conspiração faziam parte homens notáveis pela sua categoria social, pelo seu talento ou pelo seu prestígio: juriscunsultos e poetas como o Dr. Cláudio Manuel da Costa, o desembargador Tomás Antonio Gonzaga, o Cel. Ignácio José de Alvarenga, engenheiros, médicos e advogados como os Drs. José Alvares Maciel, Domingos Vidal de Barbosa, Salvador Gurgel do Amaral; sacerdotes diversos como o cônego Luís Vieira da Silva, os padres Carlos Correia de Toledo e Melo, José da Silva e Oliveira Rolim, Manoel Rodrigues da Costa e José de Oliveira Lopes; militares como o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, cognominado Tiradentes, o coronel Francisco Antonio de Oliveira Lopes, etc.

Graças às delações oferecidas pelo Cel. Joaquim Silvério dos Reis, pelo Cel. Basílio de Brito Malheiro e pelo Mestre de Campo Ignácio Correia Pamplona, tor

nou-se o Visconde de Barbacena sabedor do que se tramava".

O Visconde de Barbacena, Luís Antonio Furtado de Mendonça, personalidade controversa, foi um dos fundadores da Academia Real de Ciências. Teófilo Braga escreve:

"Entre os sócios iniciadores, que discutiram o plano de organização da Academia e os Estatutos aprovados por Aviso de 24 de dezembro de 1779, assinado pelo secretário de estado dos negócios do Reino, Visconde de Vila Nova da Cerveira, e dirigido ao Duque de Lafões, figuram, além de Barbacena e Correia da Serra, o Dr. Domingos Vandelli, padre Teotônio de Almeida e padre Joaquim de Foyos, o conde de Tarouca, o célebre tenente-general Bartolomeu da Costa e Pedro José da Fonseca".

Informa-nos ainda Teófilo Braga que:

"A primeira sessão inicial com caráter particular efetuou-se na sala da Junta dos Três Estados, no paço das necessidades, em 16 de janeiro de 1780; nela procederam os sócios fundadores à eleição dos sócios efetivos para as três classes de Ciências Naturais, Ciências Exatas e Ciências Morais e Belas Letras. Ficaram feitos:

Presidente: Duque de Lafões

Secretário: Visconde de Barbacena

Vice-secretário: José Correia da Serra

Orador: Padre Teotônio de Almeida" (Cf. História da Universidade de Coimbra, tomo III, pág. 652).

Mas voltemos à Inconfidência:

"Conhecendo assim os intuitos dos conjurados, o governador suspendeu a derrama, cujo lançamento era o pretexto mais direto da revolta, e organizou uma devassa terrível que colheu em suas malhas grande número de pessoas, algumas das quais pouca ou nenhuma responsabilidade tinham na conspiração, havendo outras que até mesmo ignoravam quanto se passava.

Seguiram-se prisões, interrogatórios e mais averiguações, sendo enviados para o Rio os que eram tidos como responsáveis no premeditado levante, ou que do mesmo tinham tido conhecimento. O Dr. Cláudio Manuel da Costa suicidou-se na prisão em Vila Rica; e o alferes Joaquim José da Silva Xavier foi preso no Rio".

O documento pelo qual o Visconde de Barbacena suspendeu a cobrança da quota das cem arrobas de ouro devidas

ao Real Erário, foi encontrada por F. A. Varnhagen em Portugal em 1855, e é o seguinte:

"A considerável diminuição que tem tido a quota das cem arrobas de ouro, que esta Capitania paga anualmente de quinto a Sua Majestade, pede as mais eficazes averiguações e providências.

A primeira de todas deveria ser a derrama, tanto em observância da lei, como pela severidade com que a mesma Senhora foi servida estranhar o esquecimento dela;

porém, conhecendo eu as diversas circunstâncias, em que hoje se acha esta capitania, e que este ramo da Real Fazenda é susceptível de melhoramento,

não só em benefício do Régio Erário, mas dos povos, cuja conservação e prosperidade é o objeto principal do iluminado governo da Rainha Nossa Senhora;

e não tanto pela afeição particular com que me ocupo em procurar aos desta capitania toda sorte de felicidade, que sempre preferiria à minha própria, como pela confiança que devemos ter na piedade e grandeza de Sua Majestade, que é bem notória,

tomei sobre mim suspender o lançamento da derrama, que a Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda é obrigada a promover, até chegar a decisão da conta que terei a honra de por na augusta presença de Sua Majestade, sobre os meios que me parecerem mais proporcionados ao bem da mesma administração nesta parte, e ao dos seus leais vassallos.

E para me haver com o conhecimento e acerto que desejo, e me é necessário neste importante negócio, recomendo a Vossas Mercês que hajam de fazer sobre ele, com toda a brevidade, as mais sérias reflexões e exames, e me enviem por seus procuradores até meado de junho os seus requerimentos, informação e parecer;

e com isto espero também que Vossas Mercês concorram comigo, entretanto, assim pelo reconhecimento a que ficam obrigados, como por conveniência própria, para o descobrimento e extirpação dos contrabandistas e extraviadores, que são e tem sido a principal causa da referida diminuição. Deus Guarde a V. Meês. — Vila Rica, 23 de março de 1789 — Visconde de Barbacena". (Cf. Varnhagen, História Geral do Brasil, tomo IV, 6ª edição, pág. 315-316).

Continua Lúcio José dos Santos:

"A 6 de julho de 1790, foi o vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa substituído por D. Luís José de Castro, Conde de Resende. A 24 de dezembro do mesmo ano chegou ao Rio a Alçada nomeada pelo governo português, especialmente para julgar os conspiradores.

Durante 29 meses se arrastou no tribunal o terrível processo. Tiradentes suportou 11 interrogatórios. Só o padre Rolim foi submetido a 15 interrogatórios e acareações!

A 17 de abril de 1792, foram os conjurados transferidos de suas prisões para a sala do oratório da cadeia pública. No dia seguinte, redigiram os juizes de Alçada a longa e formidável sentença, gastando, nessa tarefa, dezoito horas. Na madrugada do dia 19, foi a sentença lida aos reus, leitura que consumiu duas horas.

Por essa primeira sentença, dez entre os conjurados eram condenados à morte pela força; os outros, a degredo em terras da África, perpétuos, temporário outros.

Pela manhã do dia 20, sexta-feira, foi lida a modificação da sentença anterior, a que já estavam autorizados os juizes por Carta-Régia de 15 de outubro de 1790, havia pois dezoito meses!

Pela nova sentença, era comutada a pena de morte em degredo perpétuo para todos, com exceção única de Tiradentes para o qual era mantida a pena capital" (Cf. Lúcio José dos Santos, 1927, pág. 5-11).

Ernesto Ennes, da Academia Portuguesa de História e do Instituto de Coimbra num estudo, que completa admiravelmente a obra de Lúcio José dos Santos, e que vem publicado no Anuário do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, 1952, pág. 11 e segs., narra da seguinte maneira o epílogo desse drama desnecessário que tanto ensombreceu a História dos nossos dois países:

"Não teve porém execução a (primeira) sentença, em virtude de muito anteriormente, em 15 de outubro de 1790, a Rainha, no Palácio de Queluz ter assinado a seguinte Carta Régia:

'Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, do meu conselho, da minha real fazenda e chanceler nomeado da Relação do Rio de Janeiro. Eu a Rainha vos envio muito saudar.

Tendo-vos determinado pela Carta Régia de 16 de julho do presente ano o que devíeis praticar na

comissão de que vos tenho incumbido, assim com os reus eclesiásticos, como com os seculares compreendidos no crime de que trata a mesma carta, por esta vos ordeno as alterações seguintes.

Quanto aos reus eclesiásticos, que sejam remetidos a esta Corte debaixo de segura prisão com a sentença contra eles proferida, para à vista dela eu determinar o que melhor me parecer.

Quanto aos outros reus, e entre eles os reputados chefes e cabeças da conspiração, havendo algum ou alguns que não só concorressem com os mais chefes das assembleias e conventículos, convindo de comum acordo nos pérfidos ajustes que ali se tratavam, mas que além disto, com discursos, práticas e declamações sediciosas, assim em público com em particular, procurassem em diferentes partes, fora das ditas assembleias, introduzir no ânimo de quem os ouvia o veneno da sua perfídia, e dispor e induzir os povos por estes e outros criminosos meios a se apartarem da fidelidade que me devem; não sendo esta qualidade de réu ou réus, pela atrocidade e escandalosa publicidade do seu crime, revestido de tais e tão agravantes circunstâncias, dignos de alguma comiseração, ordeno que a sentença, que contra eles fôr proferida segundo as disposições das leis se dê logo a sua devida execução.

Quanto também aos outros réus também chefes da mesma conjuração, que se não acharem em iguais circunstâncias, querendo usar com eles da minha real clemência e benignidade, ordeno, pelo que respeita tão somente, à pena capital em que tiverem incorrido, que esta se lhes seja comutada na imediata de degredo por toda a vida para os presídios de Angola e Benguela, com pena de morte se voltarem para os domínios da América.

Quanto aos mais réus que nem foram chefes da referida conjuração, nem entraram ou consentiram nela nem se acharam nas assembleias e conventículos dos referidos conjurados, mas que, tendo tão somente notícia ou conhecimento da mesma conjuração não o declararam nem denunciaram em tempo competente, hei por bem perdoar-lhes a pena capital em que tiverem incorrido, e que esta se lhes comute na de degredo para os outros domínios da África, compreendidos os de Moçambique e Rio de Sena, pelos anos que parecerem convenientes, debaixo da mesma pena de morte se em tempo algum voltarem aos domínios da América, o que assim executareis ficando tudo o mais na sobredita Carta Régia de 16 de julho em seu inteiro vigor. Escrita no Palácio de Queluz em 15 de outubro de 1790. — Rainha — Para Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho' (Reproduzida nos Autos Crimes Contra os Réus Eclesiásticos da Conspiração de Minas Gerais, Ernesto Ennes, Anuário do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, 1952, págs. 64-65).

Deste modo, como se sabe, 18 meses antes de proferida a sentença já os juizes sabiam que os réus porventura condenados à morte seriam indultados e a pena capital substituída por prisão perpétua nos presídios de Angola e Moçambique.

Finalmente, no dia 21 de abril de 1792, pelas 11 horas da manhã, no campo de São Domingos, teve lugar o último ato da conjuração mineira, cujo epílogo trágico foi a morte do alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido por Tiradentes, sendo considerado esse movimento como a gênese e a mais profunda manifestação do sentimento libertador e Joaquim José da Silva Xavier o herói nacional, o mártir ardente da liberdade" (Cf. Ernesto Ennes, 1952).

"Pelo que respeita ao visconde de Barbacena", escreve Varnhagen,

"quando esperava haver bem merecido grande galardão da rainha pelo seu bom serviço encontrou-se ele, ao cabo de mais de um ano de dar a notícia, com um aviso do sisudo ministro Martinho de Melo, increpando-lhe uma grande parte da responsabilidade de quanto sucedera, e levando-lhe até quase a mal o haver mandado fazer tantas prisões, quando os verdadeiros culpados eram em pequeno número;(...). Não cremos impossível que, tanto para esta repreensão, como para a concessão do perdão, concorressem muito as informações verbais dadas pelo vice-rei, amigo do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, que justamente por esse tempo deixara o posto, e partira para a corte, muito queixoso do mesmo Barbacena" (Cf. História Geral do Brasil, tomo IV, pág. 323).

b) O pensamento econômico fisiocrático nas Instruções do Ministro da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro

A Declaração de Independência (1776) das treze colônias inglesas da América do Norte, a longa guerra que se seguiu culminando com a capitulação da metrópole (1783); epílogo da desastrosa política colonial seguida por George III, desde 1763, não podem ter deixado de provocar sérias reflexões e exames ao ministro da Marinha e Ultramar de D. José e D. Maria I.

Seu pensamento e os lineamentos da sua política colonial podem ser surpreendidos nas pormenorizadas instruções que costumava redigir para os nomeados vice-reis, governado-

res e capitães gerais, que se aprestavam a assumir os seus cargos no Brasil.

Além destes papéis deixou inúmeros outros que vem relacionados na Memória de alguns escritos do Exmo. Sr. Martinho de Melo e Castro, que encontramos mencionada por José Maria Latino Coelho na sua História Política e Militar de Portugal, tomo I, capítulo III, mas não vimos.

Porém uma nota de Latino Coelho nos deixa entrever a existência de uma profusão de escritos de natureza econômica entre as obras deixadas por Martinho de Melo e Castro:

"Na Memória de alguns escritos do Exmo. Sr. Martinho de Melo e Castro se referem miudamente às que o Ministro redigira durante a sua larga vida pública.

Citaremos entre muitas as Transações do Tratado de Paris de 1763; uma Memória sobre o projeto de uma Companhia da Índia, em que ministra tristes documentos do atraso, decadência e última miséria, que fazia os domínios da Ásia inúteis à coroa, se não ônus pesado, que com desfalque e muito prejuízo é obrigada a conservar; várias outras memórias sobre o comércio da Ásia, os Dessaes e o exército de Goa; plano de uma companhia para o negócio de Cabo Verde; outras memórias a respeito das questões pendentes entre Portugal e a Espanha, acerca dos limites das suas possessões na América meridional".

Brito Aranha, no Dicionário Bibliográfico Português tomo XVII, pág. 6 e 7 amplia um pouco essa relação e cita uma Memória sobre o melhoramento dos domínios de sua majestade no Brasil, um "in folio" com 18 folhas, que

"estava na biblioteca particular do ex-imperador D. Pedro II".

Dentre os papéis redigidos por Martinho de Melo e Castro que são facilmente acessíveis podemos destacar os seguintes:

1. Instrução para o Vice-Rei Sr. Luís de Vasconcelos e Sousa. Palácio de Salvaterra dos Magos, em 27 de janeiro de 1779 (Cf. Varnhagen/Garcia - História Geral do Brasil, tomo IV, 6a. edição, pág. 284-289).

2. Instrução para o marquês de Valença, Governador e Capitão-general da Capitania da Bahia. Palácio de Queluz, em 10 de setembro de 1779. (Cf. Varnhagen/Rodolfo Garcia - História Geral do Brasil, tomo IV, 6ª edição, pág. 291-304).
3. Instrução para o Visconde de Barbacena, Luís Antonio Furtado de Mendonça, Governador e Capitão-general da Capitania de Minas Gerais. Salvaterra dos Magos, em 29 de janeiro de 1788. (Cf. Anuário do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, 1953, ano II).
4. Instrução para D. Antonio de Noronha, Governador e Capitão-general da Capitania de Minas Gerais (1775). Anexa à anterior, Anexo 11, pág. 177-178. (D. Antonio de Noronha, nomeado por patente régia de 2 de janeiro de 1775, tomou posse a 29 de maio do mesmo ano e governou até 20 de fevereiro de 1780. Foi sucedido por D. Rodrigo José de Menezes e Castro).
5. Alvará por que V. Majestade é servida proibir no Estado do Brasil todas as fábricas e manufaturas (...). Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 5 de janeiro de 1785. Anexo nº 7 da Instrução para o Visconde de Barbacena, pág. 172.

Com estes documentos já podemos passar a examinar a política colonial de Martinho de Melo e Castro e o pensamento econômico que a fundamentara. Este ministro pode ser caracterizado como um mercantilista-agrário.

Das suas Instruções procuraremos extrair os princípios incontestáveis professados por Martinho de Melo e Castro, bem como elucidar a origem do executado Alvará de 5 de janeiro de 1785, com que se esforçou em coibir as manufaturas nas capitanias do Brasil, a começar por Minas Gerais.

Uma característica interessante do estilo de Mar-

tinho de Melo e Castro tem sido notada.

Os seus escritos pela maior parte, como bem afirmou um de seus panegiristas, não deixaram de se ressentir de "um certo ar silogístico", adquirido por ele, na jesuítica Universidade de Évora, extinta em 8 de fevereiro de 1759 pelo Marquês de Pombal.

Se tivermos isto em mente ao retornar ao escrito de Domingos Vandelli, denominado Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas, depois de conhecer os papéis do Visconde de Lourinhã, será forçoso concluir que aquela memória foi escrita para comprazê-lo.

Passemos à primeira Instrução que o grande historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, reproduz na sua História Geral do Brasil, antes da separação e independência do Brasil, no tomo quarto da sexta edição integral, revista e anotada por Rodolfo Garcia, páginas 284 - 289.

Estas "lembranças" são as que Martinho de Melo e Castro escreveu, no ano de 1779, em 27 de janeiro, ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, 4º vice-rei, que tomou posse em 5 de abril de 1779 e governou até 9 de junho de 1790.

O conteúdo dos extratos é o seguinte: Religião, Justiça, Fazenda Real, Economia, Segurança, Culturas fomentadas pela administração portuguesa no Brasil.

1) Instrução para o Sr. Luís de Vasconcelos e Sousa. 4º vice-rei do Brasil (1779).

"Entre as muitas e muito importantes obrigações do governo de V.Ex., são as principais as que tem por objeto: a conservação e aumento da religião; a exata, imparcial e pronta administração da justiça aos povos; a boa arrecadação, e administração da real fazenda; a conservação da tropa e forças do Estado; a cultura das terras; a navegação, e o comércio; um vigilante cuidado em evitar os contrabandos; e tudo quanto respeita à polícia da capital do Brasil, que V. Ex. vai governar (pág. 285) (...).

Não só as tropas, mas as fortalezas, fortes, armazens militares, armamento, petrechos, e provisões de guerra e outros artigos semelhantes são dignos e indispensáveis objetos do vigilante cuidado de V. Ex., para obter prontos e em estado de se poder servir deles, quando lhe forem precisos (pág. 287).

A cultura das terras, a navegação, e o comércio são três artigos relativos, e dependentes uns dos outros: a ambição do ouro transportado das minas ao Rio de Janeiro, e a indolência ou a preguiça, transcendente por todo o Brasil, fez esquecer aos habitantes daquela capitania o benefício e vantagens que se tiveram da cultura; de alguns anos, porém, a esta parte se tem aplicado mais a ela.

Estabeleceu-se no Rio de Janeiro uma grande fábrica, ou engenho de descascar o arroz; e em Lisboa se viram alguns navios vindos daquele ponto carregados dele; foram, porém, tais as violências, que aqui se praticaram com os ditos navios, e depois com os proprietários e interessados no sobredito engenho por conta de dívidas, bem ou mal fundadas, que aquele útil ramo do comércio se suspendeu até o presente, e que é muito digno de que V. Ex. o promova com toda a eficácia (pág. 287).

O anil é um ramo de comércio, que começou há quatro para cinco anos, por uma pequena amostra dele que me remeteu o marquês de Lavradio, e que à força da sua diligência tem as plantações crescido de sorte que já hoje vem em suficiente quantidade, para que as fábricas de Portalegre, e da Covilhã não usem de outro (pág. 287).

O mesmo marquês me remeteu uma amostra da cochonilha, segurando-me haver no Rio de Janeiro, e em Santa Catarina grande quantidade dela; e com a mesma também me mandou diferentes amostras de madeiras, de que se extraíram as excelentes tintas, que V. Ex. viu. Todos estes artigos são tão importantes, que V. Ex. não os deve perder de vista por um só momento (pág. 288).

Os contrabandos e descaminhos são, não só a ruina dos úteis vassallos, mas os que diminuem o real patrimônio destinado à causa pública; e os que se fazem no Rio de Janeiro, sendo principalmente de ouro e diamantes, são tanto mais difíceis de coibir, quanto aqueles dois gêneros preciosos são fáceis de transportar. A exata observância, porém, das leis promulgadas contra estas transgressões e o incessante cuidado e vigilância dos executores delas, debaixo da inspeção de V. Ex., poderão diminuir muito o mal, ainda que não o extingam de todo (pág. 288).

São enfim tantos e tão multiplicados os objetos da polícia de uma capital, principalmente sendo tão

populosa como a do Rio de Janeiro, que se não podem repetir em um discurso, em que apenas se tocam as matérias, não como instruções, mas como simples lembrança das que se fazem mais recomendáveis ao cuidado de V. Ex. (pág. 288).

Tendo Sua Majestade por certo que assim nas que ficam acima referidas, como em todas as que forem concernentes ao seu real serviço e à prosperidade de seus leais vassallos, se comportará V. Ex. com o mesmo zelo, prudência e discernimento de quem tem dado conhecidas provas:

Deus guarde a V. Ex. Palácio de Salvaterra dos Magos, em 27 de janeiro de 1779. Martinho de Melo e Castro — Sr. Luís de Vasconcelos e Sousa.

A Instrução seguinte é fundamental para o estudo da Inconfidência Mineira, contudo as partes que a ela interessam diretamente foram omitidas, nos extratos abaixo. O conteúdo deles é o seguinte:

— A posição estratégica de Minas Gerais. Suas produções: ouro e diamantes. Abusos radicados na capitania. Pontos fundamentais da administração.

O quarto ponto: assuntos econômicos.

Carta do Antonio de Noronha sobre o adiantamento das manufaturas, no ano de 1775.

2) "Instrução para o Visconde de Barbacena Luís Antonio Furtado de Mendonça, Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais (1788):

1. "A capitania de Minas Gerais; de que Sua Majestade confiou a Vossa Senhoria o governo, é, pela sua situação, e pelas suas produções, uma das mais importantes de todas as outras capitânias de que se compõe os domínios do Brasil e América Portuguesa.
2. Acha-se a dita Capitania no centro daqueles domínios; e confinando ao mesmo tempo com as capitânias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, podem estas receber dela, particularmente a do Rio de Janeiro, os socorros e assistências que lhes são indispensavelmente necessárias nos diversos accidentes a que se acham expostas todas as colônias que tem portos de

mar; principalmente em tempo de guerra.

3. Consistem as principais produções da referida Capitania de Minas em ouro e diamantes; estes consignados exclusivamente aos reais cofres; mas estendendo-se aquele precioso metal pelas outras capitánias, insensivelmente promove nelas a cultura de todo aquele continente, de que se tiram copiosos frutos, que vem ultimamente enriquecer os vassallos deste Reino, e igualmente o real Erário.

4. Estas são em parte as grandes vantagens

(...); de sorte que a Capitania de Minas, tomada, como se deve tomar, neste ponto de vista, é uma colônia portuguesa vantajosamente situada, a qual em tempo de guerra pode contribuir poderosamente para a defesa e segurança das outras capitánias, muito particularmente da capital do Brasil, como já tem acontecido em algumas ocasiões; e em tempo de paz fertiliza com o seu ouro os campos e terras com que a natureza dotou a Capitania de Minas em nosso benefício, e elas bastam para se formar uma idéia da sua importância; o nosso descuido porém, e negligência, e a relaxação e abusos que nela deixamos, não só introduzir, mas radicar, nos tem privado, priva e privará de quase todas elas, enquanto por meio de um sólido e prudente governo, qual é o que Sua Majestade espera, e confia de V. S. se não corrigirem os ditos abusos e relaxações, restabelecendo-se em lugar deles a ordem, e regularidade nas partes mais importantes do mesmo governo, quais são as seguintes:

5. Primeira: - Que os eclesiásticos e ministros da Igreja cumpram com as obrigações que a mesma Igreja lhes prescreve;

Segunda:- Que os ministros de justiça cumpram igualmente com as obrigações dos seus lugares, administrando justiça com prontidão, imparcialidade, e desinteresse;

Terceira: - Que os povos se não apartem da obediência e submissão devida a Sua Majestade, de quem são vassallos, nem da inviolável observância das suas leis;

Quarta: - Que se promovam e animem por todos os modos possíveis os habitantes de Minas Gerais ao trabalho e exploração das minas; e igualmente ao da cultura das terras, facilitando-lhes ao mesmo tempo, a permutação dos seus frutos e produções, por meio de um comércio lícito e permitido, interior e externo;

Quinta: - Que se tomem as cautelas que forem praticáveis para se evitarem os contrabandos e des-caminhos;

Sexta: - Que se tenha um vigilante cuidado na conservação e disciplina da tropa e forças da capitania;

Sétima: - Enfim, que haja o maior cuidado e vigilância na boa e exata administração e arrecadação da real fazenda.

6. Estes são os pontos fundamentais que sendo bem dirigidos farão dentro de breves tempos florescer e prosperar aquela importantíssima colônia portuguesa; assim como os abusos e relaxações nela introduzidos a tem reduzido à maior decadência; e para que V.S. os possa melhor conhecer e buscar os meios de os desterrar, lhe apontarei aqui pela mesma ordem acima indicada os que se fazem mais digno do seu cuidado e vigilância"(...)

.....

39. Quanto ao quarto ponto: - Sendo certo, como ninguém duvida que a principal riqueza dos Estados, consiste em o maior número de habitantes,

e que os que fazem as riquezas dos Estados são os úteis e laboriosos, e não os ociosos e vadios, que são a ruína dos mesmos Estados;

e nesta certeza, tanto os primeiros merecem ser animados e protegidos, quanto os segundos devem ser desterrados e proscritos:

- A exploração das minas e a cultura das terras são as duas fontes donde emanam as riquezas secundárias da Capitania de Minas Gerais, e os que se empregam nestes trabalhos são vassallos úteis, e dignos por consequência de toda a proteção.

Com o ouro extraído das minas compra o mineiro ao lavrador os frutos e produções da terra, de que necessita,

e ambos comprem com o mesmo ouro os gêneros e fazendas que entram de fora na Capitania,

consistindo nesta laboração, giro e manejo, assim de frutos da terra, como de fazendas de fora, o comércio interior e externo;

e os que se empregam nele também são muito úteis vassallos, que merecem igualmente ser protegidos.

Do referido resulta que, quanto maior número de habitantes se empregar na exploração das minas, na cultura das terras e no comércio interior e externo, tanto maior será a riqueza e a opulência daquela capitania,

porque se comporá de maior número de vassallos úteis, e diminuirá por consequência o dos vadios e ociosos, que a perturbam e inquietam;

e nesta certeza, toda a cooperação e concurso da parte de V.S., para promover e animar aqueles trabalhos, e facilitar o referido comércio, redundará em conhecida vantagem daqueles habitantes.

Os ditos habitantes porém, não satisfeitos com os tescuros que a terra lhes oferece, nem com o útil comércio que deles lhes resulta,

estendendo as suas vistas a outros objetos, se determinaram a estabelecer em Minas Gerais diferentes fábricas e manufaturas,

levando-as a um tal adiantamento, como se vê de um parágrafo da carta do Governador e Capitão-general daquela capitania. D. Antonio de Noronha, escrita em 1775, no qual se explica na forma seguinte:

- Lembro-me que V. Ex. me falou a respeito das fábricas estabelecidas nesta capitania, as quais eu encontrei em um aumento considerável,

que se continuassem nele, dentro de muito pouco tempo ficariam os habitantes desta capitania independentes dos desse Reino, pela diversidade de gêneros que já nas suas fábricas se trabalhavam;

e o expediente que tomei sobre esta importante matéria é o que ponho.

40. Consistiu o dito expediente em uma carta escrita a um dos ministros de Minas, para que ele fizesse cessar as sobreditas fábricas,

sem que depois se soubesse qual foi o efeito desta determinação.

Constando porém a S.M. com positiva certeza, que não só em Minas Gerais mas em outras partes do Estado do Brasil, se haviam erigido diferentes manufaturas, e se procuravam estabelecer outras, com os gravíssimos prejuizos e perniciosas consequências que são manifestas:

Houve por bem mandar expedir o alvará da cópia junto debaixo do nº 7, que no ano de 1785 se remeteu, não só a Minas Gerais, mas as outras capitanias do Brasil;

e nesta inteligência, logo que V.S. chegar àquela Capitania, depois de se informar da execução que se deu ao dito alvará, o fará inviolavelmente observar, dando de tudo conta a S.M."

De todas as peças da legislação de Martinho de Melo e Castro, poucas terão sido mais execradas do que o Alvará de 1785, que vamos ler. Seu texto revela com enorme clareza os

princípios econômicos correntes no seu tempo, isto é, os "princípios incontestáveis seguidos pelos melhores economos-políticos". Ele completa o extrato anterior.

3. Alvará de 5 de janeiro de 1785

"Alvará por que V. Majestade é servida proibir no Estado do Brasil todas as fábricas e manufaturas de ouro, prata, sedas, algodão, linho e lã, ou os tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros ou da mistura de uns com os outros, excetuando-se tão somente as de fazenda grossa do dito. Para V. Majestade ver - José Teothonio da Costa Posser o fez —

Eu a Rainha faço saber aos que este alvará virem que:

Sendo-me presente o grande número de fábricas e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitanias do Brasil,

com grave prejuízo da cultura e da lavoura, e da exploração das terras minerais daquele vasto continente,

porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente que, quanto mais se multiplicar o número de fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores

e menos braços haverá que se possam empregar no descobrimento e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta e desconhecida.

Nem as sesmarias, que formam outra considerável parte dos mesmos domínios, poderão prosperar, nem florescer, por falta do benefício da cultura, não obstante ser essa a essencialíssima condição com que foram dadas aos proprietários delas;

e até nas terras minerais ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído, a extração do ouro e diamante,

tudo procedido da falta de braços que, devendo empregar-se nestes úteis e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam, e abandonam, ocupando-se em outros totalmente diferentes como são as referidas fábricas e manufaturas;

e consistindo a verdadeira e sólida riqueza nos frutos, e produções da terra, as quais somente se conseguem por meio de colonos e cultivadores, e não de artistas e fabricantes;

e sendo, além disto, as produções do Brasil as que

fazem todo o fundo e base, não só das permutações mercantis, mas também da navegação e do comércio entre os meus leais vassallos habitantes destes reinos,

e daqueles domínios, que devo animar e sustentar, em comum benefício de uns e outros, removendo na sua origem os obstáculos que lhe são prejudiciais e nocivos:

em consideração de todo o referido, hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas e teares

de galões, de tecidos ou de bordados de ouro e prata;

de veludos brilhantes, cetins, tafetas ou de outra qualquer qualidade de seda;

de belbutes, chitas, bambasinas, fustões, ou de outra qualquer qualidade da fazenda de algodão, ou de linho, branca ou de cores;

de panos, baetas, drogues, saetas ou qualquer outra qualidade de tecidos de lã;

ou os ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros, ou misturados e tecidos uns com os outros;

excetuando-se tão somente aqueles dos ditos teares e manufaturas em que se tecem, ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para uso e vestuário dos negros, para enfardar, empacotar fazendas e para outros ministérios semelhantes,

todos os mais sejam extintos e abolidos em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil,

debaixo da pena de perdimento em tresdobro do valor de cada uma das ditas manufaturas ou teares e fazendas que nelas ou neles houver, e que se acharem existentes dois meses depois da publicação deste;

repartindo-se a dita condenação metade a favor do denunciante, se o houver, e a outra metade pelos oficiais que fizerem a diligência e não havendo denunciante, tudo pertencerá aos mesmos oficiais.

Pelo que, mando ao presidente e conselheiros do Conselho Ultramarino; presidente do meu Real Erário; vice-rei do Estado do Brasil; governadores e Capitães-generais; e mais governadores, e oficiais militares do mesmo Estado; ministros das Relações do Rio de Janeiro e Bahia; ouvidores, provedores, e outros ministros; oficiais de justiça e fazenda; e mais pessoas do referido Estado;

cumpram e guardem e façam inteiramente guardar este meu alvará, como nele se contém, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário, as quais hei por derogadas para este efeito somente, ficando aliás sempre em seu vigor.

Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 5 de janeiro de 1785. - Rainha - Martinho de Melo e Castro.

No final do parágrafo 40 da Instrução ao Visconde de Barbacena, Martinho de Melo e Castro refere que o Governador D. Antonio de Noronha lhe participou por carta, em 1775, que encontrara as manufaturas em Minas Gerais, "num aumento considerável".

O ano de 1775 é véspera da Declaração da Independência das treze colônias inglesas.

O Marquês de Pombal ainda estava no poder e Martinho de Melo e Castro parece que preferia instruir verbalmente os governadores, como se infere da expressão utilizada por D. Antonio de Noronha:

"Lembro-me que V. Ex., me falou a respeito de fábricas".

E é o próprio governador que associa a independência política com auto-suficiência econômica.

Das medidas tomadas por D. Antonio de Noronha contra as manufaturas, as quais o Ministro da Marinha e Ultramar não sabe se foram ou não efetivas, até a expedição do célebre Alvará (1785) decorrem dez anos. A "Paz de Paris", que formalizou a independência americana é de 1783.

A Instrução dirigida a D. Antonio de Noronha, em 1775, e que reproduzimos do texto que vem na "Instrução para o Visconde de Barbacena", da qual constitui o Anexo nº 11, só trata de assuntos militares.

Recomenda que as capitanias mutuamente se defendam e ressalta a posição estratégica de Minas Gerais entre as demais capitanias:

4) Instrução para D. Antonio de Noronha, governador e capitão-general da Capitania de Minas Gerais (1775).

1. Entre as muitas e muito úteis disposições que el-rei nosso senhor tem mandado estabelecer nos seus domínios ultramarinos, uma das mais importantes é a que tem por objeto a defesa, conservação e segurança de todos e cada um deles.

2. Todas as colônias portuguesas são de Sua Majestade, e todos os que as governam são vassallos seus. E nesta inteligência, tanta obrigação tem o governador de uma capitania de a defender, quando for atacada, como de mandar todas as forças delas ao socorro de qualquer outra das mesmas capitâncias, que precisar da sua assistência; sendo certo que nesta recíproca união de poder consiste essencialmente a maior força de um estado, e na falta dela toda a fraqueza dele.
3. A capitania de Minas Gerais, de que Sua Majestade confiou a V.S. o governo, achando-se como no centro de todas as outras, e servindo-lhe por consequência cada uma de barreira, particularmente o Rio de Janeiro, é de indispensável obrigação da primeira, de acudir com todas as suas forças ao socorro da última, logo que elas lhe forem requeridas pelo vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil, da mesma forma que já tem praticado em outras ocasiões. E nesta inteligência, um dos mais importantes objetos a que V.S. deve aplicar o seu maior cuidado e vigilância, logo que chegar a Vila Rica, é:

Primeiramente de examinar a situação em que se acha a Tropa paga da mesma capitania, e dispor em estado de poder ser útil. Em segundo lugar, de ver a forma com que estão regulados os corpos auxiliares, e de os por sobre um pé de disciplina que também possam ser de serviço. E em terceiro lugar, de se instruir do número de milícias e mais habitantes, compreendidos os mulatos e negros, para deles poder escolher os moços mais fortes, robustos e desembarçados; de que formar um corpo de tropa irregular ou de paisanos armados; a qual com um oficial à testa, é de uma utilidade incomparável em tempo de guerra. A idéia que destes corpos se pode dar a V.S. é a seguinte: (...).

Instrução para o Visconde de Barbacena. Anexo nº 11
pág. 177-178.

No esquema de mútua segurança que procurava implantar no Brasil Martinho de Melo e Castro atribuía ao fator econômico um papel primordial. No parágrafo 97 da Instrução para Barbacena diz o ministro:

"E além de tudo o que fica referido é indispensavelmente necessário que a Capitania de Minas se conserve em alguma dependência das outras capitâncias, pelo que respeita ao seu consumo e giro do seu comércio; porque de outra sorte acabaria a comunicação entre elas e se extinguiriam as mútuas vantagens que reciprocamente se podem prestar umas às outras.

Uma das vantagens que o Rio Grande de São Pedro tirava e creio que ainda tira, posto que em muito menor quantidade de Minas Gerais, é a da introdução das bestas muars; e bem se vê o quanto aquela fron

teira é digna da nossa atenção e cuidado, para ali lhe procurarmos todo o benefício e socorro: estabeleceu-se porém em Minas, depois de alguns anos, a criação de bestas muares, que de nenhuma sorte se devia ter consentido; e se estas, por serem do país, não pagam direitos, e as do Rio Grande, por serem de fora os pagam, além das mais despesas de condução e passagens, o resultado será que, não podendo estas entrar em concorrência com aquelas, dentro de breve tempo se acabará este ramo de comércio entre as duas capitanias, com grave prejuízo da do Rio Grande do Sul, e igualmente da Real Fazenda.

E o mesmo acontecerá com os mais gêneros e efeitos acima indicados, se entre os do país e os de fora se não estabelecer quanto for praticável uma igualdade de concorrência, por meio de uma proporcionada contribuição de direitos".

A última Instrução é a que foi dirigida a D. Afonso Miguel de Portugal e Castro, 11º Conde de Vimioso, e 4º Marquês de Valença.

Conteúdo dos extratos: Limites da Capitania da Bahia, população da cidade, governo eclesiástico e secular. Excesso de funcionários da Coroa. Inutilidade da Mesa da Inspeção do Açúcar e Tabaco, resgate de escravos. Fazendas estrangeiras.

5) Instrução para o Marquês de Valença, Governador e Capitão-General da Capitania da Bahia. Palácio de Queluz, 10 de setembro de 1779.

1. Sua Majestade houve por bem nomear a V. Ex. Governador e Capitão General da Capitania da Bahia(...)
2. A Capitania da Bahia compreende mais ou menos 250 léguas de costa desde a barra do Rio de São Francisco, que a separa de Pernambuco até a Capitania do Espírito Santo, que a separa do Rio de Janeiro; e pelo seu interior confina com as capitanias de Minas Gerais e Goiazes.
3. Compõe a dita capitania das comarcas da Bahia e seu recôncavo, e das do sul, Sertão de baixo e Sertão de cima; a sua população (...) no ano de 1759 montava na cidade da Bahia em 6780 fogos, com 40.263 habitantes de ambos os sexos.
6. Divide-se aquele governo, como todos os outros do domínio de Portugal, em eclesiástico e secular.

25. Depois do governo eclesiástico pertencente ao Prelado Diocesano segue-se o secular, confiado inteiramente ao regimen e direção de V. Ex., e devendo ser o seu principal cuidado a boa administração da Justiça, tem V. Ex. para ela uma Relação, a que deve presidir como Regedor.
37. São perto de 500 homens inteiramente a cargo da—quela capitania, uma boa parte das quais, devendo-se empregar na cultura das terras, e no comércio, que são os únicos meios para ela florescer, fazem contribuir os cultivadores, e o Erário Régio para se sustentarem nos empregos, que desfrutam, e de que vivem em opulência e ociosidade.
38. E certo que na Bahia, da mesma sorte que em todas as capitanias do Brasil, deva haver uma administração da Justiça e da Fazenda, e ministros e oficiais que sirvam nas ditas repartições; mas é indispensavelmente necessário que a respeito delas e dos indivíduos, de que cada uma se compõe, haja uma tal proporção e economia, que adotando-se o preciso e útil bom governo se extinga na reforma o sú pérfluo ou prejudicial à boa ordem e regularidade.
42. A Mesa da Inspeção do Açúcar e Tabaco (...)
61. Às conhecidas prevaricações, com que a Mesa da Inspeção determina as diferentes qualidades do açúcar se seguem por necessária consequência as fraudes sobre a avaliação do dito gênero; e por isso os homens de negócio da praça da Bahia, sem fazer caso algum dos preços arbitrados pela referida mesa, ajustam sem algum rebuço com os lavradores as suas compras e vendas pelos preços que bem lhes parece, ficando por esta forma o Alvará de 27 de janeiro de 1751, que até agora não foi derogado, sem efeito algum; a Mesa da Inspeção da Bahia, destinada para promover a indústria e o aumento do dito gênero, servindo-lhe de grande dano, e de nenhum benefício; e este importante ramo do nosso comércio nacional, reduzido naquela capitania a maior decadência do que aquela, em que estava antes de se confiar à sobredita Mesa da Inspeção.
62. Com o artigo tabaco do Brasil, particularmente o da Bahia, ainda as desordens são maiores, e mais perniciosas as consequências.
72. Quanto ao tráfico e navegação do mesmo gênero para a Costa da Mina ainda as prevaricações são de mais perniciosas consequências. É constante, que o tabaco do Brasil é tão necessário para o resgate dos negros, quanto os mesmos são precisos para a conservação da América Portuguesa; nas mesmas circunstâncias se acham as outras nações que tem colônias; nenhuma delas se pode sustentar sem escravatura, e todas precisam do nosso tabaco para comércio de resgate. (...)

94. É muito natural que as mesmas sugestões ou outros semelhantes enganos pretendam surpreender a V.Ex. na sua chegada a aquele governo; e se assim suceder, os deve V.Ex. repelir com indignação, mandando apreender todas as fazendas estrangeiras de qualquer qualidade que sejam, que se quizerem introduzir naquela capitania, ou que nela se acharem, sem haverem sido despachadas nas Alfândegas deste Reino, e ordenando que se proceda com todo o rigor das leis, contra os mestres e oficiais das embarcações, que transportarem as ditas fazendas, e contra os donos delas como rigorosos contrabandistas.
95. Achando-se a partir a nau que transporta V.Ex. para o seu governo, não cabe no tempo tratar de outros diferentes artigos que devem fazer parte desta Instrução, os quais irei remetendo a V.Ex. pelas embarcações, que fizerem viagem para o porto da Bahia.

Deus guarde V.Ex. Palácio de Queluz, 10 de setembro de 1779.

Martinho de Melo e Castro".

6) O modelo econômico de Martinho de Melo e Castro

É possível visualizar o grande desenho ou modelo econômico de Martinho de Melo e Castro, através da Carta de José da Silva Lisboa ao mestre Domingos Vandelli, escrita em 18 de outubro de 1781. A economia da Capitania baiana, aí descrita com extrema clareza, corresponde quase precisamente ao ideal que Martinho de Melo e Castro tinha em mente para o Brasil. Escreveu o Bacharel José da Silva Lisboa:

"Os artigos mais importantes da descrição de um país são os que dizem respeito à sua fortificação, seu governo político e econômico, a sua opulência. Eu toquei sobre cada uma das coisas que eu souber(....).....

.....
Como a opulência pública está na razão composta da extensão da agricultura, variedade e perfeição das artes e vastidão do comércio, eu irei notando sucessivamente cada coisa de per si para dar uma ideia da riqueza da Bahia.

A agricultura da Bahia, ainda que não esteja nem no grau de perfeição, nem da extensão de que é susceptível, contudo está em um pé muito vantajoso e superior a todas as outras cidades marítimas do Brasil, pois nenhuma está presentemente em estado de produzir do cru do seu território tantos gêneros, como os que a Bahia fornece ao seu comércio interior e exterior.

Dois são os gêneros, preciosos, que fazem a base sólida do comércio da Bahia e lhe constituem para sem-

pre um fundo de riqueza natural, renovada e inexaurível, a saber o açúcar e o tabaco.

A cultura do açúcar, de uma vantagem indisputável sobre qualquer outra produção da América, requer contudo grandes esforços e grandes despesas para ser empreendida com sucesso. Ela está toda fundada no recôncavo da Bahia (chama-se assim toda a terra firme que é circunscrita à grande baía que já descrevi).....

Um engenho com boas terras, boas matas, bons pastos, com boa fábrica, que tenha 80 escravos, outro tanto de bois e cavalos (a não ser engenho d'água) custa desde 50 até 70 mil cruzados. Há ainda mais cultos em razão da multidão de escravos, abundância e excelência das terras, vizinhança à cidade, etc. Um engenho medíocre v. g. de 60 mil cruzados, que tenha 50 escravos de trabalho vivo (digo assim, porque uma parte dos escravos é aplicada a diferentes usos) pode render ano comum, segundo o cálculo acima feito os 5:700\$000 rs. acima indicados, em receita líquida; vantagem esta de que não é difícil achar exemplo na lavoura da Europa(...). Acresce além disso a razão de que não se compra já mais engenhos ou fazendas com todo o dinheiro à vista. Ordinariamente quem tem o subtriplo do valor do engenho pode-o comprar e principiar a lavoura, independente de negociante que assista, e dos seus frutos fazer os pagamentos restantes, o que é uma vantagem preciosa: de sorte que um engenho de 60 mil cruzados comprado v.g. a 16 mil cruzados à vista, com 4 mais de despesa para o seu preparo, se o carece e que pode render os ditos 5:700\$000 rs. faz sem dúvida uma conveniência exorbitante.

A este respeito há na Bahia algumas vezes ocasiões vantajosas de serem senhores de engenho homens que não podiam lavrar um só palmo de terra. Isto succedeu maravilhosamente depois da expulsão dos jesuitas, que eram os melhores proprietários da Bahia; quando se venderam os seus engenhos e terras pela Fazenda Real, venderam-se a bom preço e a condições mui benignas. Lembro-me do Engenho formidável do Conde, com mais de 150 escravos e imendidade de boas terras no recôncavo. Lembro-me do de Ilhéus com 270 escravos e um potentado de terreno. Além disto continuamente estão vindo à praça engenhos de 50 e mais mil cruzados, que pagando-se 6 mil cruzados à vista com 2 anos de fogo morto (em que não seja o arrematante obrigado a pagar nada) e os outros pagamentos de 400 até um conto de réis anual, erige-se em senhor de engenho quem menos o podia ser. Ele acha logo um negociante, que lhe subministra dinheiros, fazendas, escravos e o mais necessário para su primento do engenho e constitui-se seu assistente: que em compensação estipula o ser embolsado com os rendimentos do engenho ou da fazenda de cana, pagando-lhe juros do seu dinheiro e recebendo o açúcar

com 2 tostões de menos, do que correr na praça; estes são os mais moderados. Outros estipulam condições mais usurárias, se a necessidade do lavrador o põem na superioridade de dar a lei. É este o ramo do comércio o mais seguro e mais pingue dos negociantes: porque além do ganho exorbitante das estipulações referidas tem a vantagem da certeza da extração da sua fazenda e dos seus escravos (se contrata também nisso) reputando tudo a um preço excessivo e maior do que exigiria o empate do seu dinheiro.

Donde se segue que não obstante ter, há 5 anos, quase dobrado o valor dos açúcares, contudo não teria dobrado realmente a riqueza dos cultivadores: e com efeito assim sucede. A conjuntura favorável da guerra relativa do valor dos açúcares, foi mais de vantagem para os ditos negociantes do que para os lavradores, que sendo pela maior parte empenhados e por isso mesmo na contínua sujeição dos mesmos negociantes, viram quase absorver-se o benefício da sua cultura pela exorbitância das usuras dos seus assistentes. É posto que crescesse o valor do gênero, também se aumentou o preço dos escravos e fazendas da Europa e então o excesso do valor do açúcar deveu necessariamente não os ajudar, quanto era possível. Contudo sentiu-se um universal alívio nas dívidas antigas, a favor da superioridade do preço (...).

Este nosso século é o século da agricultura; todo mundo escreveu sobre isso formando-se planos de gabinete, talvez sem se ter uma só vez remexido a terra. A agricultura porém é mais fácil, é mais bonita de escrever, do que de executar. Prescindindo do ruído, do insuportável trabalho da manobra, a lavoura da cana não obstante as suas vantagens, é muito detrimetosa e cheia de mil incômodos (...).

A necessidade de viver entre escravos e por em fôlegos perecíveis a esperança da sua riqueza e a alternativa cruel e sempre perniciosa ao senhor ou de os tratar com dureza ou de ser mal servido, constitui outro terrível detrimento da lavoura do Brasil (...).

Todos os dias se recebem más notícias de um preto morto, outro doente, outro fugitivo, outro rebelde, outro que deixou corromper os pés de bichos, por preguiça e ainda para desgostar o seu senhor (...).

Toda a lavoura do açúcar rende para a Bahia até 20 mil caixas de 40 até 60 arrobas.

O tabaco constitui o segundo ramo da agricultura da Bahia, que serve vantajosamente ao comércio. Cultivava-se nas vizinhanças da grande Vila da Cachoeira e da Muritiba, distante 15 léguas da Cidade (...). To da esta cultura se reduz a 30 mil tolos de 12 até 15 arrobas cada um.

Distinguem-se 3 qualidades de tabaco, o de 1.^a e 2.^a folha e o de refugo. Esta diferença nasce de muitas

causas, 1º da precipitação do corte, 2º da imperfeição com que foi expurgada da umidade nauseosa e superabundante, que tem a planta estando verde, 3º da aceleração ou demora do enrolamento.

Aquelas três qualidades são taxadas por uma Mesa, a que chamam da Inspeção, composta de deputados, parte lavradores, parte negociantes. Aquela taxa nem sempre é feita a boa fé e com conhecimento de causa. Às vezes por imperícia e a maior parte das vezes por fraude se danificam os lavradores ou se beneficiam, a proporção de que o interesse do Inspetor taxante ou do subalterno, a quem ele se confia, exige a ruína ou vantagem do dito lavrador, invertendo-se caluniosamente a ordem dos valores, taxando-se de refugo o que não é, ou o contrário disso. Daquela safra de tabaco, a metade do melhor vai para Portugal, o resto se divide em rolos de 3 arrobas, que vai para a África para o negócio de escravos, muito grande parte em contrabando vai para a Ásia, reduzido a pó, com dano do contrato da Rainha, o que fica se consome no país para o seu comércio interior.

A cultura da mandioca forma a base da subsistência dos povos do Brasil (...).

A cidade consome por ano mais de um milhão de alqueires; este cálculo não é exagerado, admitindo-se 1º a quantidade da população da Bahia, que tem quase 50 mil habitantes; 2º a exportação de infinita farinha, que vai para Angola e Costa da Mina para sustentação dos escravos, que se vão comprar e da equipagem dos navios; 3º a quantidade que vai para Portugal não só para o comércio mas muito principalmente para a mesma equipagem. Ora toda a farinha é comprada a dinheiro à vista. Onde se vê, que só para a compra deste gênero é preciso que corra em giro vivo mais de um milhão de espécies, principalmente na conjuntura atual, em que está custando a 10 tostões o alqueire, por desgraça de que eu bem conheço as causas e talvez os remédios.

A cultura do algodão não é aqui de consequência(...)

As artes na Bahia se reduzem aos ofícios mecânicos de pura necessidade. Não há aqui manufatura alguma, a não se querer contar como tal a construção de 3 a 4 navios, que regularmente todos os anos aqui se fazem e uma boa fábrica de grossa louça. O comércio da Bahia é amplo e variado, tanto o interior como o exterior. É uma coisa bela ver aportar ao cais da Bahia mais de 40 embarcações pequenas cada dia, carregadas de víveres e de tudo o necessário para o uso da cidade.

Também na Ilha de Itaparica está estabelecida uma fábrica real dos azeites de peixe, com o seu administrador, para direção da pesca das baleias. Faz-se azeite bem mau. Além disso as grandes sumacas,

que vem da Cotinguiba, Rio de São Francisco, Ceará, Pernambuco, Porto Seguro, Sergipe del-Rei, etc, carregadas de milho, feijões, farinha, caixas de açúcar, carnes secas, peixes salgados e secos, sumacas estas que todos os dias entram e saem continuamente, formam um commercio interior bem abundante e extenso, que faz correr pela cidade a fartura de tudo o necessario para as comodidades da vida e ao mesmo tempo produzem uma circulação rápida de dinheiro, que conserva e revifica todos os ramos da industria publica.

O commercio de exportação é muito importante. A Bahia fornece mais carga aos seus navios, do que nenhuma outra cidade do Brasil. Do Rio de Janeiro se expedem navios a procurar carga neste porto. Ordinariamente da Bahia saem carregados 40 navios de 800 toneladas para cima, 30 vão para Lisboa, o resto para o Porto. A sua carga principal é açúcar, o tabaco, couros em cabelo, sola, madeiras de todo o genero para construção e carpintaria, aguardente, melãoço.

É engrossada esta carga com algum pouco de arroz, farinha de pau, coquilho, algodão, louça de barro, piaçaba para amarras, cocos, ipecacuanha, baunilha, quití, etc.

Em retorno recebe de Portugal esta praça fazendas de todo o genero da Europa e Ásia, pranchas de ferro e cobre, chumbo, sal, mármore, vinhos, aguardentes, farinhas de trigo, e comestiveis, de que se faz aqui prodigioso consumo.

O commercio para África é de grande consequência para esta praça: é dirigido para o que se denomina resgate de escravos. Porém não é esse só o beneficio desta negociação, como logo direi. A base dela é o tabaco, ordinariamente de refugio ou da segunda folha e aguardentes do país. A Bahia expede todos os anos mais de 50 embarcações entre corvetas e sumacas; 8 ou 10 vão para Angola, para onde também levam muita fazenda da Europa. As demais vão correr a Costa da Guiné a comprar escravos (...).

Há embarcação que traz 600 escravos metidos no porão, pelo receio de que se sublevem ou se lancem ao mar, a força da desesperação infinita que os oprime. Se morrem poucos na passagem, o lucro é seguro; se morrem muito, está perdido o armador, que é obrigado a pagar o exorbitante risco, que a si tomou.

Não forma só o retorno deste negocio a abundância de escravos, mas tambem o ouro em pó, de que cada navio traz algumas arrobas, comprando furtivamente aos negros sem que o saibam os holandeses, que estão em posse deste ramo de commercio d'África(...).

Também da Costa da Mina trazem os nossos navios para esta praça muito fazenda, que compram aos ingleses e franceses em troca do tabaco (...). Mas este commercio clandestino danifica muito o commercio das

fazendas que vem de Portugal, que pelos direitos de entrada e saída não se podem vender pelo mesmo preço.

Este comércio dá para a cultura do Brasil para cima de 25 mil escravos. Só para a Bahia entraram neste ano 15.000; sei que foram 10.000 para o Rio de Janeiro. É coisa tristíssima que a cultura contudo não se tenha proporcionalmente aumentado, nem a população.

Toda a população da Capitania da Bahia que é vastíssima e que compreende seis ou mais comarcas se reduz a 240.000 pessoas, segundo a informação que tenho.

A cidade da Bahia tem quase 50.000, de que só a quarta parte será composta de brancos. Esta população não se aumenta por que o número de casamentos é diminuto (...).

É prova de mendicidade extrema o não ter um escravo: ter-se-ão todos os incômodos domésticos, mas um escravo a toda lei. É indispensável ter ao menos 2 negros para carregarem uma cadeira ricamente ornada e um criado para acompanhar este trem. Quem saísse a rua sem esta corte de africanos, está seguro de passar por um homem abjeto e de economia sordida. E quem fosse tão imprudente que fizesse a menor reflexão sobre a ridicularia deste aparato romanesco (...) estava na certeza de ser apedrejado como um visionário e inovador. Assim todos aspiram a ter a sua cadeira, com o aparelho competente, ainda que a tenuidade da sua fortuna não os ponha em estado de realizar sem lesão esta despesa, correndo o risco dos seus escravos.

Mas a vaidade dominante nas minhas senhoras patriícias não se acomodaria jamais com reflexões filosóficas e de economia (...). Nenhuma mulher, a não concorrerem simultaneamente as qualidades de ser extremamente pobre e de tal idade que não tenha já esperança de tirar algum partido deste mundo, não se resolve a sair a pé de dia (...).

Sendo pois tal a delicadeza dos habitantes da Bahia, já bem prevê qual será o seu luxo, que é o resultado da vaidade dos povos, combinada com os meios de a satisfazer, reais ou imaginários.

Com efeito ao luxo exterior dos vestidos, em nada cede aos nossos europeus; a seda é vulgaríssima até nos negros forros. Porém tudo é sem proporção: a indigência muitas vezes se esconde debaixo desta exterioridade de pura fanfarronada, entretanto que o interior da família está em desesperação (...). A mesa costuma ser abundante, se os víveres são baratos; mas a delicadeza suntuosa e regular se não acha ainda entre gentes, que tem comodidades(...). O ornato feminino é excessivo e rico, porém de mau gosto: consta de muita seda, muito galão de ouro; apresentam-se com tabuletas carregadas de ouro e

ainda com a indecência nauseosa de uma camisa bordada, que lhes deixa ver o peito todo, indignidade que contudo não ofende o olhar das gentes do país, porque são mui aferradas aos costumes barbaros dos antigos indígenas.

Sobre a constituição do governo público algumas reflexões se me oferecem: mas a moderação não permite dizer todas.

Em geral colônias mais favorecidas pela Metrópole, não é fácil achar, como são as nossas (...) Porém por desgraça nossa os sucessos não correspondem à confiança que o Ministério tem nos empregados para Governadores deste Estado. Estes apesar das suas boas intenções, vêm e tornam, sem algum plano útil, que eles fizessem, tenha feito saudosa ou imortal a sua memória, prescindindo do merecimento individual de cada um.

A inexperiência num país novo, a multiplicidade e confusão dos negócios, a necessidade de se confiarem a subalternos ignorantes e malignos, de quem não podem conhecer o caráter, o temor da calúnia que resulta da inovação em povos ignorantes, o desejo de se acreditar por um homem pacífico, a revocação à Corte em tempo que poderiam, com as luzes adquiridas, conceber alguns desenhos e muitas outras cousas reunidas concorrem para que se perpetuem não só a indiferença pelo aumento das cousas úteis, mas ainda as desordens de polícia, que aqui são mui grosseiras e escandalosas. Monopolistas insolentes, que calculam a miséria pública para conceberem planos de cupulência, e que obstruem todos os canais honestos de adquirirem os pobres a sua subsistência, vivem aqui tranquilos, insultando as leis, na certeza da impunidade (...).

O povo da Bahia é de um caráter pacífico e dócil: as desgraças publicas o fazem gemer, mas não blasfemar. Inclinado aos prazeres são enervados no corpo e espírito. Dele se não podem presumir nem confiar empresas que necessitem de assiduidades penosas e esforços de braço. Havendo carne barata no açougue, farinha abundante nos cais e liberdade dos seus divertimentos e das suas favorecidas danças, o magistrado pode bem descansar e qualquer ronda de polícia à noite previne as desordens que na Bahia não são muitas.

Eis o que me pude lembrar a respeito da Bahia(...) (Inventário, Doc. 10.907). (Cf. E. Vilhena de Moraes, Perfil de Cairu, 1958, pág. 96-110).

Capítulo 13. Um fisiocrata no Brasil: D. Luís de Almeida Portugal, 2º Marquês de Lavradio, 3º Vice-rei do Rio de Janeiro: 1769 a 1779.

- a) A importância dos papéis do Marquês de Lavradio para conhecer a máquina administrativa colonial e a situação demográfica, econômica e social do Brasil em 1779.

D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas, 4º Conde de Avintes e 2º Marquês de Lavradio, governador e capitão-general da Bahia, de 18 de abril de 1768 a 19 de outubro de 1769, e 3º vice-rei do Rio de Janeiro, de 4 de novembro de 1769 a 5 de abril de 1779, é uma das personalidades mais proeminentes da História Colonial Brasileira.

Competente, sensível e extremamente humano de espírito largo e esclarecido, o Marquês de Lavradio constitui uma referência indispensável para a compreensão e a avaliação da situação demográfica, econômica e social do sudeste e sul do Brasil, nessa importante época que se estende dos 16 anos do Visconde de Cairu até o seu regresso à pátria, formado bacharel em Coimbra em 1779.

Atualmente estão disponíveis para estudo as cartas de amizade que o Marquês escreveu às principais personalidades do seu tempo, inclusive aos dois irmãos do Marquês de Pombal. Destas cartas, 139 foram escritas na Bahia e 427 no Rio de Janeiro, tendo sido recentemente publicadas pelo Arquivo Nacional do Brasil. (Cf. Lavradio, Cartas do Rio de Janeiro, 1975)

Além das cartas, dispomos do Relatório, que D. Luís de Almeida Portugal preparou para orientação do seu sucessor no vice-reinado, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo IV, pág. 422 e seguintes e na História do Brasil de João Armitage, reeditada em 1972.

Não seria exagero afirmar que o Marquês de Lavradio foi um dos mestres de Martinho de Melo e Castro, em assuntos coloniais, e que de seu zelo, patriotismo e atividade resultaram muitas iniciativas e projetos a que depois o eminen

te ministro daria a sua atenção e amparo.

O aspecto mais notável nos papéis de D. Luís de Almeida Portugal é que permitem contemplar o governo colonial do ponto de vista de um varão insigne, a quem coube as posições mais altas e de maior responsabilidade nessa precaríssima estrutura administrativa.

Deixemos as cartas, que tanto revelam dele, da sua família e dos caracteres morais, nada atraentes, de muitos dos seus contemporâneos, e concentremo-nos em seu relatório, dirigido a D. Luís de Vasconcelos e Sousa, cuja Instrução, dada pelo Ministro da Marinha e Ultramar já nos permitiu bem avaliar o grande conceito que Martinho de Melo e Castro fazia de D. Luís de Almeida Portugal, Marquês de Lavradio.

- b) Relatório do Marquês de Lavradio, 3º vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que o sucedeu no vice-reinado (Rio de Janeiro, 19 de junho de 1779.

Este longo Relatório completa as instruções anteriores de autoria de Martinho de Melo e Castro. A razão porque dele damos extratos é mostrar através de um exemplo brilhante a aplicação da política econômica fisiocrática preconizada pelo Ministro da Marinha e Ultramar.

Martinho de Melo e Castro entra para o governo em 1770, portanto no ano seguinte àquele em que D. Luís de Almeida Portugal assume o vice-reinado no Rio de Janeiro, depois de uma breve passagem pela Bahia, de modo que, desde o início pode contar com a experiência e as luzes do 3º vice-rei. Fica patente a grande influência de D. Luís de Almeida Portugal sobre esse ministro.

Um ponto notável que podemos elucidar acrescentando este documento aos anteriores é o da gênese do Alvará de 5 de janeiro de 1785, que "extinguiu e aboliu" os teares e manufaturas no Brasil.

O Relatório pode dividir-se em cinco partes: descrição da capitania; o seu corpo político e civil; a cidade, o

comércio; o sistema de governo; e os problemas do sul do Brasil. São as idéias, os conceitos e as opiniões de D. Luís de Almeida Portugal que precipuamente nos interessam nos extratos abaixo:

1. Introdução e Descrição da Capitania do Rio de Janeiro e o estado de sua defesa.

"... V. Ex. se servirá de desculpar-me por ser este papel original, isto é, ser eu o primeiro que dou uma conta ao meu sucessor do governo que lhe entrego; cuja entrega nunca teve outra formalidade que a de lerem as Patentes e Cartas-Régias, por donde Suas Majestades concediam a um vice-rei e capitães-generais as capitánias para onde vinham, e aos outros por donde lhe davam por finda aquela comissão.

Esta foi toda a instrução que tive da Capitania da Bahia, e a mesma que me deram no Rio de Janeiro; o que me fez perder um grande tempo nestes governos, primeiro que pudesse encontrar um caminho por onde caminhar com os olhos menos fechados (...).

Cheguei a esta Capitania no ano de 1769, e achei ser a guarnição desta capital de seis regimentos de infantaria, compreendidos neste número um regimento de artilharia; três destes regimentos são destacados da Europa, e outros três do país (...)"

2. O corpo político e civil, o caráter dos povos e o sistema de governo seguido pelo Marquês

"Tendo falado a V. Exa. até agora pelo que pertence às forças desta Capitania, na parte que diz respeito assim a sua situação, como as diferentes corporações militares, assim regulares como irregulares, agora passarei a informar, a V. Exa. sobre o corpo político e civil, o caráter destes povos, e o sistema que tenho seguido.

As Repartições e os Servidores Públicos:

1. Tem V. Exa. o corpo da Relação; e os ministros que se acham na Relação, até o tempo em que dei posse a V. Exa., todos tem satisfeito com muita distinção as suas obrigações (...). Tem mais esta Capital um Ouvidor e um Juiz de Fora (...)

São igualmente necessários mais alguns juizes de fora (...); é preciso que sejam uns homens cheios de espírito pátrio, e de gênio que esperançassem ser eles capazes de procurar e promover o adianta-

mento e felicidade dos povos, assim para o sossego, em que os devem conservar, como para os animar no seu comércio e agricultura, e não lhes consentir a preguiça e errados prejuizos, que os tem conduzido a maior indigência (...).

Os ministros de ordinário que vem para estes lugares, segundo o que a experiência me tem mostrado, em nada mais cuidam que em vencer o tempo porque foram mandados, a fim de poderem requerer o seu adiantamento; e no tempo que residem nos mesmos lugares vêem como os podem fazer mais lucrosos, de sorte que, quando se recolham possam levar com que fazer benefício as suas famílias.

A nenhum tenho ouvido falar nunca na utilidade que fizeram aos povos do lugar em que estiveram; nenhum conta estabelecimento útil, que os promovesse, todos choram a miséria em que deixam as suas povoações, movendo-os a esta compaixão o pouco rendimento e utilidade que tiraram do seu lugar (...)

2. Tem V. Exa. também o Tribunal da Junta da Fazenda Real que além dos ministros de letras, de que se compõe, são também deputados daquela junta o escrivão dela, e o tesoureiro geral (...)

3. Tem V. Exa. o Tribunal da Provedoria da Fazenda (...)

4. Há mais nesta capital o Tribunal da Mesa de Inspeção, de que é presidente o Intendente Geral doouro, que faz o lugar de desembargador supranumerário da Relação (...). Naquele Tribunal não têm jurisdição nenhuma os Srs. Vice-Reis, e só sabem dele o que por obsequio lhe quer comunicar o presidente.

Este Tribunal pode ser muito útil para o aumento do comércio e lavoura, se tiver alguma alteração do seu estabelecimento. Eu determino sobre esta matéria fazer na corte alguma representação se me permitirem, ou quizerem ser informados a este respeito; porem enquanto isto se não faz, não tenho mais que informar a V. Exa. a respeito deste tribunal do que tenho a honra de dizer-lhe.

5. Tem V. Exa. o Senado da Câmara, a que preside o Juiz de Fora. Esta repartição foi a que achei ainda em mais desordem que todas as outras (...).

Vereadores: -

Como as leis de Sua Majestade tem notabilizado os comerciantes, destes escolhi para vereadores, nomeando-lhes sempre por companheiro um dos melhores da terra, e por este modo consegui pôr as ruas da cidade como V. Exa. tem visto, fazerem-se mais duas fontes públicas, muitas pontes, consertarem-se os caminhos, juntar e entulharem-se infinitos pântanos, que haviam na cidade, origem de infinitas moléstias. Fi

zeram-se currais e matadouros públicos; está arre-matada a obra do açougue, e a casa da Câmara. Abri-ram-se novas ruas para se fazer melhor comunicação da cidade (...)

Costumes:

Havia mais nesta cidade o terrível costume de que todos os negros que chegavam da costa da África a este porto, logo que desembarcavam, entravam para a cidade, vinham para as ruas públicas e principais delas, não só cheios de infinitas moléstias, mas nus; como aquela qualidade de gente, enquanto não tem mais ensino, são o mesmo que qualquer outro bru-to selvagem, no meio das ruas onde estavam sentados em umas tábuas, que ali se estendiam, ali mesmo fa-ziam tudo o que a natureza lhes lembrava, não só causando o maior fetido nas mesmas ruas e vizinhan-ças, mas até sendo o espetáculo mais horroroso que se podia apresentar aos olhos.

As pessoas honestas não se atreviam a chegar às ja-nelas; as que eram inocentes ali aprendiam o que ignoravam, e não deviam saber; e tudo isto se conce-dia sem se lhe dar providência, e só por condescen-derem com as ricas utilidades que tinham os negocian-tes, a quem pertenciam aqueles escravos, com os reco-lherem de noite nas lojas ou armazéns que ficavam por baixo das casas em que assistiam porque com os alugueres que percebiam para ali se recolherem os escravos, vinham a ficar de graça, ou por preços mui-diminutos, morando no resto das casas, que sobejavam a acomodação daqueles hóspedes.

Esta desordem, que era conhecida de todos, custou in-finito a evitar, e foi preciso ser eu muito constan-te na minha resolução, para que ela pudesse ser exe-cutada. Foi a resolução ordenar que todos os escri-vos que viessem nestas embarcações, logo que dessem sua entrada na Alfândega pela parte do mar, tornas-sem a sair, e embarcassem para o sítio chamado Va-longo, que é no subúrbio da cidade, separado de to-da comunicação; que ali se aproveitassem das muitas casas e armazéns que ali há para os terem; e que aque-les sítios fossem as pessoas que os quisessem com-prar, e que os compradores nunca pudessem entrar de quatro a cinco na cidade, quando precisassem ser ves-tidos; que enquanto os não conduziam para as minas ou para as suas fazendas depois de comprados, os ti-vessem no campo de São Domingos, aonde tinham todas as comodidades, e livravam a cidade dos incômodos e prejuizos que há tantos anos recebia por causa da sobredita desordem (...).

3. A cidade, o caráter das gentes, a qualidade dos comerciantes, o seu comércio, o sistema seguido para os governar e as causas da decadência do co-mércio.

Tenho dado a V. Exa. conta do estado militar, político e civil desta capital; resta-me já repetir a V. Exa. a respeito da cidade, o caráter das gentes, a qualidade dos comerciantes, o seu comércio, e o sistema que segui para os poder governar.

O caráter das gentes:

O caráter de alguns americanos destas partes da América, que eu conheço, é de algum espírito muito preguiçoso: muito humildes e obedientes, vivem com muita sobriedade, ao mesmo passo que tem grande vaidade e elevação; porém estes mesmos fumos se lhes abatem com muita facilidade; são robustos, podem com todo o trabalho, e fazem tudo aquilo que lhes mandam; porém se não há cuidado em mandá-los, eles por natureza ficarão sempre em inação, ainda a ponto de se verem reduzidos à maior indigência (...).

Estes mesmos indivíduos, que por si sós são facilísimos de governar, se vem a fazer dificultosos ... por causa dos europeus, que aqui vem ter os seus estabelecimentos (...) a maior parte naturais da Província do Minho, gentes de muita viveza, de um espírito muito inquieto, e de pouca ou nenhuma sinceridade (...), sendo para notar que (...) logo que aqui chegam não cuidam em nenhuma outra coisa que em se fazerem senhores do comércio que aqui há, e não admitirem filho nenhum da terra a caixeiros, por onde possam algum dia serem negociantes.

Os comerciantes:

A maior parte das pessoas a que se dá o nome de comerciantes, nada são que uns simples comissários

.....
que (...) não podem adiantar o comércio deste Estado, porque são obrigados a observar restritamente as ordens dos negociantes que lhes mandam as comissões e como por esta razão não podem carregar outros gêneros que aqueles que de lá lhes pedem, fica reduzido o comércio sempre aos mesmos gêneros, que são aqueles há tantos anos conhecidos; e os infinitos que há, que por lá se não conhecem, e que podem ser de igual ou maior utilidade que os outros, em que já se comeciam, ficam inúteis, não se promove a sua abundância, e por consequência fica parado o importante adiantamento que isto pode ter (...).

O sistema de governo de D. Luís de Almeida Portugal

Foi o meu sistema sobre estes pontos, em primeiro lugar, assentar tudo o que podia contribuir para a felicidade, sossego e conservação destes povos e deste Estado, que me estava incumbido, a mim me pertencia e tinha jurisdição para meter a mão em todas as repartições, e providenciar como entendesse ser mais próprio a conseguir aqueles fins. Sobre o governo da Câmara deixar o presidente e vereadores governarem como lhes competia, vigiando sobre as desordens,

e quando as havia, escrevendo à mesma Câmara, determinando o que me parecia deviam praticar, e que era mais conforme as duas obrigações; porém estas minhas determinações dirigidas à mesma Câmara, ou insinuadas a ela, eram mandadas executar pela mesma Câmara em seu nome. Segui um sistema de não fazer caso algum das murmuracões do povo; procurava sabê-las, sem que eles o percebessem, para examinar se eles tinham razão de se queixar; quando lha achava, insensivelmente naquela parte em que eles tinham a justa queixa, procurava emendar a minha resolução; nos outros em que tinham menos razão, conservava-me constante, fazendo-me sempre ignorante do que diziam (...)

Causas da Decadência do Comércio:

Das repetidas práticas que tive sobre esta matéria, em que eu argüia a muitos de falta de boa correspondência que eles tinham com os negociantes da Europa, assim de Lisboa, como do Porto, que lhes remetiam as suas fazendas, os quais se queixavam de muita demora que havia no Rio de Janeiro, do produto daquelas carregações, o que tinha obrigado a muitos saírem das suas casas, e a virem a esta Capital para ajustarem as suas contas, dando isto motivo a muitas demandas, e até arruinarem-se um grande número de casas, que negociavam, e viram-se precisados a justificarem-se comigo, dizendo-me quais eram os motivos porque isto sucedia:

1º Motivo: Os comissários volantes:

— o primeiro eram os imensos comissários volantes, que debaixo de outros títulos vinham da Europa trazendo infinita fazenda, da qual como não pagavam frete, porque traziam nas suas acomodações, não serem obrigados a pagar comissão, aluguel de casas e armazens, ou outras despesas a que são obrigados os comerciantes com casas estabelecidas, que estes vinham encher as lojas dos mercadores e mais traficantes, porque como as podiam dar por muito menos preço, vistas as maiores despesas de uns, e a diferença da despesa dos outros, que daqui nascia ficarem as suas empatadas, e eles faltarem com as competentes remessas aos seus correspondentes.

2º Motivo: A abolição das frotas em 1765:

— Que a falta das frotas também concorria para isso mesmo, porque naquele tempo, como havia um prazo certo de se fazer como uma feira publica, onde todos patenteavam os seus gêneros, e que pelo desejo que tinham de fazer a remessa para Europa haviam barateado mais, o que então lhes era mais fácil, porque dando ali pronta saída aos efeitos, não tinham necessidade de pagar armazens, e com os prontos pagamentos que recebiam, e eles mandavam para Europa também vinham a parar os juros que se pagavam pelo interesse do dinheiro, que tinham tomado para as mesmas negociações, e tudo isto concorria para eles venderem as fazendas

mais comodamente, sem que dali se seguissem maiores prejuizos (...)

3º motivo: Os teares e fábricas particulares:

— Acrescera a isto a independência, que os povos de Minas se tinham posto dos gêneros da Europa, estabelecendo a maior parte dos particulares nas suas próprias fazendas, fábricas e teares, com que se vestiam a si, e a sua família e escravatura, fazendo panos e estopas, e diferentes outras drogas de linho e algodão, e ainda de lã;(...)

Consequências para o Comércio:

e por todos os referidos motivos tem sido de tal sorte diminuído o comércio, que a mim me tem mostrado alguns negociantes, que recebendo no tempo das fro-
tas quatrocentos ou quinhentos mil cruzados de fazenda, naquele pouco tempo em que a frota se demorava, mandavam eles trezentos a quatrocentos mil cruzados daquela conta e quando vinha a frota do ano seguinte, ou ficava de todo ajustada a conta, ou era muito insignificante o que restava, e agora duzentos ou trezentos mil cruzados de fazendas em todo o decurso de um ano, muitos deles não podem dar saída a mais de cinquenta até sessenta mil cruzados.

Soluções Alvitradas pelo Vice-Rei:

Vendo eu o negócio neste estado, entrei a imaginar sobre algum modo com que se pudesse evitar algum destes prejuizos, e com algum arbítrio prudente dar alguma providencia que evitasse tantos danos: —

Escrevi ao General de Minas a respeito das fábricas e teares particulares, mostrei-lhe os prejuizos, que se seguiam não só ao Estado em geral, mas até a mesma Capitania de Minas em particular, de semelhantes estabelecimentos:

1. Ao Estado em geral porque, por aquelle modo, iria parar infinitamente o commercio, pois não tendo os efeitos saída, faltaria quem os carregasse, e por consequência viriam arruinar-se tantas famílias, as nossas fábricas de Europa, e até viria a parar a navegação.
2. Que no particular da Capitania de Minas igualmente experimentaria ruina, porque não precisando os homens de fazer maior trabalho para se vestirem e se sustentarem, eles se deixariam de empregar nos trabalhos que são os próprios daquela Capitania;
3. Que eles deviam ver que sendo o sistema da Capitania de Minas Gerais o empregar os povos nas lavras do ouro, serviços que occupam infinita gente, outros serem animados para fazerem novas descobertas, dando-se destas gentes diferentes applicações do verdadeiro sistema, era uma consequência infalível que as lavras se haviam de diminuir, e que faltariam apparecer os grandes cabedais, que se encontram com os novos descobertos.

4. Que além disto eles deviam considerar que uns povos compostos de tão más gentes, em um país tão extenso, fazendo-se independentes, que era muito arriscado poderem algum dia dar trabalho de maior consequência.

O nenhum efeito destas representações: —

Estas mesmas representações aos que ali tem sido governadores, uns nunca me responderam a elas, outros responderam negando aqueles estabelecimentos, por não quererem confessar um descuido tão indesculpável, mas é certo que a força de eu reclamar, algumas fábricas que se iam fazendo mais públicas, como eram as do Pamplona e outras, se suprimiram; porém as particulares que há em cada uma das fazendas, ainda a maior parte delas se conservam, e por esta causa vem a não conseguir-se por aquela parte coisa alguma.

Outras providências: Feiras com data certa

Continuei a providência, procurando estabelecer um tempo próprio e certo em que se pudessem fazer as vendas públicas das fazendas, e que correndo esta notícia descessem ao Rio de Janeiro as pessoas que quisessem fazer maior emprego para suprir por este modo o que se tinha alterado com a falta de frotas.

Para isto estabeleci uma feira, escolhendo o tempo mais seco do ano, aquele que é o mais próprio para se fazer a jornada das Minas, e a de todos os mais sertões, sem incômodos nem perigos (...). Além disto era fazer observar uma ordem que há na Câmara para fazerem-se uma feira cada ano: ordem muito antiga, que só se executou nos primeiros anos, e depois puseram-na em esquecimento, o que fazem a muitas outras coisas que podem ser de utilidade aos povos... Os comissarios volantes não pude eu evitar (...).

A Dívida Pública

Sem embargo de ter repetido a V. Exa. alguns motivos, bastantemente fortes e certos, que tem concorrido para a grande decadência do comércio, devo dizer a V. Exa. que ainda há outro mais considerável, o qual consiste na importantíssima dívida que Sua Majestade deve a toda a praça, e a muitos particulares desta Capitania, a qual ha de exceder, ainda hoje a quantia de cinco milhões (...)

4. Necessidade de um sistema de governo flexível e adaptável às circunstâncias e falta de recursos.
Promoção das utilidades agrícolas

Depois do que tenho tido a honra de a V. Exa. dizer, é natural o conhecer V. Exa. que sistema nenhum po-

dia subsistir, e que logo que eu o formava por um modo, era necessario por outra parte alterá-lo e fazê-lo tomar outra figura; e que enquanto as coisas não se puserem em uma ordem certa com os meios proporcionados, sistema nenhum por mais reflexionado que seja poderá subsistir (...)

Promoção das Utilidades Agrícolas:

— Pelo que respeita o sossego e obediência dos povos, pude conseguí-lo, pelos meios de que me servi, como V. Exa. terá visto neste papel.

Também lhes promovi as utilidades, mas não pude fazê-lo de modo que eles tivessem todas as que podem ter; obriguei-os a força a que plantassem os generos que são mais principais e precisos para o sustento dos povos, como são farinha, legumes e outros gêneros semelhantes; ameacei-os de lhes tirár as terras, e reparti-las por outros, se cada um com cuidado não cultivasse as que lhe pertenciam: e como obriguei aos mestres-de-campo de cada distrito a remeterem-me mapas exatos sobre esta matéria, consegui haver grande aumento, assim naqueles gêneros, como no açúcar.

Arroz: Promovi do modo que pude a lavoura do arroz; e como eu não tinha com que ajudar aos lavradores, nem aos fabricantes, interessei-me com alguns negociantes, fazendo-lhes muitas festas e distinções, para que eles quisessem auxiliar aos que tinham fabricas, a fim de que eles pudessem animar aos lavradores: assim se praticou, não com pequeno trabalho meu, porém consegui por este modo que aquele importante gênero, que sendo aqui de excelente produção estava tão abandonado, que era preciso comprarmos o arroz que vinha da Europa, o que há hoje em tanta abundancia que se carrega muito para fora.

Anil: Obriguei à força a que plantassem uma porção de anil, que aqui era muito e que ninguém fazia algum caso; e ao mesmo tempo que os obriguei a cultivá-lo, fiz que alguns o fabricassem, mesmo o agreste, fazendo com este não só as primeiras experiencias mas ao mesmo tempo fazendo que aquele se pagasse aos que o fabricavam (...)

Formação de Preços:

Pus na presença da nossa Corte este negócio, e merecendo a Real aprovação de Sua Majestade, foi o mesmo Senhor servido mandar examinar a qualidade do anil, e dividindo-o em três classes, estabelecer os preços que cada uma daquelas classes merecia, ordenando-se-me que tomasse todo pela Fazenda Real, e que por esta fosse pago, segundo os preços estabelecidos, com proibição de que ninguém mais o pudesse comprar(...)

Chegou finalmente a última resolução da Corte, dando Sua Majestade a liberdade para que os lavradores pudessem vender a quem quisessem; ou navegá-lo por sua conta aos preços estabelecidos pela sua Real Fa-

zenda a todos que quisessem vir trazer a ela.

Fiz publicar um edital nesta conformidade, e ordenei por modo que fosse constante a todos que na Provedoria da Fazenda se pagava a todos os lavradores que a ela fossem levar anil, sem que houvesse a mais pequena demora neste pagamento, e que logo que naquela repartição não houvesse dinheiro, imediatamente me recorressem para eu mandar passar para ela dos cofres da Tesouraria Geral todo o dinheiro que fosse preciso.

Estas últimas providências tiveram tão bom efeito, que não só tem vindo infinito a entregar aos armazéns da Provedoria, mas os negociantes têm comprado avultadíssimas porções, além do que alguns lavradores têm feito carregar por sua própria conta.

Condição Indispensável para o Progresso da Agricultura:

— É este o último meio de se poderem aumentar os gêneros e o comércio nestas conquistas: todas as vezes que os soberanos não animarem os lavradores, e não lhes fizerem certo o prêmio de seu trabalho, não será possível conseguir-se coisa alguma, e V.Exa. conhece excelentemente que os cabedais, que saíram dos cofres de Sua Majestade para estas aplicações e socorros que tão longe estão de serem prejudiciais aos interesses de Sua Majestade que, pelo contrario, vão fazer entrar nos mesmos cofres muito maiores quantias do que as que saíram; porém para estas aplicações são precisas consignações separadas.

Outros produtos promovidos pelo vice-rei:

Guaxima: Ao mesmo tempo que ia concluindo este estabelecimento, me apresentou João Hopman um arbusto chamado guaxima, do qual depois de curtido se tirava excelente linho (...)

Cânhamo: A cultura deste linho porém não embarça, nem me embarçou a promover a cultura do cânhamo; neste trabalhei muito para o poder estabelecer, porém a dificuldade consiste toda em não poder conseguir de nenhum modo semente; e só por uma casualidade na passagem de um navio frances pude ter uns poucos grãos, que com grande cuidado mandei semear. Os passaros coneram algumas espigas, porém as que puderam escapar multiplicaram; as sementes mandei para a ilha de Santa Catarina, com ordem para que se plantassem (...)

Cochonilha: Procurei estabelecer também a cultura da cochonilha, gênero preciosíssimo, e que os arbustos em que se cria aquele inseto se dão geralmente por toda a parte (...)

Da sobredita cochonilha o que se tem tirado tenho remetido amostras a Corte. Sua Majestade não só foi servido aprovas estas minhas diligências, mas me ordenou se estabelecesse um preço para, pela sua Real Fazenda,

se haver de pagar cada arratel aos que a viessem trazer. Eu arbitrei o preço em seis patacas por arratel; porém devo dizer a V. Exa. que é muito pequeno, e que se pode dar até oito patacas, deixando-os na mesma liberdade de a poderem vender aos comerciantes, ou carregá-la por sua conta, do mesmo modo que se pratica com o anil (...)

Amoreiras: O bem que produzem as amoreiras da América, me obrigou a mandar fazer grande plantação delas, e se acham efetivamente muitas plantadas nesta capital, e também me consta que há muitas por fora. Com grande trabalho pude alcançar da Europa o bicho-da-seda; vejo este efetivamente bem multiplicado, e se conserva: tem-se feito alguma seda; porém por mais diligência que se tem feito, não se tem podido acertar no verdadeiro modo de criar o bicho, de sorte que por esta razão se não tem isto adiantado tanto como eu desejava.

Madeiras: De todos os distritos mandei vir madeiras, óleos, balsamos, gomas e arbustos, que remeti a Corte, para serem examinados as suas utilidades e se poder promover o comércio daqueles importantíssimos generos. O Ministro de Estado me participou terem-se muitos deles já examinado, e se terem extraído excelentes tintas de diferentes cores (...)

O amor próprio não me cega a ponto de querer defender como acertadas as minhas resoluções; fiz o que pude e o que permitiam os meus talentos; não omitindo nenhuma daquelas diligências que me pareceram mais precisas para errar menos (...)

5. A Ilha de Santa Catarina e o Sul do Brasil. Defesa e povoamento. Possibilidades econômicas da região. Os efeitos econômicos da falta de gente.

Providências relativas ao sul do Brasil:

Guardei para último lugar o falar a V. Exa. da Ilha de Santa Catarina, estabelecida em um terreno muito fértil e abundantíssimo de águas, muitas excelentes madeiras, e com diferentes portos que são navegáveis (...)

Defesa: A guarnição que tem a ilha hoje é um regimento; é certo que este não basta não só para ter em respeito e defesa aqueles portos, mas até não poder, em caso de precisão, dar nenhum socorro ao Rio Grande; continuava a ser uma parte do meu sistema que o regimento de infantaria de Santos tivesse a sua assistência na Ilha de Santa Catarina, e me parece igualmente conveniente que a tropa ligeira fizesse ali também o seu quartel, porque deste modo não só se poderia acudir prontamente a qualquer invasão que se fizesse na Ilha de Santa Catarina, mas dali se reforçaria a Capitania do Rio Grande, e até a Capitania de São Paulo podia ficar em maior segurança, pois é certo que pelos confins da Capitania de Santa Catarina e Rio Grande é por onde os castelha-

nos podem com mais comodidade ir fazer alguns prejuizos àquela capitania (...)

Povoamento do Sul: Planos do Vice-rei

— agora pelo que diz respeito ao aumento daquelle capitania, era minha resolução não obrigar estes primeiros anos a que nenhum daqueles colonos houvessem de dar os seus filhos para soldados, obrigar a todos que se empregassem nas culturas das terras, cortes de madeira, novas plantações dos mesmos matos, e na construção de embarcações ainda que não fossem senão das pequenas, que costumam fazer o transporte e giro dos efeitos de uns portos para outros, por toda esta costa; e quando algum filho fosse desobediente a seu pai, ou quisesse viver na ociosidade, este por castigo o faria soldado, conservando-o nas tropas até que ele desse provas as mais evidentes de querer ir ajudar sua família, e querer fazer-se util ao Estado com o se aplicar àqueles serviços que pudessem ser tão úteis à Capitania;

Plano de incentivo aos casamentos:

— à tropa toda não só permitir os casamentos, mas mostrar ser do agrado do Vice-Rei e do Governador que eles procurassem aquele estado, e os que vivessem bem com a sua família, e que dessem já um certo número de filhos para sustentar, quando chegasse a este estado, se lhe daria baixa, e se lhe faria repartir terras, ou na mesma Capitania ou na do Rio Grande, aonde quer que as houvesse, para eles se estabelecerem, adiantando-lhes ao princípio aquele socorro que eles precisassem (...).

Possibilidades econômicas do Sul do Brasil:

Trigo: Aquelas províncias podem não só dar toda a farinha de trigo necessária para a América, evitando-se por esta sorte que da Europa nos venha um gênero de que tanto lá necessitam; mas promovendo-se esta lavoura, e dando-se as providências necessárias para os prontos transportes dos efeitos daquelle continente, poderemos mandar ainda para Europa uma grande porção desta mesma farinha.

Couros: Podem sair daquelle continente todos os anos para cima de duzentos mil couros, como os que vem da Espanha (...)

Queijos e Manteiga: Podem fornecer a todo o Brasil de excelentes queijos e manteiga, que se necessita, de sorte que estes dois gêneros, que os estrangeiros nos introduzem, pelos quais levam da América grosso cabedal, pode ficar entre nós.

Cochonilha e Cânhamo: Podemos tirar imensa cochonilha, por haverem muitos campos onde se produz, ainda sem cultura. O linho cânhamo produz

ali excelentemente, e chega, a um grande comprimento; porém nada disso se poderá conseguir sem que seja mudado o método que ali se acha estabelecido (...)

Consequências da Falta de Gente:

Como para aqueles portos navegam poucas embarcações, e todo aquele continente está muito falto de gente, os lavradores não cultivam a proporção da extração que pode ter o seu gênero; esta é a razão porque o trigo vem pouco para esta capital, porque, como não há bastantes embarcações em que ele venha, e estas querem grandes preços pelo frete de cada alqueire de trigo, e o continente tem pouco quem lhe dê consumo, os lavradores, para não perderem o seu gênero, não cultivam que muito pequenas porções.

A manteiga e queijos, a primeira, como tem falta de quem saiba fazer o sal, compram ali por grosso dinheiro, e por esta razão não sabem nem podem deitar a porção de sal que se necessita para se conservar por mais tempo, donde nasce perder o que se faz com muita facilidade, e satisfazem-se com o fazer tão somente aquela para o consumo do continente, e alguns barris, ainda que muito poucos, que mandam de presente para esta cidade (...)

Conclusão:

O que tenho tido a honra de repetir a V. Exa. neste papel é o que me parece mais essencial, assim do estado presente deste governo, como do que nele pratiquei. Todos os meus desacertos os emendará V. Exa. com aquela sábia e prudente mão, que faz brilhar os seus grandíssimos talentos, e por este modo poderão os povos e V. Exa. terem, eles as maiores fortunas e utilidades, e V. Exa. a glória que eu lhe desejo. Deus guarde a V. Exa. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1779.
Marquês de Lavradio
Ao Sr. Luís de Vasconcelos e Sousa.

A propósito das frotas cuja supressão em 1765 causou tantos transtornos ao comércio do Rio de Janeiro, e contudo representou um primeiro passo para a liberdade do comércio e seu subsequente desenvolvimento, temos o seguinte depoimento de Jacome Ratton em suas Recordações:

"Até o tempo do terremoto de 1755, eram as relações comerciais de Portugal com as nações estrangeiras, assim de importação como de exportação feitas por casas de comércio estrangeiras estabelecidas em Portugal; e mesmo parte do comércio de retalho, em lojas abertas dos mesmos estran—

geiros cumulativamente, com os nacionais; e somente o comércio com os portos do Brasil era feito pelos nacionais, conhecidos então pela denominação de comissários, mineiros, angolistas, etc.

As manufaturas do Reino se limitavam a panos de linho, linhas de Guimarães, chapéus de lã de Braga, e da terra da Feira, ferragens grossas de Braga, e de Guimarães, panos grossos de lã e saragoças; e quanto a sedas, havia muito poucas fornecidas pela fábrica moderna de Lisboa, além dos tafetas, e gorguros, próprios para mantos de que até então usavam as mulheres, fabricados em Bragança.

Todos os mais gêneros manufaturados, para consumo do reino e colônias, vinham de fora. Por isto se pode julgar quão imensa seria a dívida do comércio de Lisboa aos estrangeiros na referida época de 1º de novembro de 1755 cujo incêndio consumiu as mercadorias do provimento de Lisboa, e as províncias com aquelas destinadas para a frota que estava próxima a sair para o Brasil, cuja perda foi a causa da ruína de muitos comerciantes, e das providentes e humanas leis dos falidos, e de se não prender por dívidas.

A guerra em que estava Portugal com as potências barbarescas obrigava a fazer o comércio com o Brasil por frotas comboiadas por uma ou duas naus de guerra, das quais a primeira se chamava Almirante e a segunda Capitania.

Mais logo que se fez a paz com o rei de Marrocos, cedendo-se-lhe a praça de Mazagão, e se estabeleceu um cruzeiro no Estreito de Gibraltar contra os argelinos e tunesinos, principiou a fazer-se o comércio em navios soltos; pelo que aumentou a atividade do comércio colonial, navegação, e produtos coloniais a um ponto de prosperidade tal que jamais se poderia imaginar; encurtaram-se os prazos de crédito; fizeram-se os pagamentos mais exatos; em pregaram-se letras de câmbio e enfim os navios puderam fazer duas viagens em menos de um ano, quando no tempo das frotas apenas faziam duas em tres anos (Cf. Recordações, pag. 95-97).

Com as Instruções aos Governadores e Capitães-generais e o Relatório do Marquês de Lavradio cremos ter dado uma boa amostra da política econômica fisiocrática portuguesa aplicada ao Brasil, no período em que esteve à frente do Ministério da Marinha e Ultramar o ministro Martinho de Melo e Castro.

Se do ponto de vista da História os últimos anos desta administração ficaram maculados pelos eventos relacionados com a Conjuração Mineira; do ponto de vista da História do Pensamento Econômico, foram assinalados pelo aparecimento dos três primeiros tomos dos cinco que constituem as Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, que passamos a considerar.

Capítulo 14. As Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa: 1789-1815

a) Publicação do Tomo I

1. Dedicatória do Duque de Lafões

Um dos eventos mais importantes do ano de 1779 foi a fundação da Academia Real de Ciências. O entusiasmo dos seus fundadores contudo não bastou para que com brevidade ostentasse os seus frutos. Faltou-lhe apoio material e sofreu até a hostilidade de alguns que a podiam ter amparado.

Apesar dos inúmeros tropeços, em 1789, aparece o Tomo I das Memórias Econômicas da Academia; os outros quatro tomos apareceriam nos vinte e seis anos posteriores, com as seguintes datas: Tomo II (1790), Tomo III (1791), Tomo IV (1812) e finalmente o Tomo V (1815).

O Tomo I que abriu a série tem a seguinte página de rosto:

Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria, em Portugal e suas Conquistas.

Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.

Tomo I. Lisboa na Oficina da Academia Real das Ciências. MDCCCLXXXIX. Com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros.

Na dedicatória deste volume escreve o Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva (1719-1806).

"Senhora. A Academia das Ciências, sempre honrada e protegida por Vossa Majestade, toma a liberdade de oferecer-lhe o primeiro tomo das suas Memórias Econômicas.

Nele verá Vossa Majestade que longe de ter-se esquecido a Academia de dar execução às suas reais intenções, cada vez com mais zelo e maior eficácia se tem empregado em promover aqueles estudos, de que mais pronta utilidade se pode seguir à pátria e ao serviço de Vossa Majestade.

Queira Vossa Majestade aceitar benevolmente a oferta da Academia, e permita-me a mim, que também em qualidade de seu atual presidente, com o mais profundo respeito, tenha a honra de dizer—lhe que sou Senhora, de Vossa Majestade, o mais obediente e fiel vassalo. O Duque de Alafões".

A respeito de D. João Carlos de Bragança escreve Jacome Ratton nas suas Recordações, parágrafo 74, pág. 336-338:

"Do Duque de Alafões: Este título foi dado pela Rainha nossa senhora no princípio do seu reinado a D. João de Bragança, logo que ele chegou a Lisboa de volta das suas viagens, por diferentes partes da Europa, que principiou pouco depois do ter remoto de 1755.

Este príncipe entrou voluntário no serviço da Áustria, ignoro com que patente; e sua irmã D. Joana Perpétua, a qual ficou administrando a casa por morte do irmão primogênito, lhe fazia, segundo ouvi, as remessas de que precisava, e que não deviam ser muito grandes pelo pequeno rendimento da casa, e lhe haverem tirado as comendas, que nesta andavam. Contudo não me consta que andasse empenhado. As comendas lhe foram restituídas e ouvi até com os atrasados; e em atenção ao seu nascimento lhe fez a Rainha a mercê de outras, e o nomeou Marechal-general junto à Real Pessoa.

Depois da sua volta a Portugal, posto que já adiantado em anos, se conservou solteiro por mais sete ou oito, até que se resolveu a casar com uma irmã do atual Marquês de Marialva, da qual houve um filho e duas filhas. O filho teve o título de Duque de Miranda, e morreu menor de idade, ficando a filha mais velha herdeira da casa, e creio que com a mercê do título por haver já falecido seu pai.

Era o Duque muito civil e cortês para toda a qualidade de pessoa e de uma extrema bondade.

A ele se deve o estabelecimento da Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual foi presidente enquanto viveu; e neste estabelecimento foi muito ajudado pelo abade José Correia da Serra, a quem protegia dando-lhe uma pensão e hospedando-o no seu próprio palácio. Este abade Correia, homem de vasta erudição, eminente em História Natural, foi

logo criado secretário da Academia, lugar que sabiamente desempenhou até lhe chegar a notícia de que, sua pessoa não estava segura no país. O que o obrigou a ausentar-se furtivamente, perdendo nele os compatriotas um homem de tanto saber e merecimento, que em qualquer país faria falta.

Quanto aos cálculos militares do Duque de Lafões, e seus conhecimentos em Economia Política, nada direi por serem objetos alheios deste lugar, e pertencerem a quem escrever em épocas mais remotas a história do tempo.

Por falecimento do Marquês de Ponte de Lima, foi o Duque de Lafões nomeado mordomo-mor, e ministro assistente ao despacho. Porém depois da campanha de 1801, não exercitou mais estes empregos".

D. João Carlos de Bragança, 2º Duque de Lafões era filho segundo do infante D. Miguel (filho legitimado do rei D. Pedro II) e de sua mulher D. Luisa Casimira de Nassau e Sousa, filha do príncipe Carlos José de Ligne, e nasceu em Lisboa a 6 de março de 1719. O futuro D. João VI nomeou-o mordomo-mor (26-1-1801) e ministro assistente ao despacho, nesta qualidade gerindo sobretudo os negócios da Guerra. Responsabilizado pelo desastre da campanha de 1801, de que resultou a invasão de Portugal pelas tropas do Príncipe da Paz, D. Manuel de Godoy, o Duque de Lafões foi destituído de todos os seus cargos e substituído pelo marechal de Goltz. Retirou-se então para sua Quinta dos Alfinetes, a Braço de Prata, onde faleceu a 10 de novembro de 1806 (Cf. Joel Serrão, Dicionário de História de Portugal, tomo II: Lafões, pág. 651-652).

É de grande interesse o Discurso Preliminar com que o abade Correia da Serra abre o Tomo I das Memórias Econômicas, no qual expõe o programa da Academia.

2. Discurso Preliminar do Abade José Correia da Serra: O Programa da Academia.

"O clima feliz de Portugal, a sua situação, as suas conquistas, a variedade das suas produções, preparam a esta monarquia um alto grau de riqueza e poder, quando queira aproveitar suas vantagens.

Vê-las aproveitadas deverá ser o desejo de todo o bom português; e concorrer para que se aprovei

tem, o alvo do seu patriotismo.

O desejo da pública prosperidade pode ser igual em todos; basta para isso um coração leal, e bem intencionado. Não é o mesmo porém enquanto ao modo de concorrer para tão nobre fim, porque as circunstâncias e obrigações de cada indivíduo ou corporação lho fixam e limitam:

Dar providências, remover obstáculos, extirpar abusos, compete somente aos ministros do poder soberano; influir com grandes exemplos, intentar grandes estabelecimentos, cabe só na força dos ricos proprietários; propagar as luzes, que para este fim lhe suministra a natureza dos seus estudos, é tudo quanto podem e devem fazer as corporações literárias.

As ciências naturais, as exatas, e a literatura portuguesa são o assunto dos trabalhos da Academia. Pouca reflexão basta para ver que o conhecimento de quase todas as matérias que podem contribuir à prosperidade de Portugal, fica incluída nos limites das ciências que ela cultiva.

Destas é que o agricultor, o artífice, o fabricante, o navegador podem receber luzes, de que se aproveitem para a perfeição de seus ofícios, e nestas os que vigiam ao governo dos povos podem achar, ou novos produtos e artes que protejam, ou novas observações e descobrimentos, em que firmem o acerto de suas disposições em semelhantes matérias.

O primeiro passo de uma nação para aproveitar suas vantagens é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram o que de si produzem, o de que são capazes.

A História Natural é a única ciência que tais luzes pode dar; e sem um conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna, e riqueza de um povo.

A triste experiência do passado assaz nos mostra a necessidade de a estudarmos, porque a substância da nação, a sua riqueza vimos por largo tempo passar aos estranhos em troca de gêneros que ou de si cresciam em nossas terras, ou pouca indústria se precisava para naturalizá-los.

Dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitá-lo; escolher na imensa variedade das produções da natureza espalhadas por outras terras, novas plantas, animais e culturas análogas aos climas e terrenos que os portugueses habitam; dá-las a conhecer e facilitar a sua introdução, são bens que devem resultar dos trabalhos patrióticos da Academia e meios de adiantar a pública prosperidade, que mui propriamente lhe competem.

As artes todas não são mais do que uma aplicação do conhecimento da natureza às nossas precisões e utilidades; o seu adiantamento depende todo das ciências naturais, e das exatas e quanto mais estas têm sido cultivadas em cada povo, tanto mais as artes tem nele chegado ao seu auge.

O exame do estado atual das artes entre nós, o melhoramento dos métodos e máquinas, que nela se usam, a diminuição dos gastos, e a dos preços que daí resulta, os planos sólidos e calculados de canais de navegação e rega, de enxugar paúis, melhorar portos, os métodos de aperfeiçoar a nossa navegação, são outros bens que a Academia pode fazer a Portugal, bem análogos à natureza do seu instituto.

O estudo da literatura nacional parecerá porventura a alguns menos próprio que os precedentes, para o aumento da agricultura, das artes e da indústria; se esta observação é justa pelo que toca ao estudo da língua e da poesia, longe está de verificar-se pelo que respeita à História da Nação.

A história de cada povo parece-se com a vida dos indivíduos, por serem uma e outra série de ações motivadas por modos diversos de discorrer e de de sejar, que lhes tem sido próprios e habituais. Os erros em ambas produzem erros, e os acertos seguem-se aos acertos.

Mas um homem pode examinar toda a sua vida e aproveitar-se do que lhe aconteceu para conduzir-se melhor e regular suas ações; nas nações pelo contrário cada geração conhece tão somente a si mesma, sem que os erros das que passaram lhe sirvam ordinariamente de proveito.

Toca aos que aprofundam os antigos sucessos, fazer este exame, e dar a conhecer o que já nos serviu de proveito, ou de ruína, e as causas porque crescemos, ou diminuimos, em número, em forças, em luzes, em riquezas.

O conhecimento do que a nação é, e do que pode ser, pelo que tem sido, é dos mais úteis para a sua felicidade, e só pode esperar-se dos esforços unidos de um corpo tal como a Academia.

Vasto é o campo de trabalho que esta sociedade tem ante seus olhos e poucos anos nos não bastam para desempenhar cabalmente tão grande e tão variado assunto.

As observações particulares de cada sócio, a resolução das questões propostas à pública indagação, as experiências, e as viagens custeadas, ou dirigidas pela Academia, podem abrir o caminho e vulgarizar o gosto de tão úteis matérias.

Os socorros de luzes, de observações, de experiências que se devem esperar de todos os bons compatriotas podem acelerar os progressos, mas a Real

proteção, única base das forças da Academia é que somente pode proporcionar-lhas a tão grande fim, à medida que as suas utilidades se forem mostrando.

Estudar para comunicar o fruto dos seus estudos, e facilitar aos povos o seu uso, com alguns prêmios que os excitam, é tudo que a Academia pode fazer para a pública prosperidade. Toca aos particulares aproveitar-se das instruções e fazer que elas sejam frutuosas.

É de esperar que em um século em que a indústria começa a despertar-se em Portugal, e a agricultura, as artes e o comércio vão sendo objetos da pública curiosidade, não sejam de todo baldados os seus esforços.

Seja, porém qual for a atenção que os contemporâneos devem às produções e às diligências da Academia, servirão estas sempre para mostrar à nossa Augusta Soberana o zelo desta sociedade para a glória do seu reinado e para o seu real serviço; e à justa posteridade que a Academia contribuiu quanto pôde, para que o século de Maria I, século da paz, de justiça e de tranquilidade, fosse igualmente o século das ciências, das artes, e da útil sabedoria entre os portugueses.

José Correia da Serra".

As Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa e as Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações e principalmente Portugal, 3 volumes, de 1803 a 1805, de Joaquim José Rodrigues de Brito, lente da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, constituem os grandes monumentos do fisiocratismo português.

Trataremos de Joaquim José Rodrigues de Brito mais adiante em conexão com os Princípios de Economia Política (1804) de José da Silva Lisboa, restando-nos neste passo apenas conhecer o conteúdo dos cinco volumes das Memórias Econômicas da Academia o que nos permitirá constatar o sentido extremamente amplo e prático que se dava aos estudos econômicos nessa época. Vejamos o conteúdo das Memórias Econômicas:

b) Sumários dos Tomos I, II e III das Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa

1. Sumário do Tomo I (1789)

- (1) Memória sobre a guaxima, José Henriques Ferreira.
- (2) Memória sobre a ferrugem das oliveiras, Domingos

Vandelli. (3) Memória sobre os grandes benefícios do sal comum em geral e em particular do sal de Setubal, comparado experimentalmente com o de Cádiz, e por analogia com o de Sardenha e o de França, José Joaquim Soares de Barros. (4) Memória sobre o algodão, sua cultura e fabrico, João de Loureiro. (5) Memória sobre a agricultura e população da província do Alentejo, Antonio Henriques da Silveira. (6) Memória sobre as causas da diferente população de Portugal nos diversos tempos da monarquia, José Joaquim Soares de Barros. (7) Memória sobre a transplantação das árvores mais úteis de países remotos, João de Loureiro. (8) Memória sobre a agricultura deste Reino e das suas conquistas, Domingos Vandelli. (9) Memória sobre algumas produções naturais deste Reino das quais se poderia tirar utilidade, Domingos Vandelli. (10). Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam, Domingos Vandelli. (11) Memória sobre as verdadeiras causas porque o luxo tem sido nocivo aos portugueses, José Veríssimo Alvares da Silva. (12) Memória sobre as produções naturais do Reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas ou manufaturas Domingos Vandelli. (13) Memória sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem e especialmente da portuguesa, Rodrigo de Sousa Coutinho. (14) Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas, Domingos Vandelli. (15). Ensaio de descrição económica de Coimbra e seus arredores, Manuel Dias Baptista. (16) Memória sobre a antiga fábrica de pedra-ume da Ilha de São Miguel, João Antonio Júdice. (17) Ensaio de descrição física e económica da Comarca dos Ilhéus da América, Manuel Ferreira da Câmara. (18) Memória agronômica relativa ao Conselho de Chaves, José Inácio da Costa. (19) Memória sobre a mina de chumbo do rio Pisco, João Botelho Lucena Almeida Beltrão. (20) Memória sobre a fábrica real do anil da Ilha de Santo Antão, João da Silva Feijó.

Merecem destaque neste Tomo I, as memórias econômicas da autoria de Domingos Vandelli, sob os números de ordem: 8, 9, 10, 12, 14; a de José Veríssimo Alvares da Silva: 11 ; a de D. Rodrigo de Sousa Coutinho: 13; e a do brasileiro Manuel Ferreira da Câmara: dezessete.

2. Sumário do Tomo II (1790)

(1) Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras de ano para o comércio intrínseco, Tomás Antonio de Vila Nova Portugal. (2) Memória sobre a cultura das vinhas de Portugal, Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (3) Memória sobre a cochoilha do Brasil, Joaquim de Amorim Castro. (4) Memória sobre o paul de Otta suas causas e seu remédio, Estevão Cabral. (5) Memória sobre os danos causados pelo Tejo nas suas ribanceiras, Estevão Cabral. (6) Observações feitas por ordem da Real Academia de Lisboa acerca do carvão de pedra que se encontra na freguezia da Carvoeira, Manuel Ferreira da Câmara. (7) Memória acerca da cultura e utilidade dos castanheiros na comarca de Portalegre, Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira. (8). Memória sobre os azinheiros, so veiros e carvalhos da Província do Além-Tejo, onde se trata da sua cultura, e dos melhoramentos, que no esta do atual podem ter, Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira. (9) Memória sobre as fábricas de ferro de Figueiró, Jo sé Martins da Cunha Pessoa. (10) Memória sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias, José Bonifácio de Andrada e Silva. (11) Memória sobre a cultura dos terrenos baldios que há no termo da Vila de Ou rem, Tomás Antonio de Vila Nova Portugal. (12) Memória sobre as várias misturas de matérias vegetais na fatura dos chapéus, Domingos Vandelli. (13) Memória sobre o modo de aproveitar o carvão de pedra e os paus betuminosos deste Reino, Domingos Vandelli.

Neste tomo devemos destacar os seguintes colaboradores: Tomás Antonio de Vila Nova Portugal com as memórias de núme-

ro 1 e 11; Joaquim de Amorim Castro: 3; Manuel Ferreira da Câmara: 6; José Bonifácio de Andrada e Silva: 10; e Domingos Vandelli: 12 e treze.

3. Sumário do Tomo III (1791)

(1) Memória sobre a utilidade dos conhecimentos de química enquanto aplicados à arte de construir edifícios, Alexandre Antonio das Neves Portugal. (2) Memória sobre o encanamento do rio Mondego, Domingos Vandelli. (3) Memória sobre as aguardentes da Companhia Geral do Alto Douro, José Jacinto de Sousa. (4) Descrição Econômica do Território que vulgarmente se chama Alto Douro, Francisco Pereira Rebelo da Fonseca. (5) Memória sobre o estado da agricultura e comércio do Alto Douro. (6) Memória sobre a causa da doença chamada ferrugem que vai passando nos olivais de Portugal, Antonio Soares Barbosa. (7) Memória sobre os danos do Mondego no campo de Coimbra e seu remédio, Estevão Cabral. (8) Memória sobre os juroz relativamente à cultura das terras, Tomás Antonio de Vila Nova Portugal. (9) Descrição econômica da Torre de Moncorvo, José Antonio de Sá. (10) Memória sobre o tanque e torre, no sítio chamado em Lisboa Amoreiras, pertencentes às Águas Livres, Estevão Cabral. (11) Observações que seria útil fazerem-se para a descrição econômica da comarca de Setúbal, Tomás Antonio de Vila Nova Portugal. (12) Extrato das posturas da Vila de Azeitão, comarca de Setúbal, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira. (13) Observação sobre o mapa da povoação do termo da Vila de Azeitão, Tomás Antonio de Vila Nova Portugal. (14) Memória sobre a cultura do rícino em Portugal e manufatura do seu óleo, Vicente Coelho de Seabra Silva Teles. (15) Apontamentos sobre as queimadas enquanto prejudiciais à agricultura, Alexandre Antonio das Neves Portugal. (16). Memória sobre a decadência da pescaria de Monte Gordo, Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (17) Memória sobre as Águas -Livres, Domingos Vandelli. (18) Memória sobre o preço do açúcar, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. (19)

Memória sobre o malvarisco do distrito da Vila Cachoeira no Brasil, Joaquim Amorim de Castro.

Neste tomo III, último a sair antes da Rainha D. Maria I ser acometida da moléstia que a obrigou a deixar o governo efetivo ao Príncipe do Brasil D. João, destacamos os seguintes colaboradores: Tomás Antonio de Vila Nova Portugal: 8, 11, 13; Domingos Vandelli: 2, 17; Joaquim Amorim de Castro: 19; e José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho: dezoito.

c) O Bispo de Elvas e Inquisidor Geral, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821), em outro tempo, Bispo de Pernambuco: Economista.

1. Introdução

Antes de passarmos ao conteúdo dos demais tomos destas Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, convém abrir um espaço para assinalar o grande vulto de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que se inaugura como economista publicando neste tomo III, sob o número 18, a sua Memória sobre o preço do açúcar, como deixamos sublinhado acima.

Este escrito do brasileiro Azeredo Coutinho aparece no momento em que a conjuntura do mercado mundial do açúcar, e dos demais produtos tropicais, principiava a mostrar-se favorável em extremo aos portugueses, e isto devido a fatores meramente circunstanciais, que remontam ao ano de 1789.

Neste ano, como dissemos aparece o primeiro volume das Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa, e no mesmo tempo inicia-se na França, a Revolução, evento formidável, que não deixou de repercutir nas suas colônias agrícolas produtoras de artigos tropicais.

Em 1789, as revoltas dos escravos no Haiti destroem a economia desta próspera colônia francesa, modificando profundamente a situação no mercado açucareiro.

Principia então uma larga fase de prosperidade para os produtos de exportação do Brasil, que se estenderá até o primeiro quartel do século XIX:

"O valor das exportações de açúcar, com efeito, mais que duplicará na etapa das guerras napoleônicas. A atividade industrial da Inglaterra é intensa durante esses anos de guerra, e a procura de algodão cresce fortemente. Seguindo o Maranhão, o Nordeste dedica recursos à produção desse artigo. As dificuldades surgidas nas colônias espanholas também repercutem no mercado de produtos tropicais e couros. Dessa forma, praticamente todos os produtos da colônia se beneficiam de elevações temporárias de preços " (Cf. Celso Furtado - Formação Econômica do Brasil, 1961, pág. 110).

Portanto, no início desta longa fase de prosperidade é que aparece, no Tomo III das Memórias Econômicas da Academia, a excelente Memória sobre o preço do açúcar do acadêmico José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, fluminense, e um dos grandes economistas portugueses, depois dos que floresceram na época da Restauração e nos reinados de D. Pedro II e de D. João V (Duarte Ribeiro de Macedo, Alexandre de Gusmão, o Cardeal da Mota, D. Luís da Cunha e outros tantos)

2. A Memória sobre o preço do açúcar

Propugnando por que se deixasse aos agricultores a plena liberdade de se aproveitarem das circunstâncias extraordinárias do mercado açucareiro, escrevia Azeredo Coutinho, neste seu papel de 1791:

"Todos sabem do alto preço a que tem subido o açúcar em toda a Europa, pela desgraçada revolução das colônias francesas, nossas maiores rivais neste gênero de agricultura, e pelas grandes inundações que tem havido nas colônias espanholas e nas inglesas, pelos furacões de vento muito fortes.

Portugal como uma das primeiras nações agricultoras e comerciantes deste gênero, tem tirado e irá tirar do grandes interesses, enquanto as circunstâncias não mudarem. É agora um problema, se se deve ou não taxar o açúcar".

Procurando a solução deste problema D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho discorre longamente antes de chegar à conclusão:

"Os holandeses, tendo aprendido dos portugueses em Pernambuco a fabricar o açúcar, depois de expulsos

desta Capitania pelos pernambucanos em 1654, foram ensinar aos franceses da ilha de Guadalupe e da Martinica, e aos povoadores das outras ilhas daquele arquipélago, e pelo mesmo tempo estabeleceram também os ingleses fábricas de açúcar nas ilhas de São Cristóvão e de Barbada.

Mas ao tempo em que as nossas fábricas de açúcar se achavam já muito melhoradas, com mais de noventa e sete anos de adiantamento do que as de todos os estrangeiros, e nós quase senhores únicos deste comércio, se descobriram, para nós desgraçadamente, as minas de ouro, que nos fizeram desprezar as verdadeiras riquezas da agricultura, para trabalharmos nas de mera representação.

A riqueza daquelas minas, que tanto tem aumentado a indústria dos estrangeiros, chamou a si quase todos os braços das nossas fábricas de açúcar: este cego abandono fez que elas fossem logo em decadência (...).

Portugal perdeu, em consequência, a superioridade da sua agricultura e do seu comércio pela cegueira com que correu atrás de uma representação e de uma sombra de riqueza, sem ver que deixava atrás de si o precioso corpo que ela representava: sem dúvida porque a sombra parece muitas vezes maior do que o corpo.

Perdeu Portugal, em consequência, a superioridade da sua marinha, porque um navio carregado de ouro não ocupa tantas naus nem tantos mil homens como uma frota de igual valor carregada de açúcar, cacau, café, trigo, arroz, carnes, peixes salgados, etc.

A revolução inesperada, acontecida nas colônias francesas, é um daqueles impulsos extraordinários com que a Providência faz parar a carreira ordinária das coisas; agora, pois, que aqueles colonos estão com as mãos atadas para a agricultura, antes que eles principiem nova carreira, é necessário que apressemos a nossa.

O interesse é a alma do comércio, e como ele tanto anima ao francês como ao português, é necessário deixar-lhe toda a liberdade ao subido preço do açúcar; quanto ele mais subir, mais se aumentarão as nossas fábricas e o nosso comércio.

Enquanto os estrangeiros reformam ou fazem de novo as suas fábricas e plantações, já nós lhes levamos a vantagem do melhor estado das nossas; e se nós trabalharmos com indústria e forças iguais às dos nossos rivais, por isso que temos a natureza em nosso favor, ou sempre os havemos de exceder em dobro, ou eles nos hão de ceder o campo.

Para maior adiantamento do comércio do açúcar, deve-se também promover a cultura do cacau, canela,

baunilha e café: todos estes gêneros dão as mãos entre si; quanto mais se aumentar o gosto destes, tanto mais necessária se fará uma maior abundância daquele.

Todos eles nascem e produzem muito no Brasil; o café, principalmente, vindo do Rio de Janeiro, é superior ao melhor vindo de Moca; repetidas experiências feitas por bons conhecedores lhe tem dado toda a preferência.

A canela do Brasil precisa de socorro superior; seria necessário rebaixar-lhe os direitos das alfândegas, e proibir-se a que vem dos estrangeiros; e, se é verdade, como se diz, que os naturais das Molucas não estão contentes com os holandeses, bem pode ser que esta desordem entregue mais depressa a Portugal a superioridade deste comércio, pela muita abundância com que a natureza, sem indústria nem trabalho, produz a canela no Brasil.

Em suma, a ocasião agora nos desafia: ela é ligeira e volúvel; se se não lança mão dela, foge, voa e desaparece" (Cf. J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho - Obras Economicas, 1966, pág. 175-185).

José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho nasceu na vila de Campos, da Capitania do Rio de Janeiro, a 8 de setembro de 1743, e faleceu em Lisboa a 12 de setembro de 1821.

Na "Relação dos Estudantes da Universidade de Coimbra, nascidos no Brasil", Azeredo Coutinho aparece sob o nº 113:

"José Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho
Filho de Sebastião da Cunha Coutinho Rangel
N. Rio de Janeiro, 1742.
Direito: 23-XII-1775
Formou-se em Filosofia em 11-VI-1779 e em Direito em 2-VII-1780.

Foi, portanto, contemporâneo de José da Silva Lisboa, em Coimbra e já contava 33 anos de idade ao iniciar seus estudos universitários (Cf. Sacramento Blake, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, 4º volume, págs. 475-480; Cf. Innocêncio - Dicionário Bibliográfico Português, tomo IV, págs. 384-386).

3. O Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal ...

Em 1794, Azeredo Coutinho publicou a sua segunda e principal obra no campo da Economia Política, que traz o título: "Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias oferecido ao Sereníssimo Príncipe do Brasil, Nosso Senhor e publicado de Ordem da Academia Real das Ciências pelo

seu sócio José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Lisboa na Oficina da mesma Academia, 1794, Com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros.

Este Ensaio, escreve Moses Bensabat Amzalak, "foi excelentemente acolhido, exposto e analisado na Decade Philosophique, Litt et Politique, nº 22, e na Monthly Review, mês de agosto de 1803" (Cf. Amzalak, 1928, pág. 154).

Teve uma segunda edição em 1816, e uma terceira em 1828. Foi traduzido para o inglês em 1801 e para o alemão em 1808 (Cf. Sérgio Buarque de Holanda (ed), 1966, pág.314-318).

4. A "Analyse sur la justice..."

Em 1798, diante da recusa da Academia em aprovar uma sua análise publica-a em francês, em Londres, com o seguinte título: "Analyse sur la justice du commerce du rachat des esclaves de la Côte d'Afrique. Par Joseph-Joachim da Cunha de Azeredo Coutinho, Portugais. Londre. De L'Imprimerie de Baylis, Greville-Street, Holborn (...) 1798".

Durante a invasão francesa publicou-a em português com o título:

"Análise sobre a justiça do comércio do resgate de escravos da costa da África, novamente revista e acrescentada por seu autor D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas, em outro tempo Bispo de Pernambuco, eleito de Miranda e Bragança, do Conselho de Sua Majestade, Lisboa. Ano 1808. Na Nova Oficina de João Rodrigues Neves. Por Ordem Superior".

5. O Discurso sobre o estado atual das minas ...

Em 1804 publicou o Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil dividido em quatro capítulos:

No primeiro mostra-se que as minas de ouro são prejudiciais a Portugal.

No segundo mostra-se a necessidade que há de se estabelecerem escolas de mineralogia nas praças principais das capitâneas do Brasil.

No terceiro aponta-se o meio para se facilitarem as descobertas da história natural e dos ricos tesouros das colônias de Portugal.

No quarto apontam-se os meios de se aproveitarem as produções e a agricultura do continente das minas, que, aliás, é já perdido para o ouro.

Por José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho
Lisboa, na Impressão Régia. Ano 1804.

Por ordem superior (Cf. Obras Econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho: 1794-1804. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1966).

Antes de iniciarmos o estudo dos aspectos da atividade literária de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, na segunda parte desta dissertação, vejamos, para completar, o conteúdo dos dois últimos tomos das Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa, publicados já no século XIX, em 1812 e 1815:

d) As Memórias Econômicas da Academia de Ciências de Lisboa
(continuação)

1. Sumário do Tomo IV (1812)

(1) Discurso acadêmico do programa: Determinar com todos os seus sintomas as doenças agudas e crônicas, que mais frequentemente acometem os pretos recém-tirados da África; examinando as causas da sua mortandade depois da chegada ao Brasil; se talvez a mudança de clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago; e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo, prevenindo-o, e curando-o; tudo isto deduzido da experiência mais sisuda e fiel, Luís Antonio de Oliveira Mendes. (2) Memória sobre o sal gema das ilhas de Cabo Verde, Domingos Vandelli. (3) Memória sobre o modo de obter e conservar água da chuva de ótima qualidade, Estevão Cabral. (4) Memória sobre a gravidade específica das águas de Lisboa e seus arredores, Alexandre

Antonio Vandelli. (5) Memória sobre as plantas de que pode fazer a barrilha entre nós, Manuel Arruda da Câmara. (6) Memória sobre o estabelecimento da cultura do quenopódio marítimo, donde se tira a barrilha de soda, Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (7) Análise química de várias raízes para extrair farinha ou polvilhos, José Pinto Ribeiro. (8) Memória sobre as dificuldades das fundições e refinações nas fábricas de ferro, para ganhar este metal na maior quantidade e da melhor qualidade para os diferentes fins, Guilherme B. de Eschwege. (9) Memória sobre os hospitais do Reino, José Joaquim Soares de Barros. (10) Memória sobre a criação e vantagens do gado cabrum em Portugal, Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira. (11) Memória sobre qual convém ser a jeira portuguesa, Joaquim de Foyos. (12) Memória sobre as marinhas de Portugal, Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (13) Memória sobre o papel, Estevão Cabral. (14) Memória sobre o nitro, e utilidade que dele se pode tirar, José Martins da Cunha Pessoa. (15) Memória sobre o modo de aumentar o número das fontes, e de multiplicar o número delas. (16) Memória em que se expõe a análise do sal comum das marinhas de Portugal, Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (17) Memória sobre a preparação do peixe salgado e seco das nossas pescarias, Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (18) Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal, Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (19) Memória sobre algumas observações feitas no ano de 1780 relativas ao estado da pescaria entre Douro e Minho, Constantino Botelho de Lacerda Lobo. (20) Extrato da memória sobre o destroço em que acham as criações de gado vacum, João Manuel de Campos e Mesquita.

2. Sumário do Tomo V (1815)

(1) Memória sobre a introdução das gadanhas alemãs e flamengas em Portugal, Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira. (2) Memória sobre a cultura e utilidade dos nabos na comarca de Trancoso, João Manuel Campos de Mesquita. (3) Memória sobre os terrenos cobertos, o seu prejuizo na agricultura, e sobre os diferentes

métodos de tapumes, Sebastião Francisco Mendo Trigo-
so. (4) Memória sobre o estado das pescarias da cos-
ta do Algarve no ano de 1790, Constantino Botelho de
Lacerda Lobo. (5) Observações botânico-meteorológi-
cas do ano de 1800 feitas em Tomar, José Veríssimo
Álvares da Silva. (6) Memórias sobre a urzela de Cabo
Verde, João da Silva Feijó. (7) Memória sobre o mo-
do de formar um plano de estatística de Portugal, Vis-
conde da Lapa (Manuel de Almeida). (8) Ensaio econô-
mico sobre as ilhas de Cabo Verde em 1799, João da
Silva Feijó. (9) Memória Histórica sobre a agricultu-
ra portuguesa considerada desde o tempo dos romanos
até o presente, José Veríssimo Álvares da Silva. (10)
Memória sobre a descrição física e econômica do lu-
gar da Marinha Grande, Visconde de Balsemão (Luís Pin-
to de Sousa Coutinho). (11) Memórias sobre a preferên-
cia do leite de vacas ao leite de cabras para o sus-
tento das crianças dos expostos, e sobre algumas ou-
tras matérias, que dizem respeito à criação deles, Jo-
sé Pinheiro Freitas Soares. (12) Memória sobre os pe-
sos e medidas e sobre a introdução do sistema métrico
-decimal, Sebastião Francisco Mendo Trigo-
so. (Cf. Do Estudo e da Evolução das Doutrinas Econômicas em Por-
tugal, por Moses Bensabat Amzalak, Professor do Insti-
tuto Superior de Comércio de Lisboa, Sócio Correspon-
dente da Academia de Ciências de Lisboa e do Institu-
to de Coimbra, Lisboa, 1928: Comunicação feita à Aca-
demia das Ciências de Lisboa na sessão da 2ª classe
de 22 de março de 1928).

A publicação dos três primeiros tomos das Memórias Eco-
nômicas foram sem dúvida um dos últimos acontecimentos culturais
de que pôde tomar conhecimento a Rainha D. Maria I, antes de ser
acometida pela moléstia que a afastou dos negócios do governo.

O início do seu reinado também fora marcado por um
grande evento cultural, a reedição das Décadas da Ásia de João
de Barros, que saíram com o seguinte título:

Da Ásia de João de Barros e de Diogo de Couto. Nova
Edição oferecida a sua Majestade D. Maria I. Rainha
Fidelíssima, etc, etc, etc.

Lisboa. Na Régia Tipográfica, Ano MDCCLXXVIII.
Com Licença da Real Mesa Censória, e Privilé—
gio Real (24 volumes)

A dedicatória está datada de Lisboa 25 de feve
reiro de 1778 e assinada pelo "Humílmo Servo Nicolao
Pagliarini, Diretor Geral da Régia Oficina Tipográfica".

QUARTA PARTE

Quarta Parte: A ATIVIDADE LITERÁRIA DO VISCONDE DE
CAIRU

Capítulo 15: José da Silva Lisboa, Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção	180
Capítulo 16: Adam Smith	184
Capítulo 17: A Atividade literária de José da Silva Lisboa	185
a) Início da Atividade literária (1781 a 1793)	185
1. Carta... para Domingos Vandelli...	186
2. In Laudem Augustissimae Reginae...	186
3. O Inventário	187
b) Obras de Direito e Econômicas (1799 a 1804)	187
1. A obra magna de José da Silva Lisboa (1798)	187
2. A primeira obra econômica (1804)..	191
Capítulo 18: Aspectos da Atividade Literária de José da Silva Lisboa: De 1781 a 1835	
a) Introdução à Relação das Obras	194
1. Divisão temática das obras do Visconde de Cairu	194
2. Lista das obras: Fontes	197
3. Cronologia das obras: periodização e conteúdo temático	203
b) Relação das Obras de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835)....	209
c) Lista das Obras Econômicas	210
I. Obras de Economia Política	211
II. Obras de Política Econômica	211
a) Obras de defesa da política liberal de D. João VI	211
b) Obras de defesa das relações comerciais anglo-portuguesas.....	212
c) Panegíricos da política econômica liberal de D. João VI.....	212
d) Outros	212
Capítulo 19: O Visconde de Cairu e a Crítica Literária	214
CONCLUSÃO	217

A ATIVIDADE LITERÁRIA DO VISCONDE DE CAIRU

Capítulo 15. José da Silva Lisboa, Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia

Em 24 de março de 1795, faleceu em Lisboa, aos oitenta e três anos de idade, o sisudo Ministro da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, que ocupava este posto desde 1770.

Luís Pinto de Sousa Coutinho, futuro Visconde de Balsemão, encarrega-se, então, interinamente, dos negócios da Marinha e Ultramar, acumulando esta pasta com a da Guerra e Estrangeiros, que assumira em 1788.

Ao iniciar o novo ministério, Luís Pinto de Sousa chama a Lisboa o seu antigo secretário da Embaixada de Londres, Antonio de Moraes Silva, que, recém casado, acabara de fixar residência em Pernambuco.

F.A. Pereira da Costa em sua biografia do dicionarista esclarece sobre o casamento de Moraes Silva e sua mudança para o Brasil:

"No dia 7 de setembro de 1794, teve lugar na cidade de Lisboa o ato solene do seu enlace matrimonial com D. Narcisa Pereira da Silva.

Por essa época fora seu sogro (...) despachado comandante de um dos regimentos de linha da guarnição de Pernambuco, e Moraes Silva, acompanhando-o, fixou-se no Recife e abriu banca de advogado. Foi isto em fins de 1794 ou princípios de 1795.

Logo veio-lhe da corte, com surpresa sua, o despacho de juiz de fora da Paraíba, mas atuando no seu espírito a resolução que tomara de gozar de uma vida completamente independente, não aceitou a nomeação, e continua a sua faina de advogado, dispondo já de grande clientela e do alto conceito a que fizeram juízo o seu caráter e a celebridade do seu nome.

Mas, subindo ao Ministério (da Marinha e Ultramar) o Visconde de Balsemão, seu particular amigo desde o tempo da sua embaixada em Londres, imediata e insistentemente o convidou a que sem demora partisse para Lisboa.

Grato ao muito que devia a tão distinto cavalheiro, e aquilatando, como lhe cumpria essa nova manifestação de distinção que acabava de lhe conferir (...) resolveu Moraes e Silva ir pessoalmente agradecer ao seu protetor, e desculpar-se por não lhe ser possível co

laborar com ele no ímprobo ofício de estadista. E efetivamente, apenas com seis meses de casado, deixou sua jovem consorte em Pernambuco em companhia de seus pais, e tomou caminho de Lisboa no primeiro navio que partiu para o Reino.

Empreendendo essa viagem, apenas por um dever de cortesia, levava ele a inabalável resolução de não aceitar nenhum partido por mais vantajoso que fosse, a ideia fixa de regressar o mais breve possível. Efetivamente foram baldadas as instâncias do ministro de Estado para o ter junto a si, e o mais que pôde conseguir foi obriga-lo a receber o despacho de juiz dé fora e provedor dos ausentes da Cidade da Bahia.

Moraes Silva regressa então para o Brasil, e to—mando em Pernambuco sua família segue para o seu destino.

Chegando à Bahia em fins de 1795 e entrando no exercício de seu cargo, Moraes conquistou logo merecida reputação pelos seus dotes intelectuais e pelo zelo inexcusável no cumprimento dos seus deveres, e mais ainda, pela sua probidade, o que nesse tempo era moeda difícil de encontrar-se em magistrados, de cuja venalidade e corrupção há ainda tradições bem vivas" (Cf. Pereira da Costa, Notícia Biográfica do Dr. Antonio de Moraes Sil-
va, pag. 27-29).

Esta ida de Moraes Silva a Lisboa coincide com o término da Campanha de Roussillon, em que as tropas luso-espanholas atacaram no próprio território francês os exércitos da Revolução. Esta intervenção portuguesa na França ao lado da Espanha fora resultado dos esforços de Luís Pinto que culminaram com a convenção de 14 de julho de 1793.

A Campanha de Roussillon marcou o término da neutralidade portuguesa, com relação à França revolucionária, e o início dos desastres que levariam à transferência da Corte para o Brasil. Terminou esta guerra pela paz de Basileia, assinada pela Espanha, em 22 de julho de 1795, sem consulta prévia a seu aliado português e por esforços do ministro espanhol D. Manuel de Godoy.

Em fins de 1795, é a vez de José da Silva Lisboa seguir para o Reino, a chamado de Luís Pinto de Sousa sendo muito provável que tenha sido o próprio Moraes Silva, quem lhe trouxe a licença da Cadeira de Filosofia Racional e Moral a fim de poder seguir viagem.

Em 1º de março de 1796, o governador D. Fernando José de Portugal participava a Luís Pinto de Sousa ter recebido a comunicação da prorrogação desta licença concedida ao professor régio de Filosofia (Cf. Inventário, doc. 16.538).

Em 13 de maio de 1796 é criado em Lisboa, um Porto Franco. Sobre isto escreve Ratton:

"A primeira proposta de se criar em Lisboa um estabelecimento de depósito para Porto Franco, foi feita de Turim a S.M. pelo seu ministro naquela corte, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cuja proposta se dignou a mesma Soberana remeter a Real Junta, para ali se ver, examinar, e consultar como melhor parecesse; o que assim se cumpriu, adotando-se a proposta como muito útil".

Ainda neste ano de 1796, Luís Pinto de Sousa Coutinho expediu um aviso ao mesmo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para que sem perda de tempo se apresentasse no Reino. Os termos do aviso eram bastante ambíguos de modo que D. Rodrigo não se atreveu a trazer consigo sua mulher (italiana) e filhos. Chegando a Lisboa recebeu a nomeação de ministro efetivo dos negócios da Marinha e Ultramar por decreto de 7 de setembro de 1796.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho era filho de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, e foi um dos primeiros alunos do Colégio dos Nobres e da Universidade de Coimbra depois da reforma de onde saiu com grandes créditos, pelo que a Rainha o mandou para a Corte de Turim, com o caráter de Ministro plenipotenciário de Portugal, aonde casou, escreve Jacome Ratton. E acrescenta:

"Ouvi que (de Turim) se correspondia privadamente com o príncipe D. José, que Deus tenha em glória; e ouvi outrossim que os seus ofícios para sua Magestade a Rainha nossa senhora eram cheios de arbitrios, até que pela mesma senhora foi chamado para Ministro da Secretaria do Ultramar, na ocasião em que faleceu Martinho de Melo e Castro, em cuja secretaria lhe succedeu o Visconde de Anadia, por ser o dito D. Rodrigo promovido para a repartição da Fazenda, objeto da sua predileção, e para o qual era geralmente preconizado" (Cf. Recordações, pag. 165-166).

Em 1797, por interferência deste ministro José da Silva Lisboa, ainda em Portugal, consegue a sua jubilação da ca-

deira de Filosofia, sendo nomeado em seguida Secretário e Deputado da Mesa da Inspeção nos seguintes termos:

"Atendendo ao merecimento e préstimo do bacharel José da Silva Lisboa, professor emérito de Filosofia (da cidade da Bahia): hei por bem de o nomear Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da mesma cidade lugar que sou servida criar de novo, vencendo o ordenado de Inspetor e em atenção ao maior trabalho da Secretaria vencera os emolumentos proís e precalços anexos a guarda do Arquivo e Expediente da Mesa, conservando-se-lhe o ordenado da cadeira que teve em jubilação, por ser graça de serviços feitos em outra carreira: o que assim fareis executar (...). Palácio de Queluz, 4 de setembro de 1798. Príncipe. Para D. Fernando José de Portugal".

Tomou posse em 27 de julho de 1798, o que faz crer que José da Silva Lisboa tenha permanecido em Portugal de fins de 1795 ao início de 1798 (Cf. E. Vilhena de Moraes, Cairu, pág. 42).

Por um ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia (que substituiu D. Rodrigo na pasta da Marinha e Ultramar, em 1801), pode-se saber quais as funções que compunham a José da Silva Lisboa como Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção:

"Com as mencionadas alterações e ampliações é hoje a Mesa da Inspeção uma Junta a que preside o Intendente Geral do Curo da Capitania, composta de 4 deputados, 2 pela lavoura e 2 pelo commercio, e um Secretário, igualmente deputado, o qual exercita privativamente as seguintes funções:

- 1º Inspecta os açúcares e determina as suas qualidades.
- 2º Cuida na descarga, arrecadação, exames, qualificações, peso dos tabacos, e vigia sobre o seu extravio.
- 3º Nomeia administradores dos bens dos negociantes que faleceram sem testamento, deixando credores ou sócios comerciantes.
- 4º Arrecada no cofre da sua administração os direitos de saída da escravatura de Angola.
- 5º Dirige a negociação da Costa da África.
- 6º Examina o algodão e lhe marca as suas diversas qualidades.

Reduz-se, portanto, a minha informação a refletir, 1º que o bom exercício de tais cuidados ou ofícios privativamente concedidas a Mesa da Inspeção são necessa—

rios e não prejudiciais ao comércio colonial; 2º que a mesma Mesa corrigida de alguns vícios e defeitos constitucionais parece ser a autoridade mais capaz de preencher devidamente tão importantes comissões ..." (Cf. Inventário, doc. 29.985).

Que a Mesa da Inspeção da Bahia, dirigida pelo seu Secretário José da Silva Lisboa, fosse considerada "necessária e não prejudicial" ao comércio colonial constitui, um atestado da grande capacidade profissional probidade e zelo do futuro Visconde de Cairu.

Capítulo 16. Adam Smith

Quando Moraes Silva esteve em Lisboa "em fins de 1794 ou início de 1795" deve ter-se deparado com a primeira tradução espanhola da Wealth of Nations, obra que ele havia lido e traduzido para o português, em 1779 em Londres.

A tradução espanhola da obra pelo licenciado D. Josef Alonso Ortiz, veio à luz em Valladolid, em dois tomos, no ano de 1794, dedicada a D. Manuel de Godoy. No ano anterior Dugald Stewart publicara o seu "An-Account of the Life and Writings of Adam Smith, LL.D." lido na Royal Society de Edimburgo em 21 de janeiro e 18 de março de 1793. Adam Smith faleceu em julho de 1790 e é a partir desta época, que sua obra começa a adquirir geral notoriedade (Cf. John Rae Life of Adam Smith, pág. 284).

Em 1798, D. Rodrigo de Sousa Coutinho recomendava a um jovem economista, José Acúrcio das Neves, a leitura da Riqueza das Nações, numa carta que tem grande importância por identificá-lo como um dos patronos da novel Economia Política em Portugal. Acúrcio lhe enviara um exemplar da sua "Memória Geográfica, Política, Econômica da Ilha Terceira", 1798, que ficou inédita.

Carta de D. Rodrigo a J. Acúrcio das Neves:

"Levarei à Real Presença de S. Majestade a carta, que V.M. me dirigiu, e exporei o merecimento do seu trabalho, podendo desde já segurar-lhe, que a mesma Senhora serão muito agradáveis as suas informações que todas respiram zelo, ainda que ao meu ver em alguns pon

tos de Economia Política, qual o da exportação dos trigos, eu desejava que V. M. tivesse estudado os princípios do governo inglês, e os que são ainda mais amplos da excelente obra de Smith sobre a riqueza das nações, que então reconheceria, que a livre exportação dos trigos só pode ser regulada pelos preços e nunca pelos cálculos aproximativos e arbitrários do consumo da povoação. Eu espero igualmente, que V. M. reconheceria, que os magistrados devem, ou podem obrigar os proprietários a cultivarem o terreno, e o não deixem inculto; que igualmente devem iluminar e fazer conhecer aos mesmos os seus verdadeiros interesses nas culturas, que lhes são mais convenientes; mas que jamais devem com posturas forçá-los a que cultivem as terras de um tal modo, e que façam tal, ou tal cultura: sendo evidente, que o procurar a boa saída dos produtos e segurar o emprego dos capitais na cultura dos terrenos, e o criar por meio de longos arrendamentos colonos ricos e inteligentes, são os únicos modos de favorecer a agricultura, tirando-lhe também os gravames que a oprimem; e para este fim peço a V. M. que me informe, se nas Ilhas os terrenos se acham mui gravados com jugadas e com foros; esperando ver nesta matéria uma informação digna do mais que acabo de receber, e não deixarei de fazer justiça ao seu grande merecimento na Real Presença. Deus guarde a V. M. Palácio de Queluz, em 9 de novembro de 1798. D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Ao Sr. José Acúrcio das Neves, Corregedor da cidade de Angra. (Cf. J. C. Magalhaes "José Acúrcio das Neves", 1946, pag. 9-10)".

Capítulo 17. A atividade literária de José da Silva Lisboa

a) Início da atividade literária (1781 a 1793)

Nos dezoito anos, entre 1779 e 1797, como sabemos, José da Silva Lisboa foi Ouvidor da Capitania dos Ilheus, ocupou por cinco anos o lugar de substituto da Cadeira de Língua Grega da Cidade da Bahia; lecionou Filosofia Racional e Moral; e advogou. Casou-se em 1784 e nos anos seguintes, até 1797, nasceram-lhe quase todos os seus 14 filhos.

A carreira literária do futuro Visconde de Cairu inicia-se, a nosso ver, em 1781, com a carta para o Dr. Domingos Vandelli, seu antigo mestre em Coimbra, carta esta cujo valor já pudemos apreciar.

Uma outra produção registra-se neste período, uma oração em Latim, que compôs para celebrar o 51º aniversário

da Rainha D. Maria I (transcorrido em 17 de dezembro de 1785), que ele teve depois oportunidade de ler publicamente, dando contas disto ao seu amigo e protetor Martinho de Melo e Castro, em março de 1786.

Dada a importância dos dois papéis vamos registrá-los em seguida com detalhes bibliográficos, concluindo com algumas referências ao Inventário de Eduardo de Castro e Almeida.

(1.) "Carta muito interessante do advogado da Bahia, José da Silva Lisboa, para o Dr. Domingos Vandelli, Diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, em que lhe dá notícia desenvolvida sobre a Bahia, descreven^{do}-lhe a cidade, as ilhas, e vilas da Capitania, o clima, as fortificações, a defesa militar, as tropas da guarnição, o comércio e a agricultura, e especialmente a cultura da cana de açúcar, tabaco, mandioca e algodão. Dá também as mais curiosas informações sobre a população, os usos e os costumes, o luxo, a escravidão, a exportação, as construções navais, o comércio exterior, a navegação para a Costa da Mina, etc.

— Bahia, 18 de outubro de 1781 — "

Cf. Inventário dos Documentos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida. II. Bahia, 1763-1786, Documento nº 10.907. Cf. Annaes da Bibliotheca Nacional, ano 1918, vols. 31-32.

(2.) "In Laudem Augustissimae Reginae nostrae Mariae I, pro solenni natalis diei celebratione oratio, publice habita XIV Kalendas Januarii anni MDCCCLXXXVI. Soteropoli Brasiliensi in Regali studiorum Collegio
(1)

Existente no Arquivo de Marinha e Ultramar da Biblioteca Nacional de Lisboa. Cf. Inventário, doc. 12.108.

Uma cópia desta oração "encadernada em cetim côr-de-rosa" foi enviada por José da Silva Lisboa ao Ministro da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, anexa a sua carta

(1) "Em louvor da Augustissima Rainha nossa D. Maria I, oração pela celebração do solene dia do seu aniversário, publicamente recitada em 19 de ~~janeiro~~ do ano de 1786, no Real Colégio Brasiliense dos Estudos de Salvador"

dezembro

particular, datada na Bahia, em 16 de março de 1786, na qual também lhe agradece a nomeação de professor da Cadeira de Filosofia Racional e Moral. Cf. Inventário, doc. 12.107 (Alfredo do Valle Cabral, Hélio Vianna, Rodolfo Garcia e E. Vilhena de Moraes não mencionam esta obra em suas relações).

(3). O Inventário

O "Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil", organizado por Eduardo de Castro e Almeida, serve de boa amostra do muito que existe de papéis de José da Silva Lisboa, na Biblioteca Nacional de Lisboa. A seguir relacionamos os números dos documentos inventariados e extractados pelo organizador e interessantes para a biografia do Visconde de Cairu, bem como para a de seu irmão, o conselheiro Balthazar da Silva Lisboa.

Os números entre parênteses indicam os documentos que fazem explícita referência a José da Silva Lisboa, ou são de sua autoria, como cartas oficiais ou particulares e relatórios da Mesa de Inspeção: Cf. Anaes da Biblioteca Nacional, 1918, volumes 21-37. Inventário dos documentos:

Docs. nº (10.517), (10.518), 10.988, 11.023, 11.024 (11.247), 11.460, 11.461, 11.462, 11.463 (11.472), (11.575), (12.107), (12.108), (12.614), 12.685, 12.686, 12.687, 12.701, 12.702, 12.809, 12.942-12.945, 12.947, 12.954, 13.019, 13.184 (13.321), 13.730, 13.732, 13.860, 16.143 (16.538), (17.330-17.333), 19.225, 19.226 (19.238), (19.239), (19.684), (19.685), 19.688, 19.690, (19.692), (19.693), 19.705, (19.706), (20.153), (20.154), (20.589), 20.852 (20.860), (20.861), (20.864), (20.869), (20.870), (20.871-20.872), (20.873), (20.875), 21.100, (20.112), (20.113), (23.658), 23.659, 25.761, 25.770, 25.771, 25.772 (26.053), 26.054, (26.055), (26.056), (26.057), 29.810, 29.815, 29.893, 29.894 (29.895).

b) Obras de Direito e Econômicas (1794 a 1804)

1. A obra magna de José da Silva Lisboa (1798)

Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha para
Uso da Mocidade Portuguesa destinada ao Comércio Divididos em

oito Tratados Elementares, contendo a respectiva Legislação Pátria, e indicando as Fontes Originais dos Regulamentos Marítimos das Principais Praças da Europa.

Por José da Silva Lisboa, Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia.

Lisboa, Na Régia Oficina Tipográfica, Anno 1798.

Com Licença de Sua Majestade

[Tomo I] in-4º, 7 fls s.n.+ XVII + 302 págs.

Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha

Por José da Silva Lisboa, Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia.

Tomo II, in. 4º 2 fls + 139 págs.

Esta edição de Lisboa, 1798, em dois tomos pequenos, é a primeira.

Estes dois tomos contém o primeiro dos oito Tratados, projetados, denominado "Elementos do Seguro Marítimo". Estes "Elementos" se dividem em três partes, a saber:

- I. Da Formação
- II. Da Dissolução
- III. Da Execução deste Contrato

Completa-se esta edição com um apêndice "Das fórmulas de Apólices e Leis pátrias sobre seguros".

É provável que estes dois tomos tenham sido escritos em Lisboa, depois da morte de Martinho de Melo e Castro, na época em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho entrou para o Ministério da Marinha e Ultramar, deixando a embaixada em Turim.

Innocêncio Francisco da Silva (Dicionário, tomo V, pág. 124) era desta opinião:

"Tendo vindo (José da Silva Lisboa) novamente a Portugal, aqui compôs e publicou as suas primeiras obras de Direito Mercantil e Economia Política; e em 1807, segundo creio, voltou para o Brasil, acompanhando o Príncipe Regente na retirada para aquele Estado".

Enganou-se Innocêncio quanto à data do regresso ao Brasil, mas é certo que Cairu demorou-se bastante em Lisboa nessa sua viagem ao Reino (entre fins de 1795 e meados de 1798) e ele próprio corrobora a hipótese de que a obra escreveu-se

em Portugal.

No capítulo VI "Apologia" do opúsculo Regras da Praça José da Silva Lisboa refere-se aos princípios do Direito Mercantil nestes termos:

"A Obra dos Princípios de Direito Mercantil foi prole criada sem mãe: não teve protótipo nem modelo e auxílio patrio.

Comecei a dar à luz a Parte I. Dos Seguros Marítimos em Lisboa no ano de 1798; e fui sucessivamente publicando as mais Partes, que arranjei na Cidade da Bahia. O público em Portugal e no Brasil recebeu com benignidade esses meus, bem que tênues e defeituosos, trabalhos.

Antecipei-me nesta carreira de literatura muitos anos antes que nela entrasse o acima citado, exímio Jurisconsulto Português, o Sr. José Ferreira Borges, que abriu mais ampla e esplêndida estrada em Londres, onde publicou em 1825 as suas excelentes Instituições de Direito Cambial Português" (Cf. Candido Mendes, tomo II, pág. 951).

A obra foi dedicada "A Sua Alteza Real o Sereníssimo Senhor D. João Príncipe do Brasil".

Diz o autor na dedicatória: Senhor

"O desejo de fazer ao Estado algum serviço durável, unido ao reconhecimento dos benefícios, que devo à Real Munificência animou-me a levar as Augustas Mãos de Vossa Alteza Real o presente trabalho, que empreendi, no desígnio de contribuir de algum modo para extensão, e prosperidade do Comércio Nacional. A utilidade, e a falta de um ensaio de literatura deste gênero em linguagem pátria, servirá de apologia a temeridade da empresa; na consideração de que, posto seja muito desproporcional às minhas forças, pode contudo despertar engenhos de outra ordem, que conduzam à perfeição, o que apenas principiei por elementos. Um sistema de Jurisprudência Marítima, entrando na educação da Mocidade, que se habilita a profissão do Comércio, é próprio para engrandecer a esfera das especulações de tão útil classe de Cidadãos; a fim de aumentarem com honra e fortuna particular, e pública, livres do jugo de um tráfico iliberal, e empírico, que sacrifica a verdade ao interesse, e a observância das Leis à insaciabilidade mercantil. Persuadido que a perícia, e integridade dos Negociantes são as principais molas, que dão movimento, e vigor à indústria, e opulência da Nação, sustento-me na esperança de que, sendo mais geral a instrução pública em uma parte tão intimamente conexa com o crédito da Monarquia, se torne mais rápida, e frutífera a circulação das riquezas territo—

riais, que o desconhecimento das vantagens próprias têm concentrado no estreito círculo de um Comércio letárgico, e quase passivo. O Gênio Tutelar, que preside aos Conselhos Soberanos, exalte o patriotismo Português; a fim de elevar estes Reinos aos altos destinos, a que lhe dão direito a sua situação geográfica, a suavidade do clima, a fertilidade do terreno, a vastidão das Colônias, a indústria dos seus habitantes; e sobretudo, o benefício, e paternal Governo de Vossa Alteza Real, que faz a sua Grandeza, e Poder Supremo inseparável da felicidade de um povo sempre distinto pela lealdade, e amor aos seus Soberanos.

Todos os corações sensíveis as Reais Virtudes de Vossa Alteza farão incessantes votos para a tranquilidade, e esplendor de seu Império; a fim de que o mantenha em paz, e justiça, acumulando perenemente, para admiração, e exemplo, monumentos de Ações dignas de apoteose da Pátria, e da Humanidade. Senhor. A Vossa Alteza Real. Com profundo respeito dedica esta Obra. O mais humilde, e fiel vassalo. José da Silva Lisboa".

Em seguida, apresenta-nos o autor o que mais tarde chamaria de "Prospecto dos Princípios de Direito Mercantil". Ei-lo:

Tratados Elementares da Presente Obra
Elementos

I. Do Seguro Marítimo

Divididos em Três Partes

I. Da Formação: II. Da Dissolução:

III. da Execução deste Contrato.

Com um Apêndice

Das fórmulas de Apólices, e Leis pátrias sobre Seguros

II. Do Câmbio Marítimo, ou Contrato de Dinheiro a risco, denominado de grossa Aventura, e Respondência.

III. Das Avarias

IV. Das Letras de Câmbio, Notas Promissórias Bancos de Comércio, etc.

V. Dos Contratos, e causas Mercantis, Obrigações, Direitos, e Privilégios dos Negociantes.

VI. Da Política dos Portos e Alfândegas

VII. Dos Juizos e Tribunais de Comercio
Do Consulado, Jurisdição e dever dos Consules
VIII. Da Economia Política

Sobre esta obra escreve Bento da Silva Lisboa:

"Desde esse tempo começou a trabalhar na sua obra "Princípios de Direito Mercantil" que publicou em Lisboa no ano de 1801 em oito tratados elementares. Esta obra, a primeira que se deu à luz na língua portuguesa sobre semelhante matéria, e que fez conhecer os profundos conhecimentos do seu autor no Direito Civil, Marítimo e das Gentes, adquiriu tanto crédito e celebridade, que teve reimpressões em Lisboa, e até em Londres, sendo citada com louvor no fero pelos mais habéis advogados" (Cf. B. S. Lisboa, ob. cit.).

2. A primeira obra econômica (1804)

Princípios de Economia Política, para servir de Introdução à Tentativa Econômica do Autor dos Princípios de Direito Mercantil. Lisboa, na Impressão Régia, 1804.

Por ordem superior.

Prólogo

"Quando no Prospecto dos Princípios de Direito Mercantil entre os tratados elementares annunciei por ultimo o da Economia Política, a intenção era oferecer um compêndio das doutrinas respectivas, como parte integrante dos estudos necessários a profissão do comércio; e assim desobrigar-me da dívida em que me empenhei com o público, no modo compatível com a estreiteza das minhas faculdades e circunstâncias.

Porém a grandeza do objeto e a comparação dos diversos autores transtornaram aquele plano (...) que apenas caberia na capacidade e recursos de quem a sorte não favoreceu com a dita de estar perto dos grandes focos das luzes européias. (...) Posto lutassem com muitas desvantagens pessoais e locais, contudo não poupei tempo e fadiga para obter um resultado favorável ao desígnio; sentindo a cada passo os estrepes da estrada e as torturas do espírito pela qualidade do assunto, que exigia extrema delicadeza no conceito e circunspecção na frase; vendo-me frequentemente em conflito com instituições antigas, erros populares, discórdia de sábios e polícia de Estados cultos, que a razão e o decoro constrangiam a considerar com o devido escrupulo e a mais religiosa reverência (...).

Mas, para não desgostar logo os leitores... resolvi-me a preludiar com a presente Introdução, em que

indico as primeiras idéias de Economia Política e exponho os motivos porque recomendo a lição da imortal obra Riqueza das Nações do celebrado Adam Smith e o sigo nas teses cardiais de seu sistema; persuadido de ter sido ele o primeiro que dissipou as escuridades da Economia Política, levantando a facha de luz para esclarecer as nações e governos sobre os seus genuínos interesses, que são inseparáveis dos da Humanidade (...).

Todavia não pretendo insinuar que aquele autor satisfaga todos os desejos e esperanças e fosse isento de imperfeições e erros e nada deixasse por descobrir em tão ricas minas de indagação humana (...). Só digo que os que têm criticado a Smith o não têm feito em pontos capitais, que valham a pena de esforçada refutação ou apologia... Posto às vezes eu também dissinta do parecer deste grande homem, todavia jamais diminuo a cordial estima que tenho por uma composição de tanta profundidade e beleza (...).

Tive a coragem de dizer sem disfarce o que entendi ser justo, até em objetos escabrosos, em que as paixões, partidos e circunstâncias faziam descordar os caracteres fortes, decididos e os mais escurados. Isto me basta. O que for sem fundamento cairá de si mesmo; o que a verdade apadrinha, sustentar-se-a pelo seu peso (...).

Quanto ao estilo, reconheço que a matéria deveria ser tratada com a severa análise do próprio Smith, a majestosa simplicidade de Ferguson e a alta eloquência de Burke. Porém cada um faz o que sabe e pode (...).

Se este Prelúdio tiver recebimento e favor, o público será imediatamente correspondido com trabalho mais amplo, que tenho aprontado e que intitulei Tentativa Económica, onde forcejo por desenvolver com desvelo e diligência os princípios mais substanciais do nosso filântropo escoces; a fim de servir de ajuda aos que se quiserem iniciar nos mistérios deste sacerdote da justiça civil e adquirir conhecimentos uteis sobre os mais oportunos meios das Riquezas das Nações e conseqüentemente da universal civilização e prosperidade. Provera aos Céus que eu fosse assaz feliz, que a Providencia por tão insignificante e invisível meio restabelesse a Nação na sua competente dignidade e riqueza (...).

Sobre esta obra escreve o biógrafo do Visconde de Cairu:

"Encantado com a leitura da obra, que o celebrado Adam Smith publicou em 1775, intitulada "Inquirição sobre a Riqueza das Nações", esforçou-se em propagar os princípios por ele empregados sobre a franqueza da industria, abolição de monopólios, e

especialmente sobre a liberdade de comércio. Para este fim deu à luz em Lisboa, em 1804 os seus "Princípios de Economia Política", que teve geral aceitação, e serviu de estimular aos estudiosos a aplicarem-se a uma ciência, que tanto contribui para a prosperidade e grandeza dos povos" (B. S. Lisboa, ob. cit).

Capítulo 18. Aspectos da Atividade Literária de José da Silva Lisboa. De 1781 a 1835

a) Introdução à Relação das Obras

O objetivo deste capítulo é destacar as Obras Econômicas do Visconde de Cairu do conjunto dos seus escritos, que foram produzidos de 1781 a 1835.

Para isto reconstituiremos a lista das suas obras, procurando identificar as de Economia Política, e outras que também tenham interesse para a História do Pensamento Econômico.

De início vamos especificar os grupos temáticos em que podemos agrupar as obras de José da Silva Lisboa.

1. Divisão temática das obras do Visconde de Cairu

José da Silva Lisboa, exercendo a sua atividade de escritor e, por vezes, a de mero escrivinhador e pasqureiro, deixou numerosas obras, que podemos classificar num dos seguintes grupos temáticos:

1. Correspondência e Documentos
2. Obras jurídicas
3. Obras econômicas
4. Biografias e panegíricos
5. Obras de história
6. Jornalismo
7. Discursos parlamentares
8. Obras morais e de educação
9. Obras de religião e eclesiásticas
10. Obras de política

O jurista e senador do Império Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), foi o primeiro a tentar uma classificação temática das obras do Visconde de Cairu em 1874. Ele apresenta uma lista com 35 obras, classificadas tematicamente da seguinte maneira:

1. Comércio e Direito Mercantil: obras numeradas de 1 a 7;
2. Economia Política: de 8 a 13;
3. Política (panfletos e jornais): de 14 a 25;
4. Religião e Educação: de 26 a 30;
5. História pátria e estrangeira: obras numeradas de 31 a 35.

Esta relação vem acompanhada de numerosas notas e explicações inseridas no texto (Cf. (1) Princípios de Direito Mercantil. Edição Cândido Mendes, 1874, Tomo I, pág. I-XVIII ("Ao Leitor")).

Recentemente Antonio Paim, em seu livro Cairu e o Liberalismo Econômico, Rio de Janeiro, 1968, adotando a mesma divisão temática de Cândido Mendes, deu uma excelente bibliografia do Visconde de Cairu, tendo se baseado para isto em dois grandes estudos, no de Alfredo do Valle Cabral (1881) e no de Hélio Vianna (1945).

A "Bibliografia", do livro de Antonio Paim é de grande utilidade: traz para cada obra o seu número de registro na Secção de Livros Raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e reproduz, em apêndice, a famosa "Biografia de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu", que foi escrita por seu filho Bento da Silva Lisboa.

Esta memória biográfica tem sido reproduzida desde 1839, com dois erros iniciais, um na epígrafe latina onde em vez de "Nirum" deve-se ler "virum"; outro na segunda linha do texto, onde em vez de "seu genro Agrícola" deve-se ler "seu sogro Agrícola".

O parágrafo inicial, corrigido, da "Biografia de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu" pode ler-se então:

"Bonum virum facile crederes,
magnum libenter"(1)

TACIT: De Vita Agricolae, XLIV, 3

"O grande historiador Tácito, para mitigar a dor, que lhe causara a morte do seu sogro Agrícola, escreveu a vida deste célebre romano. Julgo que não me será estranhado que eu imite o exemplo de um escritor, que tem excitado a admiração dos séculos, procurando que não fiquem em esquecimento alguns fatos notáveis da vida de um distinto brasileiro, que todo se dedicou

(1) Com facilidade se reconheceria nele um homem honesto, sem esforço seria considerado um grande homem" (Tradução do Pe. Matheus Nogueira Garcez da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a quem agradecemos também a correção do texto latino da epígrafe).

ao serviço da pátria, e a quem devi os maiores benefícios (...) (Bento da Silva Lisboa, 1839).

Se formos verificar o contexto em que se insere aquela epígrafe, no opúsculo De Vita Iulii Agricolae, de Cornelius Tacitus (c.55-120), encontraremos o seguinte:

"2. Quod si habitum quoque eius posterì noscere velint, decentior quam sublimior fuit: nihil impetus in vultu: gratia oris supererat. 3 Bonum virum facile crederes, magnum libenter (...)" (Cf. Tacite, Vie d'Agricola. Paris, 1972, pág. 36-37).

A tradução desse texto (baseada na tradução francesa e apropriando-nos de algumas expressões do Padre Matheus Nogueira Garcez) é esta:

— 2. Desejará a posteridade conhecer também a sua aparência? Tinha mais dignidade que majestade; nada de apaixonado no olhar; uma fisionomia plena de benevolência. Toma-lo-íamos facilmente por um homem de bem, e sem esforço, por um grande homem. —

Conhecemos três retratos de José da Silva Lisboa, o primeiro foi reproduzido em página inteira, no Tomo II da primeira edição (1854) da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen e no qual se pode ler à direita a indicação "Lemaitre sculp", o que preferimos; o segundo encontra-se reproduzido nos Princípios de Economia Política de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, Rio de Janeiro, 1956, edição de Luís Nogueira de Paula; o terceiro é o que se pode ver no Museu Histórico Nacional, e foi escolhido por Hélio Vianna para ilustrar a sua Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869), publicada pela Imprensa Nacional em 1945.

Destes retratos, entretanto, somente o primeiro, de Lemaitre, corresponderia ao sugerido pelo contexto da epígrafe, pois que representa José da Silva Lisboa (à semelhança de Agrícola) no pleno vigor da sua maturidade e no apogeu da sua glória; os dois outros são a imagem da sua velhice achacada de muitas moléstias, de solidão e desgostos políticos: causados pela inflexibilidade do seu caráter, inteiriço; pelo anacronismo fragrante de algumas de suas posições, rijamente verberadas, por seus opositores mais jovens; pelo seu catolicismo transbordante; e finalmente pela

sua inexcedível fidelidade a monarquia, fidelidade que o moveu a pelejar sem descanso, contra a torrente republicana, que já fazia periclitár o trono. Contudo jamais esmoreceu e participou quanto pôde das lides parlamentares até 1834, enquanto lhe permitiram a debil saúde e a avançada idade.

2. Lista das obras: Fontes

Na "Biografia de José da Silva Lisboa" comunicada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1839, o Conselheiro Bento da Silva Lisboa, 2º Barão de Cairu, apresentou um rol de 27 escritos dentre os publicados por seu pai de 1801 a 1832, ressaltando ao fim:

"Além destas obras, deu vários artigos para jornais e outros impressos de menor consideração".

Esta lista foi a única fonte bibliográfica disponível, durante muitos anos, de modo que as muitas incorreções, que ela contém, se introduziram na literatura de épocas posteriores.

A lista que vamos reconstituir baseia-se nas pesquisas publicadas por Cândido Mendes de Almeida (1874), Alfredo do Valle Cabral (1881), Eduardo de Castro e Almeida (1918), Rodolfo Garcia (1922), Hélio Vianna (1945), E. Vilhena de Moraes (1958) e Antonio Paim (1968).

Ao historiador Hélio Vianna devemos o esclarecimento de um dos aspectos mais interessantes da atividade literária de José da Silva Lisboa, fruto da sua intensa atividade política, manifestada a partir de 1821, através de seus jornais e panfletos e editais.

Em seu livro Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869), Rio de Janeiro, 1945, Hélio Vianna dedica-se, na terceira parte, ao "Visconde de Cairu - jornalista e panfletário (1821-1835)", isto é, estuda os numerosos jornais e panfletos, escritos por José da Silva Lisboa, a partir da época da instalação das Cortes de Lisboa. Vejamos que

conceito o grande historiador fazia do nosso economista:

"O mais notável publicista brasileiro do terço inicial do século XIX foi, seguramente, José da Silva Lisboa, primeiro Barão e único Visconde de Cairu (...)

.....
Como membro das juntas diretórias da impressão régia, pôde o futuro 1º Barão e Visconde de Cairu publicar, de 1808 a 1820, diversas obras de economia política, legislação, política externa, história, traduções, etc. Constan, todas da sua bio-bibliografia, e conquanto ainda não tenham sido convenientemente estudadas, aqui não as citamos, por se referirem a assuntos diferentes dos que formam objeto do presente trabalho.

Dentre os muitos aspectos sob os quais pode ser estudada a singular figura política e literária de José da Silva Lisboa, 1º Barão e único Visconde de Cairu (1756-1835), não serão dos menos importantes, ao lado de sua ação como notável economista, os que dizem respeito às suas atividades de energético e competente jornalista e panfletário.

Exerceu-as, com o devotamento que caracterizava todas as suas atitudes, a partir de 1821, com maior regularidade entre esse ano e o de 1828. Iniciando-se desde que apareceram os primeiros sinais da crise de ruptura entre as duas partes do Reino Unido de Portugal e Brasil, conseguiu mantê-las até o começo do ocaso do reinado de D. Pedro I, quando a querela da sucessão ao trono português marcou a proximidade de seu termo. Pode-se dizer que todos os acontecimentos políticos da época receberam seus comentários, muitas vezes apaixonados, mas sempre esclarecidos. Grande é, portanto, o valor da contribuição pelos mesmos oferecida a história dos últimos meses do Brasil-Reino e dos seis anos iniciais do primeiro reinado. Contava, então, o ardoroso publicista, de 65 a 72 anos de idade.

Não menos de nove pequenos jornais, dignos de nessa categoria serem classificados, dentro desse período redigiu o velho economista, sempre disposto a defesa de ideias que julgava úteis ao "bem-comum", expressão muito do seu gosto. E nada menos de trinta e dois panfletos políticos apuramos como de sua autoria, publicados no mesmo lapso de tempo. Tudo isto, porém, sem prejuízo da elaboração de quatro obras de maior vulto, em dez tomos, entre 1824 e 1828, aparecidas" (Cf. Hélio Vianna, ob. cit., pag. 359 a 446)."

Para ficarmos com uma impressão do caráter religioso e catolicismo do Visconde de Cairu, característica que também contribuiu, e não pouco, para criar-lhe alguns inimigos eminentes e rancorosos, voltemos a Cândido Mendes de Almeida, que, em 1874, reeditou a obra magna do jurisconsulto José da Silva Lisboa: Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha para Uso da Mocidade Portuguesa destinada ao Comércio.

Cândido Mendes de Almeida nasceu no Maranhão, em 16 de outubro de 1818 e faleceu no Rio de Janeiro em 1º de março de 1881. Formou-se em Direito pela Academia de Olinda em 1839, e exerceu na capital de sua província o cargo de promotor público, de 1841 a 1842.

Obtendo por concurso a nomeação de professor de geografia e História, lecionou no Liceu de São Luís por espaço de 14 anos, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro.

Na corte, exerceu o cargo de chefe da secção da Secretaria do Império, donde passou para o de Diretor de Secção da Secretaria de Justiça e finalmente dedicou-se à advocacia.

Representou por diversas vezes aquela província na Câmara temporária desde 1843, e no Senado desde 1871, ano em que foi eleito e escolhido senador.

"Cândido Mendes", escreve Sacramento Blake, "tornou-se notório por suas idéias ultramontanas em relação à maçonaria por ocasião da Questão Religiosa, que levou a processo dois bispos do Império, dos quais se constituiu advogado espontâneo e gratuito com seu colega, o conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos.

O senador maranhense, católico e idealista, foi também notável jurisconsulto e historiador; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; sócio e presidente da Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil; da Sociedade de Geografia de Londres e da de Paris; oficial da ordem da Rosa e comendador da de S. Gregório Magno de Roma. Deixou obra numerosíssima" (Cf. Sacramento Blake - Dicionário Bibliográfico Brasileiro, 2º volume, pag. 35-40).

Quanto às "idéias ultramontanas" do ilustre maranhense, pode servir de informação um trecho de discurso do seu não menos ilustre e famoso colega Nabuco de Araújo, que o pronunciou, em 14 ou 16 de maio de 1873, no plenário do Senado, no auge da Questão Religiosa, o trecho em que assevera:

"S.Ex. (Cândido Mendes de Almeida), em vez de acalmar-nos nos aterra, ainda mais, dizendo que a interferência da Igreja não é absoluta, não é direta; mas que a salvação das almas, que é o fim da Igreja, justifica a interferência indireta dela em todos os negócios temporais; e isto se não pode evitar, quer queiram quer não queiram, diz o nobre Senador, e até exemplificou com a Política:

'A política é a moral, a moral é a doutrina resultante dos dogmas; por consequência a Santa Sé pode intervir indiretamente na política do país'.

Eis aqui o que disse o nobre senador: é o resumo

dos discursos proferidos por ele nesta casa.

'Mas senhores', prossegue Nabuco de Araujo, 'essa interferência indireta da Santa Sé como é? Será somente pela persuasão? Não; é também pela excomunhão, porque é este o meio coercitivo; pois bem, repito o que já disse, o nobre senador consagra assim o princípio da desobediência às leis do Estado, porque assim fica o cidadão colocado entre a sua consciência e a lei do país, porque separa-se o fiel do cidadão, porque assim o cidadão vacila entre a pena espiritual e a pena temporal'." (Cf. Um Estadista do Império: Nabuco de Araujo. Sua vida, suas opiniões, sua época. Por seu filho Joaquim Nabuco. São Paulo, 1936, tomo II, págs. 265-266).

Curiosamente, a solução desse dilema dera já o senador Cândido Mendes de Almeida no aviso "Ao Leitor" dos Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha de José da Silva Lisboa, datado no Rio de Janeiro, em 1^a de fevereiro de 1870, em que justifica a reedição da obra, a qual só veio a lume no ano de 1874, alguns meses depois do discurso de Nabuco de Araujo, que acabamos de citar.

Naquele prefácio escreveu Cândido Mendes: um breve esboço biobibliográfico, em que expende suas opiniões sobre a pessoa do autor bem como sobre o significado da obra na História da Jurisprudência Luso-Brasileira:

No início lamenta-se o senador do estado do ensino no país em 1870:

"Somos tão pobres de compêndios e de expositores em qualquer ramo dos conhecimentos humanos, que não devemos entregar ao olvido o pouco que possuímos. Será um meio eficaz de animar outros aos penosos labores do estudo e cultivo das letras.

Uma nação não se pode reputar independente, autônoma, quando, em relação a educação de sua população, vive sob a tutela de outras. É esta presentemente a nossa situação.

Temos é certo, independência política; quanto ao mais nossa subordinação é visível. Estamos avassalados ao estrangeiro.

Não podemos cursar com vantagem qualquer ciência sem a dependência obrigada do conhecimento de alguns idiomas; estudo bem dispensável, ainda que útil, se nossa literatura não fosse tão limitada.

O tempo gasto no cultivo das línguas, tempo precioso, impede e embaraça não só o da língua nacional, a cujo

respeito sente-se no país extremo atraso e grande baixa de nível, como o de disciplinas, de interesse real e permanente, indispensáveis ao comum da sociedade (...)

Publicando uma edição das obras jurídico-comerciais do nosso afamado jurisconsulto José da Silva Lisboa, tivemos em mira (...) fazer mais lido e apreciado um trabalho que encerra em si duas grandes utilidades, a doutrina e a linguagem.

A doutrina, ainda tem em grande parte utilidade, a linguagem é clássica; há portanto conveniência em que a mocidade que se dedica ao comércio e procura instruir-se na jurisprudência mercantil beba em fonte tão pura quanto nacional (...)

Silva Lisboa nascido em 16 de julho de 1756, de pais burgueses, terminou na terra sua carreira a 20 de agosto de 1835, nas altas posições de Visconde de Cairu, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça e senador do Império; posições mui elevadas neste país, resumindo a consideração e o prêmio por serviços eminentes de variadas categorias (...)

Esta obra, Princípios de Direito Mercantil, composta de oito tratados elementares, que fez imprimir de 1798 a 1804, é o pedestal da sua glória e daquela celebridade.

Como obra única no gênero, em língua vernácula, serviu na época de Código Comercial, de indisputável autoridade em todos os domínios da monarquia portuguesa, como o assegura José Ferreira Borges; bem competente para assinalar este fato, quando não fosse tão conhecido dos coevos.

Como prêmio deste trabalho o governo da Metrópole distinguiu-o nomeando-o Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Cidade do seu nascimento; lugar que desempenhou até ser elevado a Deputado do Tribunal da Junta do Comércio nesta capital, criado pouco depois de estabelecida a corte portuguesa no Brasil.

Cumprir notar que no mesmo propósito, esta última distinção foi precedida de outra, não menos honrosa, a nomeação de professor da primeira cadeira de Economia Política, criada neste país, que o autor, a seu pesar, não pôde desempenhar.

Mas esta notoriedade de Silva Lisboa habilitou-o a ser ouvido com respeito em matérias comerciais, e a prestar a seu país, serviços de suma relevância iniciadores da sua independência política, fato que se realizou em menos de 15 anos.

Não há quem ignore que a carta régia de 28 de janeiro de 1808, dirigida ao conde da Ponte, governador e capitão general da Bahia, abrindo os portos do Bra—

sil ao comércio estrangeiro, foi inspirado por Silva Lisboa ao marquês de Aguiar, D. Fernando José de Portugal (então nas boas graças do príncipe regente) com quem o autor entretinha relações de amizade(...)

Entretanto um brasileiro nestas condições, juriscônsultor de primeira ordem, magistrado íntegro, professor emérito, distinto como historiador, literato, jornalista, legislador e orador eminente; uma das primeiras e mais puras glórias do Brasil, jaz entre nós esquecido (...)

Suas obras, todas elaboradas no interesse da independência e engrandecimento da pátria, tinham jus a uma edição nacional, acessível a todos os cidadãos. Quase todas têm utilidade, e dispersas como andam, em breve perder-se-ão os poucos exemplares que ainda nos restam (...)"

Referindo-se ao patriotismo e à devoção do Visconde de Cairu escreve Cândido Mendes de Almeida:

"Silva Lisboa é o modelo do verdadeiro patriota. Soube servir ao seu país sem prostrar-se senão a uma influência: — a verdade.

Esta sólida e viril inteligência sabia aliar os deveres de cidadão com os de cristão teórico e prático. Estudando sua vida pública e privada, literária ou religiosa, como que se respira numa atmosfera de honestidade e sinceridade, onde a mentira e a hipocrisia nunca poderiam penetrar.

Entre o cidadão e o católico não havia o menor antagonismo. Não fazia praça de esteril catolicismo em manifestações públicas e ruidosas, para com mais eficácia crucificar a Igreja nas leis e atos governamentais.

Os grandes interesses da sociedade, a Igreja e o Estado, eram sempre associados na religião política de tão probo quanto eminente cidadão.

Silva Lisboa, que como cristão não se envergonhava da sua fé, como jurista e literato, orador e publicista, é o tipo que a nossa juventude estudiosa deve ter sempre presente a seus olhos para imitar e admirar (...)" Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro em 1º de fevereiro de 1870".

É uma grande ironia da História, esta que José da Silva Lisboa, acérrimo defensor da monarquia (constitucional ou não), fosse assim invocado pelo Senador Cândido Mendes, nos recessos da sua consciência, e lhe servisse de modelo e arrimo moral, nessa grave crise (terrível para ele pessoalmente),

em que se entrechocaram as intransigências do trono com as do altar, resultando saírem ambos mal-feridos, e a monarquia ferida de morte, com a perda de um dos seus esteios morais.

Cândido Mendes completa o seu esboço bio-bibliográfico com um rol das "legislações e obras citadas pelo autor", concluindo com a seguinte advertência:

"ADVERTÊNCIA : Sobre a biografia do autor pode consultar-se:

- 1º A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tomo I, pág. 238, onde se lê o seguinte artigo escrito pelo filho do autor, o finado Barão de Cairu:
'José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Memória escrita por seu filho o Conselheiro Bento da Silva Lisboa, e lida na sessão do Instituto Histórico, em 24 de agosto de 1839'.
- 2º J. M. Pereira da Silva. Os Varões Ilustres do Brasil durante os tempos coloniais. Tomo 2, art. XI de pág. 141 a 172.
- 3º A Galeria dos Brasileiros Ilustres (no sexto fascículo).
- 4º F. A. de Varnhagen. História geral do Brasil. Tomo 2, págs. 285 e 286.
- 5º Innocêncio Francisco da Silva. Dicionário Bibliográfico Português. Tomo 5, art. José da Silva Lisboa".

O artigo "José da Silva Lisboa" deste Dicionário foi completamente refundido por Brito Aranha, em 1885, com base nos estudos de Alfredo do Valle Cabral (Cf. ob. cit., Tomo XIII, pág. 200-209).

3. Cronologia das obras: periodização e conteúdo temático. Estrutura da Relação das obras.

Distribuiremos as obras do Visconde de Cairu em sete períodos cronológicos para mais facilmente relacioná-las com os eventos históricos e com os grandes marcos da História do Pensamento Econômico.

A estrutura da Relação das obras será, portanto, a seguinte:

2. Primeiro período: obras escritas de 1781 a 1793, compreendendo: correspondência, documentos e panegíricos.
3. Segundo período: obras publicadas de 1794 a 1798, compreendendo: obras jurídicas, documentos e correspondência.
4. Terceiro período: obras publicadas de 1799 a 1804, compreendendo: obras jurídicas, obras econômicas, correspondência e documentos.
5. Quarto período: obras publicadas de 1805 a 1811, compreendendo: obras jurídicas, obras econômicas, correspondência e documentos.
6. Quinto período: obras publicadas de 1812 a 1820, compreendendo: obras de Política, obras econômicas, biografias e panegíricos, obras jurídicas e obras de História.
7. Sexto período: obras publicadas de 1821 a 1826, compreendendo: Biografias e panegíricos, jornalismo, obras morais e de educação, obras históricas, obras jurídicas, correspondência e documentos.
8. Sétimo período: obras publicadas de 1827 a 1835, compreendendo: obras econômicas, obras de religião e eclesiásticas, jornalismo, discursos parlamentares, obras de política, obras morais e de educação.
9. Obras publicadas postumamente, compreendendo: obras morais e de educação, obras econômicas, e obras jurídicas, correspondência e documentos (Autos de Bento da Silva Lisboa, cf. E.Vilhena de Moraes, Cairu, 1958).

b) Relação das Obras de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835)

Para estabelecer esta lista de obras, utilizaremos o trabalho de Alfredo do Valle Cabral, com as notas de E. Vilhena de Moraes. Omitimos sistematicamente todos os jornais e

panfletos, estudados por Hélio Vianna (Cf. Contribuição à História da Imprensa Brasileira, págs. 359 a 446), bem como os editais. A periodização segue a divisão cronológica estabelecida por nós nesta dissertação. Omitimos também as falas e discursos parlamentares (Sobre isto Cf. E. Vilhena de Moraes, Perfil de Cairu, Cap. VI: "Cairu Parlamentar e Constitucionalista", pág. 60 a 93 e José Honório Rodrigues: A Assembléia Constituinte de 1823, pág. 268 a 271).

1. Primeiro Período: 1781 a 1793.

1. Carta para o Dr. Domingos Vandelli, 1781
2. In Laudem Augustissimae Reginae Mariae I, 1786.

2. Segundo Período: 1794 a 1798

3. (1) Princípios de direito mercantil e leis de marinha para uso da mocidade portuguesa, destinada ao comércio, divididos em oito tratados elementares, contendo a respectiva legislação das principais praças da Europa. Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica, 1798. (econ.)

3. Terceiro Período: 1799 a 1804

4. (2) Princípios de economia política, para servir de introdução à tentativa econômica do autor dos Princípios de direito mercantil. Lisboa, na Imprensa Régia, 1804. (econ.)

4. Quarto Período: 1805 a 1811

5. (3) Observações sobre o comércio franco no Brasil. Pelo autor dos Princípios do direito mercantil (3 partes) Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1808-1809. (econ.)
6. (4) Plano do Código do Comércio em conformidade a Ordem de Sua Consulta da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos de 27 de julho de 1809.

7. (5) Razões dos lavradores do vice-reinado de Buenos Aires para a franqueza do comércio com os ingleses contra a representação de alguns comerciantes e resolução do governo. Com apêndice de observações e exame dos officios do novo regulamento nos interesses comerciais do Brasil. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1810. (econ.)
8. (6) Reflexões sobre o comércio dos seguros. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1810. (econ.)
9. (7) Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1810. (econ.)
10. (8) Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1810. (econ.)
11. (9) Refutação das declamações contra o comércio inglês, extraídas de escritores eminentes. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1810. (econ.)
5. Quinto Período: 1812 a 1820
 12. (10) Extratos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1812.
 13. (11) Memória econômica sobre a franqueza do comércio dos vinhos do Porto. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1812. (econ.)
 14. (12) Ensaio sobre o estabelecimento de bancos, para o progresso da indústria e riqueza nacional. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1812. (econ.)
 15. (13) Memória da vida pública do Lord Wellington, príncipe de Waterloo, duque da Vitória, duque de Wellington, duque de Ciudad Rodrigo, marechal-gene-

ral dos exércitos de Portugal contra a invasão francesa, feld-marechal dos exércitos de s.m. b., grão-cruz da ordem da Torre e Espada, etc. etc. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1815.

16. (14) Apêndice à memória da vida de Lord Wellington, contendo documentos e observações sobre a guerra peninsular, invasão da França, paz da Europa. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1815.
17. (15) Parecer de José da Silva Lisboa datado do Rio de Janeiro a 26 de agosto de 1816 acerca de vários quesitos relativos às moedas de Portugal e do Brasil e da quantidade da moeda existente nestes dois países. Manuscrito original, com a assinatura autografada do autor. (econ.)
18. (16) Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor d. João IV. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1818. (econ.)
19. (17) Sinopse da legislação principal do senhor d. João VI pela ordem dos ramos da economia do Estado. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1818. (econ.)
20. (18) Estudos do bem-comum e economia política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do Estado. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1819-20. (econ.)

6. Sexto Período: 1821 a 1826

21. (19) Espírito de Vieira ou seleta de pensamentos econômicos, políticos, morais, literários, com a biografia deste celebrado escritor. Apêndice aos estudos do bem-comum. Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1821.

22. (50) Constituição moral, e deveres do cidadão. Com exposição da moral pública conforme o espírito da Constituição do Império. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1824-25.
23. (51) Suplemento à Constituição moral, contendo a exposição das principais virtudes e paixões; e apêndice das máximas de La Rochefoucauld, e doutrinas do cristianismo. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1825.
24. (54) Introdução à história dos principais sucessos políticos do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1825.
25. (55) História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, dedicada ao senhor d. Pedro I. Parte I. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1826.
26. (57) Projeto de Código de Comércio. Manuscrito original com a assinatura do autor, 1826.
7. Sétimo Período: 1827 a 1835
27. (58) Leituras de economia política, ou direito econômico conforme a constituição social e garantias da Constituição do Império do Brasil. Dedicadas à mocidade brasileira. Rio de Janeiro, Tipografia de Plancher-Seignot, 1827. (econ.)
28. (59) Escola brasileira ou instrução útil à todas as classes extraída da sagrada escritura para uso da mocidade. Rio de Janeiro, Tipografia de P. Plancher-Seignot, 1827 (2 volumes).
29. (64) Cartilha da Escola brasileira para instrução elementar na religião do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1831 (2 partes).
30. (68) Manual de política ortodoxa. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1832.

31. (69) Regras da praça ou bases de regulamento comercial conforme aos novos códigos de comércio da França e Espanha, e a legislação pátria. Com oportunas modificações de estatutos e usos das nações civilizadas. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1832. (econ.)
32. (70) Princípios da arte de reinar do príncipe católico e imperador constitucional, com documentos pátrios ... Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1832.
33. (71) Catecismo da doutrina cristã conforme ao código eclesiástico da igreja nacional. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1832.

Obras publicadas postumamente: 1835 a

34. (74) Preceitos da vida humana ou obrigações do homem e da mulher seguidos do dever da justiça. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, s.d.
35. (75) Considerações sobre as doutrinas econômicas de M. Baptista Say. Minerva Brasiliense, vols. II e III (1844-45). (econ.)
36. (76) Ensaio econômico sobre o influxo da inteligência humana na riqueza e prosperidade das nações. Guanabara, revista mensal, artística... do Rio de Janeiro, tomo 1 (1851), pp. 41-51. (econ.)
37. (77) Da liberdade do trabalho... Guanabara, tomo 1 pág. 91 a 98, 1851. (econ.)

O número entre parêntesis que, precede o título de cada obra é o seu número de ordem na "Relação das Obras de José da Silva Lisboa", de Alfredo do Valle Cabral, que não registra as duas primeiras da nossa lista (Cf. E. Vilhena de Moraes, Cairu, 1953, págs. 54-71).

c) Lista das Obras econômicas do Visconde de Cairu

As obras econômicas do Visconde de Cairu, todas mencionadas na relação anterior podem classificar-se em duas grandes rubricas: Obras de Economia Política e Obras de Política Econômica.

A sua primeira obra de economia política foi publicada em 1804 e a última em 1827, desprezando-se a Carta a Vandelli de 1781 e dois artigos postumamente publicados na revista Guanabara, ambos no Tomo I de 1851.

O artigo "Considerações sobre as doutrinas econômicas de M. João Baptista Say, pelo finado Visconde de Cairu" (Minerva Brasiliense, nº 22, 1844) não é obra econômica, mas jurídica, aí discutindo o autor principalmente o problema da propriedade literária, que Say desejava fosse perpétua, e com o que não concordava o Visconde de Cairu:

"Convenho no mérito deste economista", diz Cairu, "comparado com os escritores de seu país; mas não posso concordar com vários pontos, e com especialidade nas duas teses contra Smith: 1º — que o privilégio executivo ao autor pelos seus livros, deve ser perpétuo. 2º — que o trabalho do escravo é mais produtivo que o do homem livre. Considerando eu estas teses muito contrárias aos interesses da humanidade e prejudiciais à futura grandeza do Brasil onde tem adquirido crédito a obra referida entendo ser do meu dever discutí-la" (ob. cit. loc. cit. pag. 670).

A referência a Smith nestes termos faz supor que o artigo foi escrito bem no início do século XIX.

As obras de política econômica foram publicadas de 1808 a 1812, grosso modo, e estão associadas ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares (que ditou a política econômica do país de 1808 a 1812), e de quem José da Silva Lisboa foi amigo e servidor dedicado, até os últimos instantes do Conde, conservando-se, depois, fiel à sua memória, mesmo ao ponto de arrostar dificuldades, para levar a bom termo projetos literários, que lhe tinham sido sugeridos por ele. Vejamos as obras econômicas do Visconde de Cairu:

OBRAS ECONÔMICAS DO VISCONDE DE CAIRU

I - Obras de Economia Política

- (1) Princípios de direito mercantil, e leis de marinha, para uso da mocidade portuguesa, destinada ao comércio. Tratado VII - Dos tribunais e causas de comércio. Capítulo XIX - Das doutrinas sobre o comércio do celebrado autor do Espírito das Leis. Lisboa, Impressão Régia, 1819, pág. 75-86.
- (2) Princípios de economia política para servir de introdução à tentativa econômica do autor dos princípios de direito mercantil. Lisboa, Impressão Régia, 1804.
- (18) Estudos do bem-comum e economia política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do Estado. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1819-20.
- (58) Leituras de economia política, ou direito econômico conforme a constituição social e garantias da Constituição do Império do Brasil. Dedicadas à mocidade brasileira. Rio de Janeiro, Tipografia de Plancher-Seignot, 1827 (2 volumes).

II - Obras de Política Econômica

a) Obras de defesa da política liberal de D. João VI

- (3) Observações sobre o comércio franco no Brasil. Pelo autor dos Princípios do direito mercantil (3 partes). Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1808-1809.
- (8) Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810 (2 partes).

b) Obras de defesa das relações comerciais anglo-portuguesas (Tratado de 1810)

(5) Razões dos lavradores do vice-reinado de Buenos Aires para a franqueza do comércio com os ingleses contra a representação de alguns comerciantes, e resolução do governo. Com apêndice de observações e exame dos efeitos do novo regulamento nos interesses comerciais do Brasil. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810.

(9) Refutação das declamações contra o comércio inglês, extraídas de escritores eminentes. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810. (2 partes)

c) Panegíricos da Política Econômica Liberal de D. João VI

(7) Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810.

(16) Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor D. João IV. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1818.

(17) Sinopse da legislação principal do senhor D. João VI pela ordem dos ramos da economia do Estado. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1818.

d) Outros

(11) Memória econômica sobre a franqueza do comércio dos vinhos do Porto. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1812.

(12) Ensaio sobre o estabelecimento de bancos, para o progresso da indústria e riqueza nacional. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1812.

- (15) Parecer de José da Silva Lisboa datado do Rio de Janeiro a 26 de agosto de 1816 acerca de vários quesitos relativos às moedas de Portugal e do Brasil e da quantidade da moeda existente nestes dois países. Manuscrito original com a assinatura do autor.
- (69) Regras da praça ou bases de regulamento comercial conforme aos novos códigos de comércio da França e Espanha, e a legislação pátria. Com oportunas modificações de estatutos e usos das nações civilizadas. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1832.

Estas são as principais obras econômicas de José da Silva Lisboa. Entretanto bons parágrafos de pensamento econômico ocorrem em toda a sua vasta produção e da maneira a mais insólita, de modo que há "economia" em obras que não são especificamente econômicas; e obras que, apesar do título conter este adjetivo, podem nada ter a ver com Economia Política ou Política Econômica, como é o caso, por exemplo, do Espírito de Vieira ou selecta de pensamentos econômicos (...), opúsculo que não é senão o prospecto da projetada obra, e que nada contém de econômico.

Capítulo 19. O Visconde de Cairu e a crítica literária.
Conclusão: O sentido da obra econômica do
Visconde de Cairu

A vasta obra escrita, deixada pelo Visconde de Cairu, devido o seu caráter circunstancial e pragmático, não tem recebido apreciações muito lisongei- ras dos literatos, como podemos perceber pelas duas amostras que damos a seguir, a primeira de José Veríssimo (1816) e a segunda de Sílvio Romero (1888).

Ouçamos, para iniciar, as opiniões de José Veríssimo que declara:

"José da Silva Lisboa (...) é certamente pela extensão e solidez dos seus conhecimentos, e fecundidade do seu labor, a figura mais proeminente das nossas letras, tomada a expressão no seu sentido mais lato da fase que vamos historiando (...). O seu mérito é muito maior como jurista, economista, comercia- lista e publicista ou sabedor e escritor de questões públicas, políticas e administrati- vas, do que como literato, se bem que tenha sido o visconde de Cairu um dos brasileiros de mais vasta literatura (...). Conta-se que Monte Alverne, mais que seu ad- versário teórico, seu inimigo pessoal e ini- migo rancoroso como soía ser, entrando na sua aula de filosofia do Seminário de S. Jo- sé no dia da morte de Cairu, com um gesto de sabrido, com que acaso escondia o sentimento, declarava 'que não dava aula porque morrerá um grande homem, apesar de que a sua cabeça não passava de uma gaveta de sapateiro' (...). A frase atribuída ao soberbo frade traduz na sua vulgaridade uma impressão exata da co- piosa, desigual e disforme obra do douto e laboriosíssimo escritor que foi Cairu. Cons- ta-lhe a produção impressa ou manuscrita de setenta e sete números de obras maiores ou menores de direito, economia política ou so- cial, história, questões do dia e públicas, didascálica, jornalismo, polémica, pedagogia, moral. Como composição, fatura, estilo esta produção é irregular, desigual e ainda extra- vagante e disparatada, revendo à pressa e

até à precipitação do trabalho, a excitação ou a paixão do momento, o produto de ocasião. A literatura dela só podia aproveitar pequeníssima parte, a História dos principais sucessos políticos do Brasil, por exemplo, a Memória da vida pública de Lord Wellington e pouco mais. Esta mesma, porém, carece de predicados literários que a recomendem à nossa estima. Em todos os gêneros produtos das circunstâncias, as obras de Cairu não sobrevivem às que as produziram (Cf. José Veríssimo).

Passemos à avaliação do escritos economista visconde de Cairu por outro eminente crítico Sílvio Romero, que em sua História da Literatura Brasileira (4.^a edição. São Paulo, 1949, tomo II, pág. 320-326) declara:

"José da Silva Lisboa, visconde de Cairu (1756 - 1835) — É um dos tipos mais significativos dos tempos que vão de 1750 a 1830 no Brasil. Só por si ele enche essa época; outros foram os poetas, os naturalistas, os revolucionários do tempo; ele foi o teorista político.

Sua longa existência divide-se quase igualmente pelos dois séculos: quarenta e quatro anos no século XVIII, trinta e cinco no XIX (...). Não pretendo traçar uma biografia; e sim penetrar, quanto possível, na vida espiritual do escritor (...). Cairu representa perfeitamente a média das agitações e ímpetos brasileiros e representa-a com brilho. Passou toda a sua vida política a combater os excessos de um e de outro lado; absolutistas e revolucionários tiveram-no por inimigo. As condições de sua vida e de sua cultura explicam facilmente o fato. De todos os nossos homens ilustres de sua época Silva Lisboa foi aquele que menos tempo viveu em Portugal. Seis ou sete anos e não mais. Estudou ali a língua inglesa e veio para o Brasil residir numa capital de província (...) e entrou a ler especialmente os livros ingleses de política e economia nacional. Adquiriu assim esse espírito liberal; mas liberal de fatos e não de palavras, esse espírito utilitário e prático, indispensável à marcha social dos povos. Depois de bem preparado é que Silva Lisboa atirou-se à luta (...) só depois dos quarenta e dois anos publicou sua primeira obra. Em compensação os últimos tempos de sua vida foram demasiados cheios.

Sua atividade escritorial pertence toda ao século XIX. Nos trinta e cinco anos que nele viveu escreveu mais de trinta e cinco volumes. Não é autor de sistema filosófico, científico ou social novo; seu grande título é haver sido o primeiro a pregar

entre nós as teorias inglesas sobre o comércio livre, sobre a economia política, sobre o governo representativo e vinte outras matérias conexas (...) este homem procurou realizar as idéias propagadas em seus escritos e prestou relevantíssimos serviços ao Brasil. Deve ser duplamente estudado, em seus atos e em seus escritos. O complexo de sua intuição é especialmente organizado pela influência das idéias de Adam Smith, Bentham, Malthus e Ricardo. A estes junta-se especial e preponderantemente Edmond Burke (...). As obras de Silva Lisboa dividem-se em três categorias: panfletos políticos; estudos de direito mercantil e economia nacional, escritos de religião e moral (...). Os méritos capitais de Silva Lisboa como escritor são a simplicidade da forma e o conhecimento exato que mostrava das doutrinas que adotava e expunha. O defeito capital é certo atropelo, certa falta de ordem e de gosto na confecção dos volumes. Todos eles são sobrecarregados de divisões, subdivisões, apêndices, suplementos, explicações, etc. A leitura de Cairu é hoje em grande parte fatigante (...). Silva Lisboa dos sessenta aos oitenta anos é que publicou a maior parte de suas obras; por isso ficará como o símbolo do entusiasta e do trabalhador da velha tempera (...). Já nos dias do visconde de Cairu o público brasileiro, desnorteado pelos charlatões do tempo, tinha certa indisposição contra os grandes trabalhadores intelectuais (...). Cairu não escapou a esse mau sestro público; em seu tempo notaram-lhe em mal a fecundidade intelectual. O próprio José Bonifácio, que foi seu inimigo por causa de Pedro I, de quem quis mais tarde a restauração, fez-lhe aquela censura:

'O mesmo que fazer Sílvio, — o Corcunda/ —
Fração de gente, charlatão idoso,/ que abocanha no grego, inglês, hebraico;/ mas sabe bem a língua de Cabinda/ e o pátrio bororó e mais o moiro .../ E que escreve folhetos a milhares/ que ninguém lê, porque ninguém entende/, por mais que lhes dê títulos diversos'.

São versos do Sonho, perido poema cômico de Andrada. Uma cousa haveria a ponderar a este último: é verdade que ninguém lê os trabalhos de José da Silva Lisboa, não porque sejam ininteligíveis; pela mesma razão porque ninguém lê os de José Bonifácio de Andrada e Silva... Uma questão de índole nacional".

Para concluir ouçamos o jurista Clóvis Beviláqua que avalia José da Silva Lisboa no campo em que mais se tabilizou:

"José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, é o vulto que pode servir de ponto de partida a quem procura acompanhar o desenvolvimento de nossa literatura jurídica.

Brindado com os princípios da Economia Política, que ainda era quase uma novidade em seu tempo, e que fora tão amorosamente cultivada pelo bispo Azeredo Coutinho, influenciado pelas idéias de Burke e Bentham, estimulado pelo sentimento de que se interessava por terrenos mal explorados, conseguiu Lisboa fundar em Portugal e na sua Colônia brasileira, o Direito Mercantil (1) dando-lhe sistematização e cunho científico, muito para admirar-se em época tão pouco própria a semelhante orientação.

Porém se foi um jurista que compreendeu o proveito a tirar das Ciências Sociais ou, mais exatamente, da Economia Política, para a elucidação do Direito, não possuía o seu engenho essa nobre sabedoria que conduz às abstrações da Filosofia e às construções que sintetizam os conhecimentos e generalizam as idéias.

Seu domínio foi o Direito Comercial. Fora desse círculo sua individualidade empalidece".

CONCLUSÃO

O sentido da obra econômica do Visconde de Cairu

Nenhum crítico captou com tanta correção o sentido da obra econômica de José da Silva Lisboa, quanto Clóvis Beviláqua, no curto parágrafo que destacamos acima.

As obras econômicas do Visconde de Cairu foram sempre produzidas no espírito de comentários à legislação e política governamental cujos objetivos e consequências o escritor procurou informar e esclarecer, invocando as luzes da Economia Política.

(1) Varões Ilustres, II, pág. 177 "Cabe a José da Silva Lisboa, diz Pereira da Silva, a glória de ser o criador do Direito Mercantil em Portugal, e levou tão longe a sua obra que é atualmente e será no futuro consultada". É uma verdade. Cf. Clóvis Beviláqua. Juristas Filósofos III. Revista da Semana, pág. 145.

Também em Economia, não foi um teórico, mas preocupou-se altamente com as magnas questões da política econômica do seu tempo, discutindo-as e sugerindo soluções. Suas obras econômicas, produzidas no decorrer de um longo período, permitem perceber, que o economista se manteve sempre a par das novidades literárias do seu campo profissional. Seu pensamento econômico acompanhou a evolução da Ciências de Quesnay a Mc Culloch e Cairu comprazia-se muito em assinalar as semelhanças do seu pensamento com o deste último escritor (Cf. Leituras de Economia Política, Leit. IX).

José da Silva Lisboa não foi um escritor original em Economia Política e jamais pretendeu ou reivindicou precedência ou originalidade em qualquer campo fora do Direito Comercial.

Seus modestos objetivos em Economia ficam declarados na Leitura I das suas "Leituras de Economia Política", última das suas grandes obras.

"Nestas Leituras não se pretende inculcar instrução original, mas oferecer uma seleta das que parecem mais apuradas e úteis doutrinas, fazendo-se um transunto das Obras dos mais abalizados economistas. Até se usaram das idênticas expressões, como de mestres não só nas matérias, mas também da boa elocução, sem o gravame de citações especiais. A natureza dá a mui poucos, o dom da originalidade, e ainda aos gênios e talentos extraordinários não é nisso liberal, antes escassa.

Por isso são tão raros os Newtons e Smith, e neles também se notam aberrações da razão pura. Vista a discórdância que há nos mais acreditados economistas, pode-se dizer, que um Tratado exato, e até um compêndio claro de Economia Política, ainda é obra a fazer, e grande desideratum. Demonstrar os erros que tem atrasado a indústria e riqueza, e, conseqüentemente a civilização, e prosperidade das nações, é meio caminho andado para o tempo da verdade" (Cf. Leituras de Economia Política, pág. 15-16).

É com esta precaução que se devem ler as suas obras.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, João Capistrano - Ensaio e Estudos (crítica e história). 2ª. série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1932.
- ABREU, João Capistrano - Capítulos de História Colonial (1500-1800) e Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5ª. edição, revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- ABREU, João Capistrano - Ensaio e Estudos (crítica e história) 1ª. série. 2ª. edição. Nota preliminar de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA - Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas conquistas. Tomos I-V. Lisboa, na Oficina da mesma Academia, 1789-1815 (Os cinco tomos foram publicados em 1789, 1790, 1791, 1812 e 1815, respectivamente. Cf. AMZALAK, M.B. (Lisboa, 1928), pág. 105-111).
- ACTON - The Cambridge Modern History, planned by Lord Acton. vol. VI - The Eighteenth Century (1909); vol. VIII - The French revolution (1904); vol. IX - Napoleon (1906). Cambridge, University Press, 1969.
- AGUIAR, Manoel Pinto de - Bancos no Brasil colonial. Tentativas de organização Bancária em Portugal e no Brasil até 1808. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1960.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de - Princípios de direito mercantil e leis de marinha... por José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu)... Sexta edição... por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, Tip. Acadêmica, 1874 (2 volumes)
- ALMEIDA, Eduardo de Castro e - "Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar. Organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro". Anais da Biblioteca Nacional, vol. 21, 1918 e seguintes.
- ALMEIDA, Fernando H. Mendes de - Ordenações Filipinas. Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado d'el-Rei D. Felipe, o Primeiro. Texto, com introdução,

- breves notas e remissões, redigidas por F.H.Mendes de Almeida. São Paulo, Edição Saraiva, 1957/1966 (3 volumes).
- ALMEIDA, D. José D' (6º Marquês de Lavradio) - Vice-Reinado de D. Luis D'Almeida Portugal, 2º Marquês de Lavradio, 3º Vice-Rei do Brasil. Prefácio de Pedro Calmon. São Paulo, Editora Nacional, 1942.
- AMEAL, João - História de Portugal. Das origens até 1940. Porto, Livraria Tavares Martins, 1949.
- AMZALAK, Moses Bensabat - Do Estudo e da Evolução das Doutrinas Econômicas em Portugal. Lisboa, Of.Gráf.Museu Comercial, 1928.
- AMZALAK, Moses Bensabat - "Economistas brasileiros. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835)". Revista Brasileira, Coimbra, 2:281-325, 1943.
- AMZALAK, Moses Bensabat - Frei João Sobrinho e as Doutrinas Econômicas da Idade-Média. Lisboa, Gráf.Lisbonense, 1945.
- AMZALAK, Moses Bensabat - As doutrinas da população em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Lisboa, 1947.
- ANDERSON, Adam - An historical and chronological account of the origin of commerce, from the earliest accounts. Containing a history of the great commercial interests of the British Empire, carefully revised, corrected and continued to the present time. 4 vols. (1801). With a new introduction by Joseph Dorfman. New Jersey, Augustus M. Kelley.
- ANDREONI, João Antonio (André João Antonil) - Cultura e opulência do Brasil. Texto da edição de 1711. São Paulo, Editora Nacional,
- ANTONIL, André João - Cultura e opulência do Brasil. Salvador, Liv. Progresso, 1955.
- ARMITAGE, John - História do Brasil. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1972.
- ARQUIVO NACIONAL (Ministerio da Justiça) - As Juntas Governativas e a Independência. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973 (3 volumes).

- ASHLEY, Maurice - Financial and commercial policy under the Cromwellian Protectorate. London, Frank Cass, 1962.
- ASHTON, T.S. - La revolución industrial (1760-1830). México, Fondo de Cultura, 1964.
- AVELAR, Hélio de Alcântara - História administrativa e econômica do Brasil. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1970.
- AXTELL, James L. - Cf. LOCKE, John (Cambridge, 1968):
- AZEVEDO, Fernando de - As ciências no Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1956 (2 volumes).
- AZEVEDO, João Lúcio de - "Política de Pombal em relação ao Brasil". Congresso Internacional de História da América, Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 3:163-203, 1927.
- AZEVEDO, João Lúcio de - Épocas de Portugal econômico; esboços de história. 3ª edição. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1973.
- BALINKY, Alexander - Albert Gallatin Fiscal theories and policies. New Jersey, Rutgers University Press, 1958.
- BARRERE, Alain - Histoire de la pensée économique et analyse contemporaine. Paris, Éditions Montchrestien, 1973.
- BARRETO, Antonio E. Muniz - "As razões dos lavradores, de José Maria da Silva Lisboa, Visconde de Cairu". Revista de História (S.Paulo), nº 110: , 1977.
- BARRINGTON, Donal - "Edmund Burke as an economist. Economica New series, 31(83):252-258, Aug., 1954.
- BARROS, João e COUTO, Diogo do - Da Asia de João de Barros e Diogo do Couto. Nova edição oferecida a Sua Majestade D. Maria I, Rainha Fidelíssima, etc., etc., etc. Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica, 1778. Com licença da Real Mesa Censoria, e Privilégio Real. Edição de Nicolao Pagliarini, Diretor Geral da Régia Oficina Tipográfica. Lisboa, 25 de fevereiro de 1778. (24 volumes).
- BARROS, João - Asia de Joam de Barros, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares

- e terras do Oriente. Primeira Década. Quarta edição revista e prefaciada por Antonio Baião. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.
- BARROS, João de - Décadas. Seleção, prefácio e notas de Antonio Baião, vol. I. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945.
- BARUCCI, Piero - Adam Smith e la nascita della scienza economica. Firenze, Sansoni, 1973.
- BEIRÃO, Caetano - D. Maria I. 1777-1792: subsídios para a revisão da história do seu reinado. 4.^a edição. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1944.
- BELCHIOR, Elísio de Oliveira - Visconde de Cairu, sua vida e sua obra. Rio de Janeiro, Edição da Confederação Nacional do Comércio, 1959.
- BELL, John Fred - História do pensamento econômico, trad. de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- BELTRÁN, Lucas - Historia de las doctrinas económicas. Barcelona, Editorial Teide, 1961.
- BENEVIDES, I.A.F. (ed.) - Cf. BRITO, João Rodrigues de.
- BENTHAM, Jeremy - Jeremy Bentham's economic writings. Critical edition based on his printed works and unprinted manuscripts. London, Allen and Unwin, 1952.
- BETHEL, Leslie - The abolition of Brazilian slave trade. Britain, Brazil and the slave trade question(1807-1869). Cambridge, University Press, 1970.
- BEVILACQUA, Clóvis - "Juristas filósofos". Revista Brasileira, 9:145- , 1897.
- BEVILACQUA, Clóvis - "A cultura jurídica no Brasil. Escolas e doutrinas, jurisconsultos e professores". Congresso Internacional de História da América. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 9:317-358, 1930.
- BEZERRA, Alcides - O Visconde de Cairu. Vida e Obra. Conferência na Academia Carioca de Letras... Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1937.
- BLAUG, Mark - Ricardian economics. A historical study. Westport, Yale University Press, 1958.

- BLAUG, Mark - Economic theory in retrospect. Homewood, D. Irwin, 1968.
- BLAUG, Mark - An introduction to the economics of education. London, Allan Lane, 1970.
- BOISVERT, Georges - Cf. LOUREIRO, J.B. da ROCHA
- BORGES, José Ferreira - Princípios de syntelologia: compreendendo em geral a teoria do tributo, e em particular observações sobre a administração e despesas de Portugal, em grande parte aplicáveis ao Brasil. Londres, Bingham, 1831.
- BORGES, José Ferreira - Instituições de economia política. Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.
- BOSSUET, Jacques-Bénigne - Discours sur l'histoire universelle a Monseigneur le Dauphin pour expliquer la suite de la religion et les changements des empires. Paris, Garnier, 1875.
- BOSSUET, Jacques-Bénigne - Oraisons funèbres... Paris, Garnier, 1961.
- BOSSUET, Jacques-Bénigne - Politique de Bossuet... Paris, Armand Colin, 1966.
- BOSSUET, Jacques-Bénigne - Política sacada de las sagradas escrituras; trad. y prólogo por Jaime Maestro Aguilera. Madrid, Editorial Tecnos, s.d.
- BOTTAI, Giuseppe e ARENA, Celestino - Nuova collana di economisti stranieri e italiani. Torino, UTET, 1932 (12 vol.)
- BOURDON, Albert-Alain - Histoire du Portugal. Paris, Presses Universitaires de France, 1970.
- BOURNE, Edward G. - "Alexander Hamilton and Adam Smith". The Quarterly Journal of Economics, 8:328-344, 1894.
- BOXER, C.R. - The Dutch in Brazil, 1624-1654. Oxford, Clarendon Press, 1957.
- BOWLEY, Marian - Studies in the history of economic theory before 1870. London, Macmillan, 1973.
- BRAGA, Theophilo - História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa. Lisboa, Tip. Acad. Real das Ciências, 1892/1902 (4 tomos).

- BRITO, João Rodrigues de - Cartas econômico-políticas sobre a agricultura, e comércio da Bahia... Lisboa, Imprensa Nacional, 1821.
- BRITO, Joaquim José Rodrigues de - Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, principalmente Portugal... Lisboa, Impressão Régia, 1803/1805.
- BRUSLONS, Jacques Savary des - Dictionnaire universel du commerce. Paris, Jacques Estienne, 1723 (2 tomos).
- BURKE, Edmund - Thoughts and details on scarcity... London, Fand C. Rivington and J. Hatchard, 1800. (Reproduzido em : A Select collection of scarce and valuable economical tracts by John R, McCulloch).
- BURKE, Edmund - Reflections on the revolution in France and on the proceedings in certain societies in London relative to that event. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1959.
- BURKE, Edmund - Edmund Burke como economista, Cf. BARRINGTON, Donal
- CABRAL, Alfredo do Valle - Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808-1822... Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881.
- CABRAL, Alfredo do Valle - "Vida e escritos de José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu". Revista Brasileira, 9:235-287; 10:275-417, 1881
- CABRAL, Alfredo do Valle - Vida e escritos de José da Silva Lisboa. Visconde de Cairu. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881 (Reproduzido em Cairu, Rio de Janeiro, 1958, por E. Vilhena de Moraes)
- CACHOEIRA, Visconde da (Luís Augusto de Carvalho e Mello) - Notas biográficas de Luís Jose de Carvalho e Mello, 1º Visconde da Cachoeira... Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1887.
- CALMON, Pedro - Storia della civiltà brasiliana, trad. di Ferruccio Rubbiani. Rio de Janeiro, Industria Tipografica Italiana, 1939.
- CALMON, Pedro - "Balthazar da Silva Lisboa. A geração castigada". Annaes do Rio de Janeiro, 8:15-39, 1967.

- CALÓGERAS, João Pandiá - Formação histórica do Brasil. 5a. edição. São Paulo, Editora Nacional, 1957.
- CALÓGERAS, João Pandiá - A política monetária do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1960.
- CAMINHA, Antonio Lourenço (editor). Cf. MACEDO, Duarte Ribeiro de, 1817.
- CAMÕES, Luís de - Os Lusíadas de Luís de Camões, com privilégio real... Porto, Lello, 1949.
- CANNAN, Edwin - História de las teorías de la producción y distribución en la economía política inglesa de 1776 a 1848. México, Fondo de Cultura, 1942.
- CANNAN, Edwin - Repaso a la teoría económica. Mexico, Fondo de Cultura, 1946.
- CANTILLON, Richard - Ensayo sobre la naturaleza del comercio en general. México, Fondo de Cultura, 1950.
- CANTILLON, Richard - Essai sur la nature du commerce en général... Paris, Institut National d'Études Démographiques, 1952.
- CANTILLON, Richard - Saggio sulla natura del commercio in generale... /Itália/ Einaudi Ed., 1955.
- CARVALHO, Delgado de - História diplomática do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1959.
- CARVALHO, Ronald - Pequena história da literatura brasileira. 2a. edição. Rio de Janeiro, Briguiet, 1922.
- CASTELO BRANCO, Camilo - Perfil do Marquês de Pombal. Porto, Clavel, 1882.
- CASTRO, Martinho de Mello e - "Instrução para o Visconde de Barbacena, Luís Antonio Furtado de Mendonça, governador e capitão general da Capitania de Minas Gerais". Documento oficial reproduzido em Anuário do Museu da Inconfidência (Ouro Preto), ano 2, 1953, pág. 117 e seguintes.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques - As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias. Rio de Janeiro, Agir, 1957.
- COHN, Elchanan - The economics of education. London, Lexington Books,

- COLUNGA, R.P.A. e TURRADO, Laurentin - Biblia Sacra justa Vulgatae Clementinam... Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1953.
- CONANT, James B. - Thomas Jefferson and the development of American public education. Berkeley, University of California Press, 1962.
- CONRAD, Robert - The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888. Berkeley, University of California Press, 1972.
- CORTESAO, Jaime - Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1958.
- COSSA, Luigi - Histoire des doctrines économiques. Paris, Giard et E. Brière, 1899.
- COSTA, Cláudio Manuel da - Cf. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e MELLO, J.A. Teixeira de
- COSTA, F. A. Pereira da - Notícia biográfica do Dr. Antonio de Moraes Silva, autor do primeiro Dicionário da língua portuguesa. Segunda edição. Recife, Tip. J. Agostinho Bezerra, 1910.
- COSTA, João Severiano Maciel da - Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil... Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821.
- COTTA, Sérgio e GIOLITTI, Antonio (ed.) Cf. CANTILLON, Richard
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo - Obras econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804). São Paulo, Editora Nacional, 1966.
- COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa - "Discurso sobre a verdadeira influência dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa", in Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo II, 1789, pág. 237-243.
- CROSS, Arthur Lyon - A shorter history of England and Greater Britain. Third edition. New York, Macmillan, 1944.
- CUNHA, Euclides da - À margem da história. São Paulo, Cultrix, 1975.

- CUNHA, Dom Luís da - Testamento político ou Carta escrita pelo grande D. Luis da Cunha ... São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- DAIRE, Eugène - Physiocrates. Quesnay, Dupont de Nemours, Mercier de la Rivière, L'Abbe Baudeau, Le Trosne... Genève, Slatkine Reprints, 1971.
- DAVAL, Roger - Histoire des idées en France. Sixième édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1969.
- DENIS, Henri - Histoire de la pensée économique. Troisième édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1971.
- DESOTEAUX, Chevalier - L'administration de Sebastien Joseph de Carvalho e Mello, Comte de Oeyras, Marquis de Pombal, Secrétaire d'Etat et Premier Ministre du roi de Portugal, Joseph I. Amsterdam, 1786; trad. port. Lisboa, 1848.
- DIAS, Manuel Nunes - Fomento e mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.
- DOCKES, Pierre - L'Espace dans la pensée économique du XVIIe au XVIIIe siècle... Paris, Flammarion, 1969.
- DORÉ, Carl van - Benjamin Franklin, trad. de J. de Matos Ibiapina. Porto Alegre, Globo, 1943.
- DROZ, Jacques - Histoire diplomatique de 1648 a 1919. Troisième édition. Paris, Dalloz, 1972.
- DUBOIS, A. - Précis de l'histoire des doctrines économiques dans leurs rapports avec les faits et avec les institutions. Paris, Rousseau, 1903.
- DUNBAR, Charles F. - "Some precedents followed by Alexander Hamilton". The Quarterly Journal of Economics, 3:32-59, 1889.
- DUTRA, José Soares - Cairu. Precursor da economia moderna. Rio de Janeiro, Vecchi, 1943.
- FANGANIELLO, Helena - Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico. São Paulo, Fac.Econ.Adms. USP,
- FAORO, Raymundo - O debate político no processo da independência. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973.

- FAULKNER, Harold Underwood - História econômica de los Estados Unidos. Buenos Aires, Ed. Nova, 1956.
- FAURE-SOULET, J.F. - Cf. Malthus, Th. Robert
- FEIO, José Vitorino Barreto - Cf. Sallustius (Crispus)
- FELIX, Francisco José Peixoto da Costa - Subsídios bio-bibliográficos para uma futura tese de dissertação sobre Silvestre Pinheiro Ferreira. Lisboa, Fac. de Letras da Univ. de Lisboa, 1963.
- FENELON, François de Salignac de la Mothe - Aventures de Télémaque; suivies du recueil des fables composées pour l'éducation de Monseigneur le Duc de Bourgogne. Paris, Firmin Didot, 1873.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro - Idéias políticas. Cartas sobre a revolução do Brasil. Memórias políticas sobre os abusos gerais. Manual do cidadão em um governo representativo. Rio de Janeiro, Edit. Documentário, 1976.
- FERREIRA, Desembargador Vieira - "Legislação portuguesa relativa ao Brasil". Revista do Inst.Hist. e Geogr. Brasileiro, tomo 105, vol. 159:201-229, 1929.
- FLEIUSS, Max - História administrativa do Brasil. Segunda edição. São Paulo, Melhoramentos, 1925.
- FLETCHER, F.T.H. - "Influence of Montesquieu on English political economists". Economic History, jan. 1934, pág. 77-92.
- FLEURY, Serge - Talleyrand, maitre souverain de la diplomatie. Montréal, Les Éditions Varietés, 1942.
- FONSECA, Gondin da - A revolução francesa e a vida de José Bonifácio. Uma interpretação incômoda. São Paulo, EDART, 1968.
- FRANCIS, A.D. - The Methuens and Portugal, 1691-1708. Cambridge, University Press, 1966.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo - História do Banco do Brasil. Primeira fase - 1808-1835. São Paulo, Inst.Econ.Assoc.Comercial, 1947.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo - "O Visconde de Cairu". Digesto Econômico, 1947, agosto.
- FRANKLIN, Benjamin - Extracts from the works of Dr. Franklin on population, commerce, etc. Apud: McCULLOCH, John R. - A

- select collection of scarce and valuable economical tracts. New York, 1966, pág. 165-239.
- FREYRE, Gilberto - Ingleses no Brasil, aspectos da influência britânica sobre a vida, paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.
- FUNCHAL, Marquês de - O conde de Linhares, Dom Rodrigo Domingos Antonio de Sousa Coutinho. Lisboa, Tip. Bayard, 1908.
- FURTADO, Celso - Formação econômica do Brasil. Quarta edição. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- GARCIA, Rodolfo - "Catálogo dos livros, folhetos, documentos, retratos, bustos, máscaras, etc., pertencentes à Biblioteca, Arquivo e Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ... Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O ano da Independência, tomo especial. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.
- GESELL, Silvio - The natural order, translated by Philip Pye M.A. London, Peter Owen, 1958.
- GIDE, Charles e RIST, Charles - Histoire des doctrines économiques, depuis les physiocrates jusqu'à nos jours. Cinquième édition. Paris, Sirey, 1926.
- GIDE, Charles e RIST, Charles - História das doutrinas econômicas, desde os fisiocratas até os nossos dias, trad. e apêndice de Eduardo Salgueiro. Rio de Janeiro, Alba Ed., 1941.
- GIGNOUX, C.-J - Turgot. Paris, Lib. Arthème Fayard, 1945.
- GOMES, João Coelho - Elementos de história nacional de economia política... Rio de Janeiro, Tip. de N.L.Vianna, 1865.
- GONNARD, René - Histoire des doctrines économiques. 3ª edição. Paris, Valois, 1930.
- GONNARD, René - História das doutrinas econômicas. Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1942 (3 volumes).
- GRAHAM, Richard - Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914. Cambridge, University Press, 1972.
- GUIMARÃES, Alberto Carlos d'Araujo - "Silva Lisboa (Visconde de Cairu)". Anais do Segundo Congresso de História Nacional. Tomo especial da Rev.Inst.Hist.e Geogr.Bras., 3:681-764, 1942.

- HANEY, Lewis H. - History of economic thought. A critical account of the origin and development of the economic theories of the leading thinkers in the leading nations. Fourth edition. New York, Macmillan, 1949.
- HARROD, R.F. - La vida de John Maynard Keynes. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1958.
- HAUSER, Henri - La pensée et l'action économiques du Cardinal de Richelieu. Paris, Presses Universitaires de France, 1944.
- HEATON, Herbert - Economic history of Europe. New York, Harper and Row, 1948.
- HECKSCHER, Eli F. - Mercantilism. London, Allen and Unwin, 1962.
- HEIMANN, Eduard - Historia de las doctrinas economicas, una introducción a la teoria económica. Buenos Aires, Ed. Arayú, 1954.
- HERZOG, Jesús Silva - Antologia del pensamiento economico social. I. De Bodino a Prodhoun. Mexico, Fondo de Cultura, 1963.
- HIGGINS, Benjamin - Economic development, problems, principles, and policies. New York, W.W. Norton, 1968.
- HIGGS, C.B. Henry - Palgrave's dictionary of political economy. New York, Augustus M. Kelley - Bookseller, 1963.
- HOBBS, Thomas - Leviathan. Traité de la matière de la forme et du pouvoir de la republique ecclésiastique et comparé avec le texte latin. Paris, Editions Sirey, 1971.
- HOLANDA, Sérgio Buarque - Obras econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804) - Cf. COUTINHO, J.J. da Cunha de Azeredo
- HOLANDA, Sérgio Buarque (editor) - História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960-1972.
- HOLLANDER, Samuel - The economics of Adam Smith. Toronto, Univ. of Toronto Press, 1976.
- HUGON, Paul - "A economia política do Brasil", in AZEVEDO, Fernando de - As ciências no Brasil. São Paulo, 1956.

- HUGON, Paul - História das doutrinas econômicas. Sétima edição. São Paulo, Editora Atlas, 1962.
- HUGON, Paul - Evolução do pensamento econômico; economistas célebres, textos selecionados e apresentados pelo autor. 2ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 1967.
- HUME, David - Writings on economics. Madison, Univ. Wisconsin Press, 1970.
- HUTCHISON, T. W. - A review of economic doctrines, 1870-1929. Oxford, Clarendon Press, 1953.
- INGRAM, John Kells - Esquisse d'une histoire de l'économie politique. Paris, Revue Positiviste Internationale, 1907.
- JEVONS, W. Stanley - "Richard Cantillon and the nationality of political economy" ... Reprints of Economic Classics, New York, Augustus M. Kelley Publisher, 1965.
- JEVONS, W. Stanley - Economia política de W. Stanley Jevons ... 2ª edição. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, s.d.
- KAPP, K. William e KAPP, Lore L. (ed) - History of economic thought. A book of readings. New York, Barnes, 1960.
- LARANJO, José Frederico - Teoria geral da emigração e sua aplicação a Portugal... Coimbra, Imprensa Literária, 1878.
- LARANJO, José Frederico - "Economistas portugueses. Ao ilustre Professor da Universidade de Pavia Luigi Cossa. Instituto, vol. 29:363, 413, 465, 1883; 31:65, 113, 254 e 504, 1883. 32: 12 e 130, 1883. Cf. Innocêncio - Dicionário Bibliográfico Português, ob. cit.
- LAS CASES, Le Comte de - Le memorial de Sainte-Hélène... Paris, Bibliothèque de la Pléiade, 1964.
- LAVRADIO, Marquês do - Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1975.
- LEFEBVRE, Georges - La revolution française. Sixième édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
- LEFEBVRE, Georges - Napoleon. Sixième édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1969.
- LEFRANC, Georges - Histoire du commerce. Cinquième édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1965.

- LEKACHMAN, Robert - A history of economic ideas. New York, Harper and Row, 1959.
- LEVENE, Ricardo - Síntese da história da civilização argentina. Rio de Janeiro, 1938.
- LEVENE, Ricardo - "Cairu, tradutor e comentarista das razões dos lavradores do vice-reinado de Buenos Aires". Pensamento da América, 24/12/1944 (Arquivo de "O Estado de São Paulo", pasta 1742).
- LIMA, Alceu Amoroso - "Época, vida e obra de Cairu"... Série Os Nossos Grandes Mortos... Cf. Paula, L. Nogueira (Rio de Janeiro, 1956, pág. 15-43. Cf. Martins, Wilson (São Paulo, 1977, vol. II, pág. 19, nota 587).
- LIMA, Heitor Ferreira - História do pensamento econômico brasileiro. São Paulo, Editora Nacional, 1976.
- LIMA, José Ignácio de Abreu - Compêndio da história do Brasil... Rio de Janeiro, Edit. Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.
- LIMA, Oliveira - História diplomática do Brasil; o reconhecimento do império. Rio de Janeiro, Garnier, 1901.
- LIMA, Oliveira - O movimento da independência, 1821-1822. São Paulo, Melhoramentos, 1922.
- LIMA, Oliveira - D. João VI no Brasil, 1808-1821. 2ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945 (3 volumes).
- LIMA, Raul - O constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal... Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.
- LINS, Álvaro - Rio Branco (O Barão do Rio-Branco) ... Rio de Janeiro, José Olympio, 1945.
- LISANTI, Luís - Negócios coloniais; uma correspondência comercial do século XVIII. São Paulo, Ministério da Fazenda, 1973 (5 volumes).
- LISBOA, Balthazar da Silva - Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil. Lisboa, 1786.
- LISBOA, Balthazar da Silva - "Memória topográfica e econômica da Comarca de Ilhéus". Apud Memórias da Academia Real das Ciências

- de Lisboa, tomo IX, 1825, de pág. 87 a 264.
- LISBOA, Balthazar da Silva - Oração recitada na aula do Curso Jurídico no Convento de S. Francisco ... Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Nacional, 1828.
- LISBOA, Balthazar da Silva - Annaes do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835 Edição fac-similar... publicada por uniciativa da Univ. do Est. da Guanabara. Rio de Janeiro, Editora Leitura, 1967.
- LISBOA, Bento da Silva - Compêndio da obra riqueza das nações de Adam Smith, traduzida do original inglês... Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1811-1812 (3 tomos)
- LISBOA, Bento da Silva - "Mensagem do Ministro dos Negócios Estrangeiros Bento da Silva Lisboa às Câmaras Legislativas a propósito de supostos preparativos para a restauração do ex-Imperador D. Pedro I. Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1833" - Cf. MORAES, A.I. de Mello (Rio de Janeiro, 1863, pág. 12 a 14, nota 1).
- LISBOA, Bento da Silva - Justificação das reclamações apresentadas pelo governo brasileiro ao de S.M.Britânica ... Saiu anonimamente. É atribuída por Hélio Vianna a Bento da Silva Lisboa. Cf. VIANNA, Hélio - História da Imprensa Brasileira, Rio de Janeiro, 1945.
- LISBOA, Bento da Silva - "Biografia de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu..." Revista do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, 2ª edição, tomo I, pág. 238-246, 1839.
- LISBOA, Bento da Silva - "Biografia do Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, lida na sessão de 31 de agosto de 1840..." Rev.Inst.Hist. e Geogr. Brasileiro, tomo 2, nº 7, 1840, 3º trimestre, pág. 395-404.
- LISBOA, Bento da Silva - "Anotações à tradução do capítulo undécimo da vida política de Mr. Jorge Canning ..." Rev.Inst.Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 23, pág. 241-343,
- LIST, Friedrich - "Il sistema nazionale dell'economia politica" traduzione del Dott. Mario De Bernardi - Nuova collana di economisti, volume terzo: Storia Economica, pág. 107-311. Torino, UTET, 1936.

- LIST, Friedrich - Sistema nacional de economia política. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1942.
- LIST, Friedrich - Das Nationale System der Politischen Ökonomie. ... Basel, Kyklos Verlag, 1959.
- LOCKE, John - The educational writings of John Locke. A critical edition with introduction and notes... Cambridge, Univ. Press, 1968.
- LORETO, I.M. de - "Antonio de Araujo Azevedo, o Conde da Barca". Anuário do Museu Imperial (Petrópolis), 3:155-207, 1942.
- LOUREIRO, João Bernardo da Rocha - Memórias a Dom João VI, édition et commentaires par Georges Boisvert. Paris, Fundação C. Gulbenkian, 1973.
- LUCCOCK, John - Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil... Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.
- LUTFALLA, Michel - François Quesnay, tableau économique des physiocrates. Paris, Calmann-Lévy, 1969.
- MACAULAY, Lord - The works of Lord Macaulay. Complete... London, Longman's, Green and Co., 1879.
- MACEDO, Duarte Ribeiro de - Obras inéditas de Duarte Ribeiro de Macedo ... Lisboa, Imprensa Régia, 1817.
- MACEDO, Jorge Borges de - A situação econômica no tempo de Pombal. Alguns aspectos. Porto. Livraria Portugalia, 1951.
- MACEDO, Jorge Borges de - "Portugal e a economia pombalina. Temas e hipóteses". Revista de História (S.Paulo), nº 19:81-99, 1954.
- MACEDO, Jorge Borges de - "O pensamento econômico do Cardeal da Mota...". Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, terceira série, nº 4, pág. 40, 1960.
- Mc CULLOCH, John R. - A select collection of scarce and valuable economical tracts. New York, Augustus M. Kelley, 1966.
- MACHADO, Augusto Alexandre - "Cairu e a escola liberal"... Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, nº 62, pág. 367-380, 1936.
- MACHIAVELLI, Niccolò - The Discourses... Harmondsworth, Penguin Books, 1970.

- MAGALHÃES, José Calvét de - José Acúrcio das Neves, com um estudo biográfico de José Calvét de Magalhães. Idearium. Antologia do Pensamento Português. Lisboa, Edições SNI, 1946.
- MAHAN, A.T. - The influence of sea power upon history: 1660-1783. Boston, Little, Brown & Co., 1894.
- MAHAN, A.T. - The life of Nelson, the embodiment of the sea power of Great Britain... London, Sampson Low, Marston, 1897.
- MAHAN, A.T. - The influence of sea power upon the French revolution and empire: 1793-1812... Boston, Little, Brown and Co., 1894.
- MALHEIRO, Perdigão - A escravidão no Brasil, ensaio histórico, jurídico, social. 3ª edição. Petrópolis, Vozes, 1976 (3 volumes).
- MALTHUS, Thomas Robert - An essay on population (1798)... London, J.M. Dent and Sons, 1941.
- MALTHUS, Thomas Robert - Principes d'economie politique, considérés sous le rapport de leus application pratique... Paris, Calmann-Levy, 1969.
- MANCHESTER, Alan K. - British preeminence in Brazil, its rise and decline. A study in European expansion... New York, Octagon Books, 1972.
- MANTOUX, Paul - La revolución industrial en el siglo XVIII, ensayo sobre los comienzos de la gran industria moderna en Inglaterra... Madrid, Aguilar, 1962.
- MARTIN, Kingsley - French liberal thought in the eighteenth century... London, Phoenix House, 1962.
- MARTINEAU, Harriet - Contes choisis sur l'economie politique... Paris, Guillaumin, 1881. (2 tomos).
- MARTINS, Wilson - História da inteligência brasileira. São Paulo, EDUSP, 1977 (3 volumes).
- MARSHALL, Alfred - Princípios de economia... Rio de Janeiro, EPASA, 1946.
- MARSHALL, Alfred - Principles of economics. Ninth edition. London, Macmillan, 1961.
- MARX, Karl - Oeuvres: Economie I ... Paris, Gallimard, 1965.
- MARX, Karl - Storia delle teorie economiche... Milano, Giulio

- Einaudi, 1954-1958 (3 volumes)
- MARX, Karl - Theories of surplus value. Edited by S. Rjazanskaja... Moscow, Foreign Language Publishing House, s.d.
- MARX, Karl - Theories sur la plus-value ... Paris, Édition Sociales, 1976.
- MATTOSO, Antonio G. - História de Portugal. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1939 (2 volumes).
- MAXWELL, Kenneth - Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808. Cambridge, University Press, 1973.
- Mc CULLOCH, John R. - The literature of political economy... New Jersey, Augustus M. Kelley, 1972.
- Mc CULLOCH, John R. - A select collection of scarce and valuable economical tracts... New Jersey, Augustus M. Kelley, 1972..
- MEEK, Ronald L. - Quesnay's tableau économique... London, Macmillan Press, 1972.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro - O intendente Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá. Intendente geral das minas e dos diamantes, 1764-1835. São Paulo, Editora Nacional, 1958.
- MILLER, John C. - The Federalist era, 1789-1801. London, Hamilton, 1960.
- MILL, John Stuart - Princípios de economia política com algumas de suas aplicações à filosofia social. México, Fondo de Cultura Economica, 1951.
- MILL, John Stuart - Principi di economia politica, traduzione di Alberto Campolongo. Torino, UTET, 1954.
- MIRABEAU, Marquis de - L'ami des hommes où Traité de la population par le Marquis de Mirabeau... Paris, Guillaumin, 1883.
- MOLINIER, Jean - Les metamorphoses d'une théorie économique... Paris, Armand Colin, s.d.
- MONTEIRO, Tobias - História do império; a elaboração da independência. Rio de Janeiro, Briguiet, 1927.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat - Considerations sur les causes de la grandeur des romains et de leur décadence... Paris, Garnier, 1954.

- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat - De l'esprit des lois... Paris, Garnier, 1956 (2 tomos).
- MORAES, A.I. de Mello - Apontamentos biográficos do Barão de Cairu... Rio de Janeiro, Tipog. Brasileira, 1863.
- MORAES, E. Vilhena de - Cairu. Excertos da obra inédita "O espírito de Cairu". Sesquicentenário da Abertura dos Portos (1808-1858). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1958.
- MORISON, Samuel Eliot - The Oxford history of the American People. New York, Oxford Univ. Press, 1965.
- MORRIS, Mowbray - Boswell's life of Johnson... London, Macmillan, 1906.
- MORRIS, Richard B. - The basic ideas of Alexander Hamilton. New York, Pocket Books Inc., 1957.
- MUN, Thomas - La riqueza de Inglaterra por el comercio exterior. Discurso acerca del comercio de Inglaterra con las Indias Orientales... México, Fondo de Cultura Economica, 1954.
- NABUCO, Joaquim - Um estadista do império: Nabuco de Araújo. Sua vida, suas opiniões, sua época... São Paulo, Editora Nacional, 1936.
- NOVELLI JUNIOR, - Feijó, um paulista velho. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1963.
- OSER, Jacob - The evolution of economic thought. Second edition. New York, Harcourt, 1970.
- OWEN, John B. - The eighteenth century (1714-1815). London, Nelson, 1974.
- PAIM, Antonio - Cairu e o liberalismo econômico. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.
- PAIMELLA, José - O marquês de Pombal e Ramalho Ortigão. Resposta aos seus oito castelos de nuvens. Rio de Janeiro, J. Ville-neuve, 1882.
- PANTALIEONI, Maffeo - Princípios de economia pura. São Paulo, Athena, 1939.
- PAULA, Luís Nogueira de - "O pensamento econômico no Brasil..." Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nº 84:123-165, 1941, agosto.

- PAULA, Luís Nogueira de - Síntese da evolução do pensamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, 1942 (2 volumes).
- PAULA, Luís Nogueira de - José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Princípios de economia política... Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1956.
- PINHO, Wanderley - A abertura dos portos. Cairu. Os ingleses. A independência. Salvador, Univ. da Bahia, 1961.
- PEIXOTO, Afrânio - História do Brasil. 2ª edição. São Paulo, Editora Nacional, 1944.
- PELÁEZ, Carlos Manuel - História da industrialização brasileira. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- PEREIRA, Hipólito José da Costa - História breve e autêntica do Banco da Inglaterra... Lisboa, Tip. Chalcographica e Literária do Arco do Cego, 1801.
- PEREIRA, Hipólito José da Costa - História de Portugal (1809). Cf. SILVA, Antonio de Moraes.
- PEREIRA, Hipólito José da Costa - Correio Braziliense ou Armazém Literário. Londres, Lewis, Paternoster-Row, 1808.
- PEREIRA, Hipólito José da Costa - Diário de minha viagem para Filadélfia... Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1955.
- PIMENTA, Alfredo - Elementos de história de Portugal... 2ª edição. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.
- POSTLETHWAYT, Malachy - The Universal Dictionary of Trade and Commerce. New Jersey, Augustus M. Kelley, 1972 (2 volumes)
- PRADO, João Fernando de Almeida - "O visconde de Cairu". Correio Paulistano, 15-7-1956.
- PRADO JUNIOR, Caio - O Tamoyo, 1823; introdução de Caio Prado Junior, Coleção Fac-similar de Jornais antigos. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
- QUESNAY, François - Cf. MEEK, Ronald L.; WEULERSSE, G. e LUFFALLA, Michel.
- RATTON, Jacome - Recordações de Jacome Ratton ... Londres, H. Bryer, 1813.

- REIS, P. Pereira dos - O colonialismo português e a conjuração mineira... São Paulo, Editora Nacional, 1964.
- RENOUVIN, Pierre - Histoire des relations internationales... Paris, Hachette, 1954.
- REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA, vol. 31, nº 1, jan/mar, 1977.
- RIBEIRO, João - Arte de furtar... Rio de Janeiro, Garnier, 1919.
- RIBEIRO, João - Obras de João Ribeiro. Crítica, vol. VI. Historiadores... Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1961.
- RICARDO, David - Des Principes de l'Economie politique, et de l'impôt... Paris, J.P. Aillaud, 1819.
- RICARDO, David - Princípios de economia política e do imposto, trad. C. Machado Fonseca... Rio de Janeiro, Atena, 1937.
- RICARDO, David - Economic essays by David Ricardo... New York, Augustus M. Kelley, 1968.
- RICARDO, David - The works and correspondence of David Ricardo ... Vol. I On the principles of political economy and taxation. Cambridge, Univ. Press, 1970.
- RICARDO, David - Princípios de economia política e de tributação, trad. de Adelaide Ferreira. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1975.
- RICHELIEU, Cardeal de - Testamento político, trad. e apêndice de David Carneiro. São Paulo, Atena, 1955.
- RIO BRANCO, Barão do - Efemérides brasileiras. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.
- RIO BRANCO, Barão do - Obras do Barão do Rio-Branco, vol. 8 - Estudos históricos. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.
- RIZZINI, Carlos - Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. São Paulo, Editora Nacional, 1957.
- ROBBINS, Lionel - Robert Torrens and the evolution of classical economics. London, Macmillan, 1958.
- RODRIGUES, José Honório - Teoria da história do Brasil; introdução metodológica. 3ª edição. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

- RODRIGUES, José Honório - A Assembléia Constituinte de 1823... Petrópolis, Editora Vozes, 1974.
- RODRIGUES, José Honório - Independência: revolução e contra-revolução. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1975/76 (5 volumes)
- ROLL, Eric - A history of economic thought. Third edition. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1953.
- ROMERO, Silvio - História da literatura brasileira. Tomo segundo: Formação e desenvolvimento autônomo da literatura nacional. 4ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques - "Economie ou Oeconomie (morale et politique). Article de M. Rousseau, citoyen de Genève. Encyclopédie, tome I, Paris, 1755, pág. 337-349.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques - Du contrat social ou principes du droit politique (1762). Discours sur les sciences et les arts (1750). Discours sur l'origine de l'inégalité parmi les hommes (1754). Lettre a M. D'Alembert (1758). Considerations sur le gouvernement de Pologne. Lettre a Monseigneur de Beaumont, Archevêque de Paris (1762). Paris, Garnier, 1954.
- RUSSEL, Bertrand - The scientific outlook. Second edition. London, Allen and Unwin, 1949.
- SACRAMENTO BLAKE, A.V.A. - Dicionário Bibliográfico Brasileiro... Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883-1902 (7 volumes). Edição facsimilar do Conselho Federal de Cultura, 1970.
- SALLERON, Louis - La richesse des nations Adam Smith. Analyse critique. Paris, Hatier, 1973.
- SALUSTIUS CRISPUS - Salústio. Obras. Antiga tradução portuguesa de José Vitorino Barreto Feio. 2ª edição. São Paulo, Edições Cultura, 1951.
- SALUSTIUS CRISPUS - Salluste. Catilina, Jugurtha, fragments des histoires. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris, Belles Lettres, 1958.
- SANTOS, Iúcio José dos - A inconfidência mineira; papel de Tiradentes na inconfidência mineira. São Paulo, Escolas Profissionais Liceu Coração de Jesus, 1927.

- SARAIVA, Antonio José e LOPES, Oscar - História da literatura portuguesa. 7ª edição. Porto, Livraria Martins Fontes, 1973.
- SAY, João Baptista - Cathecismo de economia política ... Lisboa, Impressão Liberal, 1822.
- SAY, Jean-Baptiste - Traité d'économie politique ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses... Septième édition. Paris, Guillaumin, 1861.
- SCHELLE - "Quesnay et le tableau économique". Revue d'Economie Politique, 19:490-521, 1905.
- SCHNEIDER, Erich - Einführung in die Wirtschaftstheorie. IV. Teil: Ausgewählte Kapitel der Geschichte der Wirtschaftstheorie. Tübingen, J.C.Mohr, 1965.
- SCHUMPETER, Joseph A. - Ten great economists, from Marx to Keynes. London, Allen and Unwin, 1956.
- SCHUMPETER, Joseph A. - História da análise econômica. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. (3 volumes).
- SCHUMPETER, Joseph A. - Storia dell'Analisi economica. Torino, Ed. Boringhieri, 1972.
- SELIGMAN, Ben B. - Main currents in modern economics. Economic thought since 1870. Glencoe, Free Press, 1962.
- SEN, S.R. - The economics of Sir James Steuart. London, G.Bell, 1957.
- SÉRGIO, Antonio - Breve interpretação da história de Portugal. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974.
- SÉRGIO, Antonio - Antologia dos economistas portugueses. Século XVII... Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974.
- SERRANO, Jonathas - História do Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro, Briguiet, 1968.
- SERRÃO, Joel (ed.) - Dicionário de História de Portugal. Porto, Livraria Figueirinhas, 1971.
- SILVA, Antonio Delgado da - Coleção da Legislação Portuguesa... Lisboa, Tipografia Maignrense, 1825/1847. (9 volumes, compreendidos três de suplemento).
- SILVA, Antonio de Moraes - História de Portugal, composta em

- inglês por uma sociedade de literatos... Lisboa, Oficina da Academia Real das Ciências, 1788 (3 tomos)
- SILVA, Antonio de Moraes - História de Portugal, composta em inglês por uma sociedade de literatos... 3ª edição. Londres, Oficina de F. Wingrave, 1809. (3 tomos)
- SILVA, Antonio de Moraes - Dicionário da Língua Portuguesa ... Lisboa, Tip. Lacerdina, 1813.
- SILVA, Antonio de Moraes - Recreações do homem sensível, ou Coleção de exemplos verdadeiros e patéticos, nos quais se dá um Curso de Moral prática, conforme as máximas da sã filosofia. Lisboa, 1821.
- SILVA, Antonio de Moraes - Correspondência com José da Silva Lisboa. Cf. COSTA, F.A. Pereira da (Recife, 1940).
- SILVA, Innocência Francisco da - Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocência Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa, Imprensa Nacional, 11860. A obra contém 23 volumes publicados de 1860 a 1972.
- SILVA, João Manoel Pereira da - Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais. Terceira edição. Rio de Janeiro, Garnier, 1868.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e MELLO, J. A. Teixeira de - "Notas biográficas de Cláudio Manuel da Costa (Glauceste Saturnio)"; "Apreciações de vários autores nacionais e estrangeiros"; "Centenário de Cláudio Manuel da Costa". Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, tomo 53(1): 118-141 e 170-187, 1890.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e - Obras científicas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão... São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1965.
- SILVANO, Almeida - O Marquês de Pombal, celebrado por um grupo de distintos escritores liberais. Lisboa, Empresa de O Bem Público, 1906.
- SILVEIRA, Zenith Mendes da - "Originalidade do liberalismo econômico brasileiro". O Estado de São Paulo, 8 de julho de 1950.

- SIMONSEN, Roberto C. - História econômica do Brasil (1500/1820). São Paulo, Editora Nacional, 1962.
- SISMONDI, Jean-Charles-Leonard Simonde de - De la richesse commerciale ou Principes d'économie politique, appliquées a la législation du commerce. Genève, 1803.
- SISMONDI, Jean-Charles-Leonard Simonde de - Economia política, artículo "Economia política" tomado de la Edinburgh Encyclopaedia, de Brewster (1815)... Madrid, Alianza Editorial, 1969.
- SISMONDI, Jean-Charles-Leonard Simonde de - Nouveaux principes d'économie politique ou de la richesse dans ses rapports avec la population... Paris, Calmann-Lévy, 1971.
- SKINNER, Andrew S. e WILSON, Thomas - Essays on Adam Smith. Oxford, Clarendon Press, 1975.
- SMITH, Adam - Essays on philosophical subjects... Basil: printed for the editor of the Collection of English Classics, 1799.
- SMITH, Adam - An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations... New York, Modern Library, 1937.
- SMITH, Adam - Ricerche sopra la natura e le cause della ricchezza delle nazioni. Torino, UTET, 1950.
- SMITH, Adam - Investigación de la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones... Barcelona, Bosch-Casa Editorial, 1955.
- SMITH, Adam - Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones... México, Fondo de Cultura Económica, 1958.
- SMITH, Adam - Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations... Osnabrück, Otto Zeller, 1966.
- SMITH, Adam - The Wealth of nations... Harmondsworth, Penguin Books, 1970.
- SMITH, Adam - Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations... Paris, Gallimard, 1976.
- SMITH, Adam - An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations... Oxford, Clarendon Press, 1976.

- SOBOUL, Albert - La revolution française: 1789-1799. Dexième édition. Paris, Editions Sociales, 1951.
- SOBOUL, Albert - La revolution française. Cinquième édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1975.
- SODRÉ, Nelson Werneck - O que se deve ler para conhecer o Brasil. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educa-cionais, INEP, 1960.
- SODRÉ, Nelson Werneck - Formação histórica do Brasil. São Pau-lo, Editora Brasiliense, 1962.
- SODRÉ, Nelson Werneck - História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SPENGLER, Joseph J. - Économie et population, les doctrines f françaises avant 1800. De Budé a Condorcet... Paris, Pres-ses Universitaires de France, 1954.
- SPIEGEL, Henry William - The development of economic thought. Great economists in perspective. New York, John Wiley, 1952.
- SPIEGEL, Henry William - The growth of economic thought. En-glewood Cliffs, Prentice-Hall, 1971.
- STEPHEN, Leslie - Hobbes. Ann Arbor, The Univ. of Michigan Press, 1961.
- STEPHENSON, Nathaniel Wright - Lincoln; narração de sua vida pessoal, especialmente dos móveis de sua ação, como foram revelados e aprofundados no transe da guerra civil, trad. Monteiro Lobato. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1945.
- STEUART, James - The works, political, metaphisical, and chro-nological... now first collected... New Jersey, Augustus M. Kelley, 1971/72 (6 volumes).
- STEWART, Dugald - "Account of the life and writings of Adam Smith..." Transactions of the Royal Society of Edinbrough, January 21, and March 18, 1793.
- TACITE - Vie d'Agricola. Paris, Belles Lettres, 1972.
- TAVEIROS, Alaide - O "Tableau economique" do Dr. Quesnay. En-saio de análise metodológica. Tese apresentada à Congregação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, para concurso de Doutorado. São Paulo, 1972.

- THIERS, M.A. - The history of the French revolution... London, William P. Mimmo, 1877.
- TOCQUEVILLE, Alexis de - Democracy in America... New York, Vintage Books, 1959 (2 volumes).
- TODD, William B. - Cf. BURKE, Edmund. New York, 1959.
- TOLLENARE, L. F. - Notas Dominicais, tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Salvador, Livraria Progresso, 1956.
- TORRES, A. Dragonetti de - Nuovi saggi di economia politica, Napoleone I e gli economisti, con l'aggiunta di un secondo saggio. Torino, Fratelli Bocca, 1927.
- TOYNBEE, Arnold - The industrial revolution. Boston, Beacon Press, 1956.
- UZTARIZ, Don Geronymo. - "Theorica y practica de comercio y de marina". Madrid, Aguilar, 1968.
- VAMPRE, Spencer - Memórias para a história da Academia de São Paulo. São Paulo, Saraiva, 1924 (2 volumes).
- VARNHAGEN, F. A. - História geral do Brasil... Madrid, Imprensa de V. de Dominguez, 1854.
- VARNHAGEN, F. A. - "D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho" (Reformador Reitor da Universidade de Coimbra). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 3º trimestre, nº 7:388-393, 1840.
- VARNHAGEN, F. A. - História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654. 3ª edição. São Paulo, Ed. Cultura, 1945.
- VERISSIMO, Ignácio José - Pombal, os jesuítas e o Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1961.
- VERISSIMO, José - História da literatura brasileira. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.
- VIANNA, Hélio - Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.
- VIEIRA, padre Antonio - Cartas do Padre Antonio Vieira, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa, Imprensa Nacional, 1970/1971 (3 tomos).

VIEIRA, Padre Antonio - Obras escolhidas... Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951 (12 volumes).

VILLEY, Daniel - Petite histoire des grandes doctrines économiques. Cinquième édition. Paris, Editions M.-Th. Génin, 1964.

VINER, Jacob - Studies in the theory of international trade. Reprints of Economic Classics. New York, Augustus M. Kelley, 1965.

WEULERSSE, G. - Les physiocrates. Paris, G. Doin, 1931.

WHITTAKER, Edmund - Schools and streams of economic thought. Chicago, Rand McNally, 1960.

WILHITE, Virgle Glenn - Founders of American economic thought and policy. New York, Bookman Ass., 1958.